

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO TERRITÓRIO, AMBIENTE E  
SOCIEDADE

THIAGO GUIMARÃES SIQUEIRA DE ARAÚJO

**REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS NO CONTEXTO DA DES-  
TERRITORIALIZAÇÃO:** quando a FIOLE encontra o Porto Sul - Ilhéus, Bahia.

SALVADOR-BA

2025

THIAGO GUIMARÃES SIQUEIRA DE ARAÚJO

**REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS NO CONTEXTO DA DES-  
TERRITORIALIZAÇÃO: QUANDO A FIOLE ENCONTRA O PORTO SUL - ILHÉUS,  
BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador para obtenção do título de Doutor em Território, Ambiente e Sociedade.

Linha de Pesquisa 1: Sociedade, Política, História e Cultura em Dinâmicas Socioambientais

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

Co-orientador: Prof. José Rodrigues de Souza Filho

Salvador

2025

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

S618 Siqueira de Araújo, Thiago Guimarães  
Repercussões psicossociais no contexto da des-territorialização: quando a FIOL encontra o Porto Sul - Ilhéus, Bahia / Thiago Guimarães Siqueira de Araújo . – Salvador, 2025.  
308 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Território, Ambiente e Sociedade. Área de Concentração: Políticas Sociais e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.  
Coorientador: Prof. Dr. José Rodrigues de Souza Filho.

1. Sofrimento psicossocial 2. Des-territorialização 3. Indicador qualitativo  
4. Coexistência rural-urbana 5. FIOL e Porto do Sul I. Alencar, Cristina Maria Macêdo de – Orientadora II. Souza Filho, José Rodrigues – Coorientador  
III. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação IV. Título.

CDU 656.2

THIAGO GUIMARÃES SIQUEIRA DE ARAÚJO

**REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS NO CONTEXTO DA DES-  
TERRITORIALIZAÇÃO: Quando a FIOLE encontra O Porto Sul - Ilhéus, Bahia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador para obtenção do título de Doutor em Território, Ambiente e Sociedade.

Área de concentração: políticas sociais e cidadania

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

Co-orientador: Prof. José Rodrigues de Souza Filho

Data de Aprovação: 22/12/2025

Conceito:

**Banca Examinadora**

gov.br

Documento assinado digitalmente  
**CRISTINA MARIA MACEDO DE ALENCAR**  
Data: 11/03/2026 17:17:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Maria Macedo Alencar

Orientadora

gov.br

Documento assinado digitalmente  
**JOSE RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Data: 11/03/2026 20:00:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Text Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> José Rodrigues Souza Filho

Coorientador

gov.br

Documento assinado digitalmente  
**DEBORA CAROL LUZ DA PORCIUNCULA**  
Data: 14/03/2026 06:38:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Carol Luz da Porciúncula

Examinadora Interna

*Pedro de Almeida Vasconcelos*

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Pedro de Almeida Vasconcelos

Examinador Interno

gov.br

Documento assinado digitalmente  
**ISABEL DE JESUS SENA**  
Data: 17/03/2026 09:53:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>o</sup> D.<sup>o</sup> Israel de Jesus Sena

Examinador Externo

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Rainer Randolph

gov.br

Documento assinado digitalmente  
**RAINER RANDOLPH**  
Data: 17/03/2026 10:48:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador Externo

Aos meus pais José Siqueira Filho &  
Ana Cristina Guimarães Siqueira, aos meus  
filhos Laís e Davi.

## AGRADECIMENTOS

Chego até aqui honrado pela trajetória e profundamente agradecido pelos aprendizados e conhecimentos construídos. Uma jornada que atravessou uma pandemia e todo o negacionismo científico vivenciado no Brasil, que foi motor para a minha decisão de voltar a fazer ciência. Foram cinco anos em que enfrentei os maiores desafios da minha vida. Período em que venci a exaustão emocional, recuperei minha saúde física e mental, ressignifiquei relações familiares importantes com muita harmonia e respeito, redescobri a paternidade ativa e encontrei um grande amor. Ciclo marcado dolorosamente também por um acidente de trânsito, sofrido por mim e por minha filha e que poderia ter mudado o curso não só desta tese, mas também da minha vida e da minha família. Por isso tudo, chegar até aqui com saúde e em paz, para mim, já é um triunfo e uma benção.

Começo agradecendo à professora Cristina Maria Macêdo de Alencar, minha maior referência no universo acadêmico e quem me fez voltar a acreditar no “*fazer ciência com alteridade científica e sob o prisma da complexidade*”. Agradeço também ao corpo docente do PPGTAS/UCSAL, que me pôs em diálogo direto e colaborativo com grandes pesquisadores brasileiros e latino-americanos, como os professores Marco Aurélio Saquet (UNIOEST) e o professor Pedro Hespanha (CES / FEUC), que muito colaboraram teoricamente com esta tese. Agradeço especialmente à Professora Débora Carol Luz da Porciúncula, que ajudou diretamente a produção deste estudo e com a facilitação de aulas inesquecíveis. Aos professores José Rodrigues de Souza e Rui Rocha pelas contribuições com a articulação, mobilização e logística da pesquisa de campo. No âmbito do PPGTAS, agradeço as trocas e parcerias com os colegas e, em nome do corpo discente, agradeço ao colega Joílson Santana. Valeu, colega, por nos lembrar sempre – ao longo dos debates sobre economia política – que “*nenhum impacto é indireto por parte de quem os vive*”, quando se tentavam delimitar os impactos socioambientais como externalidades, como impactos inerentes e aceitáveis do próprio desenvolvimento urbano-industrial.

Como bolsista, agradeço à FAPESB pelo apoio financeiro ao desenvolvimento de minha tese. À UCSAL por ter, mais uma vez, me abrigado como pesquisador e aluno, bem como aos colegas do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN/UCSAL). Agradeço às estudantes de Psicologia Rafaela Santana Leandro e Mariana Macedo Valverde Coelho pelo apoio no tratamento dos dados da pesquisa de campo, na qualidade de PIBICs

(Programa de Iniciação Científica da UCSAL). Agradeço também ao meu sócio da consultoria ambiental há mais de 15 anos, o especialista Daniel Côrtes, da E-cons Brasil. Daniel é um companheiro de jornada no maior desafio profissional das nossas carreiras. Esse serviço que dialoga diretamente com o enfoque da minha tese, representado pela coordenação do maior programa de monitoramento social do Brasil, na Amazônia Paraense. Experiência de acompanhamento técnico de mais de quatro mil famílias que convivem em áreas de interface das operações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na Volta Grande do Rio Xingu (Altamira - PA).

Agradeço profundamente e manifesto meu apoio às comunidades impactadas pelo desenvolvimento, às quais atendi como consultor ao longo das últimas duas décadas. A experiência vivida e os conhecimentos adquiridos ao lidar com os grupos sociais afetados pelas operações de mineração e da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Ferrovia Norte-Sul (FNS) e pelos terminais portuários que trabalhei junto à Vale e à VLI, foram determinantes para o alcance dos objetivos desta tese. Em especial o serviço de gestão ambiental das ferrovias e dos portos de Santos (TIPLAM) e do PECÉM no Ceará, pois me deram bagagem e lugar de fala para abordar de forma crítica, neste estudo, os impactos psicossociais do desenvolvimento.

Nesse contexto, agradeço também às comunidades rurais do município de Ilhéus – Barra de Itaípe, Aritaguá, Vila Juerana e Castelo Novo – por me acolherem de forma gentil e afetiva durante toda a pesquisa de campo realizada. Gratidão também aos movimentos socioambientais baianos em defesa da Lagoa do Abaeté, em Itapuã, e na proteção ambiental dos biomas da Chapada Diamantina, nos nomes, respectivamente das iniciativas pelo Tombamento da Lagoa do Abaeté e da Associação Vale do Brejão de Agricultores Familiares e Guias de Ecoturismo de Ibicoara, na Chapada Diamantina. Esses movimentos, por mais de duas décadas, tanto em Itapuã quanto no distrito rural do Brejão, forjaram a minha identidade territorial, minhas topofilias e me deram vivência em ruralidade e ruralidade metropolitana. As experiências vividas me ajudam a compreender os meandros da coexistência rural-urbana e as tensões psíquicas-socioterritoriais nas comunidades rurais atravessadas pelos projetos de desenvolvimento urbano-industriais.

*In memoriam* agradeço aos ensinamentos do mestre e educador “Nêgo Bispo”, por nos provocar sobre a importância da sabedoria popular na produção do conhecimento; agradeço também à profa. Joselita Macêdo Filha, pelos estudos da metodologia utilizada nesta tese. Também *in memoriam* agradeço aos meus mestres: à profa. Tereza Cristina Siqueira de Cerqueira, que me inspirou a fazer ciência quando eu ainda era um jovem psicólogo; aos eternos

professores Silvio Bandeira de Mello, Nelson Baltrusis, Jorge Portugal e Leandro Amaral que, de mestres, se tornaram amigos que fazem muita falta. Eles continuam vivos em minha memória, me influenciando como educador, pesquisador, consultor, escritor e, acima de tudo, como cidadão e pessoa humana. Por fim, sou grato de coração aos meus pais, filhos, irmãos e minha companheira Luiza por me aturarem e cuidarem de mim nos bons e maus momentos. Amo vocês.

Ói, ói o trem, vem surgindo de trás das montanhas azuis, olha o trem

Ói, ói o trem, vem trazendo de longe as cinzas do velho éon

Ói, já é vem, fumegando, apitando, chamando os que sabem do trem

Ói, é o trem, não precisa passagem nem mesmo bagagem no trem

Quem vai chorar, quem vai sorrir?

Quem vai ficar, quem vai partir?

Pois o trem está chegando, 'tá chegando na estação

É o trem das sete horas, é o último do sertão, do sertão

Ói, olhe o céu, já não é o mesmo céu que você conheceu, não é mais

Vê, ói que céu, é um céu carregado e rajado, suspenso no ar

Vê, é o sinal, é o sinal das trombetas, dos anjos e dos guardiões

Ói, lá vem Deus, deslizando no céu entre brumas de mil megatons

Ói, olhe o mal, vem de braços e abraços com o bem num romance astral

Amém (Raul Seixas, Obra: Gita, 1974)

## RESUMO

O contexto deste estudo é a expansão de projetos urbano-industriais em áreas rurais, frequentemente amparada pelos discursos oficiais de progresso e desenvolvimento, que provocam profundas transformações socioambientais e subjetivas nos modos de vida pautados na ruralidade. Dentre as múltiplas afetações provocadas estão os processos de des-territorialização e, especificamente, a dimensão psicossocial associada à perda do território. A tese aqui defendida é que a des-territorialização provocada pela implantação da Ferrovia de Integração Oeste Leste - FIOLE e do Porto Sul, no município de Ilhéus, na Bahia, tem repercussões psicossociais que estão invisibilizadas dentro dos processos de licenciamento ambiental. Para isso, chega-se ao objetivo de pesquisa, que consiste em como desvelar, evidenciar, qualificar e categorizar esse sofrimento decorrente das experiências de perda territorial analisadas. O propósito foi lançar luz na dimensão psicossocial invisibilizada nos processos de licenciamento ambiental, formulando as diretrizes teórico-metodológicas de um Indicador Qualitativo que explica a tensão representada pelo sofrimento psicossocial em contextos de des-territorialização promovidos pelo desenvolvimento urbano-industrial nas comunidades rurais estudadas. Este trabalho propôs o diálogo entre as ciências humanas, da saúde e sociais aplicadas, visando a construção de conhecimentos aplicáveis ao planejamento territorial e à gestão socioambiental nas comunidades afetadas pelas operações ferroviárias e portuárias. Neste percurso adotou-se uma fundamentação teórica transdisciplinar e pautada na complexidade, que vai das críticas ao desenvolvimento urbano-industrial às contradições do desenvolvimento sustentável. Discute-se, portanto, as repercussões psicossociais diante da perda dos territórios em comunidades rurais submetidas aos modos urbanos e industriais de vida. O recurso metodológico para demonstração desta afetação é a formulação do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP). Uma apropriação do protocolo metodológico do IQRM com o seu devido ajuste contextual para abarcar o objeto de estudo desta tese: os impactos psicossociais causados pelos processos de des-territorialização da FIOLE e do Porto Sul. A metodologia parte de uma pesquisa documental para, em seguida, estabelecer a vivência no território afetado. Através de uma pesquisa de campo de base qualitativa foi possível evidenciar múltiplos níveis de sofrimento e suas repercussões psicossociais nas comunidades rurais de Aritaguá, Barra de Itaípe, Vila Juerana e Castelo Novo frente aos processos de perda dos seus territórios. Foi possível constatar que estes impactos não foram previstos nem levados em conta no licenciamento ambiental da FIOLE e do Porto Sul. Os resultados, ao promover a qualificação e categorização das evidências de sofrimento psicossocial, os riscos de

saúde/segurança, ameaças e as consequências psicossociais dos processos de desapropriação estudados, marcam o lugar dos estudos psicossociais no território. Integra-se aqui teoria e prática decorrentes da experiência de mais de uma década de atuação deste autor como consultor junto às principais ferrovias e terminais portuários brasileiros. Uma tentativa de ajudar planejadores territoriais públicos e privados na atenuação das consequências da chegada da ferrovia e do porto, auxiliando na redução e/ou mitigação dos impactos da cadeia logística que se instala em Ilhéus, Sul da Bahia.

**Palavras-chave:** Sofrimento Psicossocial; Des-territorialização; Coexistência rural-urbana; Indicador Qualitativo; FIOLE e Porto do Sul.

## ABSTRACT

The context of this study is the expansion of urban–industrial projects into rural areas, frequently legitimized by official discourses of progress and development, which generate profound socio-environmental and subjective transformations in ways of life rooted in rurality. Among the multiple forms of disruption produced are deterritorialization processes and, specifically, the psychosocial dimension associated with the loss of territory. The central thesis defended here is that the deterritorialization caused by the implementation of the West–East Integration Railway (FIOL) and the Porto Sul complex, in the municipality of Ilhéus, Bahia, results in psychosocial repercussions that remain invisible within environmental licensing processes. This leads to the research problem: how to unveil, highlight, qualify, and categorize the suffering arising from the deterritorialization experiences analyzed. The purpose was to shed light on the psychosocial dimension rendered invisible in environmental licensing, formulating the theoretical–methodological guidelines of a Qualitative Indicator capable of explaining the tension represented by psychosocial suffering in contexts of deterritorialization promoted by urban–industrial development in the rural communities studied. This work proposes a dialogue among the human sciences, health sciences, and applied social sciences, aiming to build knowledge applicable to territorial planning and socio-environmental management in communities affected by railway and port operations. Throughout this process, a transdisciplinary theoretical foundation grounded in complexity was adopted, ranging from critiques of urban–industrial development to the contradictions of sustainable development. The thesis therefore discusses the psychosocial repercussions arising from the loss of territories in rural communities subjected to urban and industrial modes of life. The methodological resource adopted to demonstrate these impacts is the formulation of the Qualitative Indicator of Psychosocial Suffering (IQSP). This indicator is an adaptation of the IQRM methodological protocol, customized to encompass the object of this thesis: the psychosocial impacts generated by the deterritorialization processes associated with FIOL and Porto Sul. The methodology begins with documentary research and subsequently establishes immersion within the affected territory. Through qualitative, field-based research, it was possible to identify multiple levels of suffering and their psychosocial repercussions in the rural communities of Aritaguá, Barra de Itaípe, Vila Juerana, and Castelo Novo, in response to the loss of their territories. The study found that these impacts were neither anticipated nor taken into account in the environmental licensing of FIOL and Porto Sul. By promoting the qualification and categorization of evidence of psychosocial suffering, as well as associated health and safety risks, threats, and the psychosocial consequences of the expropriation processes examined, the results reaffirm the

relevance of psychosocial studies within the territorial context. This work integrates theory and practice arising from the author's more than a decade of experience as a consultant to major Brazilian railways and port terminals. It represents an effort to assist public and private territorial planners in mitigating the consequences of the arrival of the railway and port systems, contributing to the reduction and/or mitigation of impacts associated with the logistics chain being installed in Ilhéus.

**Keywords:** Psychosocial Suffering; Deterritorialization; Rural–Urban Coexistence; Qualitative Indicator; FIOOL and Porto do Sul.

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Diretrizes para pesquisa de campo .....	113
Quadro 2 - Roteiro para realização de Entrevista Semiestruturada.....	113
Quadro 3 - Dimensões Constitutivas das tensões psíquicas-socioterritoriais .....	120
Quadro 4 - Tensões psíquicas-socioterritoriais .....	122
Quadro 5 - Determinações explicativas do IQRM, do IQSC e do IQTA consideradas para formulação do IQSP .....	127
Quadro 6 - Condicionantes ambientais do Porto Sul e da Fiol sob o prisma dos impactos psicossociais.....	138
Quadro 7 - Condicionantes com enfoque nos impactos psicossociais em comunidades afetadas por projetos urbano-industriais.....	144
Quadro 8 - Registros jornalísticos e classificação das tensões psíquicas-socioterritoriais A, B, C e D. ....	146
Quadro 9 - Evidências da tensão psíquica socioterritorial (Tensão A).....	203
Quadro 10 - Evidências da tensão psíquica-socioterritorial (Tensão B).....	204
Quadro 11 – Evidência da tensão psíquica-socioterritorial (Tensão C).....	205
Quadro 12 - Quadro 13 - Evidências da tensão psíquica-socioterritorial (Tensão D) .....	206
Quadro 13 - Evidências das tensões psíquicas-socioterritoriais nos conteúdos jornalísticos - período de 2014 a 2014.....	207
Quadro 14 - Evidências das tensões psíquicas-socioterritoriais nas entrevistas semiestruturadas realizadas nas quatro comunidades investigadas.....	208
Quadro 15 - Variáveis independentes do IQSP.....	217
Quadro 16 - Quadro comparativo entre IQRM e IQSP.....	218
Quadro 17 - Caracterização das determinações das tensões psíquicas-socioterritoriais com enfoque nas variáveis dependentes .....	223
Quadro 18 - Síntese das Determinações das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais de A à D .....	226
Quadro 19 - Categorias de afetação psicossocial dos grupos sociais nos diferentes contextos de des-territorialização investigados .....	227
Quadro 20 - quadro sintético do indicador qualitativo de sofrimento psicossocial – IQSP .....	228
Quadro 21 - Identificação da entrevista semiestruturada em Barra de Itaípe .....	276

Quadro 22 - Identificação da Entrevista Semiestruturada em Aritaguá.....	282
Quadro 23 -Identificação da Entrevista Semiestruturada na comunidade Vila Juerana .....	287
Quadro 24 - Identificação da entrevista semiestruturada em Castelo Novo .....	294
Quadro 25 - Matriz de Análise Técnica para ser articulada ao Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial.....	305

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Onde ficará o Porto Sul .....	76
Figura 2 - Fluxo metodológico .....	105
Figura 3 - Fluxo metodológico das fases da pesquisa .....	107
Figura 4 - Mapa de Proximidade das 04 Comunidades Investigadas para os Ativos do Porto Sul e da FIOL.....	135
Figura 5 - Registros da Mata Atlântica .....	163
Figura 6 - Registros da Mata Atlântica .....	163
Figura 7 - Registro do Rio Almada .....	163
Figura 8 - Mapa do potencial logístico do Porto Sul.....	165
Figura 9 - Registros da Sede Administrativa e Operacional da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe e filiação à Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura .....	168
Figura 10 - Registros da Sede Administrativa e Operacional da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe .....	168
Figura 11 - Registros da Infraestrutura da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe A..	170
Figura 12 - Registros da Infraestrutura da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe B..	170
Figura 13 - Placa de Identificação do Terminal Portuário do Porto Sul em Aritaguá (A) .....	174
Figura 14 - Placas de Identificação do Terminal Portuário do Porto Sul em Aritaguá (B).....	175
Figura 15 - Estrada de ferro sobre o Rio Almada.....	176
Figura 16 - Estrada de Ferro sobre o Rio Almada.....	176
Figura 17 - Registro da Mata Atlântica no acesso ao Terminal Portuário Porto Sul	183
Figura 18 - Acesso ao Terminal Portuário Porto Sul. ....	184
Figura 19 - Pátio de operações portuárias Porto Sul .....	184
Figura 20 - Placa do Pátio de operações portuárias do Porto do Sul.....	184
Figura 21 - Pesca de Lama no Rio Almada, na vila Juerana, Ilhéus, BA .....	186
Figura 22 - Bioma de Mata Atlântica do Sul da Bahia, Ilhéus, BA .....	193
Figura 23 - Acesso à comunidade Castelo Novo, Estrada do Chocolate, Ilhéus .....	194
Figura 24- Acesso à comunidade Castelo Novo, Estrada do Chocolate, Ilhéus .....	194
Figura 25 - Centro de Castelo Novo.....	195
Figura 26 - Centro de Castelo Novo.....	195

Figura 27 - Evidência de proibição do uso das estruturas urbanas construídas pela BAMIN.....	198
Figura 28 - Registro da Assembleia Geral da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe	276
Figura 29 - Histórico da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe .....	278
Figura 30 - Registro da estrutura física da sede da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe .....	278
Figura 31 - Registro da estrutura física da sede da Colônia de Pesca de Barra do Itaípe (B).....	278
Figura 32 - Registro da Visita à Associação e Histórico da Colônia de Pesca de Barra do Itaípe .....	279
Figura 33 - Registro do histórico da Colônia de Pesca de Barra do Itaípe.....	279
Figura 34 - Rua principal do distrito Rural de Aritaguá - Ilhéus (BA) .....	282
Figura 35 - Via de acesso de Aritaguá .....	283
Figura 36 - ruas sem pavimentação em Aritaguá .....	284
Figura 37 - Proximidade do povoado de Aritagua com o rio Almada - Ilhéus (BA) .....	285
Figura 38 - Ruralidade de Aritaguá e a estrada de ferro da BAMIM.....	286
Figura 39 - Ponte sobre o rio Almada .....	288
Figura 40 - Participação em facilitação de educação ambiental em Escola Municipal de Juerana .....	288
Figura 41 - Contação de história na Atividade Literária da Escola Municipal de Juerana .....	289
Figura 42 - Comunidade Escolar da Vila Juerana, Ilhéus .....	290
Figura 43 - Comunidade Escolar da Vila Juerana, Ilhéus (B).....	290
Figura 44 - Registros da ruralidade na Vila Juerana - Ilhéus (BA).....	291
Figura 45 - Atividade de pesca artesanal na Vila Juerana, Ilhéus (BA).....	292
Figura 46 - evidência da ruralidade no acesso principal a Castelo Novo.....	295
Figura 47 - Ruralidade e presença da natureza no povoado de Castelo Novo .....	296
Figura 48 - Únicas vias pavimentadas no povoado de Castelo Novo, Ilhéus A.....	296
Figura 49 - Únicas vias pavimentadas no povoado de Castelo Novo, Ilhéus .....	297
Figura 50 - centro do povoado de Castelo Novo.....	297
Figura 51 - centro do povoado de Castelo Novo (B) .....	298
Figura 52 - Extrativismo vegetal na Mata Atlântica de Castelo Novo.....	299

## ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- AIP – Avaliação de Impactos Psicossociais  
AIS – Avaliação de Impactos Sociais  
BAMIN – Bahia Mineração (empresa proprietária do Porto Sul)  
CES / FEIC – Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa (Ministério da Saúde)  
CUIDA SM – Escala de Avaliação da Necessidade de Cuidado em Saúde Mental  
EIA / RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente
- FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia  
FCA – Ferrovia Centro-Atlântica da VLI  
FIB – Felicidade Interna Bruta  
FIOL – Ferrovia de Integração Oeste-Leste  
FICO-FIOL - Incorporação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste ao Projeto FIOL  
FNS – Ferrovia Norte-Sul da VLI  
FIP – Fatores de Impacto Psicossocial  
GRUPO DE PESQUISA DSN – Desenvolvimento, Sociedade e Natureza  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
IDF – Índice de Desenvolvimento Familiar  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IFBAIANO – Instituto Federal Baiano  
INEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente do Governo do Estado da Bahia IQRM – Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana
- INFRA S.A. - Antiga empresa VALEC responsável pelo Projeto FIOL / FICO-FIOL  
IQSC – Indicador Qualitativo de Segurança Cidadã  
IQTA – Indicador Qualitativo de Tensão no Uso das Águas  
IQSP – Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial  
ISSA – Indicador de Sustentabilidade Socioambiental  
PIB – Produto Interno Bruto  
PORTO do PECÉM – Terminal Portuário do distrito cearense do Pecém  
PORTO SUL – Terminal Portuário da Bahia Mineração em Ilhéus (BA)  
PPGTAS/UCSAL – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador
- RAPS – Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
TIPLAM – Terminal Integrado Portuário Logístico de Santos em São Paulo  
UEOPR – Universidade Federal do Oeste do Paraná  
VLI – Valor Logística Integrada: empresa de logística ferroviária e portuária

## Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	33
2.1.	Das críticas ao desenvolvimento urbano-industrial às contradições do desenvolvimento sustentável .....	34
2.2.	Dinâmicas territoriais e consciência de lugar: pressupostos para o desenvolvimento de base local, ecológica e cultural .....	51
2.3.	O lugar dos estudos psicossociais no território: fundamentos para o indicador qualitativo de sofrimento psicossocial (IQSP) .....	93
3	METODOLOGIA.....	104
3.1.	Fase I – panorama dos procedimentos metodológicos e pesquisa documental 108	
3.2.	Fase II – Delimitação do Objeto Empírico.....	109
3.2.1.	Vivência no território, diretrizes da pesquisa documental, da pesquisa de campo e das entrevistas semiestruturadas e coleta de dados .....	109
3.3.	Fase III – Aprofundamento analítico nas comunidades selecionadas .....	115
3.4.	Aspectos teórico-metodológicos da análise qualitativa e o protocolo metodológico do IQRM.....	116
4	A REALIDADE DO SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL EM EXPERIÊNCIA TERRITORIAL.....	134
4.1.	Dimensão psicossocial no conteúdo documental .....	137
4.2.	Sufrimento psicossocial no território: resultados e discussões da pesquisa de campo 145	
4.2.1.	Resultados na documentação jornalística, manifestos e redes sociais da sociedade civil 145	
4.2.2.	Resultados das entrevistas semiestruturadas .....	162
4.3.	Comunidade de Barra de Itaípe – Ilhéus (Bahia) .....	167
4.4.	Comunidade de Aritaguá – Ilhéus (Bahia) .....	173
4.5.	Comunidade Vila Juerana – Ilhéus (Bahia):.....	182

4.6.	Comunidade de Castelo Novo – Ilhéus (Bahia) .....	192
4.7.	Sufrimento psicossocial sob des-territorialização a partir do indicador qualitativo	200
5	DISCUSSÕES EM TORNO DO IMPACTO DO SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL NO IQSP EM SÍNTESE DE DETERMINAÇÕES.....	231
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	242
	REFERÊNCIAS .....	247
	ANEXO A – TERMO DE APROVAÇÃO E CONSENTIMENTO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (GOVERNO FEDERAL DO BRASIL).....	259
	ANEXO B –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....	266
	ANEXO C - DIÁRIO DE CAMPO DE EXPERIÊNCIA VIVIDA NAS COMUNIDADES DE ITAÍPE, ARITAGUÁ, VILA JUERANA E CASTELO NOVO .....	276

## 1 INTRODUÇÃO

No litoral sul da Bahia, o município de Ilhéus sedia um dos maiores projetos de desenvolvimento urbano-industrial do Brasil: a instalação da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) integrada à operação do terminal portuário do Porto Sul. Um empreendimento logístico de grande porte para exploração e transporte de minério de ferro. Conseqüentemente, existem grupos sociais no município baiano que vivem o contexto da chegada do projeto e, sobretudo, a expectativa para a convivência permanente com esse trem – da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) – e tudo mais que esse mar de mudanças – do Porto Sul – representa.

A FIOL e o Porto Sul fazem parte do Projeto BAMIN, da empresa Bahia Mineração. Desde 2010 a Bahia Mineração é controlada pela *Eurasian Natural Resources Corporation* (ENRC), do Cazaquistão. “A ENRC é uma empresa de mineração oriunda originalmente do Cazaquistão que tem como controladores o denominado trio cazaque: Mashkevich Aleksandr, Shodiev Patokh e Ibragimov Alidzhan” (Cavalcante, 2025, p. 1). De acordo com a entrevista realizada com o professor Rui Rocha, do Movimento Sul da Bahia Viva, este grupo empresarial já investiu 2,2 bilhões de dólares na BAMIN e já concluiu 60% das obras do trecho 1 da FIOL<sup>1</sup>. O referido projeto é considerado de interesse estratégico para o Governo Federal do Brasil, conta com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério dos Transportes.

A instalação da FIOL prevê a ligação com a malha ferroviária do município de Caetité até o Porto Sul, em Ilhéus, no estado da Bahia, com vistas a alavancar o setor de mineração de minério de ferro, atravessando 20 municípios baianos. Mesmo que as obras ainda não estejam concluídas, o município de Ilhéus e, especificamente, as comunidades selecionadas como escopo desta pesquisa, já convivem há mais de uma década com os processos de desapropriações. Convivem também com ameaças e riscos relacionados às proibições e mudanças territoriais impostas aos sujeitos sociais afetados pelo empreendimento, pois vivem alterações permanentes nas suas relações com o trabalho, com a cultura, com a vida social comunitária e com a natureza.

---

<sup>1</sup> Informações dadas por Rocha em entrevista realizada em 20/04/2024.

Essa realidade demanda estudos e planejamento que levem em conta a complexidade das transformações permanentes, bem como a interdependência dos seus aspectos socioambientais, econômicos e culturais. Esta pesquisa se propôs investigar, junto às comunidades mais próximas da FIOLE e do Porto Sul, que vivem em contextos rurais e estão expostas às interfaces com as operações diretamente afetadas pela implantação das estruturas urbano-industriais, alguns impactos dessas operações. São comunidades rurais cujas experiências vividas – profundamente conectadas à natureza – convivem com os processos de desapropriação e perda dos seus territórios afetivos, ligados à suas identidades, de vida social e comunitária. Portanto, o questionamento que mobiliza a pesquisa é: como qualificar os impactos psicossociais oriundos do processo de des-territorialização, cuja causa é a integração e implementação da FIOLE e Porto Sul?

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador (PPGTAS/UCSAL), apoiada financeiramente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Essa investigação está voltada ao reconhecimento do impacto psicossocial nas comunidades que mais sofrem e sofrerão interferências diante da operação dos ramais ferroviários da FIOLE, no trecho final da ferrovia, onde acontecerá o entroncamento logístico com as estruturas do Porto Sul. Foi nesse trecho de encontro da ferrovia com o porto que esta pesquisa analisou os processos de des-territorialização em curso, considerando seus parâmetros relacionados aos impactos psicossociais nas comunidades estudadas.

Consideramos o território com acepção integradora, uma espécie de experiência total do espaço, que conjuga diferentes componentes da vida social: um ambiente que circunscreve o limite entre exterior/interior, entre o outro e o semelhante, onde se lê – na relação funcional e simbólica, um conjunto de idealidades partilhadas (Chivallon, 1999, p. 6). Desta concepção de território decorre a concepção de des-territorialização utilizada nesta tese, que parte de sua dimensão social, isto é: da reapropriação e domínio do espaço ligada aos processos de exclusão socio-espacial, como perda de acesso à terra, vista não só no papel de reprodução material, de sentido físico, mas como *locus* de apropriação simbólica (Haesbaert, 2003). A ênfase dada à dinâmicas políticas e culturais vinculadas ao território não ignora a des-territorialização como fenômeno atrelado à dinâmica econômica que dilacera territórios e subordina poderes políticos, bem como condiciona a reformulação de estratégias em torno das identidades. Essa reformulação da estratégia identitária fortalece o uso hifenizado de des-territorialização, pois pressupõe que a des-territorialização impõe a reorganização, a reterritorialização, e a

reelaboração de identidades: o hífen demonstra a indissociabilidade destas duas faces da des-territorialização (Haesbaert, 2003).

A base empírica delimitada são as comunidades rurais da Barra de Itaípe, Aritaguá, Vila Juerana e Castelo Novo, onde foram identificados os grupos sociais mais afetados pelos processos de des-territorialização provocados pela instalação da FIOLE e do Porto Sul e pelas futuras operações logísticas. São comunidades situadas diretamente no entorno do encontro da FIOLE com o Porto Sul, nas proximidades da Lagoa Encantada (Município de Ilhéus, Estado da Bahia), que estão submetidas às desapropriações e adequações das suas relações com a natureza e com o trabalho. A afetação socioeconômica, ambiental e cultural para essas comunidades tem como resultado impactos psicossociais subestimados na perspectiva ou avaliação de impacto da FIOLE e do Porto Sul.

A hipótese desta tese é esta: as intervenções de desenvolvimento urbano-industrial no município de Ilhéus, nas localidades de Aritaguá, Barra de Itaípe, Vila Juerana e Castelo Novo para implantação da interseção logística composta pela FIOLE e pelo Porto Sul, geram impactos psicossociais invisibilizados dentro dos processos de licenciamento ambiental e de instalação industrial em curso. Assim, o objetivo desta pesquisa é: desvelar, evidenciar, qualificar e categorizar esse sofrimento decorrente das experiências de perda territorial analisadas.

O propósito de lançar luz à dimensão psicossocial invisibilizada nos processos de licenciamento ambiental possibilitou formular as diretrizes teórico-metodológicas de um Indicador Qualitativo, este Indicador explica a tensão representada pelo sofrimento psicossocial em contextos de des-territorialização promovidos pelo desenvolvimento urbano-industrial nas comunidades rurais estudadas. A proposta deste Indicador Qualitativo tem por base o Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana - IQRM (Alencar, 2007a), uma vez que esta tese pretende subsidiar discussões e reflexões teórico-metodológicas capazes de dar contornos a uma abordagem tanto qualitativa quanto propositiva. O recurso metodológico para demonstração desta afetação é a formulação do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP). Uma apropriação do protocolo metodológico do IQRM com o seu devido ajuste contextual para abarcar o objeto de estudo desta tese: os impactos psicossociais causados pelos processos de des-territorialização da FIOLE e do Porto Sul.

Compreende-se aqui que a metrópole não se define apenas por sua dimensão física. A dimensão da metrópole alcança onde quer que seja para viabilizar o desenvolvimento urbano e

industrial, este alcance pode ser entendido como a área de expansão da metrópole, local onde o capital se expande e se apropria metropolitanamente enquanto projeto de sociedade (Lencione, 2008).

Esta pesquisa estabelece, para melhor alcançar seus objetivos, o diálogo entre as ciências humanas, da saúde e sociais aplicadas, visando a construção de conhecimentos aplicáveis ao planejamento territorial e à gestão socioambiental nas comunidades afetadas pelas operações ferroviárias e portuárias. Neste percurso, adotou-se uma fundamentação teórica transdisciplinar e pautada na complexidade, que vai das críticas ao desenvolvimento urbano-industrial às contradições do desenvolvimento sustentável. Discute-se, portanto, as repercussões psicossociais diante da perda dos territórios em comunidades rurais submetidas aos modos urbanos e industriais de vida.

Neste sentido, uma vez que o enfoque deste trabalho são os impactos psicossociais dos sujeitos em sofrimento por conta dos processos de des-territorialização, provocados pela instalação da FIOL e do Porto Sul, partimos, neste estudo, de uma crítica aos padrões hegemônicos do desenvolvimento urbano-industrial, intimamente ligados à invisibilização dos impactos psicossociais daqueles grupos sociais de algum modo marginalizados no que diz respeito a este desenvolvimento. Assim, as assertivas de Celso Furtado colocam em evidência a distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico. Para ele, a partir de Ignacy Sachs:

O que importa é deixar bem claro que o desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente. Como bem disse Celso Furtado num dos seus derradeiros pronunciamentos, 'só haverá verdadeiro desenvolvimento, que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente' (Sachs, 2005, p. 214)

Ainda segundo Ignacy Sachs:

Furtado em 1974 nos advertia que o desenvolvimento econômico "é um simples mito", que a promessa dos povos pobres desfrutarem do padrão de consumo gerado pelo capitalismo industrial "é simplesmente irrealizável", pois este estilo de vida "será sempre o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico (...) é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana". (Sachs, 2005, p. 214)

A ilusão propagada pelo desenvolvimento, segundo a qual as classes mais desfavorecidas, a partir da adoção e da prática deste modelo, podem usufruir dos benefícios dele e satisfazer suas próprias necessidades, deve ser levada em conta. Isso porque essa ilusória perspectiva ignora a crescente e contínua produção de desigualdades socioeconômicas que o desenvolvimento perpetua em diversos territórios, sejam estes rurais, urbanos e/ou territórios populares. É o que tem ocorrido e que se aprofundará no município de Ilhéus.

Outra crítica pertinente para o presente trabalho diz respeito ao conceito de desenvolvimento sustentável. Nascido na década de 1990, esse conceito foi pensado como um modelo “com a capacidade de satisfazer as necessidades imediatas e dar conta dos desafios socioambientais do presente, sem perder de vista que as futuras gerações possam também satisfazer as suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46). Entretanto, levando-se em conta o paradigma da complexidade (Morin, 2011) e, também, as condições de alteridade à luz do cenário atual, com as consequências deste período pós pandêmico e diante do processo de emergência climática que vivemos, é possível perceber algumas incoerências, contradições e até certa vaguidão do conceito de desenvolvimento sustentável, que, para Marcos Aurélio Saquet, consiste na tomada da natureza pelo mercado, no capitalismo neoliberal (Saquet, 2018).

Para o autor Edgar Morin, teórico do desenvolvimento sustentável à luz da complexidade “estamos enfermos do desenvolvimento”. Pois esse “desenvolvimento” se revela contaminante da natureza e das culturas. Então, o que podemos fazer? É suficiente criticar o “mal-desenvolvimento” e redefini-lo? Para Lisboa (2000), os debates em torno de uma alternativa de desenvolvimento entre:

Desenvolvimento humano, na escala humana, social, integral, endógeno, sustentável, alternativo, eco-desenvolvimento, etno-desenvolvimento... Nesta procura por um “outro” desenvolvimento, pelo “desenvolvimento perdido”, o esforço de reconceituação descobre e incorpora novos adjetivos (revelando a carência do conceito) que qualificam o essencial, o permanente substantivo: desenvolvimento, uma ideia tragicamente subdesenvolvida. Se não se cura o mal com o mal, não podemos remediar as insuficiências da industrialização com mais industrialização, mais desenvolvimento. Talvez estejamos andando em círculos. Não se trata de reconceituá-lo. Trata-se de abandoná-lo. (Lisboa, 2000, p. 11).

Com essa compreensão sistêmica acerca do nosso desenvolvimento, percebemos que o que está em jogo não é a realização de uma sociedade justa, mas sim o desenvolvimento das forças produtivas através de um padrão industrial capitalista de tipo individualista-consumista não generalizável para toda sociedade (Lisboa, 2000). Portanto, ainda segundo Lisboa:

O desenvolvimento não é solução, é parte do problema, passando a ser visto cada vez mais como ameaça (na última Conferência Mundial da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento - México, abril de 1994 - a preocupação era "proteger a Terra do desenvolvimento"). Afirma Cuéllar, ex-secretário geral da ONU, que “nossas formas de desenvolvimento baseados na expansão contínua do consumo material não são viáveis nem prorrogáveis ao infinito. Não apenas elas dilaceram o tecido de que as culturas são feitas como também ameaçam a biosfera e a sobrevivência da humanidade”. Faz-se necessário deter o desenvolvimento, estabelecendo prioridades totalmente diferentes para a atividade humana (Lisboa, 2000, p. 10).

Não é mais o momento para uma reconceituação e sim a necessidade imperativa de abandono deste conceito, bem como de seus subprodutos, pois não mais reflete o perfil de sociedade que nos tornamos, nem os desafios planetários relacionados à emergência climática. Nessa busca por novos paradigmas que possam substituir o desenvolvimento sustentável, assim como ajudar a espécie humana no desafio pela sobrevivência, não temos respostas prontas. Este trabalho qualifica e aprofunda os questionamentos com provocações que, ao gerar inquietação e tomada de consciência, possam servir de ensejo ao cultivo de novos valores e novas práticas calcadas na reciprocidade, na solidariedade e no pensamento sistêmico. A presente pesquisa pretende também contribuir na tentativa de reconduzir a vida humana no planeta Terra para alguma condição de equilíbrio. Destarte, a presente tese propõe uma reflexão sobre a implantação da FIOLE e Porto do Sul a partir da crítica às noções de desenvolvimento, bem como propõe o IQSP, um instrumento capaz de qualificar os impactos do desenvolvimento no caso da des-territorialização estudada em Ilhéus. Embora o trabalho não tenha condições, a considerar o escopo e as limitações de uma tese, de solucionar o problema do desenvolvimento, propõe um instrumento capaz de realizar um diagnóstico de alguns impactos invisibilizados na implantação e operacionalização da FIOLE e Porto Sul. Diante da crítica de Marcos Aurélio Saquet ao conceito de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como da distinção entre Desenvolvimento e Crescimento, de Furtado (Sachs, 2005), propomos nesta tese um exame atento da implementação da FIOLE e do Porto do Sul, bem como a proposta da criação do IQSP.

Nesse sentido, munidos de uma perspectiva crítica em torno da ideia de crescimento econômico, bem como da ideia de desenvolvimento sustentável, reconhecemos a importância do alerta de Ailton Krenak, segundo o qual:

A ideia de que o mundo está acabando é uma ótima desculpa pra gente não fazer nada e, é mais fácil a gente acreditar que o mundo que nós vivemos pode acabar, do que nós sejamos capazes de introduzir mudanças nesse mundo, e isso é de uma cretinice escandalosa. Além da preguiça, da falta de coragem, ela denuncia também um cretinismo, que seria o empobrecimento do espírito. Nós temos que ter a capacidade de mudarmos o mundo que estamos habitando. Sobretudo quando nós sabemos o dano que estamos causando no mundo com a nossa maneira de estar aqui. (Ideias para adiar o fim do mundo, 2018, 00:04:15)

Precisamos, então, olhar para os antecedentes históricos, o contexto cultural e os desdobramentos socioambientais das implementações práticas pautadas no conceito de desenvolvimento, enquanto uma construção ocidental, cuja industrialização e o crescimento ilimitado funcionam como força motriz. Chamamos a atenção à expansão da pobreza que a este desenvolvimento está atrelada, queremos desvelar a face oculta deste mesmo desenvolvimento: no caso desta tese, o impacto psicossocial causador de sofrimento para grupos desterritorializados.

Em suma, o conceito de desenvolvimento tal qual vem sendo aqui apresentado, quer econômico, quer sustentável, tem necessidade de ser criticado, no intuito de frear ou minimizar os efeitos decorrentes destas percepções em torno do desenvolvimento. Como afirma categoricamente Drucker: "todos sabem que o desenvolvimento econômico não deu certo, que foi um absoluto fracasso" (Drucker, 1991, p. 117).

Feita uma crítica às ideias de crescimento econômico – pautada na noção de desenvolvimento de Celso Furtado – bem como de Desenvolvimento Sustentável, a partir de Marco Aurélio Saquet, pensemos os grupos sociais, em contextos rurais e urbanos, que são diretamente afetados por processos de des-territorialização no município de Ilhéus. Vale ressaltar que tais processos de des-territorialização se dão no âmbito do desenvolvimento.

Uma vez que estamos tratando do lugar dos estudos psicossociais na abordagem territorial e posicionando esta produção no bojo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, podemos reconhecer os desafios enquanto sociedade para melhor tratarmos do que nos acostumamos a chamar de ‘externalidades’ ou ‘efeitos colaterais’ ou ainda como ‘impactos

indiretos' do desenvolvimento urbano-industrial. E, desde já, este trabalho deixa claro – inspirado nas assertivas de Joilson Santos Santana, que nenhum impacto pode ser considerado indireto por parte de quem os vive (Santana, 2025). Desse modo abordamos as condições de sofrimento psicossocial em suas interfaces com as transformações territoriais nas comunidades estudadas no município baiano de Ilhéus.

Este trabalho analisa, para tanto, como as comunidades rurais afetadas por projetos urbano-industriais desenvolvem seus afetos e identidades projetadas na inter-relação com o território, diante das expectativas de mudanças e das complexas transformações que já enfrentam. Essa questão emerge do entendimento de que as comunidades rurais diretamente afetadas por projetos de transformação urbana e/ou industrial desenvolvem seus afetos e identidades em relação com o território, construindo estratégias e possibilidades de adaptação às complexas mudanças que vivenciam, resignificando seus afetos e identidades através dos seus potenciais de resiliência. (Haesbaert, 2003). As alterações em torno dessas relações implicam impactos psicossociais.

Os sujeitos sociais potencialmente afetados pelas construções e operações do projeto que integra a Ferrovia de Integração Oeste Leste - FIOLO ao Porto Sul, objeto desta pesquisa, já convivem com os impactos psicossociais diante das transformações territoriais gradualmente promovidas pelo referido projeto de desenvolvimento e pelas obras para sua implementação. Seus modos de vida rurais, em profunda conexão com a natureza e com relações afetivas e identitárias com suas comunidades estão sendo atravessados pelo desenvolvimento urbano-industrial. É importante salientar que estamos falando de projeto, anunciado, não de obra concluída; de obra com andamento intermitente que retroalimenta expectativas frente ao desconhecido, o que, por si só, tem potencial de gerar medos, ansiedades, inseguranças, entre outros impactos psicossociais continuados ao longo de muitos anos.

Ao compreender o processo de desenvolvimento afetivo e identitário na relação dessas comunidades com seus territórios torna-se possível analisar as repercussões psicossociais nesses grupos sociais frente aos processos de des-territorialização e, com isso, potencializar a participação dos sujeitos nas adaptações físicas dos seus próprios territórios. Isso favorece, não apenas o reconhecimento, o cuidado e a conservação destes, mas também a compreensão do sentimento de pertença e das condições de saúde coletiva na interface da experiência vivida nessas comunidades afetadas pelo desenvolvimento. Condições necessárias para discutirmos a coexistência rural e urbana, as dinâmicas de ruralidades metropolitanas e para apresentarmos

em seguida reflexões sobre a consciência de lugar e o desenvolvimento territorial de base local, ecológica e cultural (Saquet, 2018).

Esta pesquisa objetivou desvelar nas comunidades selecionadas os contextos de sofrimento psicossocial provocados pela instalação e operação da FIOL e do Porto Sul para reconhecer e categorizar, de forma qualitativa, esse sofrimento e as suas repercussões psicossociais frente às ameaças, riscos e à perda dos seus territórios afetivos, identitários, comunitários, de trabalho e/ou de moradia.

Fazem parte dos objetivos desse esforço científico, de forma complementar: (1) desenvolver uma análise teórica sobre o Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM) e suas variações metodológicas à luz das realidades rurais afetadas pelo projeto urbano-industrial em pauta, com vistas a esboçar um delineamento preliminar, como variação deste indicador, cuja abrangência deve alcançar os níveis de sofrimento psicossocial decorrentes dos processos de des-territorialização encontrados na delimitação do objeto empírico; (2) investigar aspectos afetivos, cognitivos e identitários na relação com o território com o objetivo de relacioná-los com as mudanças territoriais na área de influência das operações da FIOL e do Porto Sul, reconhecendo as diferentes perspectivas e experiências vividas ligadas ao passado, presente e futuro nas comunidades afetadas; (3) apropriar a análise teórico-metodológica do IQRM aos resultados da pesquisa de campo nas comunidades investigadas para a fundamentação de um Indicador Qualitativo – com enfoque nas referências e inspirações para o seu desenvolvimento futuro – capaz de desvelar os impactos psicossociais, reconhecendo, qualificando e categorizando os níveis de sofrimento e impactos psicossociais diante dos processos de des-territorialização vividos.

Esta tese, ao analisar a relação das populações rurais subalternizadas às diretrizes desenvolvimentistas ligadas ao mercado global, busca como aporte teórico-metodológico a integração dos estudos psicossociais, articulada à abordagem territorial, atribuindo destaque aos impactos psicossociais do desenvolvimento urbano-industrial nos modos de vidas de populações rurais afetadas. Metodologicamente se fundamenta uma representação complexa do cotidiano, colocando o conhecimento acerca do desenvolvimento em outras bases epistemológicas. Tais bases epistemológicas assumem a alteridade científica, ou seja, partem da ótica do fazer ciência em busca de sentido social, opondo-se à noção de distanciamento e neutralidade, ao produzir conhecimento científico de forma participativa, buscando uma narrativa contra-hegemônica frente às condições de desigualdades e opressão. Nesse contexto,

ganham destaque as contribuições teóricas de Marco Aurélio Saquet (2018, 2019), Cristina Maria Macêdo de Alencar (2007), assim como de Alencar e Paul J. Schwaizer (2008), Marcelo Lopes de Souza (2019, 2020) e Ubiratan D`Ambrósio (2011, 2019).

A delimitação do escopo desta pesquisa considera as comunidades que convivem com as ameaças e riscos de remoção compulsória, bem como com os transtornos causados pelos processos de des-territorialização, onde se encontra o trecho final da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) com o Porto Sul, no município de Ilhéus. Precisamente, essas comunidades estão no entorno da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada, nas proximidades do Rio Almada, são Aritaguá, Barra de Itaípe, Vila Juerana e Castelo Novo. A Lagoa Encantada, representada na figura 1, com toda sua representação simbólica e identitária para os povos deste território, e para além da sua importância ecológica e ecossistêmica, talvez seja um dos principais símbolos locais de defesa da sociobiodiversidade em Ilhéus. E representa também um repositório de preocupações quanto à magnitude dos impactos socioambientais, econômicos e culturais advindos da instalação do Porto Sul e da FIOL. Para a definição deste escopo recorreremos ao mapa extraído do Relatório de Impacto no Meio Ambiente (HYDROS/ORIENTA, 2010, p. 321)

A transformação territorial impacta decisivamente as relações dos pescadores da Barra do Itaípe, objeto empírico desta tese. Aritaguá está em zona portuária e próxima à área dragada. O referido mapa evidencia as áreas diretamente afetadas, tanto em meio terrestre, quanto no ambiente marinho, com destaque para as áreas a serem dragadas para favorecer as operações portuárias. Vila Juerana, assim como Aritaguá, fica às margens do Rio Almada e é uma comunidade rural no litoral de Ilhéus, que tem o turismo como principal atividade econômica. Ambas possuem forte interação com o Rio e concentram riquezas biológicas da mata atlântica, o que também poderá ser afetado pela construção e pelas operações da FIOL e do Porto Sul. O bairro da Barra de Itaípe agrega mais de dois mil (2.000) pescadores, esses estão fortemente mobilizados e em conflito com a construção do Porto Sul, pois sofrerão impactos permanentes na atividade pesqueira artesanal. Já a comunidade rural de Castelo Novo tem ligação com os aspectos históricos da ocupação territorial em Ilhéus, possui uma população que sobrevive do extrativismo e da agricultura familiar, além de estar também às margens do Rio Almada. São comunidades rurais distintas que, em prol do desenvolvimento regional, estão forçadas a conviver com processos de des-territorialização, impactos socioambientais, econômicos e perdas culturais permanentes.

O Município de Ilhéus e todas as comunidades situadas no entorno da APA da Lagoa Encantada e próximas ao pátio de operações da FIOLE e do Porto Sul, selecionadas para essa pesquisa, foram visitadas no mês de Julho de 2024 para reconhecimento geográfico, ajustes na delimitação do objeto empírico, coleta preliminar de dados, pesquisa de campo e visita complementar para aprofundamento analítico de contextos específicos de investigação. As quatro comunidades selecionadas foram definidas após a realização de um encontro articulado pelo coorientador desta tese, o professor e pesquisador José Rodrigues de Souza (DSN/PPGTAS e IF BAIANO). Este encontro contou com a presença do professor e pesquisador Rui Rocha que, além de viver em Ilhéus, é um dos pesquisadores e ativistas no contexto do acompanhamento do processo de licenciamento do Porto Sul. Assim, esse trabalho chama atenção específica aos impactos diretos dos processos de construção e operação da FIOLE e do Porto Sul em quatro comunidades no município de Ilhéus.

Podemos inferir que todas as comunidades possuem algo em comum: carregam a identidade rural, convivem com as desapropriações e restrições impostas pelo desenvolvimento urbano-industrial e são/serão afetadas pelas construções e operações ferroviárias e portuárias do complexo logístico representado pela FIOLE e pelo Porto Sul. São grupos sociais e comunidades cujas vozes precisam ser ouvidas e suas demandas locais levadas em conta no sentido da boa convivência com a FIOLE e com o Porto Sul.

A complexidade operacional do trecho final da ferrovia e do terminal portuário prevista para este território demanda atenuação e/ou mitigação dos impactos socioambientais, bem como econômicos, para as populações que irão conviver permanentemente com as operações logísticas nas proximidades do pátio de operações portuárias do Porto Sul. Essa contingência intensifica o potencial de danos psico-socio-territoriais, os quais se referem ao futuro anunciado para quando se iniciarem, além das obras de instalação, as futuras operações ferroviárias e portuárias, mas também refletem o sofrimento psicossocial diante dos processos de des-territorialização que acontecem, no tempo presente. São quase dez anos de convivência com as obras iniciadas pela empresa Bahia Mineração no município de Ilhéus e região sul da Bahia.

O desenvolvimento, portanto, chega nessas comunidades rurais dando contorno a um padrão hegemônico urbano-industrial de crescimento e afetando permanentemente, bem como de maneira radical, localidades com histórico e costumes rurais. Aqui, podemos desde já apontar alguns dilemas do desenvolvimento uma vez que o projeto urbano-industrial de implantação da FIOLE e do Porto Sul afetará muitas comunidades rurais impondo novos padrões de vida social e promovendo processos de des-territorialização e impactos diversos em grupos

sociais que ainda sofrerão mudanças significativas nos seus jeitos de viver e nas suas relações com seus territórios.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível para essa tese, reconhecer a profundidade e desenvolver uma categorização dos níveis de sofrimento e dos impactos psicossociais nessas comunidades. Para isso, apresentamos como produto uma articulação teórico-metodológica que permitiu modelar um indicador qualitativo que explique de maneira analítica essa tensão vivida pelas comunidades rurais investigadas, que envolve a coexistência rural e urbana, contextos de ruralidade metropolitana e os danos à saúde mental, repercussões psicossomáticas e psicossociais decorrentes das múltiplas perdas dos seus territórios. Podemos inferir que se trata de uma operação industrial que suscita preocupações quanto aos seus impactos socioambientais para as comunidades que estão, literalmente, vizinhas ao empreendimento da Bahia Mineração em Ilhéus.

Em linhas gerais, esta tese promove fundamentação teórica que fez críticas ao desenvolvimento urbano-industrial, trazendo também uma compreensão científica sobre os conceitos de território, territorialidade e des-territorialização. A partir daí, propõe uma abordagem sobre a dimensão psicossocial que fica invisibilizada dentro dos processos de licenciamento ambiental, até chegarmos no enfoque específico deste estudo que é a análise dos contextos de sofrimento psicossocial frente aos processos de des-territorialização. A metodologia parte de uma pesquisa documental para, em seguida, analisar a vivência no território afetado. Através de uma pesquisa de campo de base qualitativa foi possível evidenciar múltiplos níveis de sofrimento e suas repercussões psicossociais nas comunidades rurais de Aritaguá, Barra de Itaípe, Vila Juerana e Castelo Novo frente aos processos de perda dos seus territórios. Foi possível constatar que estes impactos não foram previstos nem levados em conta no licenciamento ambiental da FIOLE e do Porto Sul. Os resultados promovem a qualificação e categorização das evidências de sofrimento psicossocial, os riscos de saúde/segurança, ameaças e as consequências psicossociais dos processos de desapropriação estudados.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo teórico discute criticamente a coexistência do rural e do urbano e os contextos de ruralidade metropolitana atravessados por projetos de desenvolvimento urbano-industriais, tomando como situação empírica o projeto de transporte bimodal de cargas que conecta a FIOL e ao Porto Sul no Estado da Bahia.

Nesse percurso, o ponto de partida é uma abordagem histórica e contra hegemônica sobre o desenvolvimento urbano-industrial, levando em conta a evolução da problemática ambiental neste campo institucional.

A partir daí segue uma visão crítica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e logo após uma fundamentação teórica marcando conceitualmente as noções de território, territorialidade e des-territorialização.

Na sequência, esta tese focou num arranjo teórico baseado nas ciências humanas, na psicologia social, na psicologia ambiental e nos estudos sobre saúde coletiva para aprofundarmos os impactos psicossociais frente aos processos de des-territorialização vivenciados nas comunidades rurais estudadas.

Nesse contexto, este capítulo aprofunda os conceitos relacionados à ruralidade, fazendo uma articulação a partir da experiência teórico-metodológica do IQRM (Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana).

Como culminância, essa revisão teórica trouxe as contribuições do autor Marco Aurélio Saquet sobre consciência de lugar e o desenvolvimento de base local, ecológica e cultural para conectar este aporte teórico integrador no sentido do delineamento preliminar do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial proposto neste estudo.

## **2.1. Das críticas ao desenvolvimento urbano-industrial às contradições do desenvolvimento sustentável**

A indústria simboliza no contexto do desenvolvimento a promessa da abundância. Um símbolo do “quanto mais, melhor”. Como nos provoca o pesquisador especialista em Sociologia Econômica da UFSC Armando de Melo Lisboa (2000, p. 11) “o grande mito que justifica todo o sacrifício”. Na sociedade contemporânea as forças produtivas chocam-se com as condições da produção, com os limites naturais e transformam-se em forças destrutivas, gerando o esgotamento do crescimento econômico (ou seja, decrescimento) e a crise socioambiental. Nas palavras do autor Armando Lisboa “A aceleração do tempo com o capitalismo é a aceleração da degradação entrópica” (Lisboa, 2000, p. 7). Lisboa aprofunda essa discussão ao afirmar que nos tempos atuais:

Esgota-se um ciclo civilizatório e vislumbram-se as falsas bases da sociedade industrial. A produção industrial capitalista exige uma expansão constante, sem limites, acelerando o tempo próprio do processo produtivo (tempo histórico) de forma incompatível com o tempo (biológico-geológico) que requer a natureza para sua reprodução (Lisboa, 2020, p. 07).

Podemos inferir, portanto, nesse início da nossa fundamentação teórica, que é essencial na lógica industrial que cada novo produto crie mais necessidades do que satisfaz: Isso porque o sistema não visa a satisfação das necessidades, mas sim, uma busca constante em produzir e provocar novas necessidades. Para o economista e autor da obra *Capitalismo e Entropia*, Andri Werner Stahel (2002), a produção crescente exige um consumo crescente e, com isso, “necessidades continuamente insatisfeitas” (Stahel, 1994, p.13).

Para o escritor e teólogo brasileiro, um dos pioneiros da Teologia da Libertação, Hugo Assmann (1994, p. 120):

Produzir "sempre mais" é melhor apenas para a lógica da acumulação incessante de capital, encobrendo o efeito "sempre menos" no atendimento dos anseios mais profundos e concretos da maioria dos seres humanos.

O Posicionamento de Assmann revela a expansão do capital como expansão da pobreza. Dito de outro modo, a pobreza se acumula no capitalismo como consequência direta da expansão do capital, a qual destrói a milenar capacidade dos povos de autoproduzirem sua subsistência através do uso comum dos recursos naturais. A industrialização, longe de gerar abundância para todos e erradicar a pobreza, embora tenha produzido conforto material para uma quantidade maior de pessoas, ao, simultaneamente, produzir bens que só podem ser consumidos por poucos, aprofunda a pobreza relativa e gera pobreza absoluta. E a pobreza não é fruto da falta de recursos e sim da existência de privilégios.

Com o crescimento da produção industrial cresce a pobreza porque todo avanço na produção capitalista, ao desqualificar os produtos anteriores (processo de obsolescência forçada) e ao ser acessível apenas a uma minoria, está constantemente aumentando a desigualdade (fenômeno que Illich chama de "modernização da pobreza"). (Lisboa, 2000, p. 8)

Na perspectiva da Geografia baseada no materialismo histórico, ganham destaque nessa análise teórica o fetichismo, a alienação e a espoliação. Para o geógrafo e teórico urbano marxista britânico David Harvey (2004, p. 75) “a racionalidade desenvolvimentista, sob o paradigma neoliberal, opera de acordo com uma lógica de expropriação contínua”. Harvey (2004, p. 75) conceitua isso como “acumulação por espoliação”, onde os recursos naturais e territórios são convertidos em mercadoria sob a justificativa da modernização.

Para Harvey, esse processo é fetichizado como progresso inevitável, ocultando as relações de violência e exclusão que o sustentam (2004). Se faz necessário mencionar que a acumulação por espoliação proposta por David Harvey é uma atualização histórica da lei geral de acumulação do capital conforme produção de Karl Marx no âmbito do materialismo histórico (Marx, 2011; Lukács, 2003; Marx; Engels, 2007).

Autores como o historiador ambiental norte-americano Jason Moore (2015, p. 97) e o economista e sociólogo mexicano Enrique Leff (2006, p. 52) destacam que o modelo capitalista de desenvolvimento está baseado na “dissociação entre natureza e sociedade, o que permite a apropriação predatória dos bens comuns”. Marx (2013, p. 86), ao analisar o “fetichismo da mercadoria”, denuncia o “apagamento das relações sociais concretas e das formas de exploração que sustentam a produção capitalista”. Essa alienação é central neste estudo, pois

“naturaliza a injustiça e estetiza o sofrimento alheio como custo necessário” (Marx, 2013, p.143-152).

O desenvolvimento urbano-industrial, nesse contexto, não opera a partir de um desvio moral, mas por meio de “uma racionalidade institucionalizada que instrumentaliza a vida” (Dussel, 2007, p. 49). O filósofo argentino Enrique Dussel alerta também para a lógica “sacrificial do sistema-mundo moderno-colonial, que demanda o desaparecimento de vidas e culturas em nome da eficiência e da competitividade” (Dussel, 2007, p.49). Há então uma estrutura no mínimo questionável e natural dos projetos de desenvolvimento urbano-industrial.

Esta revisão de literatura espera, até aqui, contribuir com reflexões e discussões teóricas capazes de nos fazer enxergar o nosso processo de desenvolvimento sem romantismo, esmiuçando as suas principais incoerências e contradições. Diante do entendimento de que a expansão da pobreza vem atrelada à expansão do nosso sistema econômico, fica cada vez mais evidente a pertinência de chamar atenção para as incoerências sobre a construção conceitual do desenvolvimento, o que pode auxiliar no entendimento das contradições do desenvolvimento sustentável.

A economia de mercado cresce destruindo a capacidade natural de autossuficiência das sociedades, o que Lisboa (2000) denomina como “economicídio”. Esse perfil destrutivo acaba passando por cima também das noções de identidade, afastando ou impedindo o surgimento de modelos endógenos e alternativas locais de desenvolvimento. Segundo Lisboa (2000, p. 4)

Esta negação da identidade vislumbra-se na própria etimologia da palavra "desenvolvimento" (formada pela oposição ao que envolve) - aliás, a etimologia revela também a ambiguidade da mesma.

Para Lisboa, “O desenvolvimento é a violação dos povos pela sedução, é um olhar colonizador sobre o Outro, julgado miserável antes de o ser” (2000, p. 04). Pode-se notar que, do ponto de vista etimológico, como vimos acima, e/ou sócio-histórico, como veremos abaixo, o desenvolvimento pode e deve ser questionado como um conceito que foi útil a um momento histórico específico, mas que a sua repetição em escala global contribuiu decisivamente para complexificação das nossas problemáticas socioambientais. Nas palavras do economista Albert Hirschman:

É uma construção mental possuída por um juízo de valor, por um "preconceito profundo" onde se despreza países "chamados de 'rudes e bárbaros' no século XVIII, depois de 'atrasados' no XIX e, finalmente de 'subdesenvolvidos' em nossos dias. (...) Mas, com o advento da teoria do crescimento econômico, esse mesmo desprezo encontrará um novo modo de expressão, ao mesmo tempo mais discreto e mais sofisticado (Hirschman, 1986, p. 79).

É importante observar que, para Hirschman, teorizar como crescimento econômico é uma sofisticação do desprezo ao outro, antes denominado subdesenvolvido, o que nos autoriza a não hesitar diante da polêmica entre desenvolvimento e crescimento econômico. Ademais, para cumprir com os objetivos desta produção, não podemos ficar apenas apontando os limites e incoerências da construção histórica e utilização massiva do conceito de desenvolvimento e, mais na frente, sobre as contradições do desenvolvimento sustentável. Mas, sim, apontar proposições e/ou reflexões que possam ajudar no redirecionamento dos nossos esforços enquanto humanidade em busca de uma sociedade mais feliz e sustentável. Desse modo, olhamos para o passado, para as experiências locais no sentido de propor uma forma de reestruturação produtiva com base em alternativas conectadas às diferentes territorialidades.

Chamando atenção justamente para o potencial das territorialidades, nos provocando sobre o perfil unilateral e perverso da globalização econômica, Lisboa (2000) argumenta de modo perspicaz e sarcástico, retomando Tarso Alvin, que "se a mandioca fosse norte-americana, o mundo todo estaria hoje comendo 'tapioca flakes' e 'mandioca puffs' " (Lisboa, 2000, p. 06). A ironia de Lisboa nos ajuda a reconhecer que as recentes transformações na matriz espaço-tempo da organização social, se por um lado aprofundam processos de exclusão social, por outro, abrem a possibilidade de um desenvolvimento endógeno, de uma organização mais autônoma da economia local. Nessa perspectiva, a base local inspira alternativas, dentre elas, os arranjos ou sistemas produtivos locais, que carregam abordagens diversas, mais ou menos alinhadas ao capitalismo global, mas que, em acordo com a problematização assumida nesta tese, cabe lembrar a visão do economista Claude Courlet:

Os sistemas produtivos locais que emergem vigorosamente com a atual reestruturação produtiva têm sua dinâmica fundada na identidade comunitária local, em redes de cooperação horizontal de pequenas e médias empresas situadas em espaços de forte tradição artesanal, baseando-se "em iniciativas predominantemente locais e em interações fortes entre a economia e a sociedade" (Courlet, 1993, p. 12)

Todo esse debate nos possibilita, portanto, repensarmos uma economia de base local, o que significa também revitalizar o modo de viver tradicional. Uma oportunidade para transformarmos em "vantagem" o que por muito tempo foi considerado sinal de "atraso". Nesse ponto, o geógrafo Marcos Aurélio Saquet, como veremos ao final desta fundamentação, colabora com a construção teórica contra hegemônica de um “Modelo de Desenvolvimento Territorial de Base Local Ecológica e Cultural”, fazendo proposições relacionadas à “Consciência de Lugar e a importância das Territorialidades e Temporalidades como Reciprocidade e Práxis Popular” (Saquet, 2018).

É imperativo, portanto, cultivarmos o terreno fértil para a emergência de novos paradigmas, mesmo que alguns desses “novos” paradigmas não sejam lá tão novos assim. Um dos caminhos mais viáveis, como vemos a partir de Sachs, é avançarmos rumo a uma transdisciplinaridade, com alteridade, onde possamos incluir no mesmo debate os conhecimentos técnicos, científicos e os saberes populares, camponeses e tradicionais que resgatam modos de vida mais sustentáveis:

Necessitamos de novos paradigmas, já que estamos sentados sobre as ruínas do socialismo real, do Consenso de Washington, do crescimento econômico socialmente perverso por se alimentar de desigualdades crescentes, da socialdemocracia, que foi longe demais na aceitação da economia de mercado, um conceito que J. K. Galbraith considera com razão como totalmente inócuo e por isso tão difundido. Em paralelo, devemos superar as barreiras que hoje separam as diferentes disciplinas do saber, caminhando para a eco-socio-economia proposta por William Kapp (Sachs, 2005, p. 215)

Dito isso, este estudo prepara a transição a partir de agora entre essa abordagem crítica sobre o desenvolvimento para discutirmos o conceito de desenvolvimento sustentável. E, para marcar essa fase da nossa fundamentação teórica, chamam atenção os argumentos do escritor e sociólogo brasileiro Hélio Jaguaribe que diagnostica o desenvolvimento como:

Um caminhar na contramão da natureza e da sociedade. Seu resultado é a primeira era da fome; é uma crescente dupla clivagem (que se torna descomunal com a nova Revolução Industrial) entre ricos-pobres, Norte-Sul, que vem desestabilizando o frágil equilíbrio global e criando tensões cada vez maiores, tornando "inviável a coexistência de duas sociedades, em um planeta unificado pela comunicação instantânea e por uma interdependência econômica e tecnológica que não cessa de se estreitar (Jaguaribe, 1992, p. 506)

Do ponto de vista histórico, mais uma vez segundo Lisboa (2020), é a partir do discurso de posse do presidente Truman em 1949, quando ele define a maior porção do planeta como subdesenvolvido, que se dissemina o conceito de desenvolvimento (e sua contrapartida, subdesenvolvimento). Ainda de acordo com Lisboa (2020, p. 9), no centro das discussões sobre o desenvolvimento está a noção de “progresso”, que tem caracterizado a sociedade ocidental nestes 2000 anos, ou seja, “uma percepção da vida como expansão material incessante, desmedida”. Contudo, a origem dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento reside na revolução industrial, que por sua vez, foi um grande e determinante divisor de águas entre os povos.

Em todas as sociedades civilizadas do mundo, o nível básico de vida foi o mesmo, até a renascença. A revolução mercantilista veio criar diferenças em favor dos países que se dedicaram ao comércio mundial e ao colonialismo. Com a Revolução Industrial, as sociedades industriais passaram a ter, em relação às sociedades que permaneceram agrárias, vantagens cada vez mais aceleradas (Jaguaribe, 1992, p. 502-503).

Historicamente, portanto, o urbano e a indústria como símbolos desse desenvolvimento que, quando os analisamos do ponto de vista dos seus efeitos nas ruralidades afetadas, sobretudo, com relação aos processos de desapropriação promovidos pelos projetos urbanos-industriais, podemos lançar luz sobre as repercussões psicossociais invisibilizadas diante de um desenvolvimento sinônimo de industrialização.

Ainda sobre essa construção histórica com ênfase na concepção eurocêntrica do desenvolvimento, o autor supracitado contribui nessa reflexão com a seguinte constatação que já aponta para os caminhos contra hegemônicos que esta discussão pretende seguir:

O lema que os revolucionários adoptaram de “Liberté, égalité et fraternité”, exprime, de algum modo, os ideais inerentes ao Antropocentrismo e ao Racionalismo e define a principal fractura que vai atravessar as sociedades industriais no século XX: o capitalismo, assente na Liberdade e no Indivíduo, por um lado, e o Socialismo, baseado na Igualdade e no Colectivo, por outro. Esqueceram-se ambos da Fraternidade com a Natureza, ou seja, com os outros seres vivos (comunidades bióticas) e com os factores abióticos ... “. (Amaro, 2003, p. 05).

Na visão do antropólogo colombiano Arturo Escobar, um dos fundadores da crítica latino-americana ao paradigma ocidental de desenvolvimento:

é notório nas principais abordagens que o modelo de organização social ocidental é a base fundamental para a construção da dicotomia tradicional/moderno, e este fato se torna ainda mais marcante no final do século XX, quando as instituições políticas começaram a se tornar um fator importante de comparação entre sociedades, e nesse contexto, o modelo ocidental de democracia-liberal se tornou de maneira mais evidente o padrão político-social a ser seguido para a consolidação do processo de modernização em escala global. Nesse sentido, a noção de desenvolvimento é ancorada num sistema de conhecimento denominado: sistema de conhecimento ocidental (Escobar, 1995, p. 10).

Há, portanto, inegavelmente, nos dias atuais, uma influência direta desse processo sócio-histórico exposto acima na apropriação dos conceitos relacionados ao progresso e ao desenvolvimento. E é justamente esse modelo de desenvolvimento, apresentado até aqui, que almeja ser visto, pelas forças dominantes, como sustentável apenas pela articulação do adjetivo “sustentável”. Até do ponto de vista gramatical, talvez, seria mais apropriado se articulassem, simbolicamente, a sustentabilidade como substantivo ao desenvolvimento, não como apenas adjetivação. Assim, poderíamos estar articulando todo o campo transdisciplinar, de resistências e lutas, que define o conceito multidimensional de sustentabilidade. Afinal, o conceito de desenvolvimento sustentável, construído e evoluído historicamente como estamos vendo ao longo dessa produção, traz consigo as raízes europeias e hegemônicas de um modelo ilimitado, sempre crescente de desenvolvimento que, em última análise, se distancia mais do que se aproxima dos limites planetários referentes à sustentabilidade.

Na visão do pesquisador da Faculdade de Economia da USP, José Eli da Veiga, por Ignacy Sachs:

A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo (Veiga apud Sachs, 2005, p.215).

Numa abordagem mais profunda sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, especialmente nos tempos atuais, quando completamos pouco mais de 30 anos da ECO-92, faz-se importante trazeremos a essa discussão a componente “*sustentabilidade social*”. Foladori e Tommasino (2000) contribuem com uma perspectiva teórica que abarca o paradigma da complexidade e apresenta uma conceituação sobre o desenvolvimento sustentável em escala, chamando atenção para a pobreza como um argumento utilizado tendenciosamente para

justificar projetos de desenvolvimento. Ou seja, argumentos alinhados com a consolidação do discurso pró desenvolvimento, evidenciados nas estruturas hegemônicas da ONU, Banco Mundial e outras agências de desenvolvimento.

De acordo com estes autores (2000), para analisarmos a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável nas últimas três décadas, torna-se necessária uma avaliação dos conceitos e da relação entre “sustentabilidade ecológica” e “sustentabilidade social”. Esta última é apresentada levando-se em conta duas correntes de pensamento: uma referida pelos autores como “sustentabilidade social limitada”, onde o complemento “social” consiste apenas como “uma ponte” para o enfoque quase que unicamente na “sustentabilidade ecológica”. Desse modo, evidencia-se uma visão terapêutica do desenvolvimento sustentável, onde as ‘soluções’ para os problemas seriam apenas “técnicas”. A outra corrente, denominada por Foladori e Tommasino (2000) como “coevolução sociedade-natureza”, atribui ao próprio processo de desenvolvimento a causa dos problemas sociais e ambientais. Nessa corrente de pensamento, as soluções seriam técnicas, mas também voltadas para a equilibração e à coevolução. Foladori e Tommasino (2000), de forma didática, nos oferecem uma abordagem sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável e sugerem - como opção metodológica - classificá-las nesses três grandes grupos ou eixos citados acima, a partir de como os respectivos autores tratam a sustentabilidade social:

...aquellos para quienes la sustentabilidad es exclusivamente ecológica; aquellos para quienes la sustentabilidad es ecológica y social pero donde la parte social es un vehículo para llegar a la sustentabilidad ecológica (sustentabilidad social limitada); y aquellos para quienes la sustentabilidad debe ser realmente social y ecológica en forma de coevolución (coevolución sociedad-naturaleza). (Foladori e Tommasino, 2000, p. 45).

A contribuição prática de Foladori e Tommasino (2000) se expressa na proposição de um diagrama que movimentava os conceitos e noções de desenvolvimento sustentável numa escala: (1) no extremo do diagrama as noções dos Economistas de Livre Mercado que apontam que as relações capitalistas podem solucionar os problemas ambientais; (2) no centro do diagrama o Ambientalismo Moderado que foca na sustentabilidade ecológica indo até a visão de incorporação da pobreza apenas como aspecto dentro da sustentabilidade ecológica (uma visão terapêutica para o desenvolvimento como se as relações capitalistas pudessem solucionar as problemáticas socioambientais); (3) e no outro extremo do diagrama o Ecologismo e o

Marxismo que percebem a insustentabilidade ambiental como fruto das próprias relações capitalistas entendendo a sustentabilidade como ecológica e social.

Os autores supracitados fundamentam esta categorização conceitual acima a partir também das contribuições do acadêmico indiano Sharachchandra Lélé, especialista em estudos ambientais (1991):

Lélé (1991) muestra esta distinción y resalta cómo el concepto de sustentabilidad social siempre fue vagamente definido por los autores; algunos hablan de valores, otros de instituciones, otros de niveles de vida, etc. Esta indefinición dió lugar a dificultades para operacionalizar el concepto de desarrollo sustentable (Lélé, 1991, p. 45).

Para las posiciones dominantes los cambios no deben afectar las relaciones capitalistas, sólo mejorarlas. El aspecto central de esta mejora está dado por la participación. Lélé (1991) explica que los postulados de justicia social y equidad que fueron característicos del concepto de “ecodesarrollo” y aún se mantuvieron en la Conferencia de Ottawa (IUCN) de 1986, fueron abandonados posteriormente por las corrientes principales del desarrollo sustentable en favor del término poco preciso de participación local (Lélé, 1991, p. 49).

Conectando com as contribuições de Lélé, Ignacy Sachs alerta para os desafios que os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade têm pela frente, à luz da complexidade e da hiper conectividade do mundo moderno. Portanto, à luz dos desafios do passado, citados por Lélé (1991), os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade, tanto do ponto de vista político, mercadológico e científico, precisarão enfrentar os obstáculos que o futuro comum impõe.

De acordo com Sachs (2005) “a ideia do desenvolvimento não perderá a sua centralidade nas ciências sociais do século que se inicia”. Entretanto, Sachs aponta que precisaremos enfrentar as desigualdades sociais entre nações e dentro das nações e fazer isso de maneira a “não comprometer o futuro da humanidade por mudanças climáticas irreversíveis e deletérias” (Sachs, 2005, p. 215). Sachs complementa afirmando que a problemática do desenvolvimento “passou de moda” e o “seu status acadêmico é cada vez mais marginal” (Sachs, 2005, p. 216).

Sachs acrescenta:

Por fim existem os desencantados do desenvolvimento, que apontam o fracasso bastante geral das políticas que se reclamavam do desenvolvimentismo para justificar o abandono puro e simples do conceito do desenvolvimento, visto por alguns como uma mera armadilha ideológica inventada por políticos do primeiro mundo para perpetuar seu domínio sobre os países periféricos (Sachs., 2005, p. 215)

O fracasso do conceito de desenvolvimento é evidente. Porém, o autor reconhece as dificuldades de se fazer uma avaliação sem utilizar argumentos normativos e conclui pela defesa do conceito de desenvolvimento sustentável como “utopia para o século XXI”, reforçando a necessidade da emergência de novos paradigmas científicos, que possam ocupar o lugar do industrialismo como força motriz do desenvolvimento (Sachs, 2005).

Aqui, pouco mais de 30 anos depois da ECO-92, justamente na discussão sobre a nossa necessidade de novos paradigmas e na busca pela atualização dos conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável, que convergimos com o professor Armando Lisboa ao afirmar que:

Nossa proposta é substituir o conceito de desenvolvimento pelo termo *ecoenvolvimento*. A alternativa social que buscamos está dita na própria etimologia da palavra ALTER – NATIVO: o outro (alter) está dentro, é aquilo que é nativo, tem a ver com nossos recursos, identidade, com quem nós somos, com a nossa própria casa (ECO). Não chegaremos a lugar algum destruindo-a para copiar (Lisboa, 2020, p. 03)

É possível notar o perfil propositivo da contribuição de Lisboa a este trabalho que também realiza reflexões propositivas com base no aprofundamento das críticas a esse processo unilateral de institucionalização do conceito de desenvolvimento sustentável.

Desse modo, ao final dessa revisão histórica sobre as transformações que o conceito sofreu (problemas e contradições) e como síntese desta seção, fica evidente o perfil crítico que esse trabalho assume. Chama atenção, neste capítulo, o componente “sustentabilidade social” trazido por Foladori e Tomasini (2020), pois, no contexto da análise que esta pesquisa se propõe, este conceito abre espaço para o aprofundamento das discussões sobre os grupos sociais investigados do município de Ilhéus (BA), que vivem em contextos de ruralidades e em condições de vulnerabilidades socioeconômicas, diante da chegada do desenvolvimento urbano-industrial protagonizado pela FIOCRUZ e pelo Porto Sul nas comunidades pesquisadas.

Depois dessa ambientação, temos uma condição mais apropriada para aprofundarmos as relações entre o desenvolvimento, a ética, a pobreza, as desigualdades socioambientais e as tensões diante da coexistência rural e urbana no território, marcando definitivamente os contornos da hipocrisia dessa repetição irracional do modelo hegemônico de desenvolvimento, que se apregoa como sustentável.

No âmbito do histórico e contexto cultural da evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável, este estudo propõe um salto na história para o período em que surge a problemática ambiental. Chegamos à década de 1960, quando a crise ecológica é diretamente associada à preocupação com as consequências do crescimento populacional. As infindáveis tentativas de sua institucionalização, com intuito de elevá-las ao primeiro plano das discussões políticas internacionais, marcaram a evolução das questões ambientais a partir da década de 1970. Neste momento histórico, entre as décadas de 1970 e 1990, ainda não haviam sido elaborados oficialmente os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21, mas a evolução da problemática ambiental caminhava para isso, apesar das dificuldades sistemáticas de se fazer um acordo entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

Muitas críticas foram direcionadas a definição imprecisa do conceito de desenvolvimento sustentável, que à época surgia, reforçado pela publicação do livro *Our Future Common*, também chamado de *Relatório Brundtland*, em 1987. É justamente essa imprecisão que permitiu ao termo ganhar força e adeptos no mundo todo.

Nesse sentido, pode-se entender a criação deste conceito como uma tentativa de fazer um acordo político mínimo acerca das questões ambientais, com foco na institucionalização, em escala global, da problemática ambiental. De acordo com os autores de estudos críticos sobre o desenvolvimento sustentável, Marcos Nobre e Maurício de Carvalho Amazonas (2002) afirmam que

a institucionalização em âmbito global da problemática ambiental como ponto de partida da disputa política a ser travada nos limites por ele traçados. O conceito de Desenvolvimento Sustentável (...) está longe de estabelecer um campo neutro de disputa política. Mas é justamente a sua vaguidão que permitiu o engajamento por parte dos mais diferentes atores na disputa (Nobre; Amazonas, 2002, p. 17).

Outro marco referencial na evolução do termo desenvolvimento sustentável foi a publicação *The Limits of Growth*, que pautou a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente

Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972. Nesse contexto, de crescente industrialização e urbanização, as discussões ambientais foram elevadas ao patamar de questões como crescimento econômico e industrialização, introduzindo uma noção de finitude tanto dos recursos naturais, quanto dos processos econômicos e sociais de desenvolvimento, disseminando desta forma uma discussão ambiental em todos os setores da sociedade.

No Brasil, por exemplo, segundo o sociólogo e economista político Ricardo Toledo Neder (2002):

A pulsação da sociedade brasileira entre as décadas de 80-90 já podia ser sentida como uma imensa sístole e diástole do industrialismo. Morfologicamente o país passou a ser uma sociedade urbana (70% de sua população de 144,4 milhões de pessoas no início dos anos 90 representavam contingentes moradores em cidades médias e pequenas além das áreas metropolitanas; 35% dessas pessoas - quase 50 milhões - moravam em aglomerações urbanas com mais de 250 mil habitantes) (Neder, 2002, p. 79).

Diante desse contexto, cinco variáveis, inter-relacionadas, introduzidas pelo livro *The Limits of Growth* apontavam sinais que mais tarde se comprovariam, tendo em vista o cenário atual. As variáveis são: Industrialização (crescente) - população (crescente) - má-nutrição (crescente) - recursos naturais (em extinção) e meio ambiente (em degradação). Já nas discussões estabelecidas a época, independente das diferentes visões, em qualquer simulação que fosse projetada, o cenário futuro era sempre de catástrofe, caso se mantivesse os padrões de produção e crescimento (Nobre; Amazonas, 2002).

Chega-se à constatação de que as dimensões que compõem as definições da problemática ambiental e do desenvolvimento sustentável precisam ser compreendidas e planejadas de forma integrada. As variáveis sociais, econômicas, políticas e ambientais, vêm gerando transformações complexas na sociedade e no meio ambiente. Então, o entendimento da questão ecológica e sua projeção no cenário internacional ganhavam espaço.

Fizeram parte do processo de institucionalização da questão ambiental conceitos como Ecodesenvolvimento (Sachs, 1986), que visava afirmar que a qualidade de vida pode aumentar a partir do momento em que o padrão de vida da sociedade cresce de maneira equilibrada socialmente, sem, no entanto, diminuir o estoque de capital natural. Para Sachs,

O termo ecodesenvolvimento, lançado em seguida à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, correspondia às preocupações de subordinar o desenvolvimento aos objetivos sociais e éticos, integrando, ao mesmo tempo, as restrições ambientais e buscando em nível instrumental soluções economicamente eficientes (Sachs, 1986, p. 47).

Nesse sentido, os termos sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, semelhantes também aos propósitos da Agenda 21 (concebidos apenas na década de 1990), passaram a ser compreendidos, segundo Sachs, como uma tentativa de acrescentar a dimensão do meio ambiente ao conceito multidimensional de desenvolvimento.

Agenda 21 ampliou o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando conciliar justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental. Trata-se de um documento que procurou os caminhos para concretizar tais conceitos, indicando as ferramentas de gerenciamento necessárias. Ofereceu ainda políticas e programas para obter um equilíbrio sustentável entre consumo, população e capacidade de suporte do planeta (Kohler; Phillipi, 2005, p. 716).

O intuito era conceber uma proposta desenvolvimentista em harmonia com a natureza, ao invés de um modelo de crescimento pautado no esgotamento dos recursos naturais, tendo ainda como fatores impulsores o processo de globalização econômica e suas consequências como, por exemplo, o ciclo vicioso entre produção e consumo.

Do ponto de vista diplomático, não havia meio de se chegar a algum acordo internacional de caráter global que fosse consistente. Simplesmente porque a posição mesma do problema impedia qualquer acordo. E a equação era bastante simples: se há contradição entre desenvolvimento capitalista (no sentido de crescimento econômico) e meio ambiente, não há por que defender o capitalismo. Se não há contradição entre os dois termos, não há por que impor restrições à utilização dos recursos naturais (Nobre; Amazonas, 2002, p. 37).

Diante desse contexto político de difícil consenso, somados ainda aos avanços do processo de globalização econômica, o conceito de Desenvolvimento Sustentável começou a surgir com o propósito de se chegar a um acordo político que abarcasse os interesses tanto dos países desenvolvidos, quanto dos mais pobres. Nesse sentido percebe-se que a imprecisão e vaguidão do termo foram sua principal força para aceitação global, onde então pôde se conceituar um modelo de desenvolvimento que levasse em conta as problemáticas ambientais. Imprecisão e vaguidão dariam conta de acomodar, discursivamente, interesses antagônicos.

Nos anos 1990, o termo Desenvolvimento Sustentável começou a se tornar jargão de políticos, planejadores e desenvolvimentistas, palavras-chave para agências internacionais, tema de conferências e eventos, além de bandeira para ativistas do desenvolvimento, setores da mídia e ambientalistas em geral.

Sintética e genérica de um lado, e de outro, repetida à exaustão [...] a expressão desenvolvimento sustentável, a exemplo de determinadas expressões, acabou ingressando nas fileiras de um processo de repetição irracional. Virou um discurso com a força de uma retórica oficial, sem, todavia, clarear exatamente o quer dizer, dando margem às mais diversas interpretações, muitas vezes motivadas pelos interesses e ideologias de cada um (Brunacci, Philippi, 2005, p. 264).

Sem “clarear exatamente o quer dizer” ou exatamente sofismando a favor do padrão dominante e hegemônico de desenvolvimento, desde então, este conceito tem sido usado também para aprovar projetos econômicos ou para alterar políticas públicas, angariar fundos e conquistar mercados. Isso faz com que se crie uma “armadilha” em torno do seu significado.

para denunciar o caráter mágico da palavra sustentável, pois se, o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente, a única saída está numa revolução ecológica, ou seja, no surgimento de um modo de produção e de vida solar que venha a alterar radicalmente as estruturas da produção de energia e de bens de consumo (Nobre; Amazonas, 2002, p. 24-25).

Nas ciências econômicas, a perspectiva consolidada do que seja sustentável é aplicada para avaliação econômica e financeira de projetos, como parâmetro técnico para aferir sua viabilidade e, portanto, autonomia em relação à dependência de subsídios, pois sua rentabilidade econômica e financeira sustenta a si mesmo. Sustentabilidade, quando referido à questão ambiental, além de ser um conceito recente e por isso também sujeito a ambiguidades e contradições quanto a sua utilização, consiste ainda num significado amplo, adquirindo variações de acordo com interesses e posicionamentos. Na etimologia da palavra, o termo sustentável relaciona-se ao que sustenta alguém ou alguma coisa. Na visão do cientista social e filósofo Aluizio Ruscheinsky:

Talvez esteja aí a raiz da leviandade com que ele vem sendo aplicado a todo tipo de discurso e de projeto, inclusive aos casos mais obscuros ou controvertidos, em que os únicos a serem sustentados são os charlatões travestidos de ambientalistas. (Ruscheinsky, 2004, p. 17).

Entretanto, é necessário compreender também que o avanço nas discussões e no entendimento das problemáticas ambientais foi alavancado a partir do conceito de Desenvolvimento Sustentável e que este não pode ser encarado com uma nova roupagem para se tratar das questões ambientais, tal como era feito na década de 1970.

O maior avanço foi no sentido da ressignificação da discussão, onde os termos desenvolvimento, como crescimento econômico, e meio ambiente, enquanto estoque de capital natural, abriu a possibilidade de surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, estimulado através do Relatório *Brundtland* (1987), confirmou a finitude dos recursos naturais, afirmou também que o capital natural existente era sim capaz de satisfazer as necessidades do desenvolvimento humano, contanto que utilizado de forma planejada e consciente.

pode-se dizer que os termos em que se colocava o problema ambiental na década de 1970 foram deixados de lado pelo simples fato de que a grande operação diplomática, ideológica e social que deu origem ao conceito de desenvolvimento sustentável significou também a solução daquele problema. A decisão fundamental já foi tomada. O conceito de desenvolvimento sustentável só é uma contradição nos termos, se os termos são contraditórios. E, no entanto, a força da noção de desenvolvimento sustentável está exatamente em ter dito: desenvolvimento e meio ambiente não são contraditórios (Nobre, Amazonas, 2002, p. 45).

Ainda de acordo com Nobre e Amazonas (2002):

a problemática ambiental, apresentada sobre o invólucro do desenvolvimento sustentável não é mais primariamente a da disputa política entorno de o quê seja o desenvolvimento sustentável. A questão primeira passa a ser: quem é o Desenvolvimento Sustentável? Mais precisamente: dá-se agora que o processo de institucionalização da problemática ecológica - capitaneada pela noção-síntese do desenvolvimento sustentável - determina previamente os termos em que será discutido, definido e operacionalizado o conceito de desenvolvimento sustentável. [...] a disputa política do que seja o desenvolvimento sustentável é de antemão limitada por uma disputa política que a precede e a enforma: a da definição do espaço institucional legítimo de decisão (Nobre; Amazonas, 2002, p. 57).

Desta forma, este “novo” conceito que surgia tornou possível o diálogo entre desenvolvimentistas e ambientalistas, conseguindo também agregar posições políticas de difícil conciliação, justamente por conta do caráter vago e contraditório da sua concepção, evidenciando assim a disputa teórica e política para atribuição do significado do Desenvolvimento Sustentável. Então, pode-se dizer, que a ECO-92, mesmo que timidamente, conseguiu constituir algumas das bases e definir as estratégias institucionais quanto à institucionalização da questão ambiental em escala global.

A sustentabilidade parece conter ou contemplar um movimento social histórico, ser um elemento agregador e mediador, portador de um projeto de mudança universalizante, com fôlego para articular setores sociais díspares provenientes de movimentos sociais, de agências estatais, do mundo acadêmico e das ONGs. A identidade que parece integrar esta multiplicidade seria a orientação para o desenvolvimento de uma sociedade sem desigualdades sociais ou uma sociedade sustentável (Ruscheinsky, 2004, p. 19).

Dentro do debate ambiental, no cenário imediato pós-ECO-92, as discussões em torno de modelos econômicos ganharam força. As bases conceituais das teorias econômicas (tanto a Economia Ambiental Neoclássica, quanto a Economia Ecológica) inserem a variável meio ambiente nos seus postulados, embora de maneiras diferentes.

De forma resumida, enquanto a Economia Ambiental Neoclássica se orienta pelo princípio da escassez, a Economia Ecológica se baseia pela exauribilidade da natureza (Ruscheinsky, 2004). Torna-se mais claro que a sustentabilidade ambiental é inseparável da sustentabilidade econômica e social; são, portanto, interdependentes. Contudo, os paradigmas de uma e de outra economia carregam flexibilidade limitada no sentido de inovação por rupturas paradigmáticas.

A Economia, apesar do processo de globalização econômica, política e cultural crescente na época, passa a afirmar que os recursos naturais têm capacidades de assimilação e regeneração limitadas, sendo então finitos (Nobre; Amazonas, 2002).

No final da década de 80 a ideia de sociedade sustentável continha uma ambiguidade que implicava, para as sociedades economicamente desenvolvidas, na redução do crescimento econômico e conseqüentemente no declínio do consumo. Depois de 15 anos se incorpora a ideia de valor econômico na concepção de sustentabilidade (Ruscheinsky, 2004, p. 26).

Portanto, o termo desenvolvimento sustentável estruturou, sem rupturas paradigmáticas, o campo das discussões e das políticas ambientais sob premissas bem determinadas, sendo considerado como resultado do processo de institucionalização da questão ambiental. Assim, criou-se uma situação global de disputa econômica e política, cujas bases são dadas por uma posição hegemônica, e como consequência disso, o meio ambiente deixou de ser um espaço de debate ideológico com posturas claras e antagônicas. Podemos inferir que o conceito de desenvolvimento sustentável camuflou estrategicamente os conflitos, visando uma convergência ampla.

O desenvolvimento sustentável tenha funcionado tanto como impulso quanto como fardo para o movimento ambientalista: como impulso, na medida em que hoje o meio ambiente é reconhecido universalmente como um elemento a ser tratado pela política pública, e como fardo, à proporção que o resultado desse processo é um arrefecimento do conflito (Nobre, Amazonas, 2002, p. 96).

Uma das principais contribuições acerca do histórico e evolução deste conceito é o questionamento de como resistir a uma definição hegemônica do desenvolvimento sustentável, uma vez que este é acompanhado e impregnado pela noção de globalização econômica. Percebe-se facilmente que ainda não há respostas a essa questão, mas que essa reflexão pode auxiliar e contribuir para que os representantes institucionais (em todas as escalas) possam estabelecer parâmetros sustentáveis para as ações políticas, técnicas e sociais.

Torna-se pertinente reconhecer que, embora o referido conceito tenha nascido como intenção de demarcar uma disputa política, como forma de uma institucionalização global da problemática ambiental, o seu surgimento foi capaz de articular e mobilizar diversos setores políticos e sociais em todo o mundo, potencializando assim, de maneira ampla e nunca antes alcançada, as discussões sobre o meio ambiente. O marco decisivo do projeto de institucionalização da problemática ambiental se deu com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na ECO-92, quando se estabeleceu as bases e os termos dessa institucionalização.

A questão que se impõe no decorrer dessa análise é uma provocação sobre a descontinuidade no uso do conceito de desenvolvimento sustentável uma vez que já é possível se suscitar, cientificamente, que este é um conceito que pode estar ultrapassado, superado, tendo em vista a complexidade dos tempos atuais. Tal qual o conceito de ecodesenvolvimento de

Ignacy Sachs (1987), será que o conceito de desenvolvimento sustentável também ficará obsoleto?

A discussão até aqui empreendida sobre as categorias desenvolvimento urbano-industrial e o desenvolvimento sustentável ancoram nossas reflexões numa abordagem territorial pautada nas questões rural e urbana que estão em foco nesta tese.

Assim, as discussões que são apresentadas a seguir começam com a conceituação sobre território, territorialidade e des-territorialização, como uma linha de base, para, na sequência, promovermos o enfoque nas repercussões psicossociais frente às desapropriações vividas pelas comunidades pesquisadas. Essa fundamentação pretende construir conhecimentos teóricos sobre as condições de ruralidade vivenciadas pelo nosso objeto empírico, chamando atenção para a dimensão psicossocial afetada pela imposição do projeto urbano-industrial representado pela FIOLE e pelo Porto Sul.

## **2.2. Dinâmicas territoriais e consciência de lugar: pressupostos para o desenvolvimento de base local, ecológica e cultural**

Este tópico debate as influências da territorialidade na construção de significados que os sujeitos sociais estudados fazem sobre as suas próprias experiências de ruralidade. Neste cenário de diálogo epistemológico, nosso objetivo é entender como se inter-relacionam as concepções sobre as múltiplas repercussões psicossociais frente aos processos de des-territorialização a que essas comunidades rurais estão submetidas. Justamente a abordagem dessa inter-relação que justifica a contribuição deste trabalho, dando a ele relevância social e acadêmica.

O conceito de território é central para a compreensão crítica das dinâmicas sociais e espaciais contemporâneas, sobretudo para analisarmos como o desenvolvimento urbano-industrial, em destaque na seção anterior, se entrelaça com os estudos territoriais. Muito além de constituir apenas um recorte físico, o território é uma construção político-social e simbólica. O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert destaca que “o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser propriamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade” (Haesbaert, 2004, p. 19). Assim, a partir dessa base conceitual,

começamos a dar contorno ao território, simultaneamente como material e imaterial, sendo produzido por relações de poder, redes e identidades.

Nessa perspectiva, a territorialidade expressa a forma como grupos e sujeitos se relacionam com o ambiente em que constroem suas experiências de vida. Como afirma o geógrafo suíço Claude Raffestin, “a territorialidade é um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível” (Raffestin, 1993, p. 158). Esse caráter relacional e sócio-histórico evidencia que os territórios não são estáticos, mas se constituem em permanente disputa, simbolização e apropriação. Haesbaert acrescenta que:

numa concepção reticular de território — ou, de maneira mais estrita, de um território-rede — estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço [...] mas como o componente territorial indispensável que revela o caráter temporal-móvel do território (Haesbaert, 2004, p. 286-287).

A crítica contra hegemônica dessa fundamentação emerge com mais intensidade quando abordamos aqui o conceito de des-territorialização. Nesta tese, a des-territorialização assume importância crucial. Para Haesbaert, a ideia de um “fim dos territórios” difundida pelo discurso neoliberal constitui um mito perigoso, pois nega a centralidade das dimensões espaciais nas relações sociais (Haesbaert, 2004). O autor afirma que “mais do que a des-territorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (Haesbaert, 2004, p. 214). Assim, na concepção deste autor não se trata da perda absoluta dos territórios, mas da produção de territorializações precárias, muitas vezes impostas a populações marginalizadas — os chamados “aglomerados de exclusão”.

Essa abordagem revela que a des-territorialização pode significar aprofundamento da desigualdade e precarização da vida. Contudo, Haesbaert enfatiza que “a des-territorialização não significa, em absoluto, perda de território, mas sim mudanças em sua configuração, com a emergência de novas territorialidades, muitas vezes marcadas pela instabilidade e fragilidade” (Haesbaert, 2004, p. 231). Esse ponto é fundamental para compreender como os processos de globalização intensificam não apenas fluxos e mobilidades, mas também novas formas de segregação socioespacial, e fundamenta a compreensão da magnitude dos impactos sofridos

pelas comunidades rurais do município baiano de Ilhéus frente às transformações provocadas pelo desenvolvimento urbano-industrial em foco nesta tese.

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves contribui para essa leitura ao afirmar que “o território é, ao mesmo tempo, espaço de dominação e espaço de resistência, onde os povos constroem suas formas próprias de existência” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 252). A des-territorialização, portanto, não deve ser entendida apenas como perda ou desenraizamento, mas também como campo de disputa em que emergem formas insurgentes de reterritorialização, ligadas a lutas sociais, sobretudo protagonizadas por movimentos socioambientais e comunidades em contexto de vulnerabilidades socioeconômicas (Porto-Gonçalves, 2006).

Ampliando a interdisciplinaridade da discussão, essa dimensão política da des-territorialização articula-se ainda com as contribuições da filosofia e da psicanálise. A filósofa Sueli Rolnik (1989) interpreta a des-territorialização como experiência de transição subjetiva: “a des-territorialização não é ausência de território, mas um processo de passagem, uma travessia em direção a outros modos de existência” (Rolnik, 1989, p. 68). Essa abordagem amplia o debate ao evidenciar que a territorialidade não se restringe ao plano material, mas atravessa afetos, desejos e modos de subjetivação.

Além da dimensão política e cultural, é necessário considerar os impactos psicológicos e repercussões psicossociais nos grupos desterritorializados, como veremos a seguir. A ruptura do vínculo territorial pode gerar desestruturação simbólica, perda de referências identitárias e intensificação de angústias coletivas (Rolnik, 1989). Como afirma Haesbaert, “a perda ou precarização do território afeta profundamente os modos de vida e a construção de identidades, já que o território é um dos elementos constitutivos do ser social” (Haesbaert, 2004, p. 231). O deslocamento compulsório ou a ameaça de perda territorial, portanto, não se traduz apenas em empobrecimento material, mas em sofrimento social.

Sueli Rolnik reforça essa dimensão ao observar que os processos de des-territorialização “incidem diretamente sobre o desejo, podendo gerar tanto potência de reinvenção quanto estados de paralisia subjetiva” (1989, p. 72). Nesse sentido:

As comunidades submetidas à des-territorialização frequentemente enfrentam traumas psicossociais, expressos em sentimentos de desamparo, ruptura dos laços de solidariedade e erosão das memórias coletivas, o que exige pensar o território também como espaço terapêutico e de reconstrução identitária (Rolnik, 1989, p. 72).

Portanto, de acordo com essa discussão teórica, território, territorialidade e des-territorialização não podem ser compreendidos sob a ótica hegemônica da globalização que celebra a fluidez e a mobilidade como sinais de emancipação. Ao contrário, uma abordagem crítica revela que os territórios permanecem como dimensões centrais da vida social, atravessados por disputas de poder, resistências e múltiplas reterritorializações. Essa leitura contra hegemônica, ancorada até aqui em Haesbaert, Porto-Gonçalves, Raffestin e Rolnik, desvela o caráter conflitivo, subjetivo e criativo dos territórios e das territorialidades, reafirmando sua centralidade como campo de luta simbólica, material e psicossocial.

A partir dessa perspectiva teórico-conceitual podemos aprofundar a abordagem dos estudos territoriais de modo a reconhecer a importância da territorialidade na construção de significados que marcam a vida dessas comunidades rurais estudadas. Em seguida, nessa revisão de literatura, discutimos a ruralidade como categoria teórica atravessada pelo desenvolvimento urbano-industrial e, sobretudo, para analisarmos as repercussões psicossociais frente à des-territorialização provocada pela FIOCRUZ e pelo Porto Sul em Ilhéus (BA).

Do ponto de vista da importância da memória do território, bem como levando em conta o objeto empírico desta tese, como será, então, a vivência da perda e da transformação do território por comunitários que construíram esse vínculo ao longo de uma vida inteira? Como encarar a impossibilidade de transmitir memórias familiares e territoriais aos descendentes? O que pensam e sentem os cidadãos em contexto de ruralidade a respeito da convivência permanente e forçada com projetos de desenvolvimento urbano-industriais que se instalam nos seus territórios?

Sob o prisma das bases biológicas da territorialidade, podemos compreender o instinto territorial e as muitas formas que ele se manifesta na vida de um grupo. O que acontece ao grupo e ao indivíduo quando o exercício da territorialidade está impossibilitado? Para o escritor, biopsicólogo e especialista em Terapia Simbiológica Alain Jézéquel (2004), a resposta passa pelos estudos das pulsões biológicas específicas dos mecanismos territoriais que, quando perturbadas ou não devidamente canalizadas, podem provocar o aparecimento de “síndromes patológicas” (Jézéquel, 2004). Para este autor:

a territorialidade assume um papel vital no estado de saúde de um indivíduo, pois não se reduz, apenas, a um mero fenômeno biológico geográfico, mas antes, se relaciona com um mecanismo mais abrangente, ligado às memórias das nossas origens animais, humanas e das heranças familiares, que constituem o nosso patrimônio territorial (Jézéquel, 2004, p. 26).

Jézéquel (2004) conclui que existe uma relação entre ocupação do espaço e estado psíquico, para isso nos dá exemplos oriundos do mundo natural:

Um cão ou lobo, por exemplo, exprime por atitudes específicas a confiança que a dominância do território lhe confere. Desde a ocupação do volume de espaço que desejar, erguem o corpo, levantam as orelhas, repelem os intrusos com veemência. O animal, que se apropria de um espaço, vive suas pulsões de forma plena. Curiosamente, este mesmo animal colocado num território dominado por outro, exprime emoções e comportamentos bem diferentes. Desloca-se lentamente, ocupa pouco espaço, anda de orelhas baixas e adota posição de submissão que inibe a agressividade do dominador (Jézéquel, 2004, p. 14).

Podemos inferir, concordando com este autor, que o ser humano, também como animal complexo que se sente desenraizado, estranho ou não desejado age, fundamentalmente, como a maioria dos mamíferos sem território. Para Jézéquel, percebe-se, por exemplo, a redução da ocupação de espaço por parte de pessoas depressivas ou que se sentem agredidas. Elas vão diminuindo progressivamente o perímetro dos seus deslocamentos: do bairro à casa, da casa ao quarto, do quarto à cama. Em casos mais graves de esquizofrenia, alguns pacientes que não suportam a realidade, regridem até a posição fetal de proteção, até negarem o seu próprio espaço corporal, o espaço zero (Jézéquel, 2004).

Para além dos exemplos do mundo animal, fazendo um paralelo com o exemplo acima de “desenraizamento” do ser humano, perda de saúde mental e já como um prenúncio das discussões propostas nas seções seguintes, podemos afirmar que o processo de expropriação territorial das comunidades provoca o que equivale a esse desenraizamento. No limite, por ser uma negação da realidade individual e coletiva dos sujeitos que compõem as comunidades, pode-se produzir algo como uma "esquizofrenia social" (Jézéquel, 2004), uma categoria psico(sócio)patológica ainda não categorizada decorrente dos processos de des-territorialização.

Sendo uma afetação da saúde mental análoga à deficiência, limitação ou carência por estar ausente do território que lhe é próprio, é possível inferir que processos de des-territorialização sob dominação de grandes projetos infraestruturais e infra estruturantes tem capacidade de produzir comportamentos agressivos ou desajustados. Numa visão sócio-histórica, segundo Jézéquel:

As vantagens que os grupos e seus indivíduos adquirem do funcionamento territorial aparecem quando, por alguma razão, este funcionamento sofre uma desintegração. Na história humana não faltam exemplos de grupos ou civilizações que tiveram que abdicar do seu espaço vital. Os relatórios sobre o êxodo forçado dos ameríndios ilustram a decadência que acompanha a perda territorial: epidemias, suicídios, desintegração dos grupos, depressão e violência são alguns dos sintomas mais evidentes que assinalam a perda das referências territoriais. (Jézéquel, 2004, p. 48)

Nos animais e, especificamente, na espécie humana, existe uma tripla necessidade inata à volta da qual se organiza a vida: a identidade, a estimulação e a segurança. O indivíduo avalia sua segurança pela qualidade do dispositivo defensivo que protege o seu espaço vital e/ou pelo fato de pertencer a um grupo que se sente protegido (Jézéquel, 2004). Na hierarquia das necessidades, segundo Jézéquel (2004), a identidade ocupa um lugar privilegiado, assinalando, do ponto de vista da saúde mental, a importância do indivíduo afirmar a sua existência e o seu valor.

Notamos que expressões como “Ficar agarrado e não perder pé” ou “ficar agarrado ao tempo” nos levam ao vivido territorial e à percepção emotiva decorrente da complexidade das relações que podemos estabelecer com nossos territórios afetivos (Jézéquel, 2004). Essa abordagem territorial se configura, portanto, na perspectiva dos estudos psicossociais a respeito dos conceitos de território, territorialidade e des-territorialização, como campo de interesse desta fundamentação teórica, colocando em pauta a base biológica que existe na territorialidade do ser humano. Nesse sentido, os “imperativos biocomportamentais” gravados ao longo da evolução, constituem o “inconsciente” no qual o instinto territorial e o padrão hierárquico representam as estruturas de funcionamento psicoafetivo e social do ser humano (Jézéquel, 2004).

O autor Robert Ardrey, em 1966, antes inclusive dos movimentos de conceituação da territorialidade, já sustentava a existência de “uma compulsão interior em seres animados”, algo que na espécie humana nos impele a “possuir e defender” uma porção do espaço, chamando isso de “imperativo territorial” (Ardrey, 1996 apud Jézéquel, 2004, p. 21). No aspecto acima, o neurobiólogo chileno e propositos do pensamento sistêmico Humberto Maturana – juntamente com o também neurocientista chileno Francisco Varela – colaborou nesse aprofundamento, a partir dos seus estudos sobre a “Biologia do Conhecer ou Biologia da Cognição” (Maturana, H.; Varela, F., 1984).

Para Maturana e Varela, a vida é um processo de conhecimento e, para compreendê-la, é necessário entender como os seres vivos conhecem o mundo. Na *Biologia do Conhecer*, vivemos no mundo e por isso fazemos parte dele, contudo, vivemos com outros seres vivos e por isso compartilhamos com eles o nosso processo vital. “Construímos o mundo tanto quanto o mundo nos constrói ao longo dessa viagem comum”. (Maturana, 1984, p.25)

O mundo não é anterior à nossa experiência. Nossa trajetória de vida faz construir nosso conhecimento do mundo – mas este também constrói seu próprio conhecimento à nosso respeito. Mesmo que (...) não percebamos, somos sempre influenciados e modificados pelo que experienciamos (Maturana, H. e Varela, F., 1984, p. 178).

Para a *Biologia da Cognição* (ou do *Conhecer*), o conhecimento funciona como “uma perturbação do nosso sistema cognitivo”. É o que Maturana chama de “conhecer o conhecer”. Aqui se questiona os estudos sobre os processos de conhecimento enquanto “apropriação do saber”, pois só é possível conhecer o conhecimento humano a partir dele mesmo (Maturana, 1990). O pensador chileno reconhece o humano como o “primata mais perigoso do planeta Terra, como a espécie que já destruiu mais espécies do que todas as outras espécies conhecidas”. Assim, de “observadores, passamos a observado” e ao vermos “nosso reflexo no espelho” tomamos conhecimento daquele aspecto nosso que não podemos conhecer de nenhum outro jeito (Maturana, Varela, 1984, p. 191).

No bojo das discussões aqui propostas, no que diz respeito às bases biológicas da territorialidade, as ideias de Jézéquel, Maturana e Varela nos informam a reflexão sobre os estudos territoriais a partir de uma perspectiva psicológica e, portanto, em diálogo com o campo da saúde. O enfoque desta tese, que propõe uma visão crítica sobre os impactos psicossociais da des-territorialização provocada pelo desenvolvimento urbano-industrial, situa esse objeto entre ciências da saúde e sociais aplicadas. Numa visão epistemológica:

Quando tentamos conhecer o conhecer, acabamos por nos encontrar com nosso próprio ser. O conhecer do conhecer não se ergue como uma árvore com um ponto de partida sólido, que cresce gradualmente até esgotar tudo o que há para conhecer. [...] O conhecimento do conhecimento nos compromete a tomar uma atitude de permanente vigilância contra a tentação da certeza, a reconhecer que nossas certezas não são provas da verdade, como se o mundo que cada um de nós vê fosse o mundo e não um mundo, que produzimos com outros. Compromete-nos porque, ao saber que sabemos, não podemos negar o que sabemos (Maturana, Varela, 1984, p. 199).

Para Maturana e Varela o “fundamento biológico do fenômeno social é o amor”. Amor no sentido mais amplo, isto é, enquanto aceitação de si, do outro e como sustentáculo para os processos de socialização, uma vez que “sem socialização não há humanidade”. A Biologia do Amor (Maturana, 2009) como fundamento biológico do mover-se de um ser vivo, no prazer de estar onde está e na confiança de que é acolhido, seja pelas circunstâncias, seja por outros seres vivos (Maturana, 2009). No esforço de enraizar essa discussão epistemológica no campo dos estudos sobre a territorialidade e os efeitos da des-territorialização, reconheço convergência de Jézéquel com Maturana, pois aquele faz o seguinte questionamento:

No mundo animal, qual o impulso que sustenta a necessidade de marcar o espaço? Não podemos imaginar um território sem fronteiras ou marcações. No entanto, o que parece intimamente ligado ao ‘instinto de marcação’ é a angústia do espaço vazio e a apreensão do desconhecido. O que é conhecido oferece a vantagem de poder ser avaliado como bom ou perigoso; a partir dessa avaliação posso tomar a atitude adequada: fugir/atacar, comer/evitar. Por constituir um potencial de perigo, o desconhecido é portador de ameaça. Marcar o objeto, personalizar o espaço com sinais olfativos, decorativos ou sonoros, permite preencher o vazio; a marca significa que inicia uma relação com o espaço (Jézéquel, 2004, p. 39).

Segundo o autor, esse gesto de marcação ajuda os indivíduos a se situar no mundo. A partir do momento que um ser vivo coloca uma marca, um sinal, ele se apropria e se conecta ao objeto, ao local que perde o seu aspecto angustiante. Ou seja, “a vinculação com o território estabiliza o indivíduo, fortalecendo as noções de segurança e identidade” (Jézéquel, 2004, p. 39-40). Para apaziguar a angústia do espaço desconhecido, dos objetos espaciais sem referência, os humanos sentem a necessidade de o “personalizar com rituais de nomeação e de dominação” (Jézéquel, 2004, p. 39-40). A conquista do espaço realiza-se com marcas que “afirmam a presença”. O ato simbólico do astronauta Neil Armstrong, logo ao pisar no solo lunar fincou uma bandeira norte-americana. “Há, portanto, uma relação direta entre vinculação com o espaço e dominação” (Jézéquel, 2004, p. 39-40).

Feito esse debate acerca das bases biológicas e neurológicas do comportamento territorial, à luz dos estudos psicossociais, podemos afirmar que o indivíduo vinculado se sente, psiquicamente, no seu direito de defender seu espaço sensível. O exercício desse direito pelo *homo sapiens sapiens* se efetiva na dimensão social e política do território, o que conecta o “bio” ao “psico” e ao “social”. Daí pode decorrer emoções relacionadas ao sofrimento e à estrutura psíquica, bem como instaurar “conflitualidades sociais” diante da oposição à efetivação daquele direito. Pode-se perceber também diferentes níveis de agressividade em

indivíduos, até certo ponto, pacatos, na defesa ou proteção do seu espaço pessoal. Do espaço pessoal ao espaço social, os sentimentos gerados na proteção do território variam do medo relacionado aos perigos e ameaças ao poder e/ou preocupações quanto à perda do território (Jézéquel, 2004).

Assim, este capítulo nos fornece uma fundamentação para elucidar as dinâmicas territoriais atravessadas pelo desenvolvimento, com um olhar complexo para o nosso processo vital enquanto sociedade e com uma compreensão sistêmica sobre as inter-relações com o território: uma compreensão do ambiente como organismo vivo. Podemos, agora, retornar (em outro patamar) para aprofundarmos alternativas de conceituação do território e suas derivações semânticas, sem perder o enfoque dos saberes aqui construídos que pretendem dar contorno às repercussões psicossociais provocadas pela des-territorialização em curso no município de Ilhéus.

Como vimos até aqui, a noção de território pode ser muito vasta, qualquer espaço pode constituir um território potencial. Para o ser humano, o espaço pode ser defendido por um indivíduo, por um casal, por uma família ou por um grupo social, conferindo maior complexidade aos comportamentos territoriais. Para a antropóloga e professora da UNICAMP Emilia Pietrafesa Godoi (2014), a territorialidade é plural, remonta a processos de construção de territórios, envolve “apropriação, controle, usos e atribuição de significados sobre uma parcela do espaço que é transformada em território (...) Mais justo é, portanto, falar em territorialidades” (Godoi, 2014, p. 09).

Para esta pesquisadora o território não pode corresponder apenas à materialidade do espaço, pois “não há território fora das relações sociais” (Godoi, 2014, p.09). Para Godoi, território é um conceito inacabado em permanente conformação, longe de concepções que o compreendem como sinônimo de espaço, espacialidade ou fonte de recursos. A professora Emilia Godoi reforça ainda a dimensão política e as relações de poder que são muito importantes na compreensão teórica do território, se referindo às relações jurídico-políticas que se estabelecem no território ao longo do tempo. (Godoi, 2014)

A territorialização, por exemplo, se dá no sentido do controle de acesso a uma área geográfica ou da classificação das pessoas conforme o seu lugar de nascimento ou a partir de processos de segregação e classificação de segmentos de uma população (Godoi, 2014, p. 10). Já a des-territorialização, sempre atrelada aos processos de territorialização, é pensada por Godoi associada à “processos de exclusão e expropriação em relação a populações

impossibilitadas de construir e de exercer controle sobre seus espaços de vida e trabalho” (Godoi, 2014, p.10). Nas palavras de Godoi:

No Brasil, com a Constituição de 1988, o reconhecimento de territorialidades específicas foi fortalecido, como no caso das terras indígenas, ou formalizado, como no caso das terras de comunidades negras, remanescentes de quilombos (Godoi, 2014, p. 12).

No que diz respeito ao esforço de conceituação de des-territorialização, podemos enfatizar, como vimos fundamentando, que esse processo se dá, justamente, no contexto de projetos de desenvolvimento e que acarretam condições de sofrimento psicossocial pouco estudados nas abordagens socioambientais e/ou territoriais. São comunidades afetadas que passam a conviver, de maneira forçada, com transformações territoriais disruptivas e permanentes que interrompem modos ancestrais, tradições, traços culturais seculares de vida social comunitária, impondo novas territorialidades.

Percebe-se, portanto, a partir da “antropologia da territorialidade” de Paul Little (2002), a territorialidade como um “esforço coletivo de um grupo social” e não só no sentido de ocupar, usar e controlar, mas também “de se identificar com uma parcela específica de seu ambiente”. Territorialidade, portanto, é um conceito com múltiplas perspectivas de entendimento, por isso não é autoexplicativo, exige do autor/pesquisador, sempre, o esclarecimento do que está querendo significar com seu uso (Godoi, 2014, p.14).

Já de acordo com a pesquisadora do campo das ciências sociais da UFRJ Sarita Albagli (2004) existe uma inter-relação complementar e direta entre territorialidade e desenvolvimento local:

Da perspectiva do desenvolvimento local, (...), o território atua como elemento de transformação sócio-político-econômica, representando o lócus privilegiado para novas formas de solidariedade, parceria e cooperação entre os diferentes agentes econômicos, políticos e sociais. Constitui-se assim em espaço para o estabelecimento de redes sociais fundadas em novas territorialidades, estabelecendo-se uma dinâmica virtuosa entre o moderno e o tradicional. Essa perspectiva pode contribuir para desenvolver e fortalecer a territorialidade, fazendo-a reverter em favor do dinamismo e da sustentabilidade social, econômica e ambiental local. (Albagli, S., 2004, p. 64).

Segundo essa pesquisadora, o território, compreendido como o espaço socialmente organizado, é concebido como agente de transformação social porque possui recursos humanos, econômicos, culturais e institucionais. Isto é o seu potencial de desenvolvimento endógeno. Esta forma de desenvolvimento refere-se a processos de transformação econômica e social que se geram a partir das respostas das regiões/cidades aos desafios da competitividade, em que os atores locais adotam estratégias e iniciativas para melhorar o bem-estar da sociedade (Albagli, 2004).

Sendo assim, este trabalho apresenta como esses contextos e escalas territoriais se articulam com a ideia de desenvolvimento sustentável, um conceito como vimos na primeira seção, sujeito a interpretações divergentes e conveniência de interesses. É a partir desse contexto que a análise da territorialidade e da dinâmica territorial parece ser um meio de melhor entender as interações sociais de uma localidade entre si e com o território que está inserido.

Pode-se observar que as influências do processo histórico da formação do território e das territorialidades têm raízes na postura crítica e no engajamento social dos sujeitos nas questões comunitárias, bem como no desenvolvimento local, de uma forma geral. Seguindo esse raciocínio, alinhado a proposição teórica de Raffestin (1993), aprofundando um pouco mais a contribuição desta autora:

Às territorialidades distintas correspondem também temporalidades distintas e coexistentes, expressando diferenças, desigualdades, e relações de poder. (...) Dessa ótica, a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo (Albagli, 2004, p. 30).

A territorialidade, de simples qualidade jurídica, passou a ser vista como sistema de comportamento, evidenciando assim a influência da ecologia profunda e do paradigma da complexidade na sua formação conceitual. Albagli aprofunda esse entendimento afirmando que a territorialidade envolve a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos seres humanos (Albagli, 2004, p. 28).

Percebemos, no pensamento de Albagli, que ao se formar uma identidade coletiva vinculada a um território, definem-se as relações com os outros, formando imagens dos “amigos e inimigos”, dos “rivais e aliados”. A dimensão cultural atua aqui justamente como “um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço, marcando uma certa ideia de diferença ou de

distinção entre comunidades”. Essa faceta simbólica do território pode se expressar também em reivindicações territoriais da comunidade ou grupo social (Albagli, 2004, p. 40).

Portanto, o território passa a expressar necessidades e percepções da sociedade no sentido do desenvolvimento sustentável ou sob o prisma da sustentabilidade, evidenciando assim a ligação existente entre os estudos territoriais e a visão crítica sobre o desenvolvimento urbano-industrial que apresentamos até aqui. Fazendo a ligação com as seções seguintes desta revisão de literatura, mais especificamente sobre os estudos acerca da ruralidade, podemos afirmar, no contexto das comunidades pesquisadas, que o meio rural é o lugar onde os grupos sociais investigados desenvolvem padrões de convivência e trabalho, tendo na relação tempo, espaço e cultura suas principais variáveis para compreensão das formas de ocupação humana estudadas por essa tese.

Nesse horizonte e, levando em conta o paradigma da complexidade, é necessário que pensemos em termos de novas ruralidades, em contextos de ruralidade metropolitana e nas dinâmicas de revalorização do rural na modernidade (Alencar, 2007, 2008; Moreira, 2012). A tensão da coexistência do rural e do urbano, explorada na seção seguinte, forçada por padrões de desenvolvimento que, como já vimos até aqui, possuem como símbolos a indústria e o urbano.

Dito isso, este estudo abre espaço para uma abordagem direta sobre os esforços científicos referentes aos contextos sociais vividos nos territórios populares, pois, em contextos rurais e/ou urbanos, estes grupos sociais convivem permanentemente com todo tipo de vulnerabilidade social, condições de racismo ambiental e com os riscos de desapropriação e/ou remoções compulsórias.

É fato que as ameaças e os processos de des-territorialização se dão quase sempre nos territórios populares, marcados por complexas e crescentes desigualdades sócio estruturais, estigma da pobreza e precariedade. No contexto dos processos geradores de questões urbanas, para a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2015) são territórios que vivem uma “transitoriedade permanente”, impondo condições de vida sob constante ameaça de remoção habitacional. Compreendemos como territórios populares:

Os territórios populares são concebidos como espaços apropriados pelos moradores e organizados enquanto base de reprodução social, cultural e econômica. Contrapõem-se, portanto, à compreensão destas áreas como “espaço-problema” (Valladares, 2005), de irregularidade da ocupação, de pobreza, de ausências no sentido restrito de carência

das condições físicas, de habitabilidade e de irregularidade fundiária. Vinculam-se também, conforme Massey (2008), à “terra-território”, relacionadas às disputas territoriais. (Rolnik, R., 2015, p. 169).

Além disso, os territórios populares revelam variadas maneiras de organização socioespacial e coletividades que precisam resistir e lutar pela preservação das suas culturas tradicionais, dos saberes populares, da biodiversidade local e pelo respeito aos diferentes modos de viver. São territórios constituídos pela “lógica da necessidade” (Abramo, 2007), que vivem processos caracterizados pelos “ciclos de ocupação / autoconstrução / auto urbanização / consolidação” (Rolnik, R., 2015). Ainda para Raquel Rolnik (2015, p. 174), são “territórios de definições cambiantes entre legal e ilegal, construídos a partir de pressões, mediações políticas e camadas de legalidade”.

Sob a perspectiva dos autores Fix, Lopes, Mourad, que os projetos de infraestrutura urbana ou industrial são planejados e executados, historicamente, em áreas ocupadas por moradores de baixa renda e vêm sendo utilizados como forma de “limpeza do território e abertura de frente de atuação do mercado imobiliário, sob o discurso da qualificação da área” (Azevedo, 2017, p. 3-4).

Embora esses conceitos se refiram a territórios populares inseridos no ambiente urbano, enquanto esta tese se debruça nos contextos das comunidades rurais afetadas pela construção da ferrovia e do terminal portuário em Ilhéus, podemos encontrar muitas similaridades entre os grupos sociais afetados pelo desenvolvimento, tanto nos meios urbanos, quanto rurais. Elencamos algumas dessas similaridades: a questão fundiária em termos de regularização, a escolha pelos agentes de planejamento, dos locais onde serão instalados grandes equipamentos de infraestrutura, similaridades estas que configuram questão social que perpassa questões rurais e questões urbanas.

Reconhecemos, desse modo, diante do projeto de implantação da FIOLE e do Porto Sul no município de Ilhéus, o papel gerador de questão social desempenhado pelo planejamento urbano e territorial, pelo perfil segregador e seletivo, que pode contribuir ainda mais com a estigmatização das populações que vivem nesses territórios. Nesse contexto, para a questão urbana, Raquel Rolnik (2015, p. 174), afirma que o planejamento urbano e territorial e suas normativas têm “(...) o poder de declarar a suspensão da ordem urbanística, determinando o que é ilegal e o que não é, assim como quais formas de ilegalidade poderão subsistir e quais devem desaparecer”.

Essa situação de subalternização de modos de vida ao desenvolvimento urbano-industrial amplia a nossa discussão teórica a partir também das constatações abaixo, que, por sua vez, apontam para a quantidade de casos similares que fundamentam os cenários teóricos aqui levantados:

Segundo o documento “Panorama dos Conflitos Fundiários (2019-2020)”, realizado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR, 2021), registram-se 647 casos de conflitos fundiários no Brasil, com destaque para os estados do Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Paraíba (PB). Como característica comum desses conflitos, registram-se as violações aos direitos humanos, em particular ao direito à moradia digna e ao desrespeito à função social da propriedade. Conforme o último levantamento da Campanha Despejo Zero, que cobriu o período de março a junho de 2020, mais de 14.301 famílias foram alvo de ações de despejo. Os movimentos ainda contabilizam outras 84.092 famílias ameaçadas, o que indica que a ameaça de remoção forçada é hoje vivenciada por pelo menos 400 mil pessoas (Assunção, 2021, p.17).

Em Salvador/BA, há cerca de 1.531.000 moradores nos territórios populares, representando 57% da população total do município e uma área de 6.150 ha. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia 275.593 domicílios em Salvador, em 2010, que saltaram para 375.291, em 2019. Isso significa um acréscimo de 36%, enquanto no restante da cidade o acréscimo foi de apenas 4,4% (IBGE, 2020).

São números que impressionam, chamam atenção, se apresentam como indicadores e evidências de um processo perverso de descaso e exclusão que afeta uma quantidade significativa de brasileiros que vivem numa condição de “sub” cidadãos. Na contramão do conceito de informalidade, segundo o jornalista e escritor uruguaio Raul Zibechi, os territórios populares são vinculados aos sujeitos que os constituem e, como também nas comunidades rurais pesquisadas por essa tese, são os locais onde se “desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas; aqueles lugares onde os coletivos podem praticar modos de vida diferenciados” (Zibechi, 2015, p. 39). Esses espaços

constituem-se “sociedade outra”, territórios complexos, onde há espaços e tempos para a diversidade, cujas relações estão baseadas na expansão da lógica familiar-comunitária, centrada nas relações afetivas e de cuidados mútuos, onde existem formas de vida heterogêneas e não mercantis, não colonizadas pelo capital (Zibechi, 2015, p. 110)

No contexto específico desta pesquisa, que se dedica às repercussões psicossociais nas comunidades que sofrem com os processos de desapropriação em Ilhéus, torna-se necessário lançar luz nos processos de resistência e luta por moradia digna e pela garantia de direitos das populações atingidas ou que vivem a ameaça e os contextos de remoções. E a reflexão que se impõe aqui parte de três pontos que chamam atenção para o perfil de quem, de fato, são os grupos sociais que estão em contextos de ameaça ou sendo removidos.

É imperativo, portanto, de acordo com Lacerda, L. G., Santoro, P. F., Alho, I. B., Brito, G. A. De S., & Harkot, M. K. (2022, p.4):

1º - compreender as remoções como processos de despossessão estruturais, com enraizamento colonial, que se reproduzem ainda hoje, assumindo novos contornos, como por exemplo o endividamento; 2º - O segundo procura compreender o processo de remoção como violência, não exclusivamente infligida no ato de remover, mas como parte de violências cotidianas, lentas, que incidem sobre esses corpos, com características de trauma coletivo; 3º - olhar os processos de remoção como processo em torno do qual as assembleias formadas catalisam a potência transformadora inscrita na conflitualidade e contraditoriedade desses processos (Lacerda et al, 2022, p.4).

Na leitura da pesquisadora e cientista social argentina Verônica Galgo, a precariedade é construída em um processo considerado como “espoliação e o saqueio de terras e recursos comuns” (Gago, 2020, p. 83). Nas palavras da filósofa italiana Silvia Federici, como “roubo e contaminação de sua terra por parte do neoliberalismo” (Federici, 2019, p. 09). Também é tida por Çaglar e Schiller (2018) como “despossessão”, que a descrevem, como “confisco das terras comunais, de recursos preciosos e espaços públicos” (Silva, S. B. de M.; Silva, B. C. N.; Coelho, A. S., 2008).

Atualmente existem muitos processos de des-territorialização e despossessão que acometem populações ribeirinhas, decorrentes da cobiça das áreas naturais protegidas, sejam essas terras indígenas ou unidades de conservação ambiental. Geralmente esses processos são capitaneados por interesses empresariais, tendo como alvo os territórios rurais. Ao analisar o perfil das populações afetadas, encontramos uma maioria de mulheres liderando movimentos de resistência (Silva, S. B. de M.; Silva, B. C. N.; Coelho, A. S., 2008).

É preciso que discutamos então a questão de gênero e raça atravessadas pelos contextos de violência. Dando voz a quem, de fato, é atingida nos conectamos com a dura realidade de quem tem seus modos de vida e suas territorialidades ameaçadas e interrompidas:

Se tem uma remoção, é sempre pior pras mulheres. Os homens resolvem a vida, colocam as coisas na mala, acham qualquer canto. A gente não, né? Tem a gente e as crianças. Não tem como ficar pulando de galho em galho (Fala de participante em oficina realizada na ocupação Helenira Preta, em 15 de fev. 2020). (Silva, S. B. de M.; Silva, B. C. N.; Coelho, A. S., 2008)

Para essas autoras:

Sem o trabalho feminino de conservação e reprodução da vida – na citação anterior, expressa pela responsabilidade do cuidar das crianças na frase “*tem a gente e as crianças*” – não existe o trabalho produtivo. - há uma dimensão estrutural da despossessão no corpo feminino, uma vez que esse corpo é o centro reprodutivo da classe trabalhadora. - A remoção também é a destruição do espaço de reprodução produzido pelas mulheres por meio de redes que lhes dão poder político. Portanto sua destruição também é política - há subjetividades nos processos de remoção que se relacionam com a dimensão estrutural. (Silva, S. B. de M.; Silva, B. C. N.; Coelho, A. S., 2008)

Segundo as autoras, as mulheres têm razões a mais para liderar movimentos de resistência, uma vez que a perda da casa ou do território pode significar também a “destruição dos arranjos que viabilizam, entre outras coisas, fontes de renda e a partilha do cuidado de crianças, idosos e doentes, quase sempre considerados responsabilidade exclusiva de mulheres” (Silva, S. B. de M.; Silva, B. C. N.; Coelho, A. S., 2008).

No geral, podemos posicionar os processos de despossessão e de remoção compulsória de populações dentro do complexo e cruel cenário de múltiplas violências vividas nos territórios populares. Condições marcadas pela violência e opressão que dão contorno à uma “cultura de remoções” que, na prática, se torna uma “cultura de sofrimento” (Silva, S. B. de M.; Silva, B. C. N.; Coelho, A. S., 2008). Sofrimento este que acaba por justificar o propósito científico e social desta tese que almeja a demarcação do lugar dos estudos psicossociais no que diz respeito ao território. Inferência reforçada pela pesquisadora da UFBA Rachel Pain:

Processos de remoção não se encerram na perda da moradia, trata-se de processos violentos, demorados, que envolvem mudanças de vida nos mais amplos espectros – trabalho, educação, família, redes afetivas e de suporte que são desfeitas, ou seja, toda estrutura de reprodução da vida precisa ser reorganizada diante da remoção (Pain, R., Kindon, S. Kesby, 2007, p. 98).

Isso nos leva a questionar que territorialidade é essa, continuamente desenvolvida a partir desses múltiplos contextos de desposseção? As reflexões de Pain, Kondon e Kesby (2007) sobre a dimensão traumática das remoções e em seu aspecto espacial e coletivo, em detrimento dos efeitos sobre corpos e mentes individuais, expande os efeitos da violência e da perversidade desses processos, que é repetida ao longo de um recorte temporal extenso, bem como a escala e profundidade desse trauma, politizando-o:

O momento da remoção é um evento disruptivo, quando há a materialização da violência na derrubada das casas, nos escombros que ficam pelo caminho, nas mudanças que passam apressadas junto com as pessoas em busca de outra moradia. Mas a violência também se expressa na quebra das estratégias de reprodução da vida, que precisam ser rearranjadas frente à nova situação que se configura após a remoção – e essa reorganização das estratégias só é possível graças às redes nas quais as pessoas removidas estão inseridas (Pain, R., Kondon, S. Kesby, 2007, p. 67)

Nas palavras da escritora Silvia Federici:

o “ponto zero” é tanto um lugar de perda completa quanto de possibilidades, pois só quando todas as posses e ilusões foram perdidas é que somos levados a encontrar, inventar, lutar por novas formas de vida e reprodução (Federici, 2019, p. 12).

Do ponto de vista dos estudos psicossociais no território, podemos, portanto, dizer que chegamos ao ponto zero dessa fundamentação teórica. Constatamos a extensão e os desdobramentos das violências sofridas por quem está à margem do desenvolvimento, com suas territorialidades ameaçadas e/ou interrompidas. Por novas possibilidades, novas formas de vida, diante da necessidade de encontrarmos ou inventarmos novas formas de lidarmos com as questões éticas e dialéticas presentes nos processos de des-territorialização, que são fruto do desenvolvimento, chegamos, simbolicamente, à discussão teórica sobre as ruralidades. Em seguida, com os estudos sobre alternativas ao desenvolvimento proposto pelo pesquisador Marco Aurélio Saquet, com uma abordagem sobre consciência de lugar e o desenvolvimento de base local, ecológica e cultural, este trabalho colabora de forma propositiva com alternativas ao desenvolvimento urbano-industrial.

Nesse sentido, após esse percurso epistemológico e por conta do enraizamento territorial das discussões teóricas aqui propostas nessa pesquisa, o trabalho em questão tratará acerca das dinâmicas sociais que marcam a ruralidade como categoria conceitual e a tensão proveniente

da coexistência rural e urbana no território. Esta ênfase é reforçada pelo fato dos quatro grupos sociais do município de Ilhéus (BA), que fazem parte do objeto empírico desta tese, representarem comunidades rurais expostas à múltiplos níveis de des-territorialização promovidos pelo desenvolvimento urbano-industrial aqui analisado.

Considerando as contradições do desenvolvimento sustentável, sobre a necessidade de repensarmos o desenvolvimento para além do paradigma urbano-industrial, bem como uma compreensão teórica dos conceitos de território, territorialidade e des-territorialização, nossa fundamentação teórica ajuda a entender a importância dos estudos psicossociais nos processos de des-territorialização, invisibilizados, mas provocados pelos projetos de desenvolvimento urbano-industriais.

O geógrafo brasileiro Marcos Aurélio Saquet (2018) ancora conhecimentos e nos fornece subsídios teóricos para melhor compreender as dinâmicas territoriais contra hegemônicas sob o prisma do desenvolvimento local, de modo a sintetizar aspectos relevantes deste capítulo teórico e apontar caminhos alternativos ao desenvolvimento na contemporaneidade.

Assim, as contribuições de Saquet foram escolhidas para fazer uma síntese das discussões teóricas até aqui, como também para preparar a transição dessa fundamentação para uma culminância propositiva onde esta tese se debruçou sobre os estudos sobre ruralidade e ruralidade metropolitana. O desfecho, a seguir, teve como cerne a tensão entre a coexistência rural e urbana no âmbito do desenvolvimento, bem como suas repercussões psicossociais. O geógrafo Marco Aurélio Saquet (2018) nos convida a refletir que:

A descoberta do território ocorre justamente quando se coloca em cena a identidade distintiva do território, que o diferencia dos demais, induzindo-se sentimentos de pertencimento e partilha, juntamente com a própria gestão de conflitos a partir da definição de interesses e objetivos comuns (Saquet, 2018, p.07).

Uma compreensão sobre o desenvolvimento territorial que vem acompanhada de uma forte ligação com as dinâmicas do lugar e com características específicas, como completa o pensador italiano Francesco Rullani, especialista nas dinâmicas entre o território e as representações mentais das pessoas, ao afirmar que: “o desenvolvimento é um processo dinâmico que se entrelaça ao fazer-se e desfazer-se do território” (Rullani, 2005, p. 116). Movimento que, para Saquet, acontece na mente das pessoas, nas suas “representações,

mediações, apropriações, ancoragens, resistências e lutas ao participarem, debaterem e/ou mobilizarem-se, sobretudo no âmbito local” (Saquet, 2018, p.11).

Aprofundando essa revisão de literatura à luz da complexidade, Saquet (2018) afirma que “lugar é uma categoria que pode ser compreendida objetivamente como materialidade, o que o situa próximo à local”. Uma construção que, para este autor, pode também ser compreendida apenas subjetiva e individualmente como o lugar que cada um atribui a si mesmo, o que remete ao “lugar de fala”; podendo significar ainda a “ausência ou passagem, ou fluidez como negação do local”, a exemplo do “não-lugar”. (Saquet, 2018, p.13).

Este trabalho assume então o território-lugar. O território como lugar ou o território-lugar, sob a ótica de Saquet, que:

assume centralidade, entendido como espaço-tempo onde o povo vive, sente, percebe, respira, aspira, sofre, interage social e social-naturalmente, reconhece, luta, resiste, degrada, preserva; onde é extorquido, explorado, subordinado e pode reordenar as relações de poder para viver de maneira mais simétrica (Saquet 2007, p.44).

A compreensão de que o território-lugar, para Saquet, representa uma premissa para o entendimento da consciência de classe e de lugar é uma construção para além da separação contumaz entre sociedade e natureza, tempo e espaço, território e lugar, que seja a favor do povo, das suas necessidades e das suas aspirações. Para Saquet, a relação território-lugar possibilita uma ampla e complexa compreensão da consciência de lugar como um movimento de construção popular do desenvolvimento territorial de base local, ecológica, cultural, dialógica e reflexiva (Saquet, 2018).

Tratam-se de concepções teóricas sobre o território que, segundo Saquet (2018) apontam para um padrão que se identifica, compreende e interpreta os diferentes tipos de redes, sejam estas curtas, intermediárias ou longas, concretas e virtuais, efêmeras e duradouras. Saquet (2018, p.16) complementa afirmando que é preciso “potencializar as redes de cooperação e solidariedade ancoradas localmente e em processos ecológicos e culturais”.

No território e nas redes, as territorialidades podem significar conflitos, contradições, lutas de classe, relações de poder e disputas territoriais. Por isso, há a necessidade de qualificação da “territorialidade ativa” sob a ótica de Saquet (2007) como “cooperação voltada

para o desenvolvimento por meio de uma práxis transformadora”, (dialógica, crítica e reflexiva) para satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia.

Outro aspecto relevante é o conceito de proximidade, muito atrelado a circuitos de cadeias curtas, onde se valorizam as pessoas, os produtos locais, as identidades culturais e as informações de cada lugar, por meio do contínuo processo de formação, luta e resistência aos agentes hegemônicos. Novos padrões econômicos mais solidários, inclusivos, favorecendo lógicas endógenas de desenvolvimento, bem como a recuperação ou reativação das práticas de cooperação e solidariedade, estimulados pelo senso de proximidade são também valorizados (Saquet, 2019). A consciência do inacabamento e o enfoque na auto-organização, tal qual os sistemas vivos, complementam a visão de Saquet (2019) sobre o desenvolvimento territorial de base local, ecológica e cultural.

As contribuições de Saquet fazem jus ao contexto de transformações territoriais promovidas pelo sistema macroeconômico globalizante com suas redes crescentes de conectividade. Se justifica também na medida em que este autor nos presenteia com reflexões que podem ser muito úteis do ponto de vista da inspiração e da alteridade científica para a produção de ciência e de conhecimento com engajamento, sob o prisma da interdisciplinaridade e da complexidade.

Ademais, as territorialidades e as temporalidades podem ser compreendidas e trabalhadas, na práxis, de forma trans-multi-escalar e transtemporal, ou seja, como relações sociais e sociais-naturais, simétricas e assimétricas, sobretudo como síntese das relações de cooperação e solidariedade. (Saquet, 2019, p.27).

Para Saquet (2019), portanto, a reciprocidade está diretamente vinculada às relações sociais e às interações cotidianas. Sua qualificação humana ocorre quando há solidariedade e cooperação. A reciprocidade também está relacionada à conquista da autonomia a partir da formação política, dos debates, das decisões, enfim, da práxis de resistência político-cultural. Para Saquet a colaboração está contida na reciprocidade (2019).

Para marcar o “religar” proposto pela economista Cristina Maria Macêdo de Alencar (2003) e para fazer o resgate e reverência ao percurso epistemológico percorrido até aqui, no que diz respeito às inter-relações território, ambiente e sociedade, este estudo conclui com o ponto de vista assertivo do sociólogo e historiador norte americano Richard Sennet (2012, p. 29) ao afirmar que:

A colaboração é compreendida como uma prática social preciosa, dos sujeitos agindo juntos, numa relação onde os participantes têm vantagens por estarem juntos. A colaboração significa ajuda mútua, conteúdo presente nos genes dos animais sociais que se reúnem a partir dos distintos interesses, com empatia entre si, em diferentes tempos e espaços, por meio de habilidades dialógicas (Sennet, 2012, p. 29).

Após as contribuições teóricas sobre a consciência de lugar e em favor do desenvolvimento local, chega o momento de abordarmos com a profundidade necessária a ruralidade como categoria conceitual. Tendo em vista que as comunidades investigadas por esta pesquisa, que estão em contexto de afetação por parte das construções e futuras operações da FIOL e do Porto Sul, representam experiências rurais de vida e de trabalho no município de Ilhéus. Por isso, veremos a seguir, as tensões da coexistência rural e urbana, as condições de ruralidade metropolitana e a importância dos indicadores qualitativos para uma análise complexa das dinâmicas rurais e urbanas em curso nas comunidades investigadas nesta tese.

### **Indicadores de desenvolvimento e a complexidade na coexistência rural urbana e sob o prisma do IQRM**

Há uma percepção cada vez mais ampla nas Ciências Sociais “da crise do desenvolvimento ao final do século XX com intensificação dos problemas decorrentes da concentração de renda, das segregações raciais, étnicas, culturais” e dos seus desdobramentos socioambientais, “as desigualdades assumem caráter de injustiças sociais” de acordo com a economista Cristina Maria Macêdo de Alencar (Alencar, 2007a, p. 109), o justificou o aparecimento de intervenções públicas em diversas escalas: locais, regionais, nacionais e internacionais.

No âmago dessa crise, ainda segundo Alencar, ganham espaço os indicadores de desenvolvimento como instrumentos com potencial para traduzir índices, podendo ser aplicados em diferentes escalas. Assim começa a surgir também “as críticas metodológicas frente à insuficiência de determinados indicadores” e, sobretudo, dada a complexidade dos diferentes contextos, cada vez mais percebidos como “totalidades dinâmicas” (Alencar, 2007a).

Na perspectiva da Psicologia Ambiental, o escritor e pesquisador José Pinheiro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte chama atenção para a complexidade de fatores que atravessam a noção sempre peculiar do que vem a ser, para os Estudos Pessoa-Ambiente, o contexto, compreendido como o:

Conjunto de condicionantes ecológicos (sociais, econômicos, políticos, culturais, geográficos, históricos) na geração dos significados que as pessoas elaboram acerca de suas realidades. Todo significado está vinculado ao contexto em que é gerado, de modo que o contexto marca o caráter local da relação pessoa-ambiente (Pinheiro, 2002, p. 10).

Retomando a questão da insuficiência dos índices socioeconômicos atuais, nas palavras da autora Cristina Maria Macêdo de Alencar:

De todo modo, o IDH representa avanço em relação à concepção que considera o desenvolvimento como expressão do Produto Interno Bruto (PIB) per capita agregando bens e valores relativos, como pressuposto, às possibilidades de ampliação das escolhas das pessoas (Alencar, 2007, p. 110).

A multiplicidade de indicadores, portanto, decorre da complexidade do desenvolvimento, dos seus efeitos e dos contextos territoriais e/ou socioambientais em diferentes escalas. Complexidade essa que pode ser encontrada em territórios diversos e em múltiplas escalas, tal como: nas inter-relações entre o rural e o urbano; entre o natural e o construído; entre aquilo que é construção e o potencial de um lugar; entre o que é demanda induzida de fora, e o que não é. Essa perspectiva aponta para a necessidade da incorporação do paradigma da complexidade nas abordagens sobre o desenvolvimento.

A complexidade é sobretudo requerida quando buscamos compreender as formas como o desenvolvimento se materializa nos territórios em suas diferentes escalas. Alencar (2007, p. 110) aprofunda e problematiza os Indicadores apontando o desenvolvimento como “um processo de transformação e, portanto, em permanente provisoriedade histórica, com múltiplas escalas e múltiplas determinações e com dimensões qualitativas nem sempre passíveis de representação por índices” (Alencar, 2007, p. 110)

Sobre as dimensões qualitativas que podem ser relacionadas ao desenvolvimento, pode-se dizer que, a depender do perfil da análise, ou mesmo da escala, é praticamente impossível

uma adjetivação padronizável ou globalizante para o desenvolvimento ou mesmo a sua representação pelos índices socioeconômicos tradicionais. Por isso, este trabalho chama atenção mais uma vez para a necessidade de incorporação dos paradigmas da complexidade e da alteridade nas abordagens sobre o desenvolvimento. Vai além, pois chama atenção também aos efeitos psicológicos e impactos psicossociais decorrentes de processos de desterritorialização promovidos em prol do desenvolvimento, onde os modos de vida, a cultura e a ruralidade de comunidades afetadas são atravessadas por projetos urbano-industriais. Transformações físicas e sociais permanentes com imposição de padrões urbanos de convivência em comunidades rurais que provocam desequilíbrio socioambiental, acentuam as desigualdades sociais e ignoram as territorialidades que convivem no território.

No que diz respeito ao paradigma da complexidade, partimos das assertivas do filósofo e sociólogo francês Edgar Morin, uma das principais referências nos estudos da teoria da complexidade e da ecologia profunda. Edgar Morin (2011) propõe uma crítica radical ao modelo econômico dominante do desenvolvimento ao afirmar que:

concebido unicamente de modo técnico-econômico, o desenvolvimento chega a um ponto insustentável, inclusive o chamado desenvolvimento sustentável. É necessária uma noção mais rica e complexa do desenvolvimento, que seja não somente material, mas também intelectual, afetiva, moral (Morin, 2013, p. 35).

Para Morin, a lógica reducionista do desenvolvimento desconsidera dimensões humanas essenciais, ele pressiona por uma abordagem mais integrada. Adotando uma perspectiva contra hegemônica, Morin identifica a ambivalência intrínseca dos processos socioeconômicos:

Identificar as ambivalências do processo de desenvolvimento significa admitir que, conseqüentemente, de forma paroxística, este oferece riscos e chances, sendo preciso simultaneamente mundializar e desmundializar, crescer e decrescer, desenvolver e reduzir, conservar e transformar” (Morin, 2013, p. 36).

Morin rompe com visões lineares e otimistas, convida a um “desenvolvimento dialógico que seja capaz de acolher tensões plurais ao invés de erradicá-las (Morin, 2013). Para Morin, o progresso real se dá quando liberdade, autonomia e solidariedade se fortalecem simultaneamente. Ele adverte:

Uma sociedade só pode progredir em complexidade, ou seja, simultaneamente em liberdade, em autonomia e em comunidade, se progredir em solidariedade: efetivamente, a complexidade crescente comporta liberdades crescentes, possibilidades de iniciativa tão fecundas quanto destruidoras e geradores de desordem. [...] A única forma de salvaguardar a complexidade de uma sociedade não pode ser outra, senão o sentimento vivido de pertencimento à comunidade (Morin, 2013, p. 78).

Essa visão subverte a hegemonia do individualismo competitivo, propondo uma reconstrução social baseada na interdependência ética e comunal (Morin, 2013). Esta perspectiva teórica reconhece a ambivalência do desenvolvimento, bem como a solidariedade como condição de progresso, na complexidade, em um cenário global marcado pelo acirramento das desigualdades sociais e pelo quadro de emergência climática.

Nesse contexto, ambientalmente, num país desigual como o Brasil, podemos dizer que o desenvolvimento quase sempre provoca danos aos ecossistemas naturais, muitos deles irreversíveis, que se justificam pelos seus patrocinadores públicos ou privados como inevitáveis, por meio da minimização dos danos, ou como um mal necessário para um bem maior. Num cenário mais otimista, podemos dizer ainda que a legislação ambiental brasileira regula os padrões de instalação e operação industrial, bem como os processos de compensação ambiental a que são submetidos os agentes do desenvolvimento, sobretudo, o estabelecimento dos condicionantes ambientais previstos nos processos de licenciamento ambiental. Mesmo não compartilhando dessa visão – uma vez que a extensão dos impactos ambientais decorrentes dos processos de desenvolvimento quase sempre extrapola os condicionantes ambientais definidos pelos órgãos ambientais – este trabalho pretende não se limitar às reflexões acerca da eficácia e/ou da falta de sucesso dos nossos sistemas de licenciamento ambiental.

Este trabalho reconhece, portanto, os limites e as inconsistências da aplicabilidade da legislação ambiental em projetos de desenvolvimento urbano-industriais de médio e grandes portes, de interesse público, como o caso em que esta tese se debruça: a construção e operação permanente da cadeia logística que se instala em Ilhéus (BA) com a Ferrovia de Integração Oeste/Leste e o Porto Sul. Mas, além das críticas ao referido processo de licenciamento, esta pesquisa chama atenção para a extensão, ainda invisível em muitos casos, dos impactos psicossociais do desenvolvimento. Processos de sofrimento psicológico com perfil coletivo, adoecimentos diversos com sintomas psicossomáticos que possuem como causa a submissão de pessoas e comunidades à processos de des-territorialização.

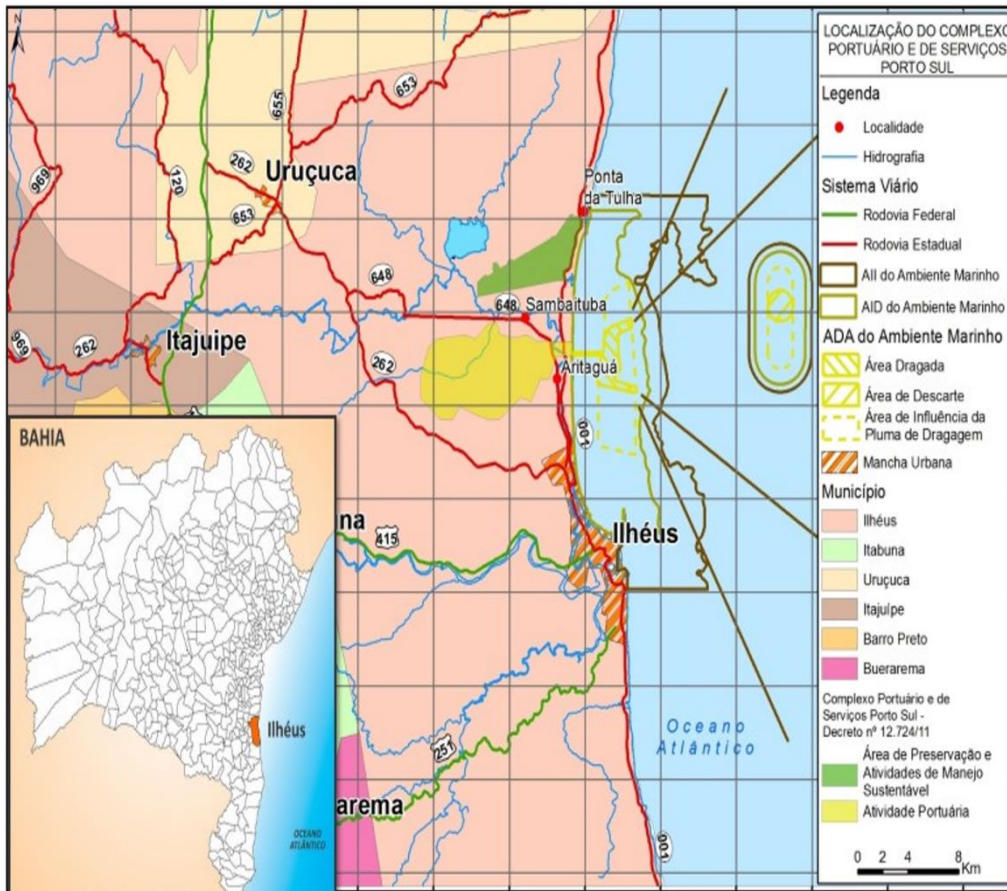
No que diz respeito a este estudo, o foco são grupos sociais com modos rurais de vida, muitas vezes em condições de precariedade, que enfrentam a perda dos seus territórios, a disrupção das suas territorialidades com origens transgeracionais, a alteração da inter-relação com a natureza, com o trabalho, removidos de modo forçado e/ou forçados a conviver permanentemente com operações industriais. Esses grupos têm sido atropelados pela locomotiva do desenvolvimento, eles carecem de índices ou indicadores socioeconômicos que melhor traduzam e categorizem seus níveis de sofrimento, danos à saúde e impactos psicossociais decorrentes das situações que envolvem a des-territorialização motivada pelo desenvolvimento.

Socialmente, portanto, estamos falando da imposição do desenvolvimento e da urbanização que afeta os sentimentos de apego ao lugar e as topofilias (Tuan, 1980), que interrompe a perpetuação transgeracional das identidades territoriais e pode chegar a cenários mais complexos, como para os grupos sociais que sofrem com a remoção compulsória e/ou convivem diretamente com processos de des-territorialização. Neste ponto, esta pesquisa contribui com uma produção científica capaz de identificar e reconhecer os efeitos psicossociais oriundos de processos de des-territorialização promovidos pelo desenvolvimento. Contribuições que levam em conta as tensões da coexistência rural-urbana e a busca metodológica por determinantes que lancem luz especificamente nos padrões de perda de saúde mental, impactos psicossociais e comunitárias decorrentes da perda do território.

Do ponto de vista da convivência ou das tensões entre as dimensões rural e urbana, é imprescindível mencionar essa questão como fundamental para esta pesquisa. Isso por que as quatro comunidades analisadas no município de Ilhéus (BA) convivem com essa tensão entre ruralidade enquanto modos de vida e traços culturais e a dimensão urbana que vem imposta pelo projeto de desenvolvimento urbano-industrial representado pela Ferrovia de Integração Oeste Leste e pela construção do Porto Sul.

No contexto das comunidades direta e indiretamente afetadas, podemos desde já apontar alguns dilemas do desenvolvimento, uma vez que o projeto urbano-industrial de implantação da FIOLE e do Porto Sul já afeta muitas comunidades rurais, impondo novos padrões de vida social, promovendo processos de des-territorialização e impactos diversos, pois esses grupos sofrem mudanças significativas e permanentes nos seus modos de viver e nas relações com seus territórios.

Figura 1 - Onde ficará o Porto Sul



Fonte: Hidros/Oriente, 2011

Das quatro realidades sociais estudadas por esta tese, que podem ser observadas no Mapa 1, a Vila Juerana e Aritaguá ficam às margens do Rio Almada, são comunidades rurais no litoral de Ilhéus, à beira rio, que sobrevivem do turismo como principal atividade econômica. Ambas as comunidades possuem forte interação com o referido rio, bem como concentram riquezas biológicas da mata atlântica, que também poderão ser afetadas pela construção e pelas operações da FIOLE e do Porto Sul. O bairro da Barra, em Ilhéus, agrega mais de quatro mil (4.000) pescadores, eles estão fortemente mobilizados, em conflito com a construção do Porto Sul, pois sofrerão impactos permanentes na atividade pesqueira artesanal. Já a comunidade de Castelo Novo tem forte ligação com os aspectos históricos da ocupação territorial em Ilhéus, possui uma população que sobrevive do extrativismo e da agricultura familiar, além de estarem também às margens do Rio Almada.

Todas as realidades sociais destacadas acima, bem como os grupos sociais de comerciantes locais, agricultores, pescadores, populações tradicionais, fazem parte do objeto

empírico desta pesquisa e, por isso, foram mais detalhadamente estudados no decorrer deste trabalho. Desde já, este estudo reforça que todas essas comunidades carregam contextos semelhantes de análise que são aprofundados nesta investigação: a identidade rural que é marca dos modos de vida analisados e, também, a convivência com os impactos dos processos de des-territorialização. Além disso as quatro comunidades estão sendo afetadas pelas construções e depois pelas operações ferroviárias e portuárias do complexo logístico representado pela FIOLE e pelo Porto Sul. São grupos sociais e territórios-lugares (Saquet, 2018) que requerem estudos, por parte do projeto de implantação da FIOLE e do Porto Sul, pois precisam ter suas demandas e vocações locais levadas em conta, no sentido da boa convivência com a FIOLE e com o Porto Sul.

Diante do complexo contexto de tensões socioeconômicas e territoriais vivido pelas comunidades rurais de Ilhéus é que o Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM) foi escolhido como possibilidade metodológica de análise e síntese para a elaboração de um outro indicador, uma vez que, nas palavras de sua autora Alencar, o IQRM “reúne atributos sintetizados em cinco determinações constituídas como unidades dialéticas por variáveis que são termos de tensões entre o rural e o urbano” (Alencar, 2007, p. 109).

O IQRM é utilizado aqui como inspiração para a fundamentação metodológica desta pesquisa, bem como do indicador proposto como produto dela, isso porque incorpora a complexidade na abordagem sobre o desenvolvimento. Entretanto, como este trabalho se direciona especificamente à compreensão dos impactos psicológicos e psicossociais nas comunidades rurais afetadas pela FIOLE e pelo Porto Sul, é necessária uma adaptação para delimitação das determinações metodológicas que expliquem tensões específicas em termos de questões psicossociais em contexto de convivência tensionada entre o rural e o urbano.

Como ponto de partida, Alencar (2007a) demarca teoricamente as noções de rural e urbano, quase sempre apresentadas como antônimos, desde o processo de industrialização do século XVIII. Para Alencar:

Teoricamente, estamos privilegiando a imanência da natureza na constituição do rural, do que decorrem relações mais diretas entre homem e natureza. Na constituição do urbano estamos privilegiando a transformação da natureza em ambiente construído, do que decorrem relações mais mediadas em homem e natureza (Alencar, 2007a, p. 110).

Assim, ao definir a ruralidade como uma relação mais direta do ser humano com a natureza, esta pesquisa apresenta o conceito de urbano como sendo uma relação mediada, entre o ser humano e a natureza. Aqui temos uma premissa importante para o desdobramento do raciocínio seguido neste estudo, a partir de uma abordagem acerca das condições de ruralidade metropolitana. Portanto, no entendimento das questões que envolvem o rural e o urbano, nas palavras de Alencar “o ambiente natural e o ambiente construído expressam tensões na relação entre o rural e o urbano que decorrem do modo de ocupação desse espaço frente suas características naturais” (Alencar, 2007a, p. 111).

Levando em conta que esta pesquisa analisa as repercussões psicossociais em comunidades rurais de Ilhéus, que sofrem processos de des-territorialização decorrentes da construção e operação permanente de uma ferrovia e um terminal portuário, podemos observar facilmente essa tensão. O rural e o urbano, o natural e o construído como elementos provocados pelo projeto de desenvolvimento urbano-industrial representado pela FIOL e pelo Porto Sul. Ou seja, a apropriação da natureza como biodiversidade dando lugar e sendo expressa como obstáculo ao desenvolvimento. Não mais como a condição direta e imediata que marca o modo de vida rural, mas agora, em condição de invisibilidade.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, de acordo com Alencar (2007, p. 113) pode-se dizer que este “configura-se como ordenamento sob diretrizes do Estado que, sendo hegemônico, se pretende homogêneo em termos de identidade territorial”. Ao analisarmos a região em questão, seja no âmbito da municipalidade de Ilhéus, seja na escala regional, ao tratarmos a FIOL e Porto Sul como um projeto de desenvolvimento integrado para o Estado da Bahia, vamos perceber a tensão entre o rural e o urbano em coexistência.

Essas tensões são expressas nas atividades econômicas que envolvem a agricultura familiar, a pesca artesanal, o extrativismo vegetal e outras tantas atividades econômicas menos estruturadas, que sobrevivem nessas localidades rurais, que já recebem os impactos da chegada do padrão de desenvolvimento urbano-industrial hegemônico. Ou seja, “o rural, enquanto relação dos seres humanos com a diversidade natural na qual vivem, fica invisível sob as diretrizes governamentais que, portanto, não o contemplam” (Alencar, 2007a, p. 113).

Levando em conta a historicidade dessa tensão rural / urbana, numa análise cronológica, a partir da percepção de Alencar (2007a):

Em várias partes do planeta chega-se à década de 1990 em tumultuada urbanização sobredeterminada pela indústria; sobrevivência no campo sendo transformada pelos padrões de sobrevivência na cidade industrial (os sistemas de agronegócios); qualidade de vida identificada com o conforto material ou relegada a um plano secundário diante da elegância dos modelos científicos e da exuberância do potencial tecnológico; cidade que se mostra incapaz de atender “in loco” a todas as expectativas de civilidade que ela inspira (melhorias habitacionais, sanitárias, educacionais e comunicacionais, cientificamente classificadas como próprias da cidade logo, estranhas ao campo) quer seja para sujeitos rurais ou urbanos (Alencar, 2007a, p. 113).

Para o Engenheiro Agrônomo, Phd em Economia Roberto José Moreira (2012), o mundo rural e as identidades rurais são “parte constitutiva das lutas pela independência colonial das nações latino-americanas, portanto da modernidade burguesa e das globalizações contemporâneas” (Moreira, 2012, p. 248).

Moreira (2012), utilizando referência teórica sobre novas ruralidades no mundo moderno, bem como as dinâmicas de revalorização do rural na atualidade, propõe uma abordagem interpretativa para chamar atenção às novas relações entre as urbanidades e ruralidades na contemporaneidade. Ele defende o ponto de vista de que está havendo uma “mudança cultural dos sentidos atribuídos ao rural na modernidade”, fazendo emergir, em nossa contemporaneidade, uma nova e complexa compreensão do rural (Moreira, 2012, p. 249). Moreira (2012) aponta que:

podemos dizer que o mundo rural herdado da modernidade e as identidades rurais eram associados aos domínios da natureza e da tradição, próprias da hegemonia urbano-industrial, em espaços nacionais. As ruralidades eram concebidas e vividas por oposições campo-cidade em dualidades discursivas geradoras de conceitos e valores tidos como superiores e inferiores, tradicional-moderno, incivilizado-civilizado e não tecnificado-tecnificado. Em outra dimensão, o rural-agricultura opunha-se ao urbano-industrial, na vida e na cultura (Moreira, 2012, p. 249).

Moreira (2012) discute também a noção do “rural subalterno”, que nasce dessa “assimetria que tem como polo hegemônico e referencial o poder emissor de sentido da indústria e da cidade”. As compreensões hegemônicas do rural, em oposição aos sentidos atribuídos ao urbano, carregam as atribuições de “agrícola, atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças”. Argumentos que produzem “cultural e ideologicamente realidades culturais e identidades sociais tidas como inferiores, que, naturalizadas, são vividas como tais” (Moreira, 2012, p. 250).

As assertivas de Roberto José Moreira encontram amparo e pertinência na realidade das quatro comunidades rurais estudadas no contexto dessa tese, situadas em interface com a ferrovia e com o porto que serão construídos em Ilhéus (BA). Por isso, a importância das contribuições deste autor no campo das novas noções do rural na contemporaneidade, isto é, ao analisarmos a instalação da cadeia logística representada pela FIOLE e pelo Porto Sul, às margens da Lagoa Encantada, nesse trecho do litoral baiano.

Moreira (1998, 1999) parte do pressuposto, por exemplo, de que é preciso reconhecer a “apropriação privada da biodiversidade” e que a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento rural contemporâneo “é a incorporação dos constrangimentos ecológicos à lógica e à dinâmica capitalista, esta própria insustentável ambientalmente” (Moreira, 2012, p. 253).

Para Moreira, a abordagem contemporânea acerca da ruralidade precisa levar em conta o paradigma da complexidade, porque as mudanças culturais deram origem a expressões variadas de experiências rurais de vida e de trabalho na atualidade. Transformações contemporâneas na visão do rural que levam em consideração desde a agricultura familiar às agroindústrias, ao rural associado ao atraso e à visão da importância da agricultura orgânica e da vida rural para o bem-estar e qualidade de vida. Para Moreira (2012) podemos falar em múltiplas e diferenciadas “ruralidades subalternas e hegemônicas e contra-hegemônicas”, ou mesmo em “um mundo rural complexo com múltiplas facetas e dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas” (Moreira, 2012, p.265).

No seio da crítica contundente que Moreira (2012) faz ao capitalismo e ao desenvolvimento neoliberal de forma geral, ele se coaduna com as contribuições dos autores Armando Lisboa, Roque Amaro, Serlene Herculano, José Eli da Veiga, para quem o desenvolvimento – pensado a partir de uma percepção eurocentrada, tem sido associado ao paradigma da industrialização, sob o prisma do crescimento ilimitado e da inovação – em contraste com a ruralidade, que tem sido associada ao que é primitivo, conservador e/ou tradicional, cuja superação pelos avanços da indústria e da cidade se faz parecer necessário. Ambos os autores criticam essas oposições e a conclusão decorrente dela.

Assim, segue a disputa entre o rural e o urbano no município de Ilhéus (BA). Na terra e na água. Na terra a disputa é representada pela Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOLE) como um esforço desenvolvimentista ligado ao agronegócio de grande porte e à mineração para exportação, que, paradoxalmente, atravessa comunidades que sobrevivem da agricultura

familiar, do extrativismo vegetal, das economias de base local, excluídas dos benefícios dessa cadeia logística que passa a fazer parte das suas realidades diariamente. Para complexificar ainda mais essa disputa, esses grupos sociais, com modos rurais de vida, alijados desse processo de desenvolvimento urbano-industrial que chega à região, convivem com a pressão – por uma questão de sobrevivência – para adotarem o modo hegemônico (urbano) de vida e de convivência social, precisam, portanto, lidar com os impactos decorrentes dos processos de des-territorialização a que são submetidos.

São afetações do desenvolvimento tanto na terra quanto no mar, onde, por sua vez, essa disputa é expressa pela implantação do Porto Sul ao impactar permanentemente os pescadores artesanais, marisqueiras e as economias locais que sobrevivem de atividades agrícolas e comerciais relacionadas ao Rio Almada e à costa marítima privatizada para uso exclusivo das operações portuárias. Um cenário cada vez mais complexo onde o processo de des-territorialização promovido pelo desenvolvimento assume múltiplas representações simbólicas e físicas, com repercussões socioeconômicas, ambientais e culturais. É a imposição de um perfil de desenvolvimento que restringe tanto o uso do território por parte dessas comunidades rurais afetadas, quanto a relação transgeracional destas com a natureza.

Diante desse contexto de disputa e levando em conta os muitos níveis de afetação dos grupos sociais analisados nas quatro comunidades que constituem o objeto empírico desta pesquisa, este trabalho chama atenção com mais profundidade para um conjunto de impactos socioambientais pouco visíveis dentro do processo de licenciamento ambiental do Porto do Sul e da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL): os impactos relacionados ao sofrimento psicológico e suas repercussões psicossociais nas comunidades em processos de des-territorialização.

Nesse sentido que este estudo pretende criar condições teórico-metodológicas a partir dos resultados desta tese para o desenvolvimento de uma variação metodológica do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM). Um indicador que possa melhor traduzir a tensão existente entre o desenvolvimento representado pela FIOL e pelo Porto Sul e sua relação direta com o sofrimento e com as repercussões psicossociais nas comunidades afetadas diante dos processos de des-territorialização. Experiências vividas que já impactam em níveis diferentes de profundidade os grupos sociais aqui analisados das comunidades de Aritaguá, Vila Juerana, Castelo Novo e o bairro da Barra, situados no município de Ilhéus (BA).

Precisamos, por isso, examinar mais de perto a complexidade da noção de ruralidade metropolitana proposta por Alencar (2007a), e notamos que:

A relação campo e cidade, compreendida nos marcos do pensamento complexo, possibilita reconhecer a condição de rural e de urbano configurando um padrão de desenvolvimento em coexistência tensionada pela diversidade de modos de vida em relação com a natureza e sob a égide do capitalismo contemporâneo (Alencar, 2007a, p. 114).

Ainda seguindo Alencar (2007a):

A dinâmica metropolitana [...] radicaliza a intensidade da condição urbana de aglomeração como evidência empírica e inspira a formulação da noção ruralidade metropolitana como recurso interpretativo à medida que dá elementos para requalificar o rural a partir das demandas das metrópoles e das questões ambientais. Trata-se de uma noção que resulta da reflexão sobre o rural vivenciado na relação com o urbano metropolitano, tomando-se a escala regional como unidade de referência (Alencar, 2007a, p. 114).

Assim, ao analisar a realidade social das comunidades rurais que são diretamente afetadas pela construção e pelas operações ferroviárias e portuárias em Ilhéus, pode-se falar em ruralidade metropolitana como noção interpretativa. Uma fundamentação científica com origem “multidisciplinar” e baseada nas experiências vividas em contextos de ruralidades por “sujeitos sociais que vivem em ambientes urbanos” (Alencar, 2007a, p. 115).

Este trabalho, ao adotar uma abordagem que prioriza a complexidade, nos permite analisar o fenômeno social aqui estudado de forma mais ampla, tendo a disputa e a tensão entre o rural e o urbano como elementos de uma coexistência forçada no território. Um conjunto de territorialidades rurais que passará a incorporar de maneira radical o modo de vida urbano imposto pelas operações ferroviárias e pelo funcionamento do terminal portuário.

É o rural como modo de vida e como atividade econômica, que tem a natureza como objeto de trabalho para a produção material e social da vida, dando lugar, sem planejamento adequado, a outros padrões econômicos e toda uma estrutura urbana de serviços que chegam para “superar” as relações de ruralidade existentes. Chamamos atenção, portanto, para as implicações psicossociais que parecem ser invisibilizadas nesse processo e que podem acarretar condições de sofrimento psicossocial diante da interrupção da transmissão de elementos

constitutivos da identidade territorial e da fragmentação dos laços com as territorialidades vividas. Sobretudo nos casos que envolvem a perda dos territórios afetivos, identitários e/ou que envolvam a necessidade de remoções compulsórias.

Condições de sofrimento psicossocial decorrentes de processos de des-territorialização que ganham eco nas formulações sobre ruralidade metropolitana empreendidas por Alencar (2007), onde percebe-se, a partir dos dados coletados no âmbito da Região Metropolitana de Salvador (RMS) que:

o padrão de desenvolvimento contemporâneo monetarizando as relações econômicas e sociais na cidade provocando sensações de cansaço, de excesso de trânsito, de agitação, de estresse, de aprisionamento pela violência, de poluição, tensão e rotina, de segregações sociais, de ser boa apenas para o comércio, menos livre devido à monetarização, mais difícil devido à monetarização, onde o dinheiro é o valor maior. (Alencar, 2007a, p. 115)

Pode-se notar que tais características contrastam com as observações abaixo sobre os padrões rurais de vida, além de provocar o aumento da sensação de violência devido a imposição dos modos urbanos de vida. Este contraste é acentuado quando percebemos que os sujeitos sociais que vivem sob o paradigma da ruralidade passam a adotar, forçosamente, os modos urbanos de convivência social e relação com o trabalho. Contudo, como veremos a seguir, quase sempre são excluídos dos benefícios sociais, dos serviços e dos avanços tecnológicos que passam a vigorar com a urbanidade, a partir da padronização urbana-industrial do desenvolvimento.

Ao analisarmos especificamente as relações com a natureza, que são definidoras das noções de rural e urbano, e as colocarmos em função do padrão de desenvolvimento em curso no município de Ilhéus, é possível refletir, a partir das pesquisas de Alencar (2007a), sobre as seguintes sensações que podem ser provocadas nos sujeitos sociais pesquisados

“vida cansada pela intensidade e peso do trabalho direto na atividade primária, excluída dos benefícios sociais, produtivos e das conquistas da humanidade, sem condições de sobrevivência, concorrendo em condições desiguais com os grandes, morrendo por poluição”. (Alencar, 2007a, p. 116)

Em contraposição às sensações geradas pelo padrão urbano de desenvolvimento, ao analisarmos os resultados de Alencar (2007) na pesquisa supracitada quanto às sensações favoráveis à vida no campo, inspiradas na relação com a cidade, podemos perceber também:

Sensações de mais liberdade devido à não monetarização, sem agitação, com pertencimento, em transformação de melhorias a partir das relações com a cidade, mas também o campo é identificado com o lugar de onde se quer sair para buscar conforto, [...], sensações de satisfação subjetiva da vida rural [...], envolvendo felicidade, lazer, relaxamento, higiene mental, prazer, relações mais humanas, sem causar prejuízo a outrem, com felicidade na contradição (Alencar, 2007a, p. 116).

Moreira (2012) nos ajuda a aprofundar as reflexões sobre esse movimento de revalorização da vida no campo ao afirmar que:

A associação do rural com a natureza e com a vida na Terra impõe-nos a compreensão dos contornos (o espaço ecossistêmico), das especificidades (o lugar onde se vive) e das representações (o lugar onde se vê e se vive o mundo). A urbanidade contemporânea globalizada revaloriza a vida no campo, a produção de alimentos saudáveis e as culturas tradicionais, bem como o patrimônio cultural e natural dos territórios (Moreira, 2012, p. 253)

Ainda na percepção de Moreira (2012):

as mais diferentes noções de rural e de ruralidades nos remetem à proximidade com a natureza, o solo, a terra, as estações e os climas, suas vegetações e animais, produzindo objetividades, subjetividades, espiritualidades e sensibilidades rurais. Valores e modos de vidas rurais que se constroem em codeterminações complexas, em sinergias, embates e disputas hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas das quais estamos falando. São essas dimensões das realidades contemporâneas que nos levam a falar em novas comunidades rurais e novas identidades rurais: novas ruralidades (Moreira, 2012, p. 258).

Assim, podemos refletir, a partir de experiências de pesquisa de diversos autores em outros territórios, sobre os elementos favoráveis e desfavoráveis acerca dos aspectos mais relevantes que marcam o rural no urbano e o urbano no rural. Reflexão esta que é crucial no trabalho em questão pois a condição de ruralidade metropolitana será uma realidade imposta a ser vivida nas quatro comunidades estudadas.

Há que se reconhecer que o padrão urbano-industrial de desenvolvimento provoca avanços tecnológicos, conhecimentos científicos, abertura para novos perfis econômicos, fazendo chegar nessas comunidades bens e serviços que poderiam contribuir com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Mas, não podemos esquecer, que boa parte dos sujeitos sociais que vivem em contextos de ruralidade não terão acesso à tais benefícios advindos do padrão urbano. Pelo contrário, serão excluídos do usufruto desses avanços sociais e produtivos, além de serem afetados mais diretamente pela poluição, uma vez que estão mais expostos à conexão direta com a natureza na experiência vivida e na relação com o trabalho. Serão obrigados a adotar novos jeitos de viver socialmente e economicamente, terão suas relações com a natureza prejudicadas, interrompidas ou sendo obrigados às mediações que o urbano impõe nesse relacionamento.

A noção de ruralidade metropolitana focaliza o aprendizado construído por trabalhadores do rural como atividade-meio ou como atividade fim, no âmbito da vivência do urbano industrial como indicado de desenvolvimento. Desse modo, não está em questão formular mais definição de rural que, concordando com Kageyama (2004), é uma discussão praticamente inesgotável, ou se é o urbano que está sendo ruralizado ou o rural sendo urbanizado. O que está em questão é a qualidade do desenvolvimento humano, em processo histórico que se estabelece na relação entre o rural e o urbano, culturalmente segregados pelo industrialismo (Cornell, 1998). Dito de outro modo está em questão a relação entre sociedade e natureza na configuração de desenvolvimento (Alencar 2007a, p. 116)

Sobre ruralidade metropolitana, Alencar (2007a, p. 117) nos alerta para o “risco da perda da subjetividade presente no modo de vida e nos valores sociais e culturais que fazem do rural um mundo complexo”.

Do ponto de vista dos indicadores qualitativos, constitui-se como interesse dessa pesquisa criar condições para explicar a tensão entre o padrão de desenvolvimento que chega nessas realidades sociais e os processos de des-territorialização, atrelados a esse desenvolvimento, que afetam diretamente essas quatro comunidades investigadas. Ou seja, para além dos impactos relacionados à coexistência dos modos de vida rural que são afetados por um padrão urbano-industrial que vem imposto sem planejamento, há também os riscos, ameaças e casos concretos de perda de territórios afetivos, identitários, sensíveis, comunitários e até os casos mais críticos que exigiram desapropriação e remoções compulsórias de populações.

Uma influência sem precedentes na relação desses sujeitos sociais com a natureza, prejuízos relacionados à interrupção e/ou alteração das relações transgeracionais de territorialidade, repercussões que afetam os modos de vida, a convivência social, causa danos

irreversíveis no meio ambiente e nas relações dessas comunidades rurais com o trabalho e com a produção da vida. Essa tese parte, portanto, do pressuposto de que tais processos de des-territorialização provocam danos à saúde mental e relacional desses sujeitos sociais, acarretam em sofrimento e impactos psicossociais, gerando e/ou acentuando sintomas depressivos, relacionados à ansiedade.

Por isso a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos relacionados aos indicadores qualitativos e, mais particularmente, acerca do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM), desenvolvido pela economista Cristina Maria Macêdo de Alencar. Pois, a partir das discussões críticas sobre a fundamentação do IQRM, essa tese conseguiu apresentar, de forma inédita e propositiva, elementos teóricos para maturação futura de uma variação metodológica que abarque mais detidamente a tensão acima citada: o desenvolvimento tal qual vem sendo planejado com a chegada da FIOLE e do Porto Sul nas comunidades rurais aqui destacadas e a condição de sofrimento psicossocial intrínseco aos processos de des-territorialização que esses sujeitos sociais estão submetidos em múltiplos níveis.

Na visão de Schumacher (apud Alencar, 2007<sup>a</sup>, 117):

A formulação de indicadores qualitativos referenciados na ruralidade metropolitana objetiva a apropriação de evidências empíricas que tensionam os modos de vida rural e urbano, condicionando a afirmação das experiências de ruralidade imersas em ambiente onde a urbanidade é metropolitana. Nesses termos, o processo de desenvolvimento regional é qualificado como dinâmica relacional entre o rural e o urbano em coexistência; os indicadores qualitativos são Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana – IQRM, com conteúdos objetivos e subjetivos, em coerência com a abordagem complexa que fundamenta epistemologicamente a pesquisa, podendo ocorrer quantificação de subjetividades e, portanto, de variáveis metaeconômicas (Schumacher, 1983 apud Alencar., 2007a, p. 117)

Desse modo, as considerações a seguir buscam a integração das perspectivas teóricas trabalhadas até aqui, numa concertação conceitual que privilegia a problematização dos conhecimentos científicos gerados. Problematização que ganha forma no delineamento inicial de um indicador qualitativo que explora as dimensões de sofrimento psicossocial de grupos afetados pelos processos de des-territorialização promovidos pelo desenvolvimento. Uma contribuição inédita do ponto de vista científico, através de uma construção transdisciplinar com enfoque “psico-socio-ambiental” ancorada no paradigma da complexidade e no conceito multidimensional da sustentabilidade.

Assim, a partir dos resultados desta tese, teremos elementos teórico-metodológicos testados, capazes de serem aperfeiçoados futuramente para modelagem final do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial. Uma proposição que poderá ser consolidada através do aprofundamento científico que será realizado após o doutorado, como desdobramento teórico e metodológico do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana que iremos conhecer mais à fundo a partir de agora.

O Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM) tanto quanto outros indicadores como, por exemplo, o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) produzem questionamentos críticos quanto aos padrões hegemônicos relacionados ao desenvolvimento urbano-industrial. Críticas que podem ser representadas pelos modelos de convivência e de vida urbana promovidos pelos avanços tecnológicos da sociedade que impõe um padrão “metropolitano” de desenvolvimento. O que, por sua vez, acaba por afastar os sujeitos sociais das suas experiências vividas de forma mais natural, em conexão direta com a natureza. É, na prática, o modo de vida urbano em oposição e visando superar os modos rurais de vida. (Alencar, 2007)

O que há de novo no IQRM apontado por Alencar (2007) é a possibilidade de “requerer uma interpretação que inverta a relação cidade – campo para campo e cidade, e trata essa relação como inteira e aberta” (Alencar; Moreira, 2005). Nesse processo de ressignificação do rural, Moreira (2007) afirma que:

A passagem de uma imagem de rural como agrícola para um rural como natureza e como modo de vida saudável expressa tensões de diversos âmbitos societários, tais como na estética, na ciência e tecnologia, na sociedade civil, no Estado, no mercado e mesmo na espiritualização. (Moreira, 2007, p. 252)

Na perspectiva do processo de “revalorização do mundo rural”, Moreira (2012) continua apontando elementos que marcam essa nova concepção de ruralidade na contemporaneidade, tais como:

a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento e a expansão dos turismos rurais (ecológico e cultural). A revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias associa-se à valorização da cultura local e de etnias e ao apoio à produção de artefatos os mais

diversos, como conservas, artesanatos e manufaturas associados à natureza e às culturas populares e tradicionais, bem como na dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares e dos assentamentos rurais (Moreira, 2012, p. 259).

Outras expressões sobre o pensamento da ruralidade nos tempos modernos complexificam ainda mais essa abordagem, como, por exemplo, as contribuições de De Paula (1999) que ampliam a concepção de rural postulando uma “ruralidade estetizada” associada aos esportes *countries* da região de Presidente Prudente, em São Paulo. Ou, ainda, as expressões hegemônicas de ruralidade na América do Norte que tem no *cowboy* norte americano e na identidade *country*, exemplos de uma ruralidade hegemônica nos Estados Unidos da América. A complexidade nessa abordagem interpretativa, no que convergem Alencar (2007) e Moreira (2012), parece ser o elo perfeito para a discussão teórica e metodológica sobre o Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM).

Ademais, o IQRM, por estar fundamentado sob o paradigma da complexidade, contribui também para a criação de “condições de coexistência entre ruralidade e urbanidade a serem catalisadas para superação do padrão atual” (Alencar, 2007a, p. 117). Uma coexistência tensionada, tão complexa quanto necessária, diante do entendimento da importância do desenvolvimento humano para além da dimensão econômico-monetária advinda com o padrão urbano-industrial. A valorização da diversidade e da interdependência entre os modos de vida urbano e rural no território, sem que seja necessário renunciar a um em função do outro, e a experiência rural de vida tendo como cerne o trabalho para a produção material da vida.

O IQRM chama atenção tanto para a necessidade de reconhecimento dos grupos sociais em contexto de ruralidade enquanto sujeitos com identidade social e territorial quanto para a valorização da sabedoria popular e dos conhecimentos sobre a natureza como modo de vida. Sujeitos sociais em experiências de ruralidade, mesmo em ambientes urbanos, que trabalham e produzem suas próprias realidades apesar dos constrangimentos impostos pela cidade, diante das necessidades de sobrevivência. Como bem sintetiza Alencar (2007a):

A experiência de ruralidade, ao estar sendo referência para os sentidos do trabalho, é interpretada como espaço social em que se opera desenvolvimento humano; da interação entre rural e urbano emergem possibilidades de uma práxis transformadora, distributiva das conquistas humanas favoráveis à melhoria da qualidade de vida, no campo e na cidade. No ser humano identificam-se sentimentos sobre a vida na cidade e a vida no campo que ilustram exemplos e contra-exemplos do atual padrão civilizatório, o que foi examinado como desenvolvimento em escala regional.

Sentidos como esses e como os que dão conteúdo ao paradigma do desenvolvimento humano são considerados como meta econômicos e necessários à sustentabilidade (Alencar, 2007a, 118).

À luz da relação entre ruralidade e desenvolvimento humano, bem como através de determinações que analisam a ruralidade metropolitana sob o ponto de vista qualitativo, o IQRM expressa, portanto, aproximações entre os padrões de desenvolvimento em vigor com enfoque no avanço do conhecimento e nas relações entre campo e cidade. É preciso destacar também, ainda sobre as fundamentações do IQRM, a importância da observação empírica em escala regional, o que favorece a formulação de uma noção interpretativa, bem como torna o fenômeno perceptível em suas intersecções. (Alencar, 2007a, p. 118). A escala regional aparece com a função de medição, “não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo” (Alencar, 2007a, p. 118).

Em termos objetivos, a formulação do IQRM, a partir dos resultados da pesquisa de Alencar (2007) na Região Metropolitana de Salvador, levou em conta as relações com a natureza no sentido da vida social e da produção do trabalho. Para fins de identificação dos contextos de ruralidade metropolitana e, para diferenciá-los dos contextos eminentemente urbanos e dos rurais, foram definidas variáveis e determinações que possibilitaram as categorizações abaixo representadas.

A condição de “uso direto e indireto da natureza” tem referência aqui, respectivamente, para efeito de categorização “ao elemento da natureza menos ou mais manufaturado/industrializado” (Alencar, 2007a, p. 119). Assim, foi possível desenvolver uma análise e uma categorização sobre o perfil de relacionamento dos seres humanos com a natureza, podendo esta relação ser mais ou menos direta, nesse último caso, sendo, portanto, mais mediada:

- a) Usos diretos (D) – a exemplo de água para consumo humano, animal ou vegetal (plântio); produtos in natura; matérias-primas sem processamento industrial;
- b) Usos mediados (M) – energia elétrica; produtos beneficiados ou industrializados; matérias-primas industrializadas;
- c) Uso duplo (Ud) – quando as duas condições de uso (D e M) estão associadas.

(Alencar, 2007a, p. 119)

As relações de usos diretos e indiretos da natureza, categorizadas acima, expressas na forma de atividades passam a ser classificadas por Alencar (2007) como “predominantemente rurais (D), urbanas (M) ou rural-urbanas (Ud)”. A partir de outras fontes de investigação científica no território estudado, se percebe paralelamente uma “disputa pelo uso rural ou urbano da natureza”, o que Alencar (2007a, p.119) categorizou em termos de “tensões rural-urbanas” da seguinte forma:

- a) “Tensão pela apropriação da natureza” – apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, diferentes usos econômicos, o rural e o urbano, o urbano e a natureza;
- b) “Usos geradores de riscos ambientais” – produção de riscos e eventos ambientais;
- c) “Usos da natureza em atividades culturais” – uso cultural como recursos naturais (transformação em produto, a exemplo, artesanal) e como natureza (relação simbólica ou em atividade-fim, a exemplo de esportes).

(Alencar, 2007a, p.119)

As tensões acima categorizadas foram qualificadas e deram origem a formulação de cinco determinações com variáveis agrupadas como “independentes e dependentes”, onde se destacam as “dimensões” que predominam nessas variáveis, dentre as quais as “dimensões econômicas, culturais, políticas, naturais, subjetivas e de sociabilidade” (Alencar, 2007, p119). Foi necessário relacionar, isoladamente ou em conjunto, as determinações especificamente aos eventos geradores dessas tensões para se proceder o teste da sua validação. A partir da identificação dessas determinações na configuração das tensões foram formuladas por Alencar (2007) as cinco sínteses de relações entre atributos de ruralidade metropolitana a seguir:

- a) Determinação Geoambiental tensiona ao opor leis, demarcações, denúncias de riscos ou eventos ao uso em questão.
- b) Determinação Rural tensiona ao permanecerem usos mais diretos da natureza, quer produtivo, social, simbólico ou cultural.
- c) Determinação Urbana quando usos de forma mais mediada por processos ou instrumentos tecnológicos tornam menos evidente a existência da natureza.
- d) Determinação do Modo de Ocupação denota ritmo e modo de apropriação da natureza condicionada pela hegemonia da acumulação capitalista.
- e) Determinação do Conhecimento Científico expressa usos da natureza justificados ou contestados pela autoridade das descobertas ou explicações científicas expressas em tecnologias de processo, de organização ou de equipamentos.

(Alencar, 2007a, p.119-120)

O conhecimento produzido no âmbito da formulação das determinações do IQRM é considerado aqui especialmente importante para a produção desta tese. Por esse motivo, estão sendo detalhadamente analisados nesta etapa deste trabalho de pesquisa, uma vez que está serve de embasamento para a variação metodológica que esta pesquisa pretende propõe. A partir da IQRM é que nos desafiamos aqui, qualitativamente, a explicar a tensão existente nas quatro comunidades investigadas em Ilhéus acerca dos processos de des-territorialização a que estão submetidas. Mais especificamente, os impactos psicossociais originados e/ou acentuados devido aos processos de perda dos seus territórios afetivos, identitários, sensíveis e/ou de moradia.

Diante desse contexto que esta fundamentação teórica pautou o desenvolvimento metodológico apresentado no capítulo seguinte, atribuindo centralidade ao que este estudo denominou como Tensões Psíquicas-Socioterritoriais. Sobre as raízes materiais das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais, que serão detalhadas no próximo capítulo, este estudo articula o território, a dimensão do poder e os processos que envolvem desposseção, desapropriações, remoções compulsórias e os níveis identificados neste estudo sobre os efeitos psicoafetivos da perda do território para as comunidades investigadas. Assim, o professor Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 90) nos recorda que o território pode ser compreendido como “a projeção espacial das relações de poder”. Uma definição que revela que toda “reconfiguração territorial é também uma reorganização política e afetiva da vida”.

Como observa o geógrafo britânico David Harvey (2003, p. 145-149), o capitalismo contemporâneo se reproduz por “acumulação por desposseção, mecanismo de espoliação que atualiza as formas coloniais de expropriação”. Nas comunidades rurais estudadas, como podemos perceber ao longo desta tese, essa lógica desestrutura modos de vida, rompe e/ou fragmenta laços produtivos e simbólicos e, na visão do sociólogo marxista Henri Lefebvre, impõe “descontinuidades existenciais”, que se expressam subjetivamente como angústia e perda de sentido (Lefebvre, 1974, p. 33).

A des-territorialização, portanto, passa a ser compreendida aqui como totalidade, também em suas interconexões, sem separar os fenômenos estudados de seus contextos histórico e social. Ou seja, uma compreensão que envolve a “alienação do trabalho” (Marx, 2013, p. 637), a “expropriação do espaço vivido” (Haesbaert, 2004, p. 93), a desorganização e até a ruptura dos laços socioafetivos que sustentam a vida comunitária. Esse é o cenário de

interações em que germinam as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais como conflitos que se manifestam simultaneamente nas esferas material, simbólica e emocional.

O hífen empregado nas Tensões Psíquicas-Socioterritoriais, enfim, não é “ornamento gráfico”, mas “síntese epistemológica” tal qual utilizado pelo pesquisador Marcelo Lopes de Souza (2013, p. 285). Assim, nesta tese, o hífen marca o lugar onde se articulam o psíquico e o social, o individual e o coletivo, o humano e o territorial. Como afirma Ubiratan D’Ambrosio (2011, p. 118): “a realidade não se apresenta compartimentada e o conhecimento não pode fragmentá-la sem mutilar seu sentido”. Assim, o uso do hífen nesta tese possibilita restituir a unidade dialética entre sujeito, sociedade e território, superando a divisão moderna entre interioridade e exterioridade. Essas tensões, portanto, não apenas explicam o sofrimento, mas desvelam a historicidade dos afetos e revelam a dimensão política da dor em territórios marcados pela desigualdade (D’Ambrósio, 2011). Trata-se, portanto, da articulação, sob a ótica da complexidade, de grandes áreas do conhecimento, com seus constructos, nuances e contribuições científicas já consolidadas na sociedade. Ou seja, ao utilizar o hífen, a interdependência dessas dimensões articuladas nessa inter-relação, enfatiza os efeitos psicossociais e afetivos decorrentes dos processos de des-territorialização vividos pelas comunidades investigadas, como ponto de referência a partir do qual se observa o fenômeno.

Em suma, a partir da experiência e das contribuições científicas do IQRM se tornou possível chegar à formulação de um indicador qualitativo que explique a tensão aqui identificada. De um lado, o padrão urbano-industrial que vem como marca do desenvolvimento representado pela FIOL e o Porto Sul em Ilhéus (BA); do outro, os prejuízos e/ou a perda de saúde mental com todos os seus impactos psicossociais, para esses sujeitos, em experiências rurais de vida, que estão lidando com as situações de des-territorialização provocadas por esse desenvolvimento.

Num extremo está o desenvolvimento hegemônico tendo a indústria e o urbano como símbolos. No outro extremo, o sofrimento na dimensão psicossocial escancarado nessa tensão, onde os grupos sociais em contexto de ruralidade estão excluídos dos benefícios desse mesmo desenvolvimento. Ainda passam, esses grupos, a serem obrigados a conviver com altos níveis de poluição desses empreendimentos de grande porte.

Por isso, o IQRM ganha importância central neste trabalho. As suas determinações, que tensionam os modos de vida rural e urbano, nos contextos onde podemos falar em ruralidade metropolitana, se constituem historicamente pela correlação de forças entre as

dimensões da realidade social que predominam nas variáveis identificadas por Alencar (2007). Ainda sobre o IQRM, Alencar (2007) nos alerta sobre as evidências de que:

utiliza-se a predominância como recurso metodológico indicativo do quadro de possibilidades a serem consideradas hierarquicamente”. O que se justifica ao analisarmos que as “dimensões predominantes representam os campos de interesse que necessariamente precisarão ser contemplados na proposição de políticas, programas ou projetos de intervenção. (Alencar., 2007a, p. 122).

Essa é uma evidência da incorporação do paradigma da complexidade na concepção do IQRM, que visa abarcar as tensões, disputas e interações presentes na formulação da ruralidade metropolitana. Este indicador busca, portanto, superar visões dicotômicas, generalizantes ou reducionistas colocando o desenvolvimento humano como cerne principal no que diz respeito às políticas de planejamento territorial.

O produto do IQRM, representado pelo quadro conceitual que se forma a partir das variáveis acima apresentadas, compõe as “determinações objetivas que tensionam a coexistência dos dois modos de vida num dado território”. Através do detalhamento das tensões identificadas e graficamente representadas como indicador qualitativo, torna-se possível a tomada de decisões e a formulação de políticas e práticas territoriais mais pertinentes social e ambientalmente, compatíveis com a compreensão de que “o território é uma construção social sob disputa e cooperação em torno do lugar onde se vive” (Alencar, 2007, p. 122)

O IQRM é o conjunto de relações entre determinações, variáveis e dimensões predominantes nas tensões entre o rural e o urbano em ambiente metropolitano que configuram uma dinâmica territorial. Em condições de ruralidade metropolitana é possível inferir pelo IQRM, elementos para tomada de decisão sobre diretrizes de desenvolvimento regional que privilegiem a coexistência rural-urbana na qual se potencializem conquistas humanas empreendidas em meio aos constrangimentos à sustentabilidade a favor da vida humana, inerentes ao modo de produção capitalista (Alencar, 2007a, p. 123)

### **2.3. O lugar dos estudos psicossociais no território: fundamentos para o indicador qualitativo de sofrimento psicossocial (IQSP)**

A última seção deste capítulo destaca, por fim, o aprofundamento dos impactos psicossociais decorrentes das experiências de des-territorialização analisadas com aporte

conceitual da Psicologia Social, da Psicologia Ambiental, de outras áreas das Ciências Humanas e do campo da Saúde Coletiva.

Este estudo apresenta, portanto, uma tradução psicológica possível frente às tensões qualificadas por essa tese, tendo em vista os efeitos psicossocioafetivos identificados, que estão presentes no sofrimento psicossocial das comunidades rurais investigadas. Uma reflexão teórica que conecta a compreensão sistêmica dos impactos ambientais, atribuindo destaque para a dimensão dos impactos psicossociais frente aos processos de des-territorialização estudados. Ou seja, uma abordagem que evidencia a dimensão psicossocial invisibilizada nos processos de licenciamento ambiental.

Essa seção se inicia com vistas a promover uma reflexão sobre as referências conceituais do que a legislação ambiental brasileira chama de “Impactos Ambientais”, para então, provocar uma discussão sobre a afetação psicossocial, a qual está intrínseca e invisibilizada quando os projetos de desenvolvimento urbano-industrial se referem a esses impactos. Uma discussão que começa com a visão crítica sobre os limites da legislação ambiental frente às incoerências do desenvolvimento.

A legislação ambiental brasileira, através da Resolução nº 001/1986, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), define impacto ambiental como “Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente [...] que afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população” (CONAMA, 1986, p. 1). Apesar dessa formulação reconhecer efeitos sobre a saúde e o bem-estar, ela permanece centrada em parâmetros físico-químicos e sanitários, negligenciando ou subalternizando as dimensões subjetivas, simbólicas e psicossociais dos impactos ambientais, especialmente quando se trata de comunidades tradicionais e rurais submetidas aos processos de des-territorialização.

A Determinação Geoambiental do IQRM, em relação à regulação ambiental, no que se refere a seus instrumentos tecnocráticos, como dimensão explicativa para o reconhecimento de tensões de caráter ambiental, expõe crítica aos processos de licenciamento ambiental que não enxergam o fenômeno social de forma sistêmica e sob o prisma da complexidade, reduzindo a noção de impactos ambientais e deixando de lado as dimensões psicossociais também afetadas.

Como observa a socióloga da UFMG Andréa Zhouri Laschefski (2010), “os instrumentos legais de licenciamento costumam operar com um vocabulário técnico que neutraliza os conflitos e oculta a violência simbólica e estrutural do chamado desenvolvimento” (p. 37). Ao ignorar os vínculos afetivos, espirituais e identitários com o território, tais

instrumentos invisibilizam o sofrimento profundo decorrente da expropriação dos modos de vida, do rompimento comunitário e da imposição de uma lógica urbano-industrial hegemônica.

Segundo os autores da Psicologia Ambiental Irving Altman e Harold Rogoff (1987), perder o lugar envolve também a perda de si, porque o ambiente constitui a própria subjetividade. Isso é reforçado pelo psiquiatra e psicoterapeuta, uma das referências brasileiras em psicanálise, Joel Birman (2005, p. 68), ao indicar que “a modernidade produz um mal-estar institucionalizado” que atua como forma de “perversidade sistêmica, ao eliminar a escuta e o reconhecimento da diferença”.

Nesse cenário, fazer ciência com alteridade, como nos convoca Edgar Morin (2005), exige que a avaliação dos impactos ambientais incorpore as dimensões psicossociais e existenciais dos afetados. A ausência dessa escuta perpetua o sofrimento psicológico relacionado às múltiplas perdas do território e, como enfatiza o psicólogo e antropólogo Roberto Crema, “legítima como natural aquilo que é social e historicamente perverso” (Crema, R., 2023, p. 18).

Assim, diante da intensificação dos processos de des-territorialização promovidos por projetos urbano-industriais, torna-se urgente repensar os instrumentos de licenciamento ambiental com base em saberes plurais, justiça epistêmica e escuta dos territórios vividos, reconhecendo que os impactos ambientais podem ocultar também significativos danos psicossociais e ético-políticos.

A Psicologia Crítica, a Psicologia Ambiental, a Psicologia Social Latino-Americana e a Psicanálise oferecem arcabouços conceituais para compreender esses processos, especialmente quando articuladas ao paradigma da complexidade (Morin, 2005). Configura-se em abordagem que conecta o território ao campo da subjetividade e da produção de vínculos. Morin (2005, p.15-41) propõe o paradigma da complexidade como alternativa ao pensamento reducionista e fragmentado, sugerindo “uma abordagem transdisciplinar que leve em conta a intersubjetividade, a ecologia dos saberes e a alteridade científica”.

O território, como vimos ao longo desta fundamentação teórica, é compreendido como uma construção simbólica, relacional e política (Haesbaert, 2004), indo muito além da sua característica física. Para os grupos sociais das quatro comunidades rurais pesquisadas, o território representa um lugar de memórias, de transmissão transgeracional de identidades e práticas culturais, além de ser o *locus* dos modos de vida vinculados à terra, ao mar, ao rio Almada e ao trabalho em contato direto com a natureza. A Psicologia Social Comunitária

(Monteiro, 2004; Martín-baró, 1986) contribui nessa discussão na medida em que aponta que o espaço vivido se constitui como um eixo estruturante da identidade coletiva e da saúde mental dos sujeitos sociais.

Nos resultados da pesquisa de campo é possível percebermos as preocupações presentes nas falas dos pescadores enquanto categoria profissional, preocupados com a continuidade das suas atividades laborais diante das proibições e prejuízos decorrentes dos processos de des-territorialização.

A Psicologia Ambiental compreende “o lugar como constitutivo da identidade” (Harold Proshansky, 1978, p.147-155; Sebastian Pol, 2006, p.29-54), entendendo que a perda de vínculos ambientais pode levar a reações de “luto ecológico”. (David Albrecht, 2005, p.41-56). A subjetividade, portanto, é “forjada nos encontros com o mundo vivido e suas territorialidades” (Tin Ingold, 2011, p.43-58).

De acordo com as perspectivas teóricas das ciências humanas e sociais, os vínculos afetivos com a paisagem, com os ritmos da natureza e com os modos coletivos de vida são fundamentais na construção de um senso de pertencimento e continuidade. A fragmentação e o rompimento forçado desses vínculos promovidos pelo desenvolvimento urbano-industrial comprometem não apenas a organização social desses territórios, mas também a própria integridade psíquica dos grupos sociais afetados pelos processos de des-territorialização. Isso, por exemplo, se evidencia nos resultados da entrevista semiestruturada realizada na comunidade de Aritaguá, onde os relatos apontam para agravamento de casos clínicos de doenças crônicas, instalação de quadros depressivos e até óbitos relacionados à agudização de doenças de base por conta da desestabilização emocional de comunitários diante das desapropriações compulsórias.

Este debate teórico articula diretamente o sofrimento psíquico coletivo evidenciado nos dados empíricos gerados nessa pesquisa aos processos de des-territorialização. A des-territorialização como mecanismo compulsório, ou seja, imposto de forma oficial como fenômeno concreto e inegociável na vida dessas pessoas, muitas vezes travestida de políticas de realocação, implica a destruição de um espaço simbólico que é estruturante para a formação da subjetividade e para a vinculação dos sujeitos com o território.

Os filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995, p.142-166) reconhecem a des-territorialização “como uma ruptura nos fluxos de desejo e na articulação subjetiva com o espaço. Essa ruptura gera um desencaixe psíquico que pode se manifestar em sofrimento,

desorientação e perda do sentimento de pertencimento”. Tais efeitos se agravam quando a des-territorialização é abrupta e imposta, como ocorre em muitos projetos mineradores, hidrelétricos ou de monoculturas extensivas. No caso do nosso estudo em questão, a situação se agrava pelo projeto de infraestrutura logística que se instala no município de Ilhéus na Bahia.

Esses efeitos psicossocioafetivos são visíveis, por exemplo, nas realidades sociais de Castelo Novo, ou mesmo na Vila Juerana e em Aritaguá, onde há a percepção de esvaziamento com evasão da população economicamente ativa e envelhecimento da população local que ainda permanece. Há, portanto, uma sensação de esquecimento das memórias do território e dos aspectos fundantes da história desses lugares. Como também podem ser observadas no enfraquecimento das redes locais de solidariedade e comprometimento da organização social que, juntos, contribuem para a perda do sentimento de pertença e enfraquecimento dos vínculos identitários com o território.

O psicólogo russo, criador da Teoria dos Sistemas Ecológicos (1996), Urie Bronfenbrenner (1996, p.21-38) alerta que a “desestruturação dos contextos ecológicos afeta diretamente os sistemas de apoio afetivo e social, comprometendo o bem-estar psicológico dos indivíduos”. A Psicologia Social Crítica, por sua vez, analisa esses processos como “expressão de injustiça estrutural, que reconfigura territórios e corpos por meio da força econômica e do silenciamento institucional” (Sawaia, 1999, p.21-39; Almeida; Fernandes, 2021, p.15-34).

Aqui chamo atenção para os mecanismos de silenciamento como evidência da perversidade do desenvolvimento à luz das contribuições do campo da Psicanálise. A noção de perversidade, quando aplicada ao campo institucional, refere-se à “lógica de funcionamento das estruturas sociais que, ao invés de protegerem o sujeito, o utilizam, instrumentalizam ou descartam” (Birman, 2005, p. 59-74; Kehl, 2009, p.97-116). Tais instituições operam sob uma ótica perversa ao promoverem a “desresponsabilização simbólica” sobre o sofrimento que provocam (Birman, 2005, p. 63).

Os estudos de Sigmund Freud (2011, p.219-238) já apontavam que a perversão “envolve o apagamento do limite entre o eu e o outro, anulando o reconhecimento da alteridade e da dor do outro”. Partindo da psicanálise, o filósofo da USP Vladimir Safatle (2008, p.113-129) retoma essa concepção freudiana para discutir “a perversão política como uma forma de gozo sustentada pela produção de sofrimento e desigualdade”. O também teórico brasileiro da psicanálise Christian Dunker (2015, p. 89-103) argumenta que “a perversidade contemporânea

está relacionada a uma indiferença sistemática frente à dor do outro, naturalizada por lógicas neoliberais que promovem a culpabilização das vítimas”.

A naturalização da violência institucional ocorre, muitas vezes, através de discursos técnicos, jurídicos e científicos hegemonicamente construídos, que invisibilizam os sujeitos impactados. Ainda no campo do aprofundamento teórico sobre os impactos psicossociais frente aos processos de des-territorialização, pode-se afirmar que são situações que, no geral, de acordo com o pesquisador em planejamento urbano e regional da UFRJ e especialista em Ecologia Política da Sustentabilidade, Henri Acelrad, podem incluir “o aumento de transtornos de ansiedade, depressão, sensação de inutilidade social, rupturas intergeracionais e desestruturação das práticas comunitárias” (Acelrad, 2009, p.33-45).

A perda da terra não é apenas perda de moradia, mas perda de horizonte simbólico, de um modo de existência. O deslocamento compulsório interrompe rituais, festas, cultivos e práticas que sustentam a saúde mental coletiva. Aqui, mais uma vez, nos apropriamos dos resultados da pesquisa de campo para formulação de explicações, portanto, conhecimento teórico, pelo fato de encontrarmos as características acima em todas as entrevistas realizadas nas quatro comunidades estudadas. Ou seja, conseguimos perceber especificamente essas múltiplas consequências diante da perda dos territórios em todas as realidades sociais pesquisadas, caminho epistemológico requerido para a construção da nova teorização enquanto concreto pensado.

Psicologicamente, pode-se dizer ainda que “a fragmentação comunitária dificulta a elaboração coletiva do trauma. O silêncio institucional, a judicialização excessiva e a ausência de políticas reparadoras efetivas reforçam o desamparo” (Sawaia, 1999, p.21-39). Para Bader Sawaia, “o sofrimento ético-político emerge nesses contextos como efeito da humilhação e da impossibilidade de reconhecimento social do valor de vida dessas populações” (1999, p.21-39). Complementarmente, ainda sob a ótica da Psicologia Social, Almeida e Fernandes (2021, p.15-34) argumentam que “a retirada forçada de comunidades rurais tem efeitos de desfiliação social e simbólica, rompendo com a continuidade de pertencimento e enraizamento identitário”.

Neste ponto podemos pontuar, mesmo preliminarmente, os relatos dos pescadores da comunidade da Barra, em Ilhéus, carregados de tristeza, preocupação e indignação diante das proibições e limitações dos seus trabalhos que, historicamente, constrói relação direta com a natureza. Em convergência com esta inferência, podemos antecipar o conteúdo da entrevista semiestruturada com os agricultores familiares da comunidade de Aritaguá, onde há relatos de

ocorrências de agravamento de doenças crônicas, casos de depressão e até de falecimento de moradores antigos decorrentes dos sentimentos de tristeza e impotência por conta dos processos de desapropriação.

Ainda no campo da Psicologia Ambiental, Altman e Rogoff aprofundam essa afetação quando destacam que “o espaço é um mediador cultural das relações sociais, e sua perda pode desencadear quadros de sofrimento psicológico coletivo” (Altman; Rogoff, 1987, p. 23). A literatura da Ecopsicologia e da Psicologia da Libertação também enfatiza os vínculos afetivos e espirituais com o ambiente como dimensão fundamental da saúde integral (Roszak, 1995, p.1-23; Martín-Baró, 1986, p.14-28). Para estes autores, essa separação compulsória do território constitui uma cisão violenta na tessitura simbólica e afetiva dos sujeitos.

A Psicologia Social Crítica e a Psicologia Comunitária também vêm denunciando o sofrimento psicossocial não como um fenômeno individual e isolado, mas como expressão de processos de exclusão social, silenciamento político e violência simbólica (Sawaia, 1999, p. 87; Martín-Baró, 1986, p. 123). Esse sofrimento ético-político supracitado se intensifica nas comunidades rurais atingidas por projetos urbano-industriais, onde a lógica desenvolvimentista reconfigura o espaço sem a participação dos sujeitos que o habitam (Sawaia, 2006).

À luz do paradigma da complexidade, essa discussão promove articulação entre elementos teórico-conceituais complementares dos campos da Psicologia, Psicanálise, Psicologia Ambiental e Estudos Territoriais, permitindo formular uma compreensão sistêmica e aprofundada dos impactos psíquicos e psicossociais oriundos dos processos de desterritorialização nessas comunidades rurais. Ao considerar o território como espaço de produção de subjetividade, torna-se evidente que a sua perda acarreta não apenas efeitos materiais, mas também profundos efeitos psíquicos e sociais.

Um conjunto de afetações que decorrem de ações desenvolvimentistas, presente na condução de grandes empreendimentos que desconsideram os sujeitos envolvidos, tal qual pode ser evidenciado também no município de Ilhéus, se constitui como uma estrutura de violência que opera na manutenção da desigualdade e do sofrimento. As transformações estruturais impulsionadas pelo padrão urbano-industrial de desenvolvimento no Brasil têm gerado intensos impactos psicossociais e ambientais sobre comunidades rurais, historicamente marginalizadas. São grupos sociais em contexto de ruralidade sistematicamente submetidos a processos de desterritorialização promovidos por grandes empreendimentos industriais.

Os fundamentos teóricos sistematizados para nortear as discussões nesta tese se aproximam da realidade social vivida ao constatar e qualificar teoricamente as evidências do sofrimento psicossocial diante da perversidade psicológica intrínseca aos padrões de desenvolvimento urbano-industrial, que, ao prometer crescimento e nos fazer sonhar com inclusão, produz exclusão, destruição de vínculos sociais e territoriais, marginalizando e até destruindo modos de vida alternativos ao desenvolvimento hegemônico. Essa tese, portanto, qualifica a crítica ao desenvolvimento que não se limita aos seus efeitos objetivos, mas está inscrita em sua lógica de operação, em suas práticas institucionalizadas e em sua racionalidade tecnocrática e desumanizante.

A psicanálise oferece uma possibilidade de leitura mais aprofundada sobre os aspectos que esta tese levanta sobre os impactos psicossociais do desenvolvimento como estrutura subjetiva e social. Jacques Lacan (1998, p. 229) afirma que “a perversão se define pela negação da castração e pelo uso instrumental do outro como objeto de gozo”. Em contextos de desterritorialização, essa estrutura se manifesta na indiferença institucionalizada do desenvolvimento diante do sofrimento das comunidades afetadas.

O filósofo Vladimir Safatle (2015, p. 113) argumenta que a “perversidade neoliberal estrutura subjetividades marcadas por cinismo, negação da alteridade e culto à performance”. O sofrimento do outro é convertido em externalidade, ou, ainda, em oportunidade de ganho. Sigmund Freud, apesar de não abordar o neoliberalismo, pode contribuir na revisão teórica aqui proposta, a partir de sua obra ‘O mal-estar na civilização’ (1930), onde desenvolve a ideia de que as normas sociais exigem repressão pulsional, o que pode ser lido hoje, por autores contemporâneos, como uma crítica que antecipa os efeitos do neoliberalismo sobre o sujeito (Dunker, 2015).

A apropriação das teorias psicanalíticas de Freud para ler o neoliberalismo como sistema que intensifica a repressão psicossocial sob forma de “autoexploração, ansiedade e sofrimento subjetivo generalizado” é produzida por autores psicanalistas contemporâneos, como Christian Dunker (2015). Dunker utiliza as ideias de Freud para pensar os efeitos do neoliberalismo na dimensão psicossocial, especialmente o modo como “a angústia se torna um sintoma social crônico” (2015, p.21). Ainda nas palavras de Christian Dunker “o sacrifício pulsional exigido pelas normas sociais, que sob o neoliberalismo se intensifica, converte a angústia em sintoma social generalizado” (Dunker, 2015, p.89)

Esta fundamentação, portanto, adota uma noção multidimensional e contextualizada sócio historicamente, com posição crítica ao desenvolvimento, que perpassa as práticas administrativas, o discurso jurídico, os estudos de impacto ambiental (EIA), os relatórios de impacto ambiental (RIMA) e os programas de compensação socioambiental. Uma leitura crítica apontando que todos operam para silenciar o sofrimento real, subjetivo e coletivo dos grupos sociais atingidos.

De volta ao ponto de vista da Psicologia Ambiental e da destruição do lugar vivido, os resultados alcançados nesta pesquisa são problematizados e discutidos aqui com ênfase na “importância do lugar na constituição da subjetividade, das memórias e da sensação de pertencimento” (Pol, 2006, p. 212). De acordo com o filósofo ambiental Glenn Albrecht: “Quando o ambiente vivido é destruído ou degradado, o sofrimento psíquico assume formas intensas e complexas” (Albrecht, 2005, p. 45). Albrecht ainda complementa essa discussão teórica nos apresentando o conceito de “solastalgia” para nomear o “sofrimento decorrente da destruição do lar enquanto ainda se está nele” (2005, p.45), uma experiência relativamente comum nas comunidades rurais afetadas por projetos de desenvolvimento urbano-industrial.

A construção desta fundamentação teórica, indo dos conceitos de diversas disciplinas às situações vivenciadas no *locus* da pesquisa e retornando interdisciplinarmente aos conceitos como sínteses nucleadas pela dimensão psicossocial das afetações decorrentes do desenvolvimento urbano-industrial, é qualificada pelas reflexões sobre a própria prática, uma práxis. Portanto, ao longo da minha trajetória profissional como consultor ambiental nos campos da mineração, da logística ferroviária e das operações portuárias em diversos estados brasileiros, pude constatar a extensão dos danos psicossociais relacionados aos processos de des-territorialização. Acompanhei dezenas de conflitos ferroviários e mineradores na Amazônia Paraense, trabalhei com mediação socioambiental e desenvolvendo projetos de compensação ambiental em comunidades afetadas por operações portuárias. Desse modo, amadureci as minhas críticas ao modelo de desenvolvimento buscando encontrar caminhos para o aperfeiçoamento das políticas públicas e práticas empresariais relacionadas ao planejamento territorial e à compreensão sistêmica quanto à extensão dos impactos ambientais nas comunidades afetadas.

Na construção de argumentos explicativos para o delineamento preliminar do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP), que se configura como produto desta tese, mesmo que como uma prototipação, recorro ao historiador Theodore Roszak (1995, p. 97), criador do termo ecopsicologia, ao defender que “a separação entre humanidade e natureza

produz alienação, ansiedade e sofrimento”. Em contextos de ruralidade onde as relações com a natureza são mais diretas e estruturantes social e economicamente, o rompimento com o território, nesse sentido, e como já citado anteriormente, não destrói apenas infraestruturas físicas, mas redes simbólicas, narrativas, cosmologias e modos de existência (Roszak, 1995). Em busca do respaldo dessa construção teórica na realidade, ao analisarmos uma vez mais os conteúdos das entrevistas semiestruturadas e os resultados globais da pesquisa de campo, apresentados na sequência do capítulo metodológico, conseguimos adensar a constatação da profundidade do sofrimento psicossocial que as quatro comunidades rurais pesquisadas no município de Ilhéus estão submetidas.

Nessa linha, as repercussões psicossociais da des-territorialização se apresentam, entretanto, muitas vezes de forma mais desconectada ou distante do objeto ou da fonte do sofrimento pela perda do território, muitas vezes sendo perceptível no aumento da violência doméstica ou no rompimento de vínculos comunitários, ou a partir da intensificação de casos de depressão e de ansiedade, além da perda de perspectiva e sentido de futuro (Altman; Rogoff, 1987).

A síntese interdisciplinar que vimos formulando fundamenta uma articulação teórico-metodológica capaz de modelar a operacionalização do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) para a sua futura consolidação. Um indicador pautado no paradigma da complexidade e no reconhecimento da alteridade, que qualifica e categoriza os níveis de sofrimento psicossocial diante da vivência das comunidades rurais frente às experiências de des-territorialização. Ou seja, assumimos as críticas que Edgar Morin faz ao desenvolvimento, que explicitam: “A redução da realidade a variáveis econômicas e técnicas empobrece a compreensão da vida e legitima a destruição da diversidade cultural e ecológica” (2005, p. 31). Na mesma direção, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 14) propõe a “ecologia de saberes” que valoriza o “conhecimento situado, as epistemologias do Sul e as experiências de resistência dos povos impactados”. Como também Enrique Leff (2006, p. 109), intelectual latino-americano no âmbito da problemática ambiental, que insiste na necessidade de uma “racionalidade ambiental que reconheça o valor dos territórios, dos modos de vida e das subjetividades enraizadas na terra”.

O reconhecimento da alteridade é central para um projeto ético e político que enfrente o perfil dominante e estrutural do modelo de desenvolvimento. Isso implica escutar os saberes das comunidades que são, ao mesmo tempo, afetadas pelo desenvolvimento e alijadas das benesses provenientes desse mesmo desenvolvimento. Implica ainda em valorizar suas formas

de organização e resistência e promover políticas públicas construídas a partir do diálogo e da justiça socioambiental.

Do olhar científico em alteridade emerge uma noção de desenvolvimento inteiramente complexa, porque integra também as diversas críticas às concepções mais tradicionais de desenvolvimento, traduzindo-o como projeto civilizatório que dissocia o ser humano de sua condição de ser natural e opondo a experiência urbana à experiência rural ao tempo em que vivencia o antagonismo da vida metropolitana. Contudo, é a dimensão humana do desenvolvimento que é requisitada quando se trata de uma metodologia qualitativa elaborada com o propósito de “chamar a atenção para condições de coexistência entre ruralidade e urbanidade a serem catalisadas para a superação do padrão atual” (Alencar, 2007a, p. 118).

A superação do referido padrão se justifica, na dimensão psicossocial, pelo potencial de adoecimento coletivo que ele carrega. Roberto Crema (2003, p. 48) formulou o conceito de “normose” para descrever “o adoecimento coletivo provocado por normas culturais doentias, que passam despercebidas por serem socialmente aceitas”. Para Crema, “a normose do desenvolvimento se expressa na compulsão por crescimento econômico, na exaltação do consumo e na indiferença ao sofrimento humano e ambiental” (2003, p.48). Complementa “adoecer é obedecer inconscientemente a uma norma doente” (Crema, 2003, p. 52).

Em suma, nessa fundamentação teórica, reveladora de uma crise civilizatória profunda, enfrenta-se a necessidade de respostas éticas, políticas e epistemológicas. A articulação entre diferentes ciências, nucleadas pela abordagem territorial nos oferece uma perspectiva teórica integradora, capaz de desvelar os mecanismos de dominação e sofrimento. É nesse sentido que esse aporte teórico marca o lugar dos estudos psicossociais no território.

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo sistematizar o encadeamento metodológico desta pesquisa, apresentando os pressupostos que subsidiaram as estratégias científicas definidas por essa tese. Este trabalho é direcionado à compreensão dos afetos, identidades e memórias do território delimitado para esta pesquisa, seguido da investigação acerca de como as quatro comunidades selecionadas lidam com os processos de des-territorialização provocados pela convivência forçada com a ferrovia e com o Porto Sul.

O propósito da metodologia aqui empregada é a identificação, qualificação e categorização das evidências dos múltiplos níveis de sofrimento e suas repercussões psicossociais nas comunidades rurais de Aritaguá, Barra de Itaípe, Vila Juerana e Castelo Novo frente aos processos de des-territorialização vividos no município de Ilhéus, com a chegada da FIOLE e do Porto Sul. Com o emprego dessa metodologia, foi possível fazer a identificação preliminar dos principais impactos socioambientais em curso no território e o levantamento dos contextos específicos para direcionamento da pesquisa documental e da pesquisa de campo.

Este capítulo apresenta também o protocolo metodológico do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM) desenvolvido pela pesquisadora Cristina Maria Macêdo de Alencar (Alencar, 2007; 2008). Esse protocolo norteou o aprofundamento teórico-conceitual para qualificação tanto das tensões da coexistência rural-urbana vividas nas quatro comunidades investigadas, quanto a formulação das determinações específicas capazes de explicar, à luz da complexidade, os contextos de sofrimento psicossocial diante das transformações territoriais promovidas pela FIOLE e pelo Porto Sul.

Em linhas gerais, o encadeamento metodológico está resumido no fluxograma seguinte (Figura 02), de modo a evidenciar o passo a passo da metodologia utilizada neste estudo:

Figura 2 - Fluxo metodológico



Fonte: elaboração própria, 2025

Com base neste fluxograma, metodologicamente, além da pesquisa bibliográfica e documental foi realizado um levantamento qualitativo das vivências dos sujeitos sociais afetados, através de entrevista semiestruturada e registro fotográfico. A partir da análise do IQRM, essa tese se ateve ao objetivo de reconhecer, qualificar e categorizar o sofrimento psicossocial decorrente das perdas do território, promovendo para isso o delineamento preliminar do indicador qualitativo aqui proposto. A aplicação do protocolo para objetos de estudo diferentes do que gerou o IQRM, isto é, o ajuste contextual, implicou a formulação de determinações, tensões e variáveis específicas relativas ao objeto desta tese. A operacionalização desse conjunto metodológico, portanto, lastreia a concepção do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) como síntese de determinações explicativas das repercussões psicossociais no contexto da des-territorialização, experienciadas pelas comunidades pesquisadas.

Desse modo, o IQRM baliza uma articulação teórico-metodológica com a devida testagem, para apreensão do contexto e sua expressão como IQSP. O desenvolvimento do protótipo de Indicador Qualitativo que apreenda a dimensão psicossocial afetada pelos processos de des-territorialização estudados é, a um só tempo, percurso de demonstração da

metodologia desta tese e produto metodológico do tipo tecnologia leve de avaliação de impacto psicossocial.

Em linhas gerais, a primeira fase da metodologia empregada consistiu no planejamento metodológico e agendamento das atividades de campo até o mês de maio de 2024. Neste período foi possível fazer o reconhecimento da dinâmica socioambiental da área delimitada para uma caracterização territorial com enfoque também socioeconômico e cultural. A partir daí, nesta primeira fase, investigou-se os efeitos psicossociais relacionados à identidade, decorrentes das mudanças previstas nos territórios selecionados; aprofundou-se a fundamentação teórica com perfil contra hegemônico e inspirada no fazer ciência com alteridade, como também a definição das bases epistemológicas do conjunto de procedimentos metodológicos utilizados.

Outro compromisso metodológico abarcado pela primeira fase foi a pesquisa bibliográfica, que, por sua vez, influenciou a pesquisa documental que analisamos, desde o projeto de implementação da ferrovia, o atendimento aos requisitos legais e o enfoque nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impactos no Meio Ambiente (RIMA). Mais especificamente, atribuímos enfoque no que pode ter ficado invisível nos EIA e RIMA, bem como o real efeito desses estudos para as comunidades afetadas. Ainda nesta fase, iniciamos o processo de delimitação da base empírica a partir de um recorte geográfico e do reconhecimento dos grupos sociais afetados. Neste ponto, foram definidos os critérios de seleção das comunidades, tendo como base o nível de impacto socioambiental, a proximidade com as obras e ramais da FIOl e do Porto Sul, as condições de vulnerabilidades socioeconômicas, biomas afetados, gravidade dos impactos socioambientais e nível de sofrimento psicossocial decorrente dos processos de des-territorialização e da convivência com a FIOl/Porto Sul.

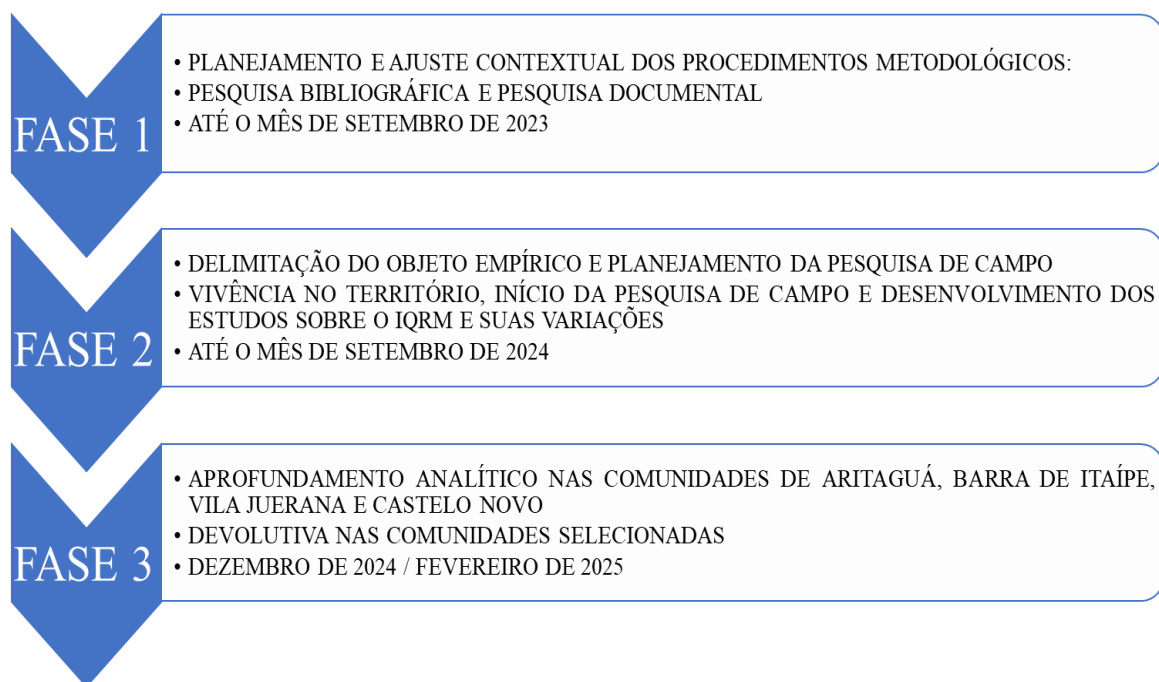
Na segunda fase deste processo metodológico, consolidada a delimitação do objeto empírico, realizamos a pesquisa de campo no mês de setembro de 2024. Essa pesquisa teve base qualitativa com os objetivos de vivenciar os territórios a serem mais afetados (apenas experimentação das realidades locais, ainda, sem a aplicação das entrevistas semiestruturadas), de avaliar as fronteiras e dimensões dos ambientes impactados no encontro da FIOl com o Porto Sul, além da confirmação das comunidades para aprofundamento analítico e para desvelamento dos contextos de sofrimento psicossocial diante do processo de desapropriações provocados pela FIOl e pelo Porto Sul. Este trabalho ainda consistiu na intensificação da coleta de dados primários, secundários e indicadores socioespaciais de investigação. Nesse momento,

foi necessária uma revisão bibliográfica sistemática para aprofundar a análise dos dados coletados a partir dos estudos e referenciais teóricos utilizados.

Já a terceira fase foi dedicada ao aprofundamento analítico e para devolutiva nas comunidades selecionadas. A terceira fase englobou a última atividade de campo no território: nesta fase foi desenvolvida a análise complementar dos dados, checagem e consolidação dos resultados. Em suma, uma investigação complementar dos aspectos afetivos ligados à identidade, relacionados às comunidades mais afetadas para o aprofundamento metodológico.

Para uma visão sistêmica do processo metodológico, segue abaixo a figura 3 com o fluxograma das três fases, com o encadeamento desta tese destacando as técnicas de investigação científicas utilizadas, os conhecimentos específicos gerados e as primeiras análises e reflexões teórico-metodológicas diante dos resultados obtidos tanto na pesquisa documental quanto na pesquisa de campo.

Figura 3 - Fluxo metodológico das fases da pesquisa



Fonte: elaboração própria, 2025

### 3.1. Fase I – panorama dos procedimentos metodológicos e pesquisa documental

Nesta fase inicial foram realizados o planejamento metodológico e o agendamento das atividades de investigação científica para desenvolvimento dos seguintes compromissos metodológicos:

- a) Aprofundamento da fundamentação teórica: momento em que este trabalho desenvolveu e consolidou a revisão de literatura apresentada no capítulo teórico desta tese;
- b) Definição das bases epistemológicas e teóricas que dão base ao conjunto de procedimentos metodológicos utilizados. O ponto de partida foi uma discussão teórica e metodológica sobre os limites e alcances das técnicas de investigação a serem utilizadas;
- c) Desenvolvimento da Pesquisa Bibliográfica e Documental: iniciamos o levantamento de artigos, reportagens e publicações jornalísticas e da sociedade civil sobre a instalação do Porto Sul e da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) no município de Ilhéus;
- d) Definição inicial do recorte geográfico e grupos sociais afetados a partir dos seguintes critérios:
  - Afetos, memórias e dinâmicas sociais e comunitárias na relação com a natureza / Trecho APA Lagoa Encantada e proximidade com o Rio Almada - Bioma Mata Atlântica com áreas de relevância biológica para conservação da natureza;
  - Comunidades com relevância social para investigação: Trecho Final do traçado FIOL no encontro com o Porto Sul, Litoral Sul – Município de Ilhéus, localidades com complexidade socioambiental diante dos impactos previstos do encontro da FIOL / Porto Sul (precisamente nos territórios do entorno do pátio de operações portuárias, onde se encerra o ramal ferroviário);

A pesquisa bibliográfica, cujo procedimento envolveu o levantamento de dados publicados em fontes secundárias, como livros, artigos científicos, teses e dissertações teve início na Fase 1, mas foi realizada transversalmente durante todas as etapas metodológicas aqui apresentadas. Este processo foi estruturado nas seguintes etapas: primeiramente a definição dos temas de busca, alinhados com a formulação do problema de pesquisa; em seguida, o levantamento de dados em bases de dados específicas, utilizando critérios de inclusão e

exclusão e palavras-chave predeterminadas; depois, procedeu-se análise e interpretação dos dados levantados, por meio de fichamentos e síntese das informações. O produto deste conjunto de ações foi a própria consolidação desta metodologia.

Ademais, a partir dos resultados da pesquisa documental, conforme apresentado no capítulo seguinte, foi possível consolidar também a delimitação da base empírica, como também foi possível analisar o processo de licenciamento ambiental da FIOLE e do Porto Sul sob o prisma das repercussões psicossociais frente aos contextos de des-territorialização analisados. Nesse sentido, como já mencionado nesta seção, esta etapa identificou aspectos relacionados aos afetos e memórias do território, além das dinâmicas sociais e comunitárias na relação com a natureza, relação fundamental para entender as tensões na coexistência rural urbana, especificamente nas comunidades que convivem com e na APA da Lagoa Encantada.

A delimitação físico-geográfica ajudou a reduzir a área a ser investigada nesta tese até chegarmos aos territórios do entorno do pátio de operações portuárias, onde se encerra o ramal ferroviário. Na fase seguinte foi possível a delimitação final das quatro comunidades selecionadas como objeto empírico. Os resultados da Fase I foram importantes para o levantamento de informações jornalísticas e reportagens sobre a instalação do Porto Sul e da FIOLE e para incorporação dos conhecimentos gerados a partir da pesquisa documental nas estratégias metodológicas da Fase II.

Os resultados globais da Fase I serviram de base para o aprofundamento e ajustes metodológicos levando em conta o maior conhecimento específico acerca dos contextos técnicos, jurídicos e socioambientais implicados no processo de implantação do Porto Sul e da FIOLE em Ilhéus, incluindo análise criteriosa do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos em destaque.

## **3.2. Fase II – Delimitação do Objeto Empírico**

### **3.2.1. Vivência no território, diretrizes da pesquisa documental, da pesquisa de campo e das entrevistas semiestruturadas e coleta de dados**

A realização da segunda fase teve como marca a consolidação do objeto empírico e a realização da primeira atividade de pesquisa de campo ocorrida no mês de setembro de 2024. Uma pesquisa de base qualitativa com aprimoramento dos objetivos metodológicos. Após a

Fase 1, foi possível conhecer as comunidades, conhecer as dinâmicas socioambientais, as relações comunitárias e os modos de vida, condições necessárias para, através de todo o processo metodológico, avaliar a extensão dos impactos socioambientais no encontro da FIOL com o Porto Sul à luz do saber ambiental e do paradigma da complexidade. Nos debruçamos acerca do alcance real dos impactos ambientais e até onde se estendem na sociobiodiversidade, sobretudo com o enfoque nas repercussões psicossociais das comunidades afetadas.

Um trabalho de investigação na perspectiva sistêmica, analisando as repercussões dos impactos ambientais que podem extrapolar fronteiras territoriais e até oceânicas. Metodologicamente, com os conhecimentos construídos com a pesquisa bibliográfica, partiu-se de uma fundamentação teórica que orientou as bases conceituais necessárias para o desenvolvimento da pesquisa documental, tornando-se possível reconhecer, nos processos de licenciamento ambiental, a invisibilidade da dimensão psicossocial quanto às perdas do território. Em seguida, na pesquisa de campo, pudemos identificar, checar e evidenciar o sofrimento psicossocial nas comunidades estudadas, confirmando esta categoria de afetação que segue subdimensionada e, muitas vezes invisibilizada tanto no processo de licenciamento ambiental quanto nos discursos oficiais do projeto de desenvolvimento urbano-industrial que tem a FIOL e o Porto Sul. Essa confirmação, em campo, da transformação das repercussões psicossociais das experiências comunitárias de des-territorialização estudadas em evidência empírica, por sua vez, foi pré-requisito para a operacionalização do protocolo metodológico do IQRM, bem como do desenvolvimento dos ajustes contextuais para alcançarmos a fundamentação teórico-metodológica do IQSP. Diante deste contexto, a partir da fundamentação do IQSP, conseguimos qualificar e categorizar as repercussões psicossociais no contexto da des-territorialização quando a FIOL encontra o Porto Sul.

Foi também na Fase 2 que este estudo promoveu a seleção final das quatro comunidades para aprofundar a análise sobre o desvelamento de contextos específicos relacionados aos impactos psicossociais frente às transformações territoriais promovidas pela FIOL e pelo Porto Sul.

Nesta etapa foram realizadas atividades de coleta de dados primários, secundários e indicadores socioespaciais de investigação. Objetivamente foi feito o levantamento qualitativo das vivências dos sujeitos sociais afetados, através de entrevista semiestruturada e registro fotográfico, e o cumprimento do protocolo do IQRM que contribuiu para o desenvolvimento das bases teórico-metodológicas do IQSP.

Para além disso, esta fase complementou a revisão bibliográfica de forma sistemática, iniciada na fase anterior, para melhor compreender os aspectos teóricos e metodológicos do IQRM (Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana), IQSC (Indicador Qualitativo de Segurança Cidadã) e IQTA (Indicador Qualitativo de Tensão do Uso das Águas) e, com isso, aprofundar a análise dos dados coletados e resultados obtidos. No âmbito da revisão bibliográfica sistemática, como procedimento metodológico para assegurar rigor, transparência e consistência teórico-metodológica, pode-se dizer que este processo, transversal no decorrer do fluxo desta tese, envolveu: (1) definição da pergunta de pesquisa e dos eixos conceituais; (2) seleção de descritores e operadores que fizessem sentido com o objeto de pesquisa aqui estudado; (3) busca estruturada em bases indexadas; (4) aplicação de critérios de inclusão e exclusão previamente definidos; (5) triagem por título, resumo e texto completo; e (6) análise crítica e categorização temática. A síntese resultante desse processo permitiu identificar padrões, lacunas e aportes relevantes para a compreensão das repercussões psicossociais examinadas.

Importante ressaltar que este estudo foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) do Ministério da Saúde do Governo Federal do Brasil. Este documento de aprovação consta no Anexo A desta tese e, no Anexo B constam assinados pelos participantes da pesquisa, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Sobre a aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa, registra-se aqui a criação de um “Espaço Seguro” para desenvolvimento de uma escuta empática, com suporte emocional, para os comunitários entrevistados devido à intensidade dos impactos psicossociais frente aos contextos de des-territorialização. Nesse ponto, o fato do autor desta tese ser psicólogo, ajudou a criar um ambiente seguro para o desenvolvimento das entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa documental abordou desde a análise do projeto de implementação da ferrovia, o atendimento aos requisitos legais e o enfoque nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impactos no Meio Ambiente (RIMA). Nesse sentido, este trabalho examinou os documentos supracitados com olhar minucioso e atenção ao que pode ter ficado invisível aos estudos que geraram os EIA/RIMA e a real utilidade desses estudos para as comunidades afetadas, na perspectiva dos impactos na dimensão psicossocial. Foram analisadas também publicações relacionadas à Avaliação de Impactos Psicossociais – AIP (Brasil, 2011). Este foi o momento em que iniciamos o levantamento de artigos, reportagens e publicações jornalísticas, bem como da sociedade civil, sobre a instalação do Porto Sul e da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) no município de Ilhéus.

O protocolo metodológico do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM) é a principal base teórico-metodológica para modelagem do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP), produto preliminar desta tese, que, como vimos na seção anterior, busca identificar e categorizar os contextos de sofrimento psíquico e repercussões psicossociais em grupos sociais afetados pelos processos de des-territorialização no âmbito do Porto Sul e da FIOL.

Objetivamente, esta pesquisa partiu das determinações teóricas desenvolvidas para encontrar nos dados coletados em campo e na pesquisa documental as evidências de sofrimento psicossocial nas comunidades rurais afetadas. Para qualificar, sob o prisma da complexidade, os impactos psicossociais decorrentes dos processos de des-territorialização vividos nas comunidades investigadas, este capítulo metodológico apresentou o desenvolvimento das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais que são utilizadas para registro e identificação das evidências de sofrimento com suas repercussões psicossociais a partir dos dados levantados através da pesquisa documental e da pesquisa de campo. Isto é, as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais apresentadas e analisadas com profundidade consistem nos primeiros resultados de todo esse trabalho metodológico, elas nortearam a apresentação e discussão dos resultados desta pesquisa.

O protocolo metodológico do IQRM atribui importância específica ao registro de conteúdos jornalísticos e reportagens sobre as realidades vivenciadas pela população de Ilhéus acerca da instalação e das operações ferroviárias e portuárias neste município. Desse modo, ao longo de 10 anos, entre os períodos de 2014 até 2024, foram analisados diversos conteúdos digitais e impressos que, de alguma forma, dão cobertura ao processo de instalação e operação da FIOL e do Porto Sul em Ilhéus. Mais precisamente, o quadro analítico apresentado no capítulo a seguir, como resultado desta pesquisa, identifica em cada conteúdo jornalístico e/ou da sociedade civil, as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais como evidências de sofrimento psicossocial para as comunidades que convivem com os processos de des-territorialização promovidos pela chegada da FIOL e do Porto Sul no município.

As Tensões Psíquicas-Socioterritoriais analisadas no capítulo seguinte são utilizadas também para análise qualitativa e sob o prisma da complexidade a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo. A ideia foi identificar através da oralidade e da análise do discurso dos comunitários entrevistados os elementos de sofrimento psicossocial decorrentes dos múltiplos processos de perda dos territórios afetivos e ligados às identidades territoriais. Assim, as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais têm a capacidade de orientar sob o olhar da complexidade

as dinâmicas socioterritoriais e os efeitos psicossociais nas comunidades rurais em condição de sofrimento por conta dos processos de des-territorialização.

Quadro 1 – Diretrizes para pesquisa de campo

1) Modo de Ocupação: (rural e/ou urbana a partir do nível de mediação das relações comunitárias com a natureza)
2) Relação da comunidade com o Trabalho, Arte e Cultura
3) Contextos socioambientais, situações de vulnerabilidades socioeconômicas e aspectos de saúde pública
4) Distância / Proximidade da comunidade com as Obras e/ou Operações da FIOLE e do Porto Sul

Fonte: elaboração própria

Quadro 2 - Roteiro para realização de Entrevista Semiestruturada

<b>Entrevista Semiestruturada</b>
1) Histórico de ocupação e Memórias do Território (explorar as relações tofílicas e de territorialidade)
2) Relação da comunidade com o trabalho (perfil socioeconômico e a interface das matrizes socioeconômicas da comunidade diante das transformações que virão com a chegada da Fiol e do Porto Sul)
3) Manifestações culturais e artísticas
4) Qual a percepção sobre a Ferrovia e sobre o Porto Sul e quais as maiores preocupações
5) Existem movimentos de resistência e luta contrários ao Porto e à ferrovia? Existem movimentos a favor da FIOLE e do Porto Sul?
6) Num cenário futuro (com a convivência permanente com as operações portuárias e ferroviárias), como você acha que a comunidade vai evoluir?
7) Como você avalia as repercussões da chegada do porto sul e da ferrovia na saúde dos moradores?
8) Mensagem final, síntese: o que fica de mais importante de tudo que foi registrado? Qual o sentimento coletivo ou quais as impressões mais subjetivas relacionadas à chegada do Porto Sul e da FIOLE?

Fonte: elaboração própria, 2025

Importante destacar que o planejamento prévio, bem como a articulação e mobilização social para a realização das atividades de campo contaram com o apoio técnico e científico do professor pesquisador Rui Rocha, que integra o Movimento Sul da Bahia Viva (@suldabahiaviva). Foi realizada uma entrevista semiestruturada com a presença também do professor pesquisador José Rodrigues de Souza, coorientador desta tese, no dia 13 de novembro de 2023 onde se discutiu longamente os aspectos mais impactantes do processo de instalação da FIOLE e do Porto Sul no município de Ilhéus. O professor Rui Rocha é uma das vozes mais

ativas contrárias à construção do Porto Sul, ele realizou investigações profundas quanto a capacidade de carga do terminal portuário. O professor José Rodrigues de Souza, além de coorientador desta pesquisa, é geógrafo especialista em gerenciamento costeiro com conhecimento aprofundado sobre o processo de licenciamento ambiental do Porto Sul.

As discussões preliminares com os pesquisadores supracitados ajudaram no reconhecimento geográfico e na compreensão da territorialização levando em conta as realidades socioambientais mais afetadas. O resultado desse encontro foi a delimitação do objeto empírico a partir da reflexão e constatação sobre as quatro comunidades mais afetadas tanto pelos processos de construção e operação permanente dos ramais ferroviários da FIOL, quanto da construção e operação portuária do Porto Sul. Assim chegamos às quatro localidades que foram visitadas nesta pesquisa de campo.

Após a entrevista semiestruturada com os professores Rui Rocha e José Rodrigues, bem como diante das discussões e definições metodológicas aqui apresentadas, esta pesquisa voltou a se concentrar na pesquisa dos níveis de afetação nas quatro comunidades selecionadas. Durante esse período, foi mantido contato direto com representantes das associações de moradores, de comerciantes, de colônia de pesca e comunidade escolar dessas localidades no sentido de garantir um entendimento mínimo sobre as condições de vida e experiências vividas nesses territórios, além do agendamento das atividades de campo relatadas a seguir.

Em suma, do ponto de vista metodológico, esse esforço científico se dedicou a realizar uma pesquisa de base qualitativa, com perfil participativo, em busca das memórias desses territórios em interface com as operações da FIOL e do Porto Sul. Para além das memórias dos territórios, esse trabalho buscou também desvelar os contextos de resistência e resiliência que são causa raiz do sofrimento dos grupos sociais diretamente afetados diante dos processos de perda dos seus territórios afetivos, de moradia e de trabalho. Como também pretendeu explorar as repercussões psicossociais decorrentes da convivência com os processos de desterritorialização a que estão submetidas. Desse modo, na seção seguinte, este trabalho se dedica ao aprofundamento analítico nas comunidades selecionadas.

### 3.3. Fase III – Aprofundamento analítico nas comunidades selecionadas

A terceira fase englobou a realização da última atividade de campo no território: analisamos de forma complementar os dados coletados, a checagem e consolidação dos resultados, além da devolutiva a comunidade. Inicialmente, na Fase III, este trabalho aprofundou a análise nas comunidades rurais selecionadas, com o desenvolvimento de atividade de campo que priorizou a vivência no território afetado, a interação com as comunidades conhecendo mais a fundo as suas dinâmicas socioambientais, socioeconômicas e culturais, além da aplicação de entrevistas semiestruturadas. O objetivo foi checar as evidências de sofrimento psicossocial já identificadas, para aprofundar análises em contextos específicos e, posteriormente, fazer a devolutiva às comunidades pesquisadas. A Fase III promoveu:

- a) A utilização do arcabouço teórico e metodológico do IQRM (Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana), bem como o delineamento inicial e a operacionalização inicial do IQSP (Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial) para melhor compreender os contextos de sofrimento psicossocial frente aos processos de des-territorialização promovidos pela FIOLE e Porto Sul;
- b) A investigação complementar dos aspectos afetivos e identitários relacionados às comunidades mais afetadas, selecionadas para aprofundamento dos seguintes pontos através dos registros de observação e das entrevistas semiestruturadas:
  - Refletir sobre a pergunta reveladora de memórias, afetos e indicadores de pertencimento e/ou elementos de identidade territorial, correlacionar com medos, ansiedades e as perspectivas de futuro frente às mudanças previstas pela FIOLE e Porto Sul;
  - Explorar a Iconografia por meio de registros fotográficos feitos por este autor para capturar aspectos afetivos e identitários relevantes das relações comunitárias com o território em que vivem (conforme documento em anexo à esta tese, chamado de Diário de Campo, que se dedicou à memória da vivência no território e as interfaces com as adaptações das comunidades para convivência com a FIOLE e Porto Sul);

- Investigar a relação com o trabalho nessas comunidades rurais e, se a conexão destes com a natureza é mais ou menos mediada pelas estruturas urbano-industriais; bem como analisar os processos de ocupação e desenvolvimento territorial relacionados à centralidade do trabalho como desenvolvimento humano; o trabalho transformando a natureza e moldando as ocupações territoriais ao longo do tempo (conforme consta no roteiro criado para orientação das entrevistas semiestruturadas e nos resultados apresentados no capítulo seguinte);
- Promover a qualificação da dimensão psicossocial afetada através da operacionalização do IQSP no sentido de desvelar os contextos de sofrimento diante da perda do território confirmados com os resultados da pesquisa de campo.

Após a apresentação global fase a fase da metodologia empregada, este capítulo promove a partir de agora um aprofundamento teórico-metodológico destacando as bases conceituais, teóricas e metodológicas da pesquisa qualitativa. A próxima seção aborda o protocolo metodológico do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM) e as aplicações a ele relacionadas no âmbito do Indicador Qualitativo de Segurança Cidadã (IQSC) e do Indicador Qualitativo de Tensão no Uso das Águas (IQTA). Utilizando essas bases teórico-metodológicas procede-se os ajustes contextuais e as formulações teórico-metodológicas das categorias analíticas das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais, bem como das suas Determinações Explicativas.

### **3.4. Aspectos teórico-metodológicos da análise qualitativa e o protocolo metodológico do IQRM**

A modelagem do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial tem como ponto de partida a apropriação do arcabouço teórico do IQRM (Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana) e contribuições específicas do IQSC (Indicador Qualitativo de Segurança Cidadã). Para abarcar as especificidades da categoria aqui estudada – o sofrimento psicossocial diante dos processos de des-territorialização – foi necessário estabelecer o par dialético do contexto: felicidade e sofrimento sintetizado enquanto Tensões Psíquicas-

Socioterritoriais. Desse ajuste contextual advém o desenvolvimento de novas determinações complementares àquelas estabelecidas pelo IQRM pautadas no desenvolvimento urbano-industrial, no contexto da relação entre o rural e o urbano, específicas da relação entre o psicossocial e o território, considerando contribuições técnicas, teóricas e metodológicas identificadas na pesquisa documental e bibliográfica.

O objetivo foi reconhecer e classificar de forma qualitativa a perda de saúde, o sofrimento e os impactos psicossociais em grupos sociais situados em interface direta com os processos de des-territorialização promovidos em Ilhéus pela FIOL e pelo Porto Sul. Para isso, a metodologia aplicada pretendeu apresentar as determinações e as sínteses sobre as tensões encontradas de modo a desvelar contextos e evidências de sofrimento psicossocial.

O primeiro passo foi a identificação das fontes de dados que são utilizadas para encontrar as tensões aqui analisadas, como por exemplo, a pesquisa documental onde são estudados o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) tanto da FIOL quanto do Porto Sul e outras produções científicas relacionadas à identificação dos Impactos Psicossociais. Acrescenta-se as matérias publicadas em jornais e outras mídias que serviram como evidências.

O protocolo requereu a definição/formulação de tensões, em acontecimentos que, então, passam a ser qualificados como evidências de sofrimento psicossocial. As tensões são as categorias analíticas que compõem o quadro de categorização de evidências ao lado de determinações, também formuladas ou apropriadas no uso do mesmo método. O embasamento já apresentado na fundamentação teórica foi utilizado aqui de forma aplicada, na análise dos dados obtidos na pesquisa documental, na pesquisa das fontes jornalísticas e nas informações obtidas de forma direta, em campo. Para aprofundar essa análise teórica e metodológica, essa tese fez uma problematização com as contribuições de estudos convergentes das ciências humanas e sociais no campo da teoria crítica.

Na análise dos resultados encontrados e na modelagem do IQSP, esta pesquisa colocou em debate as contribuições da Psicologia e das Ciências Humanas junto às referências do campo teórico da Geografia e da Economia Política para explorar o par dialético que se constitui como eixo central do IQSP: a felicidade representada na experiência vivida pautada na ruralidade em oposição aos impactos psicossociais promovidos pelos processos de des-territorialização no âmbito do desenvolvimento urbano-industrial. A seguir, a apresentação das determinações e sínteses de relações para, durante a análise metodológica aqui proposta, conseguirmos focar nas

tensões evidenciadas. O objetivo foi aprofundar os pares dialéticos – rural, urbano; felicidade, sofrimento; resiliência e protagonismo, desgaste e perda de saúde – para identificar e classificar os diferentes contextos de sofrimento e repercussões psicossociais decorrentes dos processos de des-territorialização nos grupos sociais investigados.

Vale, nesse momento, a cuidadosa assertiva de Alencar (2007) que, no âmbito do IQRM, nos alerta sobre as evidências de “intersecções das múltiplas determinações da ruralidade metropolitana”. Uma abordagem que utiliza a “predominância como recurso metodológico indicativo do quadro de possibilidades a serem consideradas hierarquicamente”. Portanto, esta pesquisa analisou as “dimensões predominantes” que representam os campos de interesse em busca dos pares dialéticos que podem ajudar a explicar as tensões aqui discutidas (Alencar, 2007, p. 122).

Do ponto de vista da ruralidade metropolitana, categoria central de análise desta tese, as determinações objetivas que tensionam a coexistência dos dois modos de vida, num dado território, são compostas através da representação de um quadro conceitual construído a partir das variáveis a serem analisadas. Através do detalhamento das tensões identificadas e graficamente representadas como indicador qualitativo, torna-se possível a avaliação das dimensões predominantes.

Os resultados, em última análise, podem influenciar a tomada de decisões e a formulação de políticas e práticas territoriais mais pertinentes social e ambientalmente. O IQRM, como conjunto de relações entre determinações, variáveis e dimensões predominantes nas tensões entre o rural e o urbano em ambiente metropolitano, configuram uma dinâmica territorial onde se torna possível inferir elementos para tomada de decisão sobre diretrizes de desenvolvimento regional que privilegiem uma coexistência rural-urbana virtuosa.

Portanto, os aspectos teórico-metodológicos apresentados a partir de agora são fruto de uma abordagem epistêmica não disjuntiva que abarca o paradigma da complexidade na análise das realidades vivenciadas. Nesta seção apresentamos o passo a passo e fazemos o caminho de aprofundamento teórico-metodológico relacionado aos efeitos psicossociais dos processos de des-territorialização, para ajudar no delineamento preliminar do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP).

Nesse sentido, do ponto de vista teórico-metodológico, o sofrimento psicossocial é classificado como evidência quando, sendo constatado como resultado e discutido como inerente aos processos de des-territorialização promovidos pelo desenvolvimento urbano-

industrial, atende à tipificação de uma das tensões formuladas metodologicamente. Assim, após as discussões teóricas do primeiro capítulo deste estudo e diante dos conhecimentos construídos até aqui, esse estudo produziu o conjunto das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais, que, por sua vez, são balizadoras para o alcance dos resultados oriundos dos processos analíticos.

Portanto, do ponto de vista dos fundamentos teórico-metodológicos e das suas dimensões constitutivas, as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais emergem como categoria analítica para compreender o sofrimento psicossocial de comunidades rurais atravessadas por processos de des-territorialização. Foram desenvolvidas por esse estudo como uma categoria dialética e transdisciplinar, sustentada pelo uso epistemológico do hífen, à maneira dos autores Marcelo Lopes de Souza (2013) e Ubiratan D'Ambrosio, que recusam a fragmentação disciplinar na medida em que propõem o pensamento em “totalidade contraditória” (D'Ambrosio, 2011, p. 3-4). O uso do hífen na denominação do conjunto se justifica pela articulação das dimensões teóricas do universo psicossocial com as dinâmicas socioterritoriais que foram fundamentadas no capítulo teórico. Ou seja, discutimos nessa tese o psíquico-sócio-territorial como “unidade complexa”, e não como soma de partes isoladas (Souza, 2013, p. 78).

O hífen, como método de totalização, na visão desses autores e no contexto desta tese, indica o “entre-lugar epistêmico” (D'Ambrosio, 2011, p. 5) onde torna-se possível o diálogo entre diversos campos do conhecimento com contribuições da psicologia social, psicologia ambiental, geografia crítica, das ciências ambientais e sociais aplicadas com vistas a apreender fenômenos que só existem na interface entre o sujeito e o território.

Compreender os efeitos psíquicos e as repercussões psicossociais da des-territorialização exige integrar “o sentir e o habitar como dimensões de uma mesma práxis social” (Souza, 2013, p. 78-79). Assim, a construção teórica que embasa os procedimentos metodológicos aqui apresentados compreende que as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais não designam meramente impactos psicológicos de causas territoriais, mas que são formas dialéticas de conflito e sofrimento que emergem na contradição entre a experiência vivida, afetiva e relacionadas à identidade com o território, as relações sociais de produção e as mediações territoriais impostas pelo padrão urbano-industrial de desenvolvimento.

As dimensões, funções e expressões constitutivas das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais, apresentadas a seguir (Quadro 03) explicitam as tensões como processos relacionais que articulam quatro dimensões estruturais interdependentes. Cada uma dessas

dimensões expressa aspectos da contradição entre sujeito, comunidade e território, compondo o campo total da tensão.

Quadro 3 - Dimensões Constitutivas das tensões psíquicas-socioterritoriais

<b>DIMENSÃO CONSTITUTIVA</b>	<b>FUNÇÃO E EXPRESSÃO</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>
<b>Afetivo – Identitária</b>	Articula, a partir da Psicologia Ambiental, o “vínculo pessoa-lugar”, a “continuidade biográfica” e o sentimento de pertencimento. Sua ruptura provoca “luto de lugar e a desorganização do self”.	(Proshansky; Kaminoff, 1983, p. 59); (Scannell; Gifford (2010, p. 2); (Twigger-Ross; Uzzell, 1996, p. 205-220).
<b>Relacional – Comunitária</b>	Expressa a “desintegração das redes de solidariedade e a atomização social”, se associando também ao conceito de “trauma coletivo do desenraizamento”	(Fullilove, 2001, p. 72-80; 2004, p. 11-12); (Martín-Baró, 1998, p. 23-26).
<b>Simbólico – Epistêmica</b>	Relaciona-se à “deslegitimação e/ou subalternização dos saberes e cosmologias locais” diante da “racionalidade técnico-econômica dominante”	(Kleinman; Lock, 1997); (Souza, 2013, p. 285).
<b>Ecológico – Metabólica</b>	Expressa a ruptura do “metabolismo socioambiental” e a “perda das condições materiais de reprodução da vida”.	(Marx, 2013, p. 637); (Harvey, 2003, p. 145-149); (Albrecht, 2005, p. 45).

Fonte: elaboração própria, 2025

Ao analisarmos o quadro 03, podemos dizer que essas dimensões coexistem de modo tenso. Ou seja, a desestruturação ecológico-metabólica repercute na identidade afetiva e comunitária; a deslegitimação simbólica intensifica o sofrimento social e, todas essas dimensões se interpenetram na experiência concreta de des-territorialização. A perspectiva da Psicologia Ambiental qualifica aqui o que passamos a chamar de “desintegração das redes de solidariedade”, “atomização social” (Fullilove, 2004, p. 11-12) e “trauma coletivo do desenraizamento” (Martín-Baró, 1998, p. 23-26).

A Psicologia Ambiental contribui decisivamente para compreender o modo como o território-lugar se inscreve na subjetividade dos sujeitos analisados neste estudo. Assim, essa

tese se ampara na Psicologia Ambiental para fazer o aprofundamento teórico-metodológico necessário ao delineamento das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais.

De acordo com um dos pioneiros da Psicologia Ambiental norte-americana Howard Proshansky, em consonância com os também especialistas em Psicologia Ambiental Fabian e Kaminoff (1983, p. 59), a “*place-identity*” constitui uma parte essencial do *self*, formada por memórias, afetos e significados do ambiente físico”. Já os pesquisadores Scannell e Gifford (2010, p. 2), autores da Teoria do Apego ao Lugar, descrevem esse ponto de vista teórico como um “fenômeno tripartite — pessoa, processo e lugar, cujo rompimento acarreta ansiedade existencial e sensação de descontinuidade”.

Por sua vez, o psicólogo ambiental finlandês Kalevi Korpela (1989, p. 246), cunhador das contribuições teóricas sobre identidade de lugar, acrescenta que o ambiente atua como “sistema de autorregulação emocional”, razão pela qual sua perda abala o equilíbrio psicossocial. De forma complementar, instrumentalizamos o conceito de solastalgia, do filósofo ambiental australiano Glenn Albrecht (2005, p. 45), definido como a “angústia existencial provocada pela deterioração ambiental do lar” (Glenn Albrecht, 2005, p. 45). A solastalgia tipifica as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais, classificando, no plano psíquico e psicossocial, a vivência de um território que adocece junto com seus habitantes.

De modo convergente, a psiquiatra e pesquisadora norte-americana, especialista em Saúde Coletiva, Mindy Thompson Fullilove, que estuda a saúde e bem-estar de comunidades afetadas pelo desenvolvimento urbano-industrial, propõe o conceito de *root shock*, entendido como “trauma de desenraizamento”, uma reação de estresse profundo à perda do ecossistema emocional e social (Fullilove, 2001, p. 72-80). Na leitura desta autora, comunidades deslocadas não apenas perdem moradias, mas “suas redes de apoio, seus marcos de identidade e suas rotinas simbólicas” (Fullilove, 2004, p. 12).

Essas formulações dialogam com as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais ao iluminar a dimensão coletiva do sofrimento, evitando sua psicopatologização individualizante. A abordagem das tensões também encontra sustentação na categoria de sofrimento social, proposta por Kleinman, Das e Lock (1997), que articula as dores psíquicas aos contextos políticos e econômicos que as produzem. O sofrimento, portanto, é efeito das estruturas de poder, não apenas estado subjetivo.

Em diálogo, a Psicologia da Libertação de Martín-Baró compreende o sofrimento como “experiência politizada”, em que “a opressão social se converte em padecimento psicológico”

(Martín-Baró, 1998, p. 23-26). Dessa forma, o adoecimento psicossocial de grupos sociais em contexto de des-territorialização, como estudamos aqui nas quatro comunidades rurais do município baiano de Ilhéus, deve ser lido, metodologicamente, como resultado histórico da violência estrutural, não como fragilidade individual (Martín-Baró, 1998).

Em síntese, podemos consolidar as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais enquanto categoria de análise para classificar acontecimentos como evidências de tensões, com configurações complexas e contraditórias de conflito, sofrimento e resistência, produzidas por processos capitalistas de des-territorialização que rompem vínculos pessoa-lugar, desestruturam redes comunitárias de apoio e reciprocidade, deslegitimam e subalternizam saberes populares e degradam o metabolismo socioambiental. Elas expressam, sob o ponto de vista da Psicologia Ambiental, a relação dialética das dimensões afetivo-identitária, relacional-comunitária, simbólico-epistêmica e ecológico-metabólica, cuja perturbação produz sofrimento psicossocial multiescalar.

Desse modo, podemos dizer que as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais são construções metodológicas produzidas neste trabalho a partir do IQRM, que especificam relações psíquicas no território cujo ambiente experiencia relações entre sociedade e natureza que passam a ser desveladas e classificadas em contextos de sofrimento psicossocial diante dos processos de des-territorialização provocados pelo desenvolvimento com diferentes níveis de sofrimento das comunidades diante dos processos de perda real e simbólica do território.

São classificadas evidências do sofrimento e repercussões psicossociais nesses grupos, com o recurso metodológico exposto no Quadro 04, que estão em interface com as áreas de influência do empreendimento logístico representado pela FIOL e pelo Porto Sul.

Quadro 4 - Tensões psíquicas-socioterritoriais

Tensão A	Tensão pela apropriação da natureza – apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, diferentes usos econômicos, o rural e o urbano, o urbano e a natureza
Tensão B	Tensão por subalternização das comunidades locais às diretrizes capitalistas: desapropriações, remoção compulsória e perdas reais e simbólicas dos territórios
Tensão C	Efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais: sofrimentos psicossociais por des-territorialização, apagamento de materialidades das memórias territoriais
Tensão D	“Usos geradores de riscos ambientais”: produção de riscos e eventos ambientais.

Fonte: elaboração própria, 2025

Seguindo o protocolo metodológico do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM), esta pesquisa desenvolveu o registro sistemático das reportagens e publicações sobre a instalação da FIOLE e do Porto Sul em Ilhéus num período de 10 anos, de 2014 a 2024, como parte da pesquisa de campo. Os resultados apresentados a seguir são dados empíricos importantes nesse processo de sistematização de evidências da quase completa ausência da dimensão psicossocial de afetação quando a sociedade discute a instalação do Porto Sul e da FIOLE no município de Ilhéus.

O Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP), que vem sendo delineado por esta tese, é pautado na crítica ao desenvolvimento urbano-industrial como projeto civilizatório, seguindo os fundamentos do IQRM. O IQSP, constitui produção científica que traduz a tensão entre o enraizamento territorial do padrão urbano-industrial de desenvolvimento que chega no município de Ilhéus e os múltiplos níveis de sofrimento e impactos psicossociais para as comunidades rurais decorrentes dos processos de des-territorialização que, por sua vez, são intrínsecos ao próprio desenvolvimento.

Metodologicamente, trata-se de compreensão dinâmica acerca da extensão e magnitude dos impactos psicossociais em comunidades que vivem experiências transgeracionais de ruralidade e que estão sendo forçadas, por questões de imposição e sobrevivência, a se adaptarem aos “novos” padrões urbanos e industriais. A proposição de desdobramento do IQRM para um indicador qualitativo complementar no contexto da tensão entre o desenvolvimento simbolizado pela FIOLE e Porto Sul e a condição de sofrimento psicossocial atrelada a esse padrão urbano-industrial, especificamente nas comunidades rurais de Ilhéus que sofrem processos de des-territorialização, não é o primeiro esforço científico de aprofundamento e variação metodológica do IQRM.

A validação do IQRM tanto como abordagem quanto como protocolo metodológico se deu em pesquisas que geraram dois Indicadores Qualitativos: o Indicador Qualitativo de Tensões no Uso das Águas - IQTA, na tese de doutoramento da pesquisadora Débora Carol Luz da Porciúncula (Porciúncula, 2017); e, na tese de doutoramento da pesquisadora Joselita Macêdo Filha, que originou o Indicador Qualitativo de Segurança Cidadã - IQSC (Macêdo Filha, 2018). Do IQSC, alguns aspectos carregam aderência à concepção do indicador qualitativo que esta tese apresenta a partir de agora.

Este processo de delimitação toma como base o sofrimento e as repercussões psicossociais frente ao desenvolvimento em escala regional trazendo os dados coletados e analisados das quatro comunidades estudadas em interface direta com as operações da FIOLE e do Porto Sul em Ilhéus, configurando um indicador que reconhece e classifica os impactos e repercussões psicossociais decorrentes de processos de perda do território em grupos sociais afetados pelo desenvolvimento.

Os passos metodológicos para formulação do IQSP, especificamente no que consiste à definição conceitual do par dialético de tensões, embora já tenha sido abordado na fundamentação teórica, é retomado aqui, para aprofundarmos este aspecto fundante da metodologia empregada. Ou seja, de um lado o sofrimento psicossocial provocado pelo desenvolvimento e pelos seus processos intrínsecos de des-territorialização, levando em conta as suas contradições que movem o fenômeno social analisado por esta tese; do outro, a felicidade como condição de vida a ser almejada por uma coletividade, em que o argumento hegemônico do desenvolvimento diz promover com a noção de progresso. Portanto, essa relação entre sofrimento e felicidade, no contexto do desenvolvimento, subsidia o tratamento dos dados coletados classificando-os como tensões psíquicas-socioterritoriais de sujeitos sociais rurais subalternizados ao processo de desenvolvimento urbano-industrial. As condições psicossociais formuladas a partir das tensões na relação sofrimento e felicidade são explicadas por síntese de determinações.

Diríamos que as polaridades Economia e Psicologia enquanto áreas de conhecimento são perpassadas por várias outras nesse exercício de interdisciplinaridade, e já contam com o antecedente de redefinição do indicador macroeconômico Produto Interno Bruto (PIB) pelo também indicador macroeconômico Felicidade Interna Bruta (FIB) que expressam concepções opostas de desenvolvimento nacional. A FIB foi criada como um indicador econômico no Butão, pequeno país asiático situado entre a China e a Índia (Burns, 2011). Ao contrário do Produto Interno Bruto (PIB), que se concentra prioritariamente na quantificação do crescimento econômico, a Felicidade Interna Bruta (FIB) propõe uma abordagem sistêmica colocando em análise não apenas aspectos materiais, mas também as condições emocionais, sociais, culturais e ecológicas do desenvolvimento humano.

A revisão de literatura, procedimento que inicia e atravessa toda realização desta tese, respalda a formulação das determinações para fundamentação do IQSP que subsidiam a explicação da tensão entre as variáveis interdependentes “Desenvolvimento” e “Sofrimento” nos seus processos intrínsecos que envolvem a perda do território no contexto de grupos sociais

afetados. Essas são determinações que explicam, pela análise qualitativa do objeto empírico, as relações dialéticas que conectam as categorias “sofrimento” e “felicidade” encontradas transversalmente nas tensões psíquicas-socioterritoriais investigadas.

O ponto de partida para a formulação dessas determinações é a utilização das já formuladas determinações do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM) apresentadas na seção anterior. Em especial, a Determinação do Modo de Ocupação (Alencar, 2008) pode ser considerada como explicação da totalidade social do capitalismo – como foi nos demais IQ. À luz das tensões na proposição do IQSP, a Determinação do Modo de Ocupação, como um eixo central, é transversal às tensões a serem analisadas como detalhadas no decorrer dos procedimentos metodológicos desta pesquisa.

Do mesmo modo, podem ser consideradas as determinações relacionadas ao protagonismo e à resiliência, concebidas no bojo do IQSC (Indicador Qualitativo de Segurança Cidadã), que, por sua vez, pode ser associada à condição de resiliência que analisamos também no contexto desta produção científica a partir dos dados coletados em campo. Do IQTA, a determinação específica considerada aqui é a Determinação de Planejamento, desenvolvida no âmbito do Indicador Qualitativo de Tensão no Uso das Águas (Porciúncula, 2017).

Como vimos até aqui, este trabalho leva em conta as contribuições epistemológicas e construções teóricas já consagradas pelo IQRM, como também as determinações do IQTA e do IQSC supracitadas, num processo cumulativo de explicações que, submetidas ao objeto de estudo desta tese, permanecem validadas. Especificamente do IQSC, este estudo traz ao diálogo as contribuições da autora Joselita Frutuoso de Araújo Macêdo Filha (2018) sobre a importância das Determinações nos estudos sobre fenômenos sociais complexos:

uma breve discussão e diferenciação do que se constituem, neste estudo, os conceitos de determinação e determinantes, compreendendo que determinações, após serem estabelecidas como constituintes da segurança cidadã, podem ser consideradas como determinantes sociais da cidadania. O conceito de determinação foi apresentado por Marx em seu *O Método da Economia Política* (2010), quando afirma que o concreto é concreto por ser uma concentração (enquanto síntese) de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo. Como para ele, o concreto é o concreto pensado, logo, o concreto aparece no pensamento como processo de concentração (síntese), como um resultado e não como um ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real e, assim, também, o ponto de partida da intuição e da representação (Macêdo Filha, 2018, p.52-53)

Embora os estudos de Karl Marx tenham sido desenvolvidos sobre um objeto econômico, o capitalismo, eles analisam a realidade como uma manifestação da vida, como nos informa a pesquisadora Macêdo Filha:

Como inspiração para o IQSC, o IQRM também traz outras compreensões da realidade que se traduz em possibilidades de articulação de análise da própria realidade e justificam o seu uso como orientação metodológica. São elas:

- A realidade é o resultado de tensões dialéticas que possibilitam ou facilitam a manifestação dos diversos eventos que a compõe, neste estudo a violência;
- A leitura da realidade a partir dos indicadores com abordagem quantitativa, hoje existente, não possibilita uma leitura da comunidade enquanto especificidade do contexto de existência do fenômeno;
- A realidade é o resultado de relações de conexão qualitativa o que favorece a compreensão mais próxima da própria realidade enquanto totalidade;
- Há o reconhecimento de que indeterminações e não linearidades também compõem a realidade, o que favorece planejamentos flexíveis na tentativa de reconfigurações da própria realidade.

(Macêdo Filha, 2018, p.53)

A partir, portanto, dessa compreensão da realidade como fenômeno complexo, dinâmico e diante da importância epistemológica das determinações no contexto deste trabalho é que o Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) articula suas determinações. É importante sublinhar que as determinações são elaborações teóricas, portanto, inicialmente, uma abstração, num movimento que, então, vai do empírico para o abstrato e do abstrato para o empírico, para a análise da realidade. Segundo Macêdo Filha (2018), a partir da variação metodológica do IQRM realizada por esta autora, o contato inicial com o objeto empírico acontece pelas evidências trazidas pelas notícias sobre determinada realidade. Por isso são utilizadas entrevistas e reportagens e, no caso desta tese, as notícias encontradas dizem respeito ao processo de instalação do terminal portuário integrado aos ramais ferroviários da FIOL.

No âmbito do IQRM (Alencar, 2007), são as evidências (o empírico) que apresenta condições para as construções de determinações enquanto interpretações abstratas da realidade. Nas palavras da pesquisadora Cristina Maria Macêdo de Alencar “Toda determinação é a expressão de uma compreensão e, dado esse exercício de compreensão da realidade, retorna-se às evidências na elaboração classificatória e analítica de variáveis (Alencar, 2007, p.124). As determinações, portanto, explicam o que acontece na comunidade e na relação com a sociedade, como núcleo desse estudo. Entretanto, vale o alerta de Alencar, segundo a qual:

Os fatos de serem explicações não significam que sejam explicativas da realidade, mas, elaborações que ajudam a compreender a realidade e que estão carregadas de historicidade e só tem validade naquela temporalidade observada. As determinações e suas variáveis não têm conteúdos a priori e sim como resultado de um processo histórico da realidade social. (Alencar, 2007, p.125).

Desse modo, o quadro 5 apresenta as Determinações utilizadas para definição e explicação das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais.

Quadro 5 - Determinações explicativas do IQRM, do IQSC e do IQTA consideradas para formulação do IQSP

<p><b>DO IQRM – INDICADOR QUALITATIVO DE RURALIDADE METROPOLITANA (ALENCAR, 2008)</b></p>	<p>a) Determinação geoambiental – quando há eventos que se opõem às leis, demarcações, denúncias de risco ou uso;</p> <p>b) Determinação rural – permanência de usos mais diretos da Natureza, quer seja produtivo, social, simbólico ou cultural;</p> <p>c) Determinação urbana – existência de usos mais mediados por processos ou instrumentos tecnológicos e que tornam menos evidente a existência da natureza;</p> <p>d) Determinação de modo de ocupação – denota ritmo e modo de apropriação da Natureza condicionada pela hegemonia da acumulação capitalista;</p> <p>e) Determinação de conhecimento científico – expressam usos de Natureza justificados ou contestados pela autoridade das descobertas ou explicações científicas expressas em tecnologias de processo, de organização ou de equipamentos.</p>
<p><b>DO IQSC – INDICADOR QUALITATIVO DE SEGURANÇA CIDADÃ (MACEDO-FILHA, 2018)</b></p>	<p>1) Determinação de Protagonismo que tensiona pela manifestação de atuação da comunidade intervindo na condução de processos e projetos coletivos;</p> <p>2) Determinação de Resiliência que tensiona pela manifestação de atuação individual ou grupal de capacidade de resistir, enfrentar e transformar as condições de vulnerabilidades pessoais ou sociais onde estão inseridos.</p>
<p><b>DO IQTA – INDICADOR QUALITATIVO DE TENSÕES NO USO DA ÁGUA (PORCIÚNCULA, 2017)</b></p>	<p>Determinação do Planejamento - existência de grandes áreas (rurais e reconhecidas como vazios urbanos pelo planejamento). Reflete a orientação do modelo de desenvolvimento para um tipo de apropriação da natureza e uso da água mediada pela técnica, onde as fontes públicas e naturais foram alijadas do processo de produção e organização espacial, estando atualmente abandonadas, ainda que amplamente utilizadas durante os períodos de suspensão do fornecimento.</p>

Fonte: elaboração própria, 2025

Três Determinações foram formuladas, ampliando a multiplicidade de determinações requeridas para explicar as tensões relacionadas ao sofrimento e às repercussões psicossociais nas comunidades rurais impactadas pela FIOLE e pelo Porto Sul. As determinações do IQRM, no geral, explicam as tensões na relação rural-urbana, sendo que algumas determinações produzidas no IQRM valem para o geral da sociedade capitalista, totalidade social em que o fenômeno foi observado. A determinação do Modo de Ocupação, por exemplo, explica que o modo de ocupação que rege as relações da sociedade, modelam esses fenômenos. Na sociedade em que vivemos, o modo de ocupação capitalista é a regra maior, uma concepção hegemônica e naturalizada socialmente (Alencar, 2008).

No caso desta tese, o intuito é construir explicações teóricas para os problemas relacionados aos impactos psicossociais em comunidades submetidas aos processos de desterritorialização, dentro da sociedade capitalista, bem como a partir de um padrão de desenvolvimento estabelecido pela sociedade capitalista. Desse modo, a Determinação do Modo de Ocupação está presente em qualquer uso que se faça do IQRM.

Por sua vez, a determinação do conhecimento científico explica a existência do projeto de instalação da FIOLE e do Porto Sul em Ilhéus enquanto projeto urbano-industrial, de caráter hegemônico, gerado a partir de uma perspectiva teórica dominante. Dialeticamente, as Determinações do Conhecimento Científico que resultam de rupturas epistemológicas possibilitam incluir abordagens capazes de fazer sentido tendo em vista a complexidade e dinamicidade do fenômeno social estudado. Com isso, interage a dimensão psicológica com a dimensão socioterritorial. Portanto, cada fenômeno específico tem determinações próprias, não são formuladas a priori.

As determinações propostas neste trabalho são as que explicam as tensões psíquicas-socioterritoriais. Um conjunto de explicações que percebem a dimensão psicológica no encontro com a dimensão socioterritorial. Sob a ótica do IQSC, podemos dizer que a determinação de protagonismo explica a existência de uma segurança cidadã que, para os comunitários estudados, passa uma sensação de coesão social mais efetiva e estruturante do que a polícia (Macêdo-Filha, 2018).

A determinação do Planejamento, no IQTA, para a RMS, que facilita as tensões no uso das águas, favorecendo uma compreensão de que a natureza atrapalha o desenvolvimento (Porciúncula, 2017). Essa é uma determinação que explicita a lógica de usar a água em determinado território, exaurir, abandonar e partir para outros territórios. Uma explicação que

coloca a natureza que existe no espaço em contraposição ao desenvolvimento, como um fenômeno que atrapalha esse modelo de desenvolvimento.

Levando em conta o contexto desta tese, que envolve diferentes níveis de impacto psicossocial provocados pelo desenvolvimento, foi necessário formular um conjunto de determinações para o ajuste contextual do IQSP. Assim, chegamos às seguintes determinações:

A Determinação I – Dinâmica do Sofrimento entre o Rural e o Urbano no contexto do Desenvolvimento – se baseia nas Determinações criadas originalmente no IQRM e apropriadas no IQTA relacionadas à: Determinação Rural, que tensiona ao permanecerem usos mais diretos da natureza, quer sejam usos produtivos, sociais, simbólicos ou culturais; Determinação Urbana, quando usos de forma mais mediada por processos ou instrumentos tecnológicos tornam menos evidente a existência da natureza; Determinação do Modo de Ocupação que denota ritmo e modo de apropriação da natureza condicionada pela hegemonia da acumulação capitalista (Alencar, 2008).

A Determinação I é caracterizada por modos de vida pautados pela condição de ruralidade que são atravessadas por projetos de desenvolvimento urbano-industriais: a ruralidade como categoria teórica que representa uma relação direta do ser humano com a natureza, sem mediações, que expressa uma postura política e com importância direta para formulação de políticas públicas. Desse modo, a condição urbana é apresentada como o ambiente construído, impositivo, não natural, que faz a mediação do ser humano com a natureza. O urbano aparece aqui como a imposição de um jeito de se viver atrelado ao desenvolvimento, que o retroalimenta, que ignora ou supera as condições de ruralidade, provoca danos à natureza, promove des-territorialização e que, no contexto desta pesquisa, acarreta sofrimento e repercussões psicossociais aos grupos sociais investigados;

A Determinação II – Resiliência na Coexistência Rural-Urbana diante da Des-territorialização – se baseia na variação metodológica do IQRM, apropriada pelo IQSC, que, por sua vez, desenvolveu um olhar crítico para o protagonismo social e para a resiliência como categoria de análise que, nos seus estudos, formulou a determinação sobre Segurança Cidadã associada à Cidadania e ao Protagonismo (Macêdo-Filha, 2018).

Qualificação da resiliência como condição natural e estratégia dos povos tradicionais camponeses e/ou em contextos de ruralidade metropolitana que se encontram oprimidos pelo desenvolvimento e, por conseguinte, por necessidade e sobrevivência, precisam assumir posturas críticas de proteção, enfrentamento e/ou confrontação frente aos processos de des-

territorialização. A resiliência aqui pode ser associada como resistência à afetação que leva tanto à perda de saúde frente aos processos de luta contra a des-territorialização, quanto ao protagonismo dos sujeitos afetados nos movimentos por cidadania e pela preservação das suas topofilias (Tuan, 1980) e territorialidades (Haesbaert, 2004);

A Determinação III – A Des-territorialização como a Fragmentação e o Rompimento dos Vínculos com o Território que invisibilizam Subjetividades, provocam Apagamento de Identidades causando Adoecimento e Repercussões Psicossociais – é uma Determinação que reconhece os impactos psicossociais, incluindo as repercussões psicossociais, qualificadas aqui como consequência dos processos de perda do território promovidos pelo desenvolvimento. Essa determinação específica associa o adoecimento psicológico diretamente às perdas simbólicas e reais das relações com o território (Urquiza, 2012). O sofrimento psicossocial, para as comunidades rurais que lidam com processos de des-territorialização, é uma característica intrínseca do desenvolvimento urbano-industrial. Uma determinação integradora que se relaciona com todas as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais levantadas por esta pesquisa e que busca explicar os contextos de adoecimento provocados pelos processos de des-territorialização.

As Determinações aqui apresentadas são articuladas teoricamente neste estudo para operacionalizar a dialética e a complexidade no território, no sentido de ajudar a compreender as tensões que qualificam o sofrimento psicossocial nas comunidades pesquisadas. A partir destas determinações, este trabalho buscou explicar a ocorrência de perda de saúde mental e/ou física, especificamente, processos de adoecimento psicológico e acometimento de doenças psicossomáticas que emergem no sofrimento frente ao contexto de perdas do território nos três diferentes níveis destacados por este trabalho.

Do ponto de vista do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) e, como constata-se a seguir, a partir dos resultados da pesquisa de campo, podemos dizer que essa construção teórico-metodológica permite o agrupamento de sintomas como a ansiedade por conta das ameaças e riscos das possíveis perdas do território, das situações que envolvem a desapropriação e da proximidade dos contextos de remoção compulsória, como também pela angústia diante da impotência frente às decisões imutáveis em prol do desenvolvimento e quanto aos danos aos territórios e aos exercícios das territorialidades que ali coexistem. Através destas determinações e das categorias de afetação psicossocial se pode analisar o nível de agudização de quadros de melancolia e/ou de depressão, transtornos e/ou crises de ansiedade

frente a tristeza que se estabelece e por conta dos sentimentos de revolta e agressividade decorrentes das sensações de injustiça vividas nessa tensão.

Levando em conta os aspectos de saúde e psicossociais destacados, este é um cenário, representado pela Determinação Integradora (III), que chama atenção para os impactos decorrentes da fragmentação e do rompimento dos vínculos com o território, que invisibilizam subjetividades, promovem apagamento de identidades territoriais causando adoecimento e repercussões psicossociais. Características essas que estão amparadas teoricamente nas Ciências Humanas e Sociais e nas discussões teóricas promovidas na fundamentação teórica desta tese, conforme as contribuições articuladas dos autores Urquiza, (2012), Deleuze e Guattari (1995), Safatle (2008), Birman (2005), Haesbaert (2004), Morin (2005), Sawaia (1999), Ingold (2011), Pol (2006), Altman & Rogoff (1987) e Montero (2004).

O indicador qualitativo que nasce dessa fundamentação pode ser capaz de reconhecer contextos e níveis de afetação nos grupos sociais em condição de ruralidade que serão tensionadas com a imposição do padrão urbano-industrial. Especificamente no âmbito da instalação da FIOLE e do Porto Sul, no município baiano de Ilhéus, o Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) pode ser um importante recurso metodológico com potencial de descortinar contradições do desenvolvimento que se apresenta como sustentável, mas que pode provocar severos impactos socioambientais, culturais, econômicos, culturais e relacionados à saúde mental dessas comunidades estudadas.

São sujeitos sociais que convivem com os processos de des-territorialização e que são forçados a lidar permanentemente com os impactos da perda do exercício das suas territorialidades e com a convivência diária e noturna com obras, estruturas, equipamentos e serviços relacionados às operações ferroviárias e portuárias. Na negação da autonomia e na interrupção forçada dos modos rurais de vida (deslegitimados pelo padrão de desenvolvimento representado pela FIOLE e pelo Porto Sul) emerge o cerne desta metodologia que consiste em identificar os contextos, qualificar como evidências e categorizar as repercussões psicossociais estudadas. Portanto, o conjunto de procedimentos metodológicos construídos até aqui partem do pressuposto de que, nas comunidades impactadas pelo desenvolvimento, por uma questão de sobrevivência, o mesmo contexto que força a emergência da resiliência que, por sua vez, dá contorno ao protagonismo na luta por cidadania, também provoca impactos socialmente invisíveis: o sofrimento e as repercussões psicossociais.

Objetivamente, a culminância deste capítulo metodológico aponta para a importância do IQRM para esta tese. Um indicador que extrapola a categoria analítica da ruralidade metropolitana e se presta a pautar um protocolo metodológico para pesquisas que, como esta, buscam a formulação de indicadores qualitativos. O IQSP, inspirado no arcabouço teórico-metodológico do IQRM e, levando em conta os ajustes contextuais apresentados, tem potencial de operacionalizar o pensamento complexo numa escala regional e atribuir um olhar mais integrador direcionado à natureza e aos sujeitos rurais e urbanos. Uma percepção que contrasta com a concepção de natureza que orienta os projetos de desenvolvimento e que está presente nos processos de planejamento para instalação das estruturas logísticas da FIOLE e do Porto Sul. Uma concepção urbano-industrial que coloca a natureza simultaneamente como um obstáculo ao desenvolvimento, e, paradoxalmente, como recurso natural para servir ao próprio desenvolvimento (Porciúncula, 2017).

O entendimento que esta metodologia traz sobre ruralidade justifica-se na medida em que esta categoria teórica nos remete à coletividade frente a individualização que é marca do desenvolvimento. A ruralidade revela um modo de vida coletivo nas formas de organização social e econômica, construído de forma sócio-histórica, fonte de sabedoria popular, legítimo como experiência vivida e que precisa ser respeitado pelos projetos de desenvolvimento.

O indicador qualitativo acolhe as contradições, tem poder de síntese e oferece soluções sistêmicas para o fenômeno complexo analisado, superando o maniqueísmo e a dicotomia das análises econômicas tradicionais. Uma compreensão teórico-metodológica, portanto, que reconhece o movimento, a dinamicidade do fenômeno social, atribuindo fluxo ao indicador e apontando alternativas para superação das tensões investigadas. Tensões estas que acontecem a partir da ruptura dos acordos simbólicos no território e que podem ser identificados e compreendidos de forma qualitativa.

A fundamentação desta metodologia trabalhada nesta seção, não se encerra aqui, pois constitui referência teórico-conceitual que orientou os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo e a problematização a partir da análise dos dados coletados no decorrer da modelagem inicial do IQSP. Uma contribuição para a proposição de alternativas que levem em conta a complexidade, sobretudo, porque o desenvolvimento avança hostil à natureza e à existência de quem vive em relação direta com ela.

Baseados nos princípios metodológicos construídos até aqui, os resultados apresentados no capítulo seguinte acompanham uma discussão que buscou correlacionar os conhecimentos

gerados sobre as realidades investigadas com as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais desenvolvidas por esse trabalho. A ideia foi demonstrar *in loco* as evidências de sofrimento psicossocial promovidas pelo desenvolvimento urbano-industrial para as comunidades rurais que estão sendo atravessadas pelo projeto representado pela FIOLE e pelo Porto Sul.

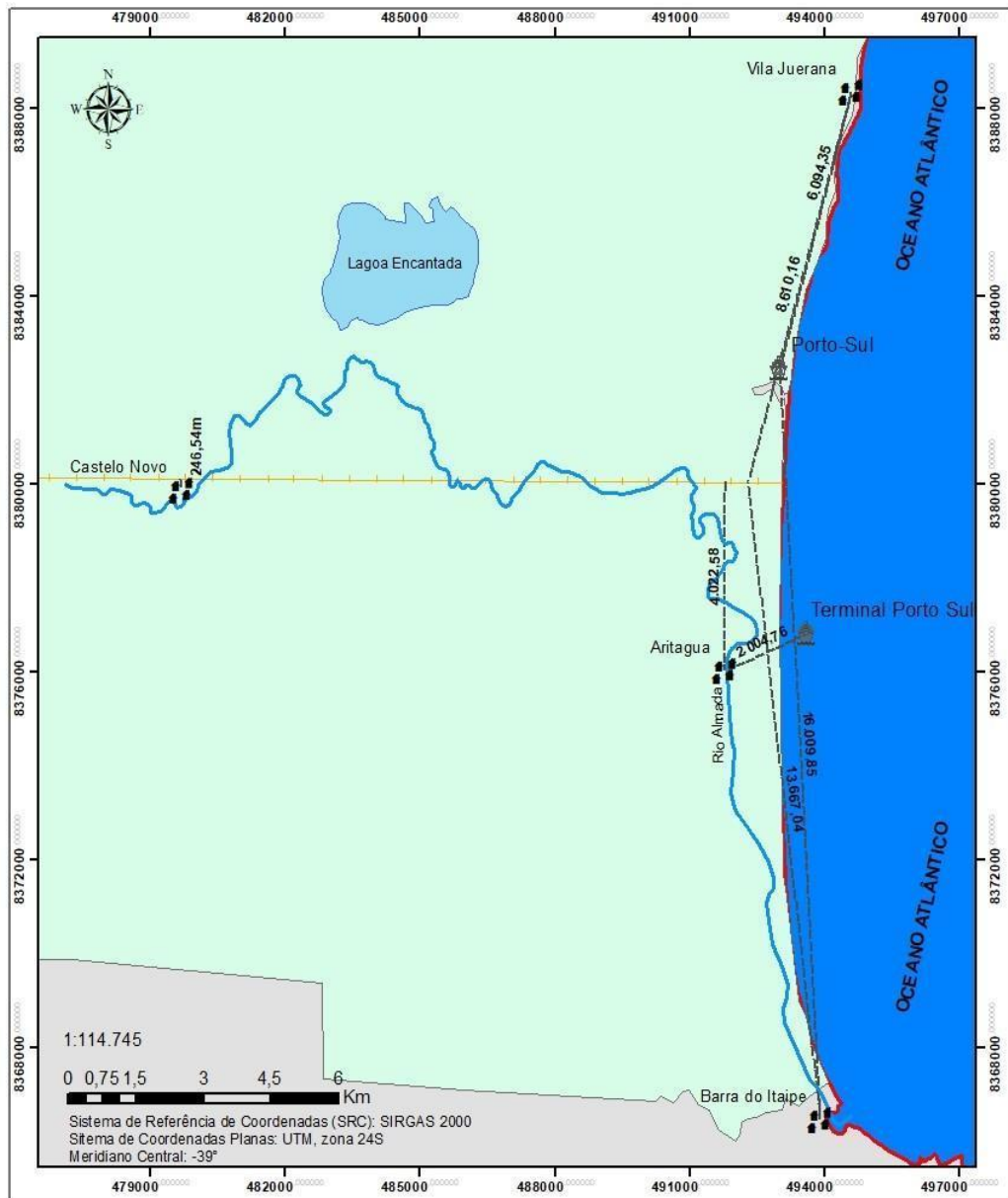
#### **4 A REALIDADE DO SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL EM EXPERIÊNCIA TERRITORIAL**

Este capítulo traz os resultados e discussões alcançadas através da pesquisa documental e da pesquisa de campo, levando em conta as contribuições teóricas da revisão de literatura empenhada nos referenciais metodológicos do IQRM e da proposição das determinações explicativas para responder as tensões psíquicas-socioterritoriais desenvolvidas nesta tese, levando em conta as comunidades afetadas.

No mapa abaixo (figura 4) estão em destaque as quatro comunidades rurais investigadas, levando em conta suas respectivas distâncias em relação ao pátio de operações do Porto Sul e o ramal ferroviário da FIOI. O mapa destaca o Rio Almada e a APA da Lagoa Encantada, no município de Ilhéus, região sul do estado da Bahia. Percebe-se pela análise da representação cartográfica diferentes níveis de interface entre cada comunidade e sua relação com a natureza, com o Rio Almada, com a Lagoa Encantada, ou mesmo com as relações com o oceano. A proximidade delas no que diz respeito às futuras operações ferroviárias e portuárias, em um território rico ecologicamente, coloca em risco os modos de vida das populações locais, baseados na ruralidade. Essa condição suscita preocupações acerca dos impactos psicossociais decorrentes deste processo de desterritorialização.

É preciso destacar, ao analisar o referido mapa (figura 4), que a comunidade rural de Castelo Novo, mais à esquerda, fica vizinha ao ramal ferroviário da FIOI, pois a ponte sob o Rio Almada, onde está sendo construída a estrada de ferro para transporte de minérios de ferro, fica praticamente dentro da comunidade, às margens do Rio Almada. Essa proximidade imediata da ferrovia com a vida comunitária de Castelo Novo, inclusive, representa alto risco de gravidade em casos de acidentes ou emergências operacionais. Outro ponto que chama atenção é que a operação portuária está prevista para todo o trecho de litoral destacado – com uma base operacional no continente (o terminal portuário de Aritaguá) e uma base avançada no oceano para uma operação *off shore* (dentro do mar). Pela imagem cartográfica é possível perceber o nível de interface e de proximidade tanto da comunidade da Vila Juerana, mais acima no mapa, quanto de Aritaguá, mais centralizado. Barra do Itaípe, já num contexto de ruralidade metropolitana, fica um pouco mais abaixo.

Figura 4 - Mapa de Proximidade das 04 Comunidades Investigadas para os Ativos do Porto Sul e da FIOI



Mapa de Proximidade: Porto Sul de Ilhéus x Comunidades x FIOI I



Fontes dos dados Vetoriais:

- 1) Lagoa Encantada - Vetorização de Imagem;
- 2) APA da Lagoa Encantada - Disponível em <http://mapa.geobahia.ba.gov.br/>;
- 3) Unidade Federativa: Bahia - Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>;
- 4) Comunidades - Análise por imagem de Satélite (Google Earth);
- 5) Instalações Portuárias - Disponível em: <https://www.gov.br/antagq/pt/central-de-conteudos/informacoes-geograficas>;
- 6) Trecho da Ferrovia FIOI I. - Vetorização de imagem disponível em: <https://www.infrasa.gov.br/ferrovias-da-infra-s-a/ferrovia-de-integracao-oeste-leste/trechos/>;
- 7) Rio Almada - Vetorização de Imagem Google Earth

Fonte: elaboração própria, 2025

Barra do Itaípe é uma comunidade representada neste estudo pela Colônia de Pescadores e Marisqueiros Z-34. Como todo esse trecho de litoral está sendo privatizado para as operações portuárias, o impacto nessa comunidade vai além da vizinhança às operações portuárias e ferroviárias. A chegada do Porto Sul e da FIOL promoveu uma proibição da pesca nessa parte litorânea, o que impacta decisivamente a relação artesanal desse grupo social com o trabalho e com a natureza. A distância da Vila Juerana para o Terminal Portuário do Porto Sul é de pouco mais de seis quilômetros (6 km), contudo, a rotatória de acesso ao referido terminal da empresa Bahia Mineração fica à aproximadamente quinhentos metros (500m) de distância da via de acesso à esta comunidade. Já a distância da Vila Juerana para o ramal ferroviário da FIOL é de aproximadamente oito quilômetros (8 km), embora as vias pavimentadas de acesso ao Terminal Portuário do Porto Sul estejam também a poucos metros dessa comunidade. Por fim, a comunidade de Aritaguá que está a aproximadamente dois quilômetros (2 km) das operações portuárias e praticamente a quatro quilômetros (4 km) da linha férrea da FIOL.

Ao analisarmos as proximidades das quatro comunidades com as instalações e operações da FIOL e do Porto Sul, bem como levando em conta a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada – à luz dos severos impactos socioambientais, já previstos, decorrentes das operações industriais para transporte e manejo de minério de ferro, em esteira rolante, com previsão de dez quilômetros (10 km) de extensão sob o mar – desde já, inferimos que se trata de uma operação industrial cujas preocupações quanto a seus impactos socioambientais são extremamente relevantes, esses impactos afetam as comunidades que literalmente são vizinhas dos citados empreendimentos da Bahia Mineração em Ilhéus.

Esta tese realiza debate teórico e críticas ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial, a partir da instrumentalização dos conceitos de território, territorialidade e des-territorialização. A dimensão psicossocial é abordada porque está invisibilizada nos processos de licenciamento ambiental, essa abordagem foca nos impactos do sofrimento psicossocial frente aos processos de des-territorialização. A metodologia da pesquisa tem como base a pesquisa documental, para a partir dela estabelecer maior compreensão sobre a vivência no território afetado. A realização de pesquisa de campo, com base qualitativa, evidenciou múltiplos níveis de sofrimento, de impactos psicossociais nas comunidades rurais de Aritaguá, Barra de Itaípe, Vila Jureana e Castelo Novo. Os resultados da pesquisa, portanto, promovem a qualificação e categorização dos impactos psicossociais, os riscos de saúde/segurança, ameaças e consequências psicossociais dos processos de desapropriação.

#### 4.1. Dimensão psicossocial no conteúdo documental

Do ponto de vista da pesquisa documental, esta seção promove uma análise crítica dos principais condicionantes ambientais do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto no Meio Ambiente (EIA/RIMA) tanto do Porto Sul quanto da FIOOL. São os documentos oficiais no âmbito do licenciamento ambiental desses empreendimentos industriais de grande porte que postulam as condições mínimas para o estabelecimento legal dos projetos urbano-industriais aqui analisados, no município de Ilhéus (BA).

Os documentos técnicos do Complexo Porto Sul (EIA/RIMA) desenvolvidos para o Governo do estado da Bahia pela empresa Hydros apresentam diagnóstico ambiental consistente, mas prioritariamente direcionado à dimensão biofísica, isto é, a fauna, flora e recursos hídricos. A lógica central de seus condicionantes é compensatória e técnica, privilegiando aspectos como controle de erosão, reflorestamento e monitoramento de parâmetros físico-químicos. Pode-se dizer o mesmo para os estudos da FIOOL, nos quais os condicionantes estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) estão focados nas passagens de fauna, controle de supressão vegetal e mitigação de ruídos e vibrações, levando em conta, majoritariamente, a mitigação de impactos nos ecossistemas naturais.

No entanto, em ambos os empreendimentos, o tratamento da questão social e psicossocial permanece superficial: foram estabelecidas medidas comumente encontradas em outros EIA/RIMA, como programas de comunicação social e compensação financeira, que substituem políticas de reconhecimento territorial, monitoramento de impactos psicossociais ou garantia de direitos culturais. Essa lacuna, reiteradamente apontada por esta tese, denuncia a invisibilização das repercussões humanas da des-territorialização, chamando atenção para a dimensão psicossocial dos impactos ambientais, negligenciados pelos EIA/RIMA. Esses impactos não podem ser mitigados por compensação financeira, pois não há equivalência entre o sofrimento psicossocial e as trocas estabelecidas em uma lógica de mercado.

Em síntese, fica evidente a partir desta Pesquisa Documental, que o EIA/RIMA do Porto Sul aborda a temática da saúde apenas em termos de infraestrutura hospitalar, omitindo a dimensão psicossocial afetada (Hidros, 2010, p. 145). Do ponto de vista das temáticas da identidade cultural e do pertencimento, está invisibilizado os vínculos culturais e espirituais

com a terra (Zhour; Laschefski, 2010, p. 34) no que esta tese propõe o reconhecimento da territorialidade como categoria analítica obrigatória neste processo de licenciamento ambiental.

Sobre as temáticas relacionadas às relações comunitárias, este estudo evidencia a “fragmentação de redes de solidariedade, a ocorrência em potencial de conflitos internos diante das compensações financeiras desiguais” (Zhour; Oliveira, 2013, p. 87) e a constatação de que este processo de licenciamento trata as comunidades, equivocadamente, como unidades homogêneas, desconsiderando dinâmicas internas e a subjetividade afetada dos grupos sociais impactados. Especificamente, acerca dos processos de des-territorialização, há risco, constatado nos resultados da pesquisa de campo apresentados a seguir, de “desenraizamento e sentimento de perda do lugar vivido” (Zhour; Laschefski, 2010, p. 42), uma vez que o EIA/RIMA analisado reconhece apenas desapropriações físicas, sem levar em conta sua dimensão simbólica.

Este estudo faz uma análise conjunta dos condicionantes ambientais em comparação entre o Porto Sul e a FIOL, apresentado no Quadro 06 a seguir:

Quadro 6 - Condicionantes ambientais do Porto Sul e da Fiol sob o prisma dos impactos psicossociais

(Continua)

<b>Dimensão Avaliada</b>	<b>Porto sul (EIA/RIMA) fiol (licença de instalação nº 1200/2018 – IBAMA)</b>	<b>Lacunas identificadas</b>
Físico-biótica	Monitoramento de qualidade da água, revegetação e compensação florestal (Porto Sul) / Passagens de fauna, controle de supressão vegetal e mitigação de ruídos (FIOL)	Ambos focados em ecossistemas naturais, pouco diálogo com ecossistemas socioculturais
Infraestrutura	Planos de drenagem, controle de erosão, recomposição de áreas degradadas (Porto Sul) / Programas de engenharia para acessos, pontes e contenção de taludes (FIOL)	Forte ênfase técnica, mas desconectada de efeitos em comunidades vizinhas
Socioeconômica	Programas de comunicação, de reassentamento e compensação monetária (Porto Sul) / Programas de educação ambiental e comunicação social (FIOL)	Abordagem genérica, ausência de indicadores sobre saúde mental, de análises dos impactos nas redes locais de colaboração e sociabilidade e dos danos às memórias coletivas das comunidades impactadas, superficialidade e descontextualização nos programas de educação ambiental e comunicação social.

(conclusão)

<b>Dimensão Avaliada</b>	<b>Porto sul (EIA/RIMA)  fiol (licença de instalação n° 1200/2018 – IBAMA)</b>	<b>Lacunas identificadas</b>
Cultural	Inventário arqueológico e histórico (Porto Sul) / Mitigação pontual em sítios arqueológicos (FIOL)	Sem garantias de preservação dos modos de vida de pescadores, agricultores e comunidades quilombolas
Psicossocial	Não previsto de forma estruturada (Porto Sul) / Não previsto de forma estruturada (FIOL).  Obs: Do ponto de vista técnico não há parâmetros estruturados dessa dimensão de afetação	Total ausência de condicionantes voltados ao sofrimento psicossocial nas comunidades vizinhas aos empreendimentos, invisibilizando os contextos de ansiedade, ruptura identitária e trauma social diante das perdas dos territórios afetivos, identitários e de moradia por parte das comunidades afetadas

Fonte: elaboração própria, 2025

Algumas questões podem ser analisadas a partir do Quadro 06. Sobre os valores de compensação e de reparação definidos, os estudos encontrados não apontam valores específicos, apenas a metodologia e bases para se definir esses valores junto aos órgãos institucionais do governo. Também não foram encontrados registros da substituição de fontes de renda nas comunidades impactadas. Os documentos dizem que os valores de reparação são negociados caso a caso mediante laudos específicos, bem como acompanhados pelo Ministério Público e órgãos oficiais. Do ponto de vista da educação ambiental, os EIA/RIMA estabelecem a necessidade de o empreendedor desenvolver programas de educação ambiental para os trabalhadores (do porto e da ferrovia) e para as comunidades vizinhas ao empreendimento (sem dimensionamento do alcance social destes programas, bem como sem a publicização de indicadores e premissas metodológicas). Isso é apenas um condicionante básico, generalista, comum em muitos processos de licenciamento ambiental. Trata-se de uma imposição ao empreendedor para gerar conhecimento ambiental específico sobre os impactos ambientais das suas operações às comunidades vizinhas.

No que diz respeito ao Porto Sul, é verificável que há comunidades em áreas diretas de operação do futuro porto, sobretudo de pescadores. Há indícios de que grupos sociais ainda serão deslocados, mas ainda não há informação pública sobre esse deslocamento. Os dados coletados por esse estudo refletem os impactos psicossociais decorrentes dos processos de

desapropriações que já aconteceram nas áreas de agricultura de subsistência. Ademais, apontamos a gravidade da situação dos pescadores de Barra do Itaípe, mas também das outras comunidades estudadas. Eles são os mais afetados diante da privatização de áreas marinhas de pesca, usadas antes da chegada da BAMIN. É necessário informar que esta análise considera as transformações promovidas pelo processo de instalação do terminal portuário Aritaguá e as estruturas industriais em fase de construção da FIOLE, além da operação que já acontece neste território afetado. Importante também ressaltar que as futuras operações portuárias e ferroviária têm previsão de acentuação de todos os impactos socioambientais e psicossociais encontrados neste estudo. Isso porque o empreendimento aqui analisado se trata de um projeto que, inclusive, já teve modificações, depois de suspenso, bem como ainda está no processo de licenciamento ambiental.

Diante dos dados coletados, este estudo reconhece que é necessário uma pesquisa documental e bibliográfica mais extensa e prolongada, para se fazer uma análise mais aprofundada sobre a eficácia destes condicionantes, do ponto de vista socioambiental, uma vez que o empreendimento logístico em questão (FIOLE e Porto Sul) ainda pode ser considerado um projeto em fase de licenciamento ambiental, incluindo a etapa atual de estudos de viabilidade, articulações políticas e financeiras em nível federal e internacional. Enquanto projeto, ainda pode sofrer alterações e mudanças levando em conta os arranjos institucionais que dão sustentação e acompanhamento jurídico a este processo de licenciamento.

Em aderência ao objetivo proposto nesta tese, com base no Quadro 6, é verificável que a dimensão psicossocial não é levada em conta nos processos de licenciamento ambiental da FIOLE e do Porto Sul. Os dados não são parametrizados para uma análise mais aprofundada. Entretanto, a partir da revisão bibliográfica de pesquisas dos autores Zhouiri e Laschefski (2010), do ponto de vista das repercussões psicossociais invisibilizadas nos processos de licenciamento ambiental, pode-se dizer, portanto, que os processos de des-territorialização provocados pela implantação do Porto Sul e da FIOLE ultrapassam a afetação nos componentes físico-químicos e bióticos: implicam a perda de vínculos comunitários, o enfraquecimento de redes locais de apoio e solidariedade e a ruptura simbólica do território como lugar de memória e pertencimento (Zhouiri; Laschefski, 2010).

Este trabalho resgata aqui as contribuições dos autores Jézéquel (2004), Raffestin (1993), Zhouiri (2010), Zibechi (2015), Acsehrad (2004) que, na fundamentação teórica desta tese, já constataram que esses processos de des-territorialização provocados pelos projetos

urbano-industriais têm efeitos psicossociais profundos. Podemos confirmar agora, também estão invisibilizados nos EIA/RIMA analisados.

Especificamente, no que diz respeito aos principais públicos afetados, ainda no âmbito da análise destes documentos oficiais, esta tese chama atenção para ausência de parâmetros de afetações diretas às populações atingidas, tanto nas dimensões econômicas quanto nas psicossociais. Estas ausências são coerentes com a concepção de desenvolvimento sustentável que regulamenta os EIA/RIMA analisados. Não foram considerados, para compensação, as perdas dos seguintes grupos:

- a) Pescadores artesanais: sofrem com a perda de acesso às áreas de pesca e manguezais, afetando não apenas sua economia e suas relações com o trabalho, marcadas por uma conexão direta com a natureza, mas também sua identidade territorial e cultural, além do sentimento de pertencimento ao mar. A ruptura da relação com o território marinho, como veremos, também a partir dos resultados da pesquisa de campo realizada, é fonte de insegurança e angústia coletiva para esse público (Zhouri; Laschefski, 2010);
- b) Agricultores familiares: ao serem desapropriados de pequenas propriedades, perdem não só a terra como meio de subsistência, mas também as redes intergeracionais de transmissão de saberes agrícolas e comunitários, configurando a interrupção da transmissão das territorialidades formadas ao longo do tempo nessas comunidades marcadas pela ruralidade. Isso provoca descontinuidade de tradições e sentimento de desamparo (Acsehrad, 2004);
- c) Comunidades quilombolas e rurais tradicionais: enfrentam impactos simbólicos intensos, como a desagregação do tecido social e a ameaça a práticas culturais ligadas ao território, gerando sofrimento psicossocial e perda de identidade coletiva ligada às inter-relações com a natureza, com a cultura e com a relação estruturante com o trabalho (Zhouri; Laschefski, 2010).

Na perspectiva dos Cuidados Ecológicos em Saúde Coletiva (Organização Pan-Americana da Saúde, 2009; Santos; Siqueira; Silva, 2009) e sob a ótica da Psicologia Ambiental e da Psicologia Social, fundamentadas no capítulo teórico desta tese, é possível afirmar que esses grupos sociais, ao vivenciarem desapropriação forçada, deslocamento compulsório e múltiplas perdas simbólicas de territórios afetivos, identitários e ecologicamente sensíveis, apresentam maior risco de ansiedade, depressão, aumento do consumo de substâncias

psicoativas e ruptura das relações comunitárias (Zhouri; Laschefski, 2010; Zhouri; Oliveira, 2013).

Esses impactos deveriam ser objeto de condicionantes ambientais específicos, como a Avaliação de Impacto Psicossocial – AIP (Nogueira et al., 2011; Organização Mundial da Saúde, 2014; Morina, et al, 2018; BRASIL, 2011), o monitoramento longitudinal e as políticas de reparação cultural (Escas, 2023; Nogueira, et al., 2011; Organização Mundial da Saúde, 2014), mas que estão ausentes nos documentos analisados.

Para esta fase da pesquisa documental, a partir da análise crítica dos condicionantes ambientais da FIOL e do Porto Sul, afirma-se que os EIA/RIMA do Porto Sul e da FIOL não contemplam de maneira adequada os impactos psicossociais da des-territorialização. As comunidades rurais afetadas são reduzidas a beneficiárias de compensações, enquanto o sofrimento e os impactos psicossociais, a ruptura cultural e a perda de território não são contempladas nos condicionantes estabelecidos.

Acrescente-se à carência de Avaliação de Impacto Psicossocial, o fato de que não existe um único instrumento de Avaliação de Impacto Psicossocial (AIP) universalmente reconhecido na saúde mental. Em vez disso, o termo pode se referir a diversas ferramentas e abordagens integradas que variam de acordo com os campos do conhecimento em que se deseja a sua aplicação. Portanto, foi necessário especificarmos o contexto das comunidades rurais afetadas por projetos urbano-industriais e associarmos os tipos de impacto psicossocial abordados, os quais no âmbito desta pesquisa, são os impactos psicossociais frente aos processos de des-territorialização.

Desse modo, este estudo utilizou como referências o Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) dentro das recomendações técnicas do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011) já citadas acima, bem como as publicações sobre a Escala de Avaliação da Necessidade de Cuidado em Saúde Mental (CUIDA SM), por exemplo, dentro das prerrogativas da Organização das Nações Unidas (Escas, 2023; WHO, 2014). Utilizamos também como referência específica a publicação de Nogueira, et al., (2011) acerca da Avaliação de Impacto Social e Psicológico de grandes projetos de infraestrutura, publicado no periódico Saúde & Transformação Social, pelo fato de abordar o desenvolvimento de um instrumento de avaliação. O referido trabalho focaliza os impactos sociais e psicológicos de grandes projetos de infraestrutura, o que se alinha com o tema abordado aqui nesta tese e contribui, assim, tanto para a sustentação da constatação da ausência desse parâmetro na análise documental realizada

quanto para o arranjo técnico e teórico-metodológico para delineamento inicial do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP).

A AIP precisa combinar métodos qualitativos (etnografia, oficinas participativas, mapeamento de lugares-símbolo, histórias de vida) e métodos quantitativos (instrumentos validados de identificação de sintomas psicológicos, indicadores de coesão social, indicadores de renda e segurança alimentar), de forma a propiciar uma co-construção com as comunidades locais (Escas, 2023; Nogueira et al., 2011; Brasil, 2011).

Abaixo, este estudo apresenta parâmetros não identificados nos EIA/RIMA analisados, baseados na Avaliação de Impacto Psicossocial (AIP), no sentido de apresentar o que exatamente deve ser medido pela AIP (Nogueira et al, 2011, p. 40). Os parâmetros não identificados abaixo foram inspirados também na contribuição de Nogueira et al. (2011), nas recomendações das Nações Unidas (Organização Mundial da Saúde, 2014), na publicação do Ministério da Saúde (Brasil, 2011). Entretanto, foram adaptadas, no âmbito desta tese, para evidenciar a inexistência da dimensão psicossocial no licenciamento ambiental do Porto Sul e da FIOL. Assim, pode representar uma contribuição deste estudo como resultado capaz de influenciar positivamente este processo de licenciamento ambiental no município de Ilhéus.

Desse modo, seguem os parâmetros específicos no âmbito da AIP, desenvolvidas por esse trabalho, não levados em conta nos documentos oficiais dos processos de licenciamento ambiental do Porto Sul e da FIOL:

- a) Mensurar níveis de sofrimento psicossocial por meio de metodologias específicas de modo a reconhecer contextos em que ocorrem quadros de ansiedade, depressão, angústia coletiva, comportamento suicida/ideação, consumo problemático de álcool e outras substâncias psicoativas;
- b) Avaliar ruptura de redes sociais que possam acarretar perda de capital social, afetar frequência de trocas recíprocas, bem como dissolução de associações/cooperativas;
- c) Cartografar perdas territoriais simbólicas como sítios de memória, áreas de pesca/colheita tradicionais, rotas alternativas de circulação e ligadas à relação com o trabalho e rituais religiosos e/ou culturais;
- d) Medir efetividade políticas compensatórias sobre bem-estar, isto é, avaliar se compensações monetárias efetivamente protegem o sustento e saúde mental.

Ainda sob o ponto de vista da formulação de parâmetros para a discussão dos resultados, com base nestes fatores específicos da Avaliação de Impactos Psicossociais (AIP), apresentamos um quadro com os requisitos mínimos para concepção de condicionantes no contexto dos impactos psicossociais e que podem influenciar processos de licenciamento ambiental, como, por exemplo, o processo aqui analisado da FIOLE e do Porto Sul.

Vale a ressalva de que, para além das referências bibliográficas destacadas nesta seção, tanto os parâmetros acima expostos como também o quadro com os condicionantes na dimensão psicossocial apresentado a seguir, foram concebidos também levando em conta a experiência profissional do autor desta tese como psicólogo e consultor ambiental com atuação em comunidades afetadas pelos projetos urbano-industriais nos campos da mineração, logística ferroviária e portuária por mais de uma década em diversos estados brasileiros. Experiência que aprimorou o olhar para a dimensão psicossocial afetada dentro dos processos de licenciamento ambiental.

Assim, segue um quadro com alternativas para inclusão de condicionantes com enfoque nos impactos psicossociais em comunidades afetadas por projetos urbano-industriais, essas condicionantes poderiam fazer parte dos processos de licenciamento ambiental analisados.

Quadro 7 - Condicionantes com enfoque nos impactos psicossociais em comunidades afetadas por projetos urbano-industriais

(Continua)

<b>Condicionantes</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Recomendações</b>
Condicionante 1	Avaliação de Impactos Psicossociais (AIP) obrigatória	Elaboração da AIP como anexo vinculado do EIA/RIMA antes da Licença Prévia, com atualização final antes da Licença de Instalação e com exigência legal prevista no Termo de Referência.
Condicionante 2	Criação de linha de base e controle comparador	Relatório de linha de base com enfoque social/psicológico em pelo menos dois recortes: (a) população afetada; (b) população comparadora não afetada localmente. Medições por 12 meses pré-obra para reduzir viés sazonal.
Condicionante 3	Desenvolvimento de Monitoramento pós-obra (5 anos no mínimo)	Avaliações anuais formais e relatórios públicos semestrais, com indicadores que acionem planos de mitigação e recursos financeiros previamente previstos.
Condicionante 4	Ativação de um Fundo de mitigação e reparação	recursos previstos no plano de mitigação social/psicológica, disponíveis para ações comunitárias, serviços de saúde mental e manutenção de territórios tradicionais.

(Conclusão)

Condicionantes	Objetivo específico	Recomendações
Condicionante 5	Criação de um Comitê de Acompanhamento Participativo	Sugestão de composição paritária (comunidade, Ministério Público, Secretaria municipal de Saúde, empresa empreendedora, peritos independentes) com poder de solicitar auditoria externa

Fonte: elaborado pelo próprio autor, 2025.

O quadro 07 foi produzido com base também na experiência do autor desta tese na composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente da cidade de Canaã dos Carajás, na Amazônia Paraense, entre os anos de 2012 a 2015, que contou com a composição de um grupo de trabalho relacionado à identificação dos impactos psicossociais das comunidades vizinhas ao Complexo Minerador do Sossego da Vale. Processo que foi mediado pelo autor desta tese, com participação paritária de diversos atores locais entre autarquias municipais e sociedade civil.

## **4.2. Sofrimento psicossocial no território: resultados e discussões da pesquisa de campo**

### **4.2.1. Resultados na documentação jornalística, manifestos e redes sociais da sociedade civil**

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos a partir do levantamento das reportagens e conteúdos jornalísticos acerca do processo de instalação dos ramais ferroviários da FIOLE e do terminal portuário Porto Sul, complexo logístico da empresa BAMIN e os resultados obtidos através das entrevistas semiestruturadas realizadas nas quatro comunidades estudadas.

O levantamento de reportagens e conteúdos jornalísticos sobre a instalação do Porto Sul e da FIOLE são apresentados em quadro analítico (Quadro 08), destacando a fonte do conteúdo analisado, comentários acerca das reportagens e notícias jornalísticas levantadas, informações precisas quanto ao dia e horário dos acessos e uma coluna ao final que qualifica esses resultados como evidência de tensões psíquicas-socioterritoriais presentes em cada conteúdo digital e/ou impresso analisado.

A qualificação como evidência de tensões (Quadro 08) expressa uma análise dinâmica das realidades estudadas a partir da categorização analítica das tensões. Com esse parâmetro se explicita o perfil das diferentes narrativas sobre a chegada deste projeto de desenvolvimento urbano-industrial, validando a episteme dos IQ enquanto produção de conhecimento científico a contrapelo, sobre relações entre sociedade e natureza.

Apresenta-se a seguir, portanto, o quadro analítico com o registro dos conteúdos jornalísticos e reportagens sobre a FIOLE e o Porto Sul, acompanhado da classificação das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais de A a D, conforme produção desta tese:

Quadro 8 - Registros jornalísticos e classificação das tensões psíquicas-socioterritoriais A, B, C e D.

(Continua)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalística	<p><a href="https://blogdogusmao.com.br/2011/10/19/rui-rocha-muitos-problemas-novos-surgirao-com-o-porto-sul/">https://blogdogusmao.com.br/2011/10/19/rui-rocha-muitos-problemas-novos-surgirao-com-o-porto-sul/</a></p> <p>“A gente precisa de investimento real na vida das pessoas. Isso significa investimento em saúde, em saneamento básico, em boas ruas, praças e jardins, na qualidade de vida [...]As experiências que temos com esses portos de escoamento de minério de ferro não geram desenvolvimento como o governo tem dito. A estrutura portuária e ferroviária presta basicamente aos interesses de um setor, que é o mineral. Ele não transforma a economia regional, como se diz, de um porto de uso múltiplo, que vai alavancar muitos negócios e indústrias. Isso não acontece. Um exemplo mais claro disso é o Porto de Itaqui no Maranhão, que já tem algum tempo funcionando, com a super ferrovia de Carajás, que traz minério de ferro de Marabá, região Sul do Pará. Essa região não se industrializou. Poderíamos imaginar que toda a estrutura produtiva da Amazônia, em torno dessa logística, poderia fazer e atrair pra essa região uma base industrial. Isso não aconteceu.”</p>	<p>Publicação: Out 19, 11.</p> <p>Acesso: Nov 21, 24 (15:50)</p>	Tensões A, B e D

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalística	<p><a href="https://www.correio24horas.com.br/estudio-correio/mineradora-vai-investir-em-ramal-ferroviario-de-piata-a-brumado--1021">https://www.correio24horas.com.br/estudio-correio/mineradora-vai-investir-em-ramal-ferroviario-de-piata-a-brumado--1021</a></p> <p>“A notícia de que a mineradora Brazil Iron solicitou permissão ao Ministério da Infra-Estrutura (Minfra) para implantar um ramal ferroviário e um terminal ferroviário privado, movimentou o setor nesta semana. O projeto, a ser desenvolvido inteiramente com capital privado, proporcionará o escoamento do minério de ferro produzido em Piatã-BA, na Chapada Diamantina, de forma mais eficiente e sustentável.”</p> <p>Observação: de acordo com a reportagem, a criação de uma nova ferrovia feita na chapada diamantina promete proporcionar o escoamento de minério de ferro produzido em Piatã-BA, na Chapada Diamantina, de forma mais eficiente e sustentável, além de visar a sustentabilidade, também prevê o impacto econômico positivo. A mineradora Brazil Iron solicitou autorização para um ramal e terminal ferroviário privado para escoar minério de ferro de Piatã, na Bahia, usando capital próprio. Com início previsto em 2022, o projeto ligará a FIOLE e a FCA em Brumado, reduzindo custos e impacto ambiental comparado ao uso de caminhões. A expansão busca gerar mais empregos e desenvolvimento para o estado.</p>	<p>Publicação: Out 22, 21</p> <p>Acesso: Nov 21, 24 (15:53)</p>	Tensões A
Jornalístico	<p><a href="https://midianinja.org/construcao-do-porto-sul-na-bahia-poe-comunidades-em-risco-e-ativistas-se-mobilizam-contraprojeto/">https://midianinja.org/construcao-do-porto-sul-na-bahia-poe-comunidades-em-risco-e-ativistas-se-mobilizam-contraprojeto/</a></p> <p>“Comunidades baianas temem que o plano de embarque de minério de ferro do complexo Porto Sul, construído na China, afeta uma economia tradicional e sustentável”</p> <p>O conteúdo afirma que a construção da ferrovia que carrega minérios de Tocantins até Ilhéus põe em risco as comunidades locais, pois segundo o artigo “ao causar danos irreversíveis numa área de reserva final da Mata Atlântica, as obras vão arruinar uma engrenagem que alia produção cacaueteira sustentável, agricultura familiar, ecoturismo e pesca artesanal”. A construção do Porto Sul, em Ilhéus (BA) visa exportar minério de ferro, gera polêmica por ameaçar a Mata Atlântica, a pesca artesanal e a agricultura familiar. Comunidades e ativistas criticam o impacto ambiental e a perda de empregos locais, enquanto o governo defende o projeto por seu potencial econômico. Protestos e debates continuam em busca de alternativas sustentáveis.</p>	<p>Publicação: Fev 2, 22</p> <p>Acesso: Nov 21, 24 (15:57)</p>	Tensões A, B e D

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalístico	<p><a href="https://www.inthemine.com.br/site/trem-da-bahia-e-pauta-de-reuniao-no-governo/">https://www.inthemine.com.br/site/trem-da-bahia-e-pauta-de-reuniao-no-governo/</a></p> <p>“O trem da Bahia continua em pauta no governo da Bahia. Na última quarta-feira (22), foi realizado mais um encontro com a Fundação Dom Cabral (FDC), instituição responsável pelo estudo do Plano estratégico da Bahia, para poder debater o tema e marcar a entrega do relatório final do estudo.”</p> <p>O governo da Bahia realizou uma reunião para discutir o plano estratégico ferroviário do estado, destacando a necessidade de expandir e modernizar a malha ferroviária para impulsionar a economia. O estudo da Fundação Dom Cabral propõe novos ramais, transporte de carga geral e a ampliação do sistema ferroviário para integrar melhor as rotas logísticas. A iniciativa busca melhorar o escoamento de minérios, produtos agrícolas e outros bens, aumentando a competitividade, gerando emprego e reduzindo o isolamento logístico da Bahia. Esse artigo apresenta uma reunião com vários profissionais, que abordam sobre a falta de trens no estado da Bahia e defendem a importância de um sistema ferroviário ativo da região Baiana para melhorar a logística e fornecer um desempenho socioeconômico para o Estado.</p>	<p>Publicação: Março 23, 23</p> <p>Acesso: Nov 21, 24 (16: 02)</p>	Tensões A
Sociedade civil (manifesto)	<p><a href="https://www.instagram.com/p/Cqd7PNEpwnW/?igshid=M DJmNzVkMjY">https://www.instagram.com/p/Cqd7PNEpwnW/?igshid=M DJmNzVkMjY</a></p> <p>“O Rio Una, atual maior afluente do Rio Paraguaçu, é gerado na Serra da Chapadinha, e com a mineração suas águas secarão e ficarão contaminadas. Mais de 60% da região metropolitana de Salvador dependem dessas águas”</p> <p>A postagem na rede social Instagram apresenta a revolta e manifestações online contra a instalação da mineradora de ferro na Serra da Chapadinha na Chapada Diamantina. O texto afirma que, com a mineração, as águas do Rio Paraguaçu poderão secar e ficar contaminadas devido a quantidade de minério que entrará em contato com água. A mineração na Serra da Chapadinha ameaça o Rio Una, essencial para a Grande Salvador, com risco de seca e contaminação. O impacto atinge comunidades locais e todo o estado da Bahia. Segundo a publicação, a mobilização é urgente para proteger o meio ambiente e o abastecimento de água.</p>	<p>Publicação: Março 31, 23</p> <p>Acesso: Nov 21, 24 (16:05)</p>	Tensões A, B e D

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalístico	<p><a href="https://jornaldachapada.com.br/2023/04/11/chapada-mineradora-de-ferro-vira-ameaca-para-o-abastecimento-de-agua-e-a-biodiversidade-na-serra-da-chapadinha-em-itaete/">https://jornaldachapada.com.br/2023/04/11/chapada-mineradora-de-ferro-vira-ameaca-para-o-abastecimento-de-agua-e-a-biodiversidade-na-serra-da-chapadinha-em-itaete/</a></p> <p>“A exploração de ferro na Serra da Chapadinha, em Itaetê, ameaça o abastecimento hídrico, a biodiversidade e as comunidades locais. Moradores denunciam desmatamento, contaminação do Rio Una e ações ilegais de uma mineradora, sem aprovação ambiental. A região é vital para 60% do abastecimento da Grande Salvador e abriga espécies em extinção”.</p> <p>O artigo apresenta o descontentamento da população de Itaetê com os impactos que podem ser causados com a exploração de minérios na Serra da Chapadinha. Muitos moradores temem o acesso privado à água e ao saneamento básico, o desmatamento e outros prejuízos à biodiversidade. A luta é de toda a Bahia, afirma o periódico.</p>	Publicação: Abril 11, 23 Acesso: Nov 21, 24 (16:07)	Tensões A, B e D
Jornalístico	<p><a href="https://www.funbio.org.br/compras_contratacoes/o-funbio-publica-carta-convite-para-levantamento-de-dados-primarios-e-cadastro-de-imoveis-rurais-posses-e-propriedades-localizados-na-bahia-no-ambito-do-projeto-tcsa-porto-sul/">https://www.funbio.org.br/compras_contratacoes/o-funbio-publica-carta-convite-para-levantamento-de-dados-primarios-e-cadastro-de-imoveis-rurais-posses-e-propriedades-localizados-na-bahia-no-ambito-do-projeto-tcsa-porto-sul/</a></p> <p>“A empresa ENGEM Meio Ambiente e Projetos Ltda foi escolhida para realizar o levantamento de dados socioambientais e cadastro de imóveis rurais em áreas de conservação ambiental na Bahia, como o Parque Estadual da Serra do Conduru e a APA Costa de Itacaré/Serra Grande”</p> <p>O artigo apresenta uma carta convite para levantar os dados primários, cadastro de imóveis rurais, posses e propriedades, localizadas na Bahia, em área de influência do Porto Sul com o objetivo de contratação de Serviços Pessoa Jurídica.</p>	Publicação: julho 11, 23 Acesso: nov 21, 24 (16:09)	Tensões A, B e D

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalístico	<p><a href="https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/como-a-mineracao-de-ferro-ameaca-a-biodiversidade-e-a-as-comunidades-tradicionais-na-chapada-diamantina/">https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/como-a-mineracao-de-ferro-ameaca-a-biodiversidade-e-a-as-comunidades-tradicionais-na-chapada-diamantina/</a></p> <p>“A mineração de ferro na Serra da Chapadinha, Chapada Diamantina, ameaça a biodiversidade local e comunidades tradicionais. Esse processo pode causar danos ambientais graves, como a destruição de ecossistemas e impactos às comunidades que dependem do território para sua subsistência, além de comprometer a rica biodiversidade e o patrimônio arqueológico da área”.</p> <p>O artigo apresenta como que a mineração ameaça a biodiversidade e a população das comunidades tradicionais na chapada diamantina. Segundo o artigo a ameaça inicia-se pela contaminação da água, que afeta os afluentes favorecendo o ressecamento desse curso.</p>	<p>Publicação: julho 17, 23</p> <p>Acesso: Nov. 21, 24 (16:11)</p>	Tensões A, B e D
Jornalístico	<p><a href="https://offnews.com.br/2023/10/11/apos-encontro-com-consul-chines-carballal-revela-construcao-de-mineroduto-e-forum-para-apresentar-potencial-da-bahia-as-empresas-chinesas/">https://offnews.com.br/2023/10/11/apos-encontro-com-consul-chines-carballal-revela-construcao-de-mineroduto-e-forum-para-apresentar-potencial-da-bahia-as-empresas-chinesas/</a></p> <p>“Após encontro com o cônsul chinês, Henrique Carballal anunciou um fórum em novembro para apresentar o potencial mineral da Bahia. Ele destacou a construção de um mineroduto pela SAM com investimento de 950 milhões de dólares e a importância da mineração para o desenvolvimento econômico e a transição energética do estado”.</p> <p>Apresenta o encontro com o cônsul Chinês para discutir o potencial do Estado no setor energético e mineral (devido às características geológicas, a Bahia produz muito minério) que podem potencializar a economia do Estado. A reportagem afirma que esses minérios são estratégicos para o desenvolvimento do país.</p>	<p>Publicação: Out 11, 23</p> <p>Acesso: Nov. 21, 24 (16:13)</p>	Tensões A

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalístico	<p><a href="https://offnews.com.br/2023/11/23/presidente-da-cbpm-carballal-comemora-1-forum-cbpm-mineracao-sustentabilidade-determinacao-do-governador-jeronimo-para-que-a-gente-nao-seja-somente-exportador-de-commodities/">https://offnews.com.br/2023/11/23/presidente-da-cbpm-carballal-comemora-1-forum-cbpm-mineracao-sustentabilidade-determinacao-do-governador-jeronimo-para-que-a-gente-nao-seja-somente-exportador-de-commodities/</a></p> <p>“O I Fórum CBPM Mineração &amp; Sustentabilidade debateu o papel da mineração no desenvolvimento econômico sustentável da Bahia. Henrique Carballal destacou projetos para agregar valor aos minerais e impulsionar a independência de fertilizantes. O evento abordou transição energética, responsabilidade social e políticas públicas, reforçando a importância da sustentabilidade e inclusão social no setor”.</p> <p>O artigo apresenta meios funcionais da utilização de minérios, de maneira sustentável, na perspectiva do periódico. Nesse caso, será uma extração de Sílica para dobrar a produção de energia para a Bahia, independente da importação de fertilizantes.</p>	<p>Publicação: Nov 23, 23</p> <p>Acesso: Nov. 21, 24 (16:14)</p>	Tensões A e D
Jornalístico	<p><a href="https://bahiaeconomica.com.br/wp/2024/02/27/porto-de-salvador-cresce-e-amplia-sua-participacao-na-movimentacao-portuaria-da-bahia-porto-de-aratu-se-mantem-estagnado-veja-os-numeros/">https://bahiaeconomica.com.br/wp/2024/02/27/porto-de-salvador-cresce-e-amplia-sua-participacao-na-movimentacao-portuaria-da-bahia-porto-de-aratu-se-mantem-estagnado-veja-os-numeros/</a></p> <p>“O Porto de Salvador se destacou em 2023 com crescimento significativo, aumentando sua participação na movimentação portuária da Bahia. Em contraste, o Porto de Aratu continua estagnado, sem avanços nos últimos anos. O Porto de Ilhéus também apresentou evolução, demonstrando potencial para crescimento no estado. A administração dos portos públicos está sob responsabilidade da Codeba, que busca melhorar o desempenho geral do setor”.</p> <p>O artigo apresenta o crescimento da movimentação de embarcações no Porto de Salvador. Com o aumento da movimentação em Salvador, o porto Aratu decaiu a movimentação na mesma proporção, assim mostrando estagnação e falta de investimentos. o Porto de Ilhéus apresentou crescimento de movimentação, tal qual o de Salvador.</p>	<p>Publicação: fev 27, 24</p> <p>Acesso: Nov. 21, 24 (16:16)</p>	Tensões A

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalístico	<p><a href="https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/licenciamento-ambiental-do-ibama-vistoria-obras-do-porto-sul-na-">https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/licenciamento-ambiental-do-ibama-vistoria-obras-do-porto-sul-na-</a></p> <p>“O Ibama fez uma vistoria no Porto Sul, em Ilhéus (BA), para avaliar o andamento das obras conduzidas pela Bahia Mineração (BAMIN). O projeto está na fase de Licença de Instalação, com alguns programas socioambientais em implementação, como o monitoramento da qualidade do ar e da água superficial. Contudo, o monitoramento da água subterrânea ainda não começou. A vistoria também verificou áreas de supressão vegetal e soltura de fauna resgatada”.</p> <p>O artigo apresenta uma vistoria que o IBAMA fez nas obras do Porto Sul. Durante o processo, foi analisada a qualidade do ar e outros monitoramentos para o cuidado do ecossistema local. Tal licenciamento ambiental previne violações cometidas em obras industriais alocadas não em zonas ambientais.</p>	<p>Publicação: março 22, 24</p> <p>Acesso: Nov. 21, 24 (16:17)</p>	Tensões A e D
Jornalístico	<p><a href="https://bahiaeconomica.com.br/wp/2024/04/04/complexo-portuario-da-baia-de-todos-os-santos-movimentou-quase-o-dobro-do-porto-de-suape-em-2023-veja-os-numeros/">https://bahiaeconomica.com.br/wp/2024/04/04/complexo-portuario-da-baia-de-todos-os-santos-movimentou-quase-o-dobro-do-porto-de-suape-em-2023-veja-os-numeros/</a></p> <p>“Em 2023, o Complexo Portuário da Baía de Todos os Santos, na Bahia, teve um crescimento significativo na movimentação de cargas, quase dobrando a movimentação do Porto de Suape, o maior do Nordeste. A maior parte desse aumento veio dos Terminais de Uso Privado (TUP) associados principalmente ao Terminal de Madre Deus, que está ligado à refinaria de Mataripe”.</p> <p>O artigo apresenta o aumento da movimentação portuária na Bahia de Todos os Santos. Sendo assim, a movimentação do Complexo Portuário da Bahia de Todos os Santos, Salvador e Aratu e outros terminais privados obteve o dobro de movimentação do que o Porto de Sauípe, o qual é considerado o maior Porto do nordeste.</p>	<p>Publicação: abril 04, 24</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16:18)</p>	Tensões A

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalístico	<p><a href="https://www.trbn.com.br/materia/1109155/plano-ferroviario-da-bahia-e-apresentado-como-vetor-de-desenvolvimento-regional#google_vignette">https://www.trbn.com.br/materia/1109155/plano-ferroviario-da-bahia-e-apresentado-como-vetor-de-desenvolvimento-regional#google_vignette</a></p> <p>“O Plano Ferroviário da Bahia, apresentado pelo Governo do Estado, visa integrar a logística regional e melhorar a competitividade econômica. Com apoio do Governo Federal, o plano propõe malhas ferroviárias conectando diferentes regiões baianas, facilitando o escoamento de grãos, minérios e frutas. A meta é reduzir o isolamento logístico e fortalecer os arranjos produtivos locais, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável para a Bahia”.</p> <p>O artigo apresenta o destaque da Bahia no desenvolvimento ferroviário. Esses vetores de desenvolvimento expandem o agronegócio e a exportação de grãos e minérios, assim valorizando, economicamente, o Estado Baiano e a Região.</p>	Publicação: Junho 21, 24 Acesso: nov. 21, 24 (16:20)	Tensões A
Jornalístico	<p><a href="https://www.bnews.com.br/noticias/cidades/obras-da-foi-na-bahia-sem-licenca-do-ibama-podem-ter-gerado-impactos-ambientais-e-danos-aos-cofres-publicos.html">https://www.bnews.com.br/noticias/cidades/obras-da-foi-na-bahia-sem-licenca-do-ibama-podem-ter-gerado-impactos-ambientais-e-danos-aos-cofres-publicos.html</a></p> <p>“Algumas obras do Trecho II da Ferrovia Oeste-Leste na Bahia foram iniciadas sem o licenciamento ambiental do Ibama, gerando impactos ambientais e atrasos. A Controladoria-Geral da União (CGU) identificou que a Infra S.A. iniciou a construção de uma ponte sem a autorização necessária, o que comprometeu a qualidade ambiental e causou atrasos. A empresa estatal afirmou que está aguardando a aprovação do Ibama sobre a situação”.</p> <p>O artigo apresenta que a falta de licenciamento ambiental (IBAMA) pode ter gerado impactos ambientais e danos aos cofres públicos. O impacto ambiental ocorreu, pois não houve um monitoramento prévio do IBAMA na região, assim, iniciando um processo de instalação de empreendimento sem uma licença obrigatória.</p>	Publicação: Set. 03, 24 Acesso: Nov. 21, 24 (16:22)	Tensões A e D

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Sociedade civil (manifesto)	<p><a href="https://www.instagram.com/reel/DAGV5UjvGRj/?igsh=MWYzaWVraXJqbWJieg%3D%3D">https://www.instagram.com/reel/DAGV5UjvGRj/?igsh=MWYzaWVraXJqbWJieg%3D%3D</a></p> <p>“O projeto do Porto Sul na Bahia é muito criticado por ser considerado uma ideia desastrosa para uma das regiões mais bonitas e sensíveis do Brasil. Apesar de a licença ambiental ter sido concedida há dez anos, a construção do porto é vista como uma grande ameaça a rica biodiversidade local e às belezas naturais, como a Praia do Sargi, reconhecida como uma das melhores da América Latina. Com o fracasso da iniciativa, o governo tenta responsabilizar a empresa VALE pelo projeto, levantando questionamentos sobre a viabilidade financeira de investir bilhões em uma obra cercada de controvérsias”.</p> <p>A publicação na rede social Instagram emite que não vale a pena investir na mineração, na ferrovia e no Porto Sul devido a sua interferência ambiental e inconclusões governamentais. Dessa forma, o post acredita que o Governo não visa concluir a obra e está “empurrando” para a empresa VALE assumir a liderança na construção.</p>	<p>Publicação: set 19, 24</p> <p>Acesso: Nov 21, 24 (16:23)</p>	Tensões A e D
Jornalístico	<p><a href="https://neofeed.com.br/economia/para-acabar-com-as-ferrovias-de-papel-governo-quer-mexer-no-marco-legal-do-setor-nao-sera-facil/">https://neofeed.com.br/economia/para-acabar-com-as-ferrovias-de-papel-governo-quer-mexer-no-marco-legal-do-setor-nao-sera-facil/</a></p> <p>“O governo brasileiro planeja mudar o marco legal ferroviário para impulsionar os investimentos privados e públicos em autorizações ferroviárias, atualmente predominantemente privadas. A intenção é ajustar as leis para permitir maior participação do Estado e facilitar projetos que envolvem financiamentos mais complexos e de longo prazo. Essas mudanças são necessárias para deslançar projetos prometidos pela lei de 2021, que hoje são conhecidos como "ferrovias de papel" devido ao baixo número de projetos concretizados”.</p> <p>O artigo apresenta que as Leis Ferroviárias irão passar por mudanças para destravar projetos e viabilizar investimentos, pois o investimento vindo de recursos privados dificulta o processo de longa duração de construções ferroviárias (um dos motivos de diversas obras privadas não continuarem investindo).</p>	<p>Publicação: Set 20, 24</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16:25)</p>	Tensões A

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalístico	<p><a href="#">Vale anuncia novo CEO em meio a provável venda da Bamin</a></p> <p>“Gustavo Pimenta assumirá a presidência da Vale em 1º de outubro, antecipando a saída de Eduardo Bartolomeo. A mudança acontece em meio ao possível envolvimento da Vale na compra da Bamin, empresa de mineração da Bahia. A decisão foi impulsionada por articulações de Lucas Kallas (Cedro), ministro Alexandre Silveira e Rubens Ometto (Cosan), influenciando a direção da Vale. O conselho aprovou Pimenta unanimemente, enquanto Murilo Muller assumirá a vice-presidência executiva”.</p> <p>O artigo apresenta o anúncio do novo CEO da Vale, durante a provável venda da BAMIN. Essa nova admissão do CEO da VALE vai de contra o desejo da BAMIN em manter o até então atual CEO da empresa.</p>	<p>Publicação: set 21, 24</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16:27)</p>	Tensões A
Jornalístico	<p><a href="https://obastidor.com.br/economia/o-articulador-oculto-na-vale-7800">https://obastidor.com.br/economia/o-articulador-oculto-na-vale-7800</a></p> <p>A reportagem discute a movimentação por trás da escolha de Gustavo Pimenta como novo CEO da Vale, com Lucas Kallas sendo um articulador estratégico. “Kallas, junto com outros empresários, isola Eduardo Bartolomeo e planeja negócios futuros envolvendo a mineradora, como a compra da Bamin. As negociações também influenciaram a escolha do novo vice-presidente executivo de Minério de Ferro, ainda a ser definido”.</p> <p>O artigo apresenta que a admissão do novo CEO da VALE “atropela” o cronograma da empresa, que havia uma previsão de saída do ex-CEO em dezembro. O novo CEO – Gustavo Pimenta- entraria dia 1 de Outubro.</p>	<p>Publicação: set. 21, 24</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16:30)</p>	Tensões A

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalístico	<p><a href="https://bahiaeconomica.com.br/wp/2024/09/23/bahia-tera-investimentos-de-r-6-bi-incluindo-r-46-bi-para-o-porto-sul-em-ilheus-veja-a-listagem-das-obras/">https://bahiaeconomica.com.br/wp/2024/09/23/bahia-tera-investimentos-de-r-6-bi-incluindo-r-46-bi-para-o-porto-sul-em-ilheus-veja-a-listagem-das-obras/</a></p> <p>“O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou investimentos superiores a R\$ 6 bilhões na Bahia, voltados para melhorias no Porto de Ilhéus e Salvador, expansão do aeroporto de Barreiras, e construção de hidrovias. Um empréstimo de R\$ 4,6 bilhões foi aprovado para a Bamin Mineração S.A, destinado à construção do terminal do Porto Sul, em Ilhéus. Durante o evento com a presença do ministro Rui Costa e do governador Jerônimo Rodrigues, foram entregues as obras de dragagem do Porto de Aratu e outros projetos foram anunciados”.</p> <p>O artigo apresenta valor dos investimentos para a Bahia e os para efetivação do Porto Sul. A Bahia irá receber 6 Bilhões de investimentos, incluindo 4,6 Bilhões para o Porto Sul.</p>	<p>Publicação: set. 23, 24</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16:31)</p>	Tensão A
Sociedade Civil	<p><a href="https://www.instagram.com/reel/DAaxXdPvhq2/?igsh=eDIudHhxcnNkdjUw">https://www.instagram.com/reel/DAaxXdPvhq2/?igsh=eDIudHhxcnNkdjUw</a></p> <p>A publicação critica o projeto do Porto Sul na Bahia, dizendo que “é uma má ideia construir um porto de mineração em uma área sensível e com riqueza biológica”. O governo brasileiro, incluindo o BNDES e o Governo Federal, está pressionando para que a empresa VALE arque com os custos, colocando bilhões em uma mega construção.</p> <p>“Esse projeto saindo, o que que vai acontecer com a gente... o quê que vai acontecer com a região da gente... Qual o impacto que vai ter...” (Lielson Teles, do Assentamento Bom Gosto). (...) As pessoas vêm em busca do turismo aqui nessa região, em busca exatamente dessa natureza, dessa mata atlântica..” (Bárbara Flores, ativista em Serra Grande). (...) “Nos juntamos à milhares de vozes de pescadores, indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares do Sul da Bahia para dizer que esse projeto não vale; não vale a pena trocar o nosso Sul da Bahia por minério; vai dar muito problema e vai ter muita, muita resistência; queremos o Sul da Bahia vivo” (Movimento Sul da Bahia Vivo)</p> <p>A publicação em rede social apresenta o motivo de não valer a pena o investimento das obras do Porto Sul. O vídeo apresenta inúmeros moradores da região de Ilhéus falando o motivo de não concordarem com o investimento da mineração na região e, também, apresenta manifestações e passeatas contra.</p>	<p>Publicação: set 27, 24</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16:31)</p>	Tensões A, B e D

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Sociedade civil	<p><a href="https://www.instagram.com/p/DAa9F1Rgi_o/?igsh=MWpuYmdzbW5pbXh4cg">https://www.instagram.com/p/DAa9F1Rgi_o/?igsh=MWpuYmdzbW5pbXh4cg</a></p> <p>“A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é distribuída de forma limitada ao estado, trabalhadores e à população. Apesar dos grandes lucros obtidos pelas mineradoras, os benefícios para as comunidades locais e o meio ambiente são modestos, mantendo a atividade altamente concentrada”.</p> <p>A postagem em rede social apresenta um questionamento sobre quem lucra com a mineração. Nesse sentido, é apresentado que as empresas de minério lucram com a extração, mas a população local sofre com a falta de investimento e com a precarização ambiental da região.</p>	<p>Publicação: set 27, 24</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16:33)</p>	Tensões A, B e D
Jornalístico	<p><a href="https://www.google.com/url?sa=D&amp;q=https://bahiaeconomica.com.br/wp/2024/09/30/waldeck-ornelas-os-desafios-logisticos-da-bahia/&amp;ust=1730376840000000&amp;usg=AOvVaw0yvWm0RxmEbDxJsfdYHd_n&amp;hl=pt-BR&amp;source=gmail">https://www.google.com/url?sa=D&amp;q=https://bahiaeconomica.com.br/wp/2024/09/30/waldeck-ornelas-os-desafios-logisticos-da-bahia/&amp;ust=1730376840000000&amp;usg=AOvVaw0yvWm0RxmEbDxJsfdYHd_n&amp;hl=pt-BR&amp;source=gmail</a></p> <p>“A reportagem destaca os desafios logísticos que a Bahia enfrenta devido à infraestrutura inadequada, incluindo a má conservação das rodovias e a falta de malha ferroviária. A construção do Porto Sul e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) são essenciais para o desenvolvimento econômico, mas enfrentam atrasos e desafios financeiros. A economia baiana depende desses projetos para melhorar o escoamento de grãos e conectar a região ao restante do país”.</p> <p>O artigo apresenta que a Bahia pode está enfrentando uma grande aceleração do desenvolvimento ou ser condenada a um grande período de estagnação.</p>	<p>Publicação: set. 30, 24</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16:35)</p>	Tensão A

(Continuação)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Jornalístico	<p><a href="https://www.correio24horas.com.br/colunistas/donaldson-gomes/vli-sugere-que-fiol-1-inviabiliza-corredor-minas-bahia-da-fca-1024">https://www.correio24horas.com.br/colunistas/donaldson-gomes/vli-sugere-que-fiol-1-inviabiliza-corredor-minas-bahia-da-fca-1024</a></p> <p>A reportagem discute a proposta da VLI de desvincular o Corredor Minas-Bahia da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) devido à chegada da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), que se destaca por sua maior capacidade de transporte. “A indústria baiana expressa preocupação com a possível exclusão desse trecho, fundamental para o escoamento de grãos e outras cargas até os portos da Baía de Todos os Santos. A solução do problema dependerá de estudos técnicos e da definição de um novo operador para manter a funcionalidade do corredor ferroviário”.</p> <p>O texto destaca que, com a construção da (FIOL), o corredor Minas - Bahia deixou de lado o processo de renovação da Ferrovia Centro-atlântica</p>	<p>Publicação: Out 03, 24</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16: 37)</p>	Tensão A
Jornalístico	<p><a href="https://www.instagram.com/p/DA9HVY8Rd4w/?igsh=MTBoNXI4cDhnOWJyMg%3D%3Dhttps%3A%2F%2Fwww.instagram.com%2Fp%2FDA9HVY8Rd4w%2F%3Figsh%3DMTBoNXI4cDhnOWJyMg">https://www.instagram.com/p/DA9HVY8Rd4w/?igsh=MTBoNXI4cDhnOWJyMg%3D%3Dhttps%3A%2F%2Fwww.instagram.com%2Fp%2FDA9HVY8Rd4w%2F%3Figsh%3DMTBoNXI4cDhnOWJyMg</a></p> <p>“O projeto multibilionário da Bahia Mineração (BAMIN), envolvendo a mina Pedra de Ferro, a ferrovia Oeste-Leste (FIOL) e um terminal portuário em Ilhéus, começa a ganhar impulso com apoio do governo federal. As alavancas para a viabilidade do projeto incluem financiamento público e uma possível aquisição pela Vale. O negócio reflete o interesse do governo petista estadual na mineração como motor de desenvolvimento econômico para a região. Mais detalhes estão disponíveis no Estadão”.</p> <p>O artigo apresenta que o projeto multimilionário para produção de minério de ferro na Bahia, o qual foi lançado há mais de uma década pelo governo Lula, começa a ganhar impulso do Governo Federal.</p>	<p>Publicação: out 10, 24.</p> <p>Acesso: nov. 21, 24 (16: 40)</p>	Tensões A

(Conclusão)

Tipo de fonte	Link / conteúdo digital analisado	Data de acesso	Tensões psíquicas-socio Territoriais Identificadas
Sociedade Civil	<p><a href="https://www.instagram.com/reel/DCMQ-FqA_1I/?igsh=MWVua2lqdG9zcWticg%3D%3D">https://www.instagram.com/reel/DCMQ-FqA_1I/?igsh=MWVua2lqdG9zcWticg%3D%3D</a></p> <p>O 1º Encontro de Pesquisadores da Questão da Mineração na Bahia reuniu pessoas para compartilhar conhecimentos científicos e populares, discutindo a importância de fortalecer o diálogo entre universidades e movimentos sociais. “O objetivo é continuar lutando por um modelo mineral mais justo e voltado para o interesse do povo”.</p> <p>O vídeo apresenta o primeiro encontro de pesquisadores sobre a questão da mineração na Bahia. Durante a reunião foram discutidos conhecimentos populares e científicos além da importância em continuar com os diálogos sobre a afetação da mineração em comunidades.</p>	<p>Publicação: Nov 10, 24</p> <p>Acesso: dez 11, 24 (09:34)</p>	Tensões A e B

Fonte: elaboração do próprio autor, 2025

A Tensão A pela apropriação da natureza corresponde à apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, incluindo nessa dimensão os diferentes usos econômicos, o rural e o urbano, o urbano e a natureza. Trata-se de uma categorização recorrente quando se analisa a relação sociedade e natureza nos marcos dos Indicadores Qualitativos que balizam metodologicamente esta tese. A Tensão B envolve a subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas, podendo ser expressa nos eventos de despossessão, remoção compulsória e de luta por moradia digna. A Tensão C corresponde aos efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais, destacando contextos de sofrimentos psicossociais por des-territorialização, apagamento de materialidades das memórias territoriais e/ou situações de interrupção de transmissão transgeracional das identidades territoriais. A Tensão D prioriza os usos geradores de riscos ambientais, a produção de riscos e eventos ambientais.

A principal análise identificada no quadro 08 é a constatação da presença seletiva, por perfil editorial, das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais no conteúdo digital investigado. Em todas as reportagens e conteúdos jornalísticos levantados se percebe que, quando a fonte do material analisado representa um veículo de comunicação (fonte jornalística) encontramos, principalmente, a evidência da Tensão A sem disputa. O enfoque sempre está relacionado à instalação da FIOLE e do Porto Sul a partir da perspectiva macroeconômica desenvolvimentista. Em todas as matérias e reportagens analisadas o enfoque dos conteúdos foi o destaque do

empreendimento de grande porte como uma oportunidade econômica estratégica para o Estado da Bahia.

Mais especificamente, em todas as publicações jornalísticas levantadas, há uma ênfase quase exclusiva nas dimensões técnicas (logísticas) e econômicas. Em nenhuma dessas publicações é possível encontrar referências sobre as dimensões humana, sociais, nem qualquer evidência sobre as comunidades que serão obrigadas a conviver permanentemente com a ferrovia e o terminal portuário. Fica a aparência de que esses grupos sociais não existem; e, se não existem, também não existem sofrimentos psicossociais, nem haveria processos de desterritorialização. A ausência dessas dimensões humanas e sociais diante dos interesses de crescimento de grandes capitais chama atenção pela invisibilidade do sofrimento psicossocial, muito evidente nas entrevistas semiestruturadas.

Nessas publicações de teor jornalístico, ou em sítios eletrônicos direcionados às questões econômicas, foi possível perceber em apenas dois artigos, das vinte e sete (27) reportagens, a presença da Tensão D na medida em que os riscos ambientais são citados. Mas, ainda assim, fica evidente que a inclusão da dimensão ambiental está restrita a um segmento da dimensão econômica, como forma de se pensar o controle dos parâmetros poluidores de um projeto de caráter indiscutível que precisa ser operacionalizado.

Este é um contexto muito alinhado com as diretrizes dos processos de licenciamento ambiental no Brasil. De modo que, dessa forma, as discussões ficam circunscritas a análises técnicas quanto à definição e cumprimento dos condicionantes ambientais definidos, sem nenhum desdobramento ou análise mais sistêmica quanto à profundidade e extensão desses impactos ambientais previstos pelo empreendedor e pelo órgão ambiental do Estado da Bahia (INEMA).

Aquilo que, por sua vez, nos permite analisar dimensões psicossociais e afetivas dos públicos afetados, nas suas inter-relações com a perda dos seus territórios, não faz parte da pauta nesses conteúdos jornalísticos investigados, como também são subestimados ou até invisibilizados pelos parâmetros técnicos relacionados aos impactos ambientais, utilizados pelo órgão do Estado. A classificação dos acontecimentos como evidências de que há tensões, diante de uma narrativa linear, exige olhar a partir da unidade oposta no par dialético, portanto, a contrapelo.

Neste sentido, as demais Tensões Psíquicas-Socioterritoriais – que levam em conta as afetações nas comunidades locais e os contextos que podem sinalizar os impactos poluidores

desse projeto de desenvolvimento – só aparecem quando as fontes dos conteúdos analisados são da sociedade civil. Só é possível reconhecer e/ou se discutir as contradições e os impactos socioambientais deste empreendimento nas publicações que partem de setores da sociedade civil, que exercem o papel social de mídia independente e/ou movimentos de resistência à FIOOL e o Porto Sul em Ilhéus.

A seletividade na presença e na ausência das evidências das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais nos ajudam, portanto, a reconhecer o sofrimento psicossocial associado aos processos de des-territorialização como uma dimensão intrínseca do desenvolvimento. Condição que pode ser identificada na medida em que se desconsidera a afetação psicossocial como internalidade desse padrão de desenvolvimento. Ou seja, sobre como o capital enxerga e lida com o que é considerado externalidade aos negócios. Os impactos socioambientais nas comunidades vizinhas aos empreendimentos industriais são vistos como inevitáveis, inerentes aos padrões de desenvolvimento associados ao progresso, à superação do rural ou do natural. Impactos socioambientais que, em nível de cobrança do órgão ambiental licenciador, se restringem ao gerenciamento dos parâmetros poluidores de modo a garantir o cumprimento dos condicionantes ambientais e a operação plena desses empreendimentos de grande porte. Uma análise que, no máximo, pretende minimizar efeitos materiais negativos do desenvolvimento nas comunidades afetadas.

Sobre a profundidade desse projeto de desenvolvimento urbano-industrial e suas afetações nas comunidades rurais do município de Ilhéus, esse trabalho constata o resultado mais significativo, uma vez que estamos buscando reconhecer o sofrimento e as repercussões psicossociais nesses grupos sociais afetados pelos processos de des-territorialização. Estamos a nos referir a um dado desse quadro analítico: em nenhum dos vinte e sete (27) conteúdos digitais analisados é possível perceber evidências da Tensão C, que se refere aos efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais ou qualquer destaque quanto aos contextos de sofrimentos psicossociais por des-territorialização, também não há nenhum registro sobre os riscos de apagamento de materialidades das memórias territoriais. Nem nas publicações onde as fontes jornalísticas são oriundas da sociedade civil é possível identificar essa Tensão Psíquica-Socioterritorial (Tensão C).

A ausência, em matérias jornalísticas, dessa tensão supracitada e/ou a invisibilidade da extensão dos impactos socioambientais, especificamente quanto à afetação psicossocial decorrentes dos processos de des-territorialização vividos, consiste num dos resultados mais significativos alcançados por essa etapa da pesquisa de campo. Essa invisibilidade social

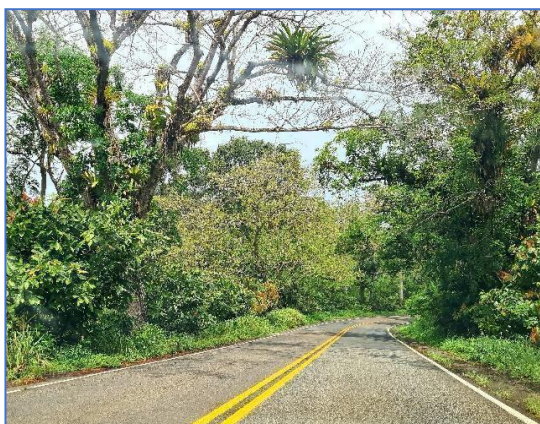
expressa menosprezo, falta de capacidade de reconhecimento e/ou uma falta de importância quanto às afetações psicoafetivas decorrentes dos muitos níveis de perda do território vivenciados por esses grupos sociais.

Com a pesquisa de campo, etapa fundamental do protocolo metodológico para elaboração de Indicador Qualitativo em complexidade, foi possível checar *in loco* a ocorrência das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais em contato direto com as comunidades rurais afetadas, donde advém a história contada pelo afetado, que desmonta o a priori. A imersão na realidade social concreta é imprescindível para construção dos IQ, o que foi referendado na formulação do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) como alternativa metodológica capaz de reconhecer e qualificar os níveis de sofrimento e seus impactos psicossociais no contexto dos processos de des-territorialização impostos pelo Porto Sul e pela FIOLE. As Tensões Psíquicas-Socioterritoriais que apontam o reconhecimento dos contextos de sofrimento psicossocial emergiram nos conteúdos gerados através da realização de entrevistas semiestruturadas e nas atividades de observação participante nas comunidades pesquisadas.

#### **4.2.2. Resultados das entrevistas semiestruturadas**

As atividades de campo para coleta de dados nas comunidades selecionadas foram realizadas em Ilhéus, sul da Bahia, entre os dias 25 e 28 de setembro de 2024. Foram visitadas as quatro comunidades que compuseram o objeto empírico desta pesquisa: Barra de Itaípe, Aritaguá, Vila Juerana e Castelo Novo. O trajeto de Salvador a Ilhéus foi percorrido à noite, de ônibus, para não impactar no agendamento das atividades que foram distribuídas nos quatro turnos entre os dias 26 e 27 de setembro, sendo um turno para cada localidade.

Figura 5 - Registros da Mata Atlântica



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 6 - Registros da Mata Atlântica



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 7 - Registro do Rio Almada



Fonte: elaboração própria, 2025

As figuras 4, 5 e 6 nos remetem à uma constante ao longo dos dois dias de campo: a exuberância do bioma da mata atlântica do sul da Bahia e a potência do Rio Almada, essas

imagens contrastam com o sofrimento das comunidades rurais que estão sendo obrigadas a conviver com as instalações e futuras as operações ferroviárias e portuárias nas suas rotinas e experiências de vida. Sobretudo, o terminal portuário de Aritaguá que já está construído, em operação e as estruturas urbano-industriais como a ponte pavimentada sobre o Rio Almada e a estrada de ferro em fase de construção para operação da FIOI.

Este é o lugar dos estudos psicossociais no território, esse é o objeto desta tese de doutorado, que diz respeito ao território delimitado pelo encontro logístico da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOI) com o porto (Porto Sul). Ou seja, as realidades sociais das quatro comunidades rurais afetadas por um dos maiores projetos de infraestrutura da Bahia e do Brasil. Um complexo logístico para transporte de carga de minérios extraídos nos diversos municípios baianos, incluindo a Chapada Diamantina e dezenas de outros municípios.

A oralidade dos comunitários, como manifestação da subjetividade e dos sentimentos evocados pelas memórias do território, foi imprescindível para apreensão e reconhecimento de aspectos relevantes dessa convivência forçada, imposta. Mas, sobretudo, para se analisar os impactos dessa convivência. Importante deixar claro que as comunidades estudadas já lidam com os impactos dos processos de desapropriação ao longo dos dez anos desde a chegada da BAMIN. Atualmente, se encontra em operação o terminal portuário de Aritaguá, bem como já foi construída a ponte sobre o Rio Almada. Já estão previstas obras dos ramais ferroviários da FIOI que vão se conectar com as operações do terminal portuário de Aritaguá, no que está sendo chamado, pelo EIA/RIMA do Porto Sul, de Pátio de Operações Portuárias. Neste lugar, praticamente vizinho às quatro comunidades pesquisadas, que será construída a esteira rolante de minérios de ferro. As cargas de minério de ferro chegarão no pátio de operações através dos ramais ferroviários da FIOI e serão transportadas por dez quilômetros, por cima do mar, para o terminal portuário offshore que, por sua vez, será construído em área marinha distante do continente. As estruturas urbano-industriais destacadas apontam para um conjunto de impactos psicossociais que tendem a se intensificar com a continuidade das obras e futuras operações logísticas.

Figura 8 - Mapa do potencial logístico do Porto Sul



Fonte: Rima Porto Sul, Hidros/Oriente - Governo da Bahia, 2011.

Portanto, o relato de campo seguiu de forma fiel ao que ficou expresso pelos comunitários entrevistados, acompanhado de reflexões a partir das impressões e constatações deste pesquisador. Os dados coletados na pesquisa documental e em campo, como vimos anteriormente, evidenciam que o projeto FIOL / PORTO SUL está institucionalizado, planejado e em operação há mais de 10 anos no território de Ilhéus, embora não concluído, motivo pelo qual continua a ser denominado projeto. Trata-se de um projeto da empresa BAMIN (Bahia Mineração) com subsídio do Estado (Governo Federal e Governo da Bahia) que vem cumprindo todos os ritos do processo de licenciamento ambiental em curso, de modo que se trata de um projeto de grande porte e que segue seu curso de implantação e desenvolvimento.

Entretanto, de acordo com a pesquisadora Pedrão, W. A. (2025, p.11):

O traçado e as características da ferrovia continuaram sendo alterados. E mudanças são registradas até o presente ano (2025). Em sua versão mais atual, a ferrovia vem sendo chamada de FICO-FIOL, com a incorporação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (conhecida como FICO ou EF 354) (Pedrão, 2025, p.11).

A extensão total da ferrovia se encontra calculada em 1.527 km, segundo a estimativa da INFRA S.A.<sup>2</sup> Ainda segundo a pesquisadora Ângela Pedrão, as sucessivas alterações no projeto do traçado da FIOl, mesmo ao longo do seu processo de licenciamento ambiental, evidenciam a falta de planejamento para instalação de um projeto tão grandioso quanto impactante. A definição do traçado da FIOl como o próprio EIA/RIMA da ferrovia foram concluídos antes de se confirmar a localização específica do porto, uma vez que as conclusões dos estudos básicos da Ferrovia coincidiram com a etapa em que o Governo da Bahia ainda discutia alternativas de localização para o Porto Sul (Pedrão, W. A., 2025). Diante desse cenário de mudanças e alterações do projeto FIOl e das incertezas que ainda pairam quanto à construção do Porto Sul e à sua temporalidade, as sensações de insegurança e os sintomas de ansiedade são acentuados nas comunidades investigadas, apontam para a persistência do impacto psicossocial de forma continuada.

Esta pesquisa, portanto, se concentrou nos impactos socioambientais e econômicos, não como cenário probabilístico, mas sim, como reconhecimento dos impactos e repercussões psicossociais nas comunidades que vivem no território delimitado para essa pesquisa: ou seja, nos territórios onde se encontram os ramais ferroviários da FIOl com o pátio de operações portuárias da BAMIN. A leitura de notícias como evidências de Tensões Psíquicas-Socioterritoriais mostrou que essas populações locais estão invisíveis nesse processo, o que sugere que estão alijadas e excluídas das benesses e dos impactos positivos porventura provocados por tais empreendimentos industriais, mas estão diretamente afetadas pelos impactos negativos.

As comunidades investigadas ficam apenas com impactos de vizinhança, evidenciados de forma empírica a partir dos resultados apresentados a seguir. Tais impactos, como vimos na seção anterior, podem estar invisíveis ou subdimensionados dentro dos processos de licenciamento ambiental, o que demanda esforço investigativo futuro para aprofundamento analítico.

Este capítulo apresenta cada uma das comunidades investigadas, as evidências de sofrimento psicossocial diante da convivência desses grupos sociais com os processos de desterritorialização. Para isso, utilizamos as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais desenvolvidas

---

<sup>2</sup> Dado checado em novembro de 2025, no site da empresa INFRA S.A., antiga VALEC <https://www.infrasa.gov.br/ferrovias-da-infra-s-a/ferrovia-de-integracao-oeste-leste/>

neste trabalho, desta vez fundamentadas na análise dos discursos dos comunitários nas entrevistas semiestruturadas.

Foi possível desenvolvermos uma visão sistêmica e detalhada das realidades locais em interface direta com as operações ferroviária e portuária relacionadas à FIOLE e o Porto Sul. Foi possível também nos debruçarmos sobre os processos sócio-históricos de ocupação e constituição dessas localidades, formação das identidades territoriais, bem como de aspectos culturais e socioeconômicos. Referências que compõem o reconhecimento dos níveis de impacto desse empreendimento de grande porte nos modos de vida desses grupos sociais, que convivem com a perversidade dos processos de des-territorialização promovidos pela instalação da FIOLE e do Porto Sul no município de Ilhéus.

Desse modo, segue abaixo os principais resultados obtidos através da realização das entrevistas semiestruturadas nas quatro comunidades. Todos os relatos e registros iconográficos que acompanharam essa etapa da pesquisa de campo estão detalhados no Diário de Campo (Anexo C), onde se encontra o registro completo dos processos de coleta de dados no município de Ilhéus.

O conteúdo apresentado a partir de agora combina os elementos discursivos extraídos das entrevistas semiestruturadas articulados com as respectivas Tensões Psíquicas-Socioterritoriais, de modo a evidenciar e qualificar o sofrimento psicossocial presente na oralidade e na experiência vivida dos grupos sociais investigados.

#### **4.3. Comunidade de Barra de Itaípe – Ilhéus (Bahia)**

Na Barra de Itaípe, o modo de ocupação territorial é, em termos políticos e administrativos, urbano: trata-se de um bairro do município de Ilhéus. Mas, territorialmente, há características perceptíveis de ruralidades, classificáveis como ruralidade metropolitana por estarem sendo afetadas pelo projeto civilizatório do desenvolvimento urbano-industrial metropolitano, aqui entendido que a expansão da metrópole extrapola as fronteiras físicas e geográficas (Alencar, 2007).

Figura 9 - Registros da Sede Administrativa e Operacional da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe e filiação à Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura



Fonte: elaboração própria, 2025.

Figura 10 - Registros da Sede Administrativa e Operacional da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe



Fonte: elaboração própria, 2025.

A Colônia de Pesca Z-34 fica numa rua de barro, transversal a duas avenidas asfaltadas e bem movimentadas. A própria atividade econômica exercida pelos pescadores, a pesca artesanal, se configura como atividade rural, segundo o protocolo do IQRM, ou rural-urbana, devido à relação do trabalho sem mediação com a natureza, ou com baixa mediação por equipamentos. Isso aproxima gradualmente a relação sociedade/natureza com o urbano. Trata-se, portanto, de pescadores e marisqueiras que trabalham com pesca artesanal em conexão direta com a natureza. Eles serão e são diretamente afetados pela FIOLE e Porto Sul, pois estão situados nas imediações da área de construção do terminal portuário do Porto Sul, bem como possuem seus locais de trabalho exatamente no raio das operações. Esta maneira de serem afetados está ligada às Tensões Psíquicas-Socioterritoriais nas categorias A, B e C.

A Colônia de Pesca Z-34 tem mais de dois mil (2.000) associados e setenta e nove (79) anos de fundação. Os tipos de pesca praticados, de acordo com os pescadores entrevistados, foram agrupados da seguinte forma: (1) pesca artesanal – de linha: prática chamada, pelos pescadores locais de “pesca dura”, com anzol depositado na pedra, diretamente no cascalho sedimentado no fundo do mar; (2) pesca artesanal de tarrafa: prática que envolve o manuseio da rede, chamada de tarrafa, que é jogada sob os cardumes e voltada para a pesca de peixes de tamanhos médio à pequeno; (3) pesca artesanal de Calão, de arrasto e de baloeiro: tipo de pesca de calões (arrasto) e baloeiros (pesca do camarão), envolve a pesca na lama, na contra costa e com redes fixadas no fundo do mar; Sobre as classificações tecnológicas dos tipos de pesca praticadas no litoral baiano, esse trabalho se embasou também e recomenda os trabalhos científicos da professora Catherine Prost (2007, 2011).

A Colônia de Pesca Z-34 pleiteia a aposentadoria vitalícia para os pescadores e marisqueiras mais idosos(as) que terão suas fontes de rendas e condições de sobrevivência duramente afetadas, além de garantir que o terminal portuário se comprometa em capacitar e contratar os pescadores e marisqueiras mais jovens para trabalharem no Porto Sul, como forma de compensação. As Tensões B e D se somam à Tensão A, já mencionada, como evidências de Tensões Psíquicas-Socioterritoriais. Os dois entrevistados da Colônia Z-34, Srs. Itaípe 1 e Itaípe 2, relatam que precisam de ajuda para mensurar e dimensionar de forma justa os valores das compensações socioambientais e voltam a cobrar da Bahia Mineração e do Governo do Estado da Bahia que os pescadores e marisqueiras com idade avançada sejam aposentados com indenização justa e que os mais novos possam ser contratados para trabalhar nas operações do terminal portuário.

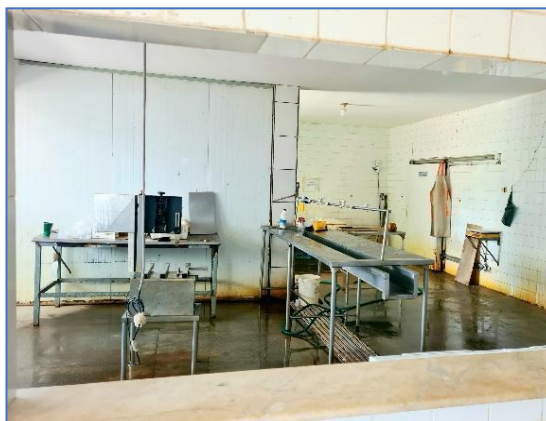
Diante desses relatos fica visível o impacto sobre a ruralidade dos modos de vida dessa comunidade pesqueira, que será forçada a interromper suas atividades profissionais em conexão com a natureza e com relação direta com os modos de ocupação que forjam o jeito de viver dessa população. Estão sendo obrigados a abandonar sua atividade econômica, pois as áreas marinhas onde se localizam os seus pesqueiros (zonas de pesca) estão nas áreas que serão privatizadas pela BAMIN. Um abandono forçado de sua forma de viver para trabalhar em processos urbano-industriais, exercendo funções operacionais, bem como enfrentando trabalho bem diferente das atividades de pesca artesanal, que define contornos às suas territorialidades, se configuram como saberes sócio-históricos construídos e usurpados, inclusive tecnologicamente, pela pesca industrial (Prost, 2007, 2011).

Figura 11 - Registros da Infraestrutura da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe A



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 12 - Registros da Infraestrutura da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe B



Fonte: elaboração própria, 2025

A Colônia de Pesca Z-34 conta com negócios integrados à atividade pesqueira, como peixaria e produção de gelo para suporte às operações pesqueiras dos seus integrantes. Toda essa infraestrutura receberá os impactos da redução da atividade pesqueira, potencializando as dificuldades financeiras para essa categoria profissional. Na situação narrada, explicitam-se, em diversas dimensões, as Tensões A e B dentre as que compõem as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais.

O trabalho é atingido, há a destruição tanto dos meios de produção quanto do trabalho concreto que dá autonomia aos pescadores e marisqueiras de Barra de Itaípe. Nesse ponto é

preciso destacar que, ao analisar os processos de licenciamento tanto da FIOL quanto do Porto Sul, bem como os condicionantes ambientais e os critérios de compensação previstos nestes documentos oficiais, pode-se perceber a assimetria compensatória. Quando o que se perde são os meios de produção, água e terra – como no caso dos pescadores (impedidos de exercer a pesca artesanal) e os agricultores (que tiveram suas atividades ligadas a agricultura familiar interrompidas por desapropriação) – e o que se recebe são ações de educação ambiental, eventos culturais ou qualquer outra compensação que não substitua, com a mesma segurança, a fonte de renda original. Trata-se da perda dos meios de cuidar da manutenção da vida, não necessariamente da renda, pois os usos da pesca podem não ser todos voltados ao mercado. O que acontece, de fato, é que esses sujeitos – separados de formas autônomas para manutenção da vida – são forçados ao ingresso no mercado, se tornam proletariado.

Assim, objetivamente, podemos encontrar a Tensão Psíquica-Socioterritorial A, na medida em que a chegada da ferrovia e do terminal portuário promove a apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, subtrai direitos sociais conquistados, produz vulnerabilidade social e econômica e destrói territorialidades carregadas de memórias. A maior evidência disso é a proibição da atividade pesqueira em áreas fluviais (Rio Almada), marinhas e costeiras que estão sendo privatizadas para operações portuárias e ferroviárias. O pescador e a marisqueira são obrigados por lei a uma atuação profissional exclusiva na categoria relacionada à pesca, sob pena de perder os benefícios sociais referentes à atividade pesqueira, como explicita a Lei nº 8.213/91, que regula o Plano de Benefícios da Previdência Social, que por sua vez estabelece as regras gerais para a concessão de benefícios previdenciários aos pescadores e marisqueiras, incluindo o Seguro-Defeso (Brasil, 1991).

O impacto nas atividades econômicas desses profissionais vai desestabilizar financeiramente um número significativo de famílias que vivem da pesca, que se encontram em contextos de vulnerabilidade social. Um impacto, portanto, que se estende aos negócios integrados à atividade pesqueira pela possibilidade de perda dos benefícios sociais.

Portanto, do ponto de vista da Tensão A, o discurso utilizado pelos pescadores entrevistados aponta os elementos que compõem essa tensão em sua materialidade. Entretanto, podemos evidenciar dimensões que vão além dos diferentes usos econômicos e dos impactos quanto à redução e até extinção da atividade pesqueira da Colônia de Pesca Z-34 e outras do município de Ilhéus.

Há uma afetação que se sobrepõe à questão econômica, que reside em repercussões dessa tensão entre as dimensões do rural e o urbano, o urbano e a natureza, uma vez que a atividade pesqueira de cunho artesanal é uma expressão de ruralidade. A atividade profissional construída de forma sócio-histórica e que pressupõe relação direta com a natureza, mas também mediada por tecnologias artesanais, insere na condição de atividade em coexistência entre o rural e o urbano.

Há, portanto, imposição do padrão urbano de desenvolvimento a um grupo social com contextos de vida historicamente configurados pela ruralidade. Pelo exposto até aqui, explicita-se também a Tensão B, no conjunto da Tensão Psíquica-Socioterritorial B, pois podemos reconhecer nos elementos constitutivos da Tensão A, as evidências da subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas, podendo ser expressa nos eventos aqui discutidos no âmbito da des-territorialização.

Como não se trata de excluir qualquer indicador, mas sim de integrá-los na complexidade que aproxima a representação científica da realidade social concreta, a Tensão C, por sua vez, está evidenciada nos efeitos psicossocioafetivos presentes nas preocupações e medos relatados pelos pescadores entrevistados. Sujeitos sociais que construíram suas identidades nas vivências territoriais e que, atualmente, vivem os contextos de sofrimentos psicossociais por processos de des-territorialização, riscos de silenciamento, do apagamento de materialidades das memórias territoriais e situações de interrupção de transmissão transgeracional das identidades territoriais.

A seguir, este trabalho traz uma discussão teórico-conceitual transdisciplinar e problematizada a partir dos resultados aqui apresentados com contribuições das Psicologia Social, Comunitária, Ambiental, da Psicanálise e da Economia Política.

No conjunto de Tensões Psíquicas-Socioterritoriais, a Tensão D, que reconhece os usos geradores de riscos ambientais, a produção de riscos e eventos ambientais, pode ser evidenciada nos riscos eminentes de poluição das águas do Rio Almada por parte da FIOL e dos ecossistemas marinhos e costeiros devido ao transporte de minérios de ferro por esteira rolante sob o oceano, que também se configura como um dos maiores impactos ambientais das operações portuárias, como mencionado anteriormente. Esta Tensão é evidenciada pelos movimentos de defesa socioambiental e de resistência contra a instalação do Porto Sul, que reúnem um coletivo de aproximadamente dez mil pescadores confederados no município de Ilhéus e pelo Movimento Sul da Bahia Viva. A interseccionalidade contida na Tensão D, neste

contexto epistêmico em que se reconhece o ambiente como inteiro e o ser humano como ser da natureza, adere ao caráter socioambiental dos movimentos sociais de defesa e resistência.

Este trabalho resgata relatos dos entrevistados que evidenciam de um modo geral o nível de sofrimento por expectativas que carregam consigo a ansiedade a que esses grupos sociais estão submetidos. Na visão do pescador, o Sr. Itaípe 1, da Colônia de Pesca Z-34: “a atividade de pesca na Barra [de Itaípe] vai morrer!”; “os mais velhos precisam ser aposentados e os mais novos precisam ser preparados para trabalhar no porto e na ferrovia” (Sr. Itaípe, informação verbal, 2025). Sr. Itaípe 2, também da Colônia Z-34, complementa: “sem o nosso pesqueiro não tem como continuar... tá tendo invasão de bichos silvestres por conta do desmatamento, as desapropriações eles pagaram pouco e o assoreamento vai acabar com o rio (Almada)”. (Sr. Itaípe II, informação verbal, 2025)

De acordo com os relatos deles há um pagamento de dezesseis milhões de reais por mês para a prefeitura de Ilhéus, por isso afirmam que “para o desenvolvimento de Ilhéus é bom, mas para o pescador é a morte da nossa atividade, [...] “vai deixar de existir, nossos netos não vão nem saber o que era ser pescador” (Sr. Itaípe, informação verbal, 2025). Nesse relato, fica evidente o impacto transgeracional na territorialidade desse grupo social, expresso como lamento, o que enquanto evidência de Tensões Psíquica-socioterritoriais remete à Tensão A, onde se opera a disputa entre o econômico e o não econômico, repercutindo como efeito psicoafetivo categorizado como Tensão C. A multiplicidade de dimensões da vida vai conformando aquilo que o pensamento complexo apreende como Indicador Qualitativo, na metodologia que nos orienta na leitura da realidade social concreta.

A pesca está ligada aos primórdios da ocupação desse lugar e se constitui como elemento fundamental da identidade desse povo por décadas. A identidade do pescador configura sua territorialidade. A pesca é uma atividade profissional passada de geração em geração e que reúne especificidades nos modos de vida, na relação com a natureza, na relação mais livre com o trabalho e que deu contornos culturais à comunidade.

#### **4.4. Comunidade de Aritaguá – Ilhéus (Bahia)**

A comunidade de Aritaguá convive com as dificuldades históricas dos seus acessos e ruas sem pavimentação, lidando com a proibição de uso das únicas estruturas urbanas que foram construídas em Aritaguá, quais sejam, a ponte sobre o Rio Almada – construída pela BAMIN

– bem como as vias asfaltadas para uso exclusivo das operações do Terminal Portuário, além dos espaços que eram utilizados historicamente pelas populações locais e que hoje estão privatizados. Estruturas construídas, conforme evidenciam as figuras 14 e 15, como a ponte sob o Rio Almada, poderiam cumprir funções sociais importantes no cotidiano da comunidade. Essas situações trazidas pelos comunitários entrevistados representam mais uma evidência do sofrimento psicossocial presente nas dinâmicas territoriais do desenvolvimento, pois, ao mesmo tempo em que impõe um padrão urbano-industrial para quem vive pautado na ruralidade, alija essas comunidades afetadas dos benefícios desse desenvolvimento.

Embora o terminal portuário e as estruturas ferroviárias ainda não estejam em operação logística (transporte de minérios), já existe estruturas físicas e serviços em operação, a exemplo do próprio terminal portuário de Aritaguá, as vias asfaltadas com proibição de uso por parte da população local, além das operações administrativas e empresariais nos escritórios da BAMIN, que vêm sendo desenvolvidas continuamente, de modo que muitos moradores dessa localidade já convivem com os impactos operacionais da FIOLE e do Porto Sul há quase uma década.

Figura 13 - Placa de Identificação do Terminal Portuário do Porto Sul em Aritaguá (A)



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 14 - Placas de Identificação do Terminal Portuário do Porto Sul em Aritaguá (B)



Fonte: elaboração própria, 2025

Ao se analisar as placas de sinalização acima, é possível reconhecer a ambiguidade de duas sinalizações que anunciam o mesmo empreendimento e as mesmas estruturas enquanto públicas e enquanto privadas. Esse fato não pode ser compreendido isoladamente, o que complexifica ainda mais a percepção das populações locais quanto ao projeto da FIOLE e do Porto Sul. Essa evidência denuncia o nível de comprometimento do governo do estado da Bahia junto ao projeto de desenvolvimento urbano-industrial aqui estudado. Os conhecimentos construídos a partir da pesquisa de campo, juntamente com os resultados do levantamento de conteúdos jornalísticos, apontam para uma participação direta e ativa do governo do Estado da Bahia no processo de instalação do Porto Sul em Ilhéus, como também na articulação e planejamento para a chegada da FIOLE neste município. A constatação dessa evidência é corroborada em tese de doutoramento, defendida em 31 de outubro de 2025 por Fernando Gabriel Lopes Cavalcante, que confirma a participação ativa do governo estadual da Bahia e do governo federal do Brasil para intermediar e subsidiar este projeto urbano-industrial (Cavalcante, 2025).

Figura 15 - Estrada de ferro sobre o Rio Almada



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 16 - Estrada de Ferro sobre o Rio Almada



Fonte: elaboração própria, 2025

As imagens fotográficas relativas às figuras 14 e 15, acima, destacam as estruturas urbano-industriais construídas no distrito de Aritaguá, para atendimento do setor logístico da ferrovia e porto. Especificamente, a ponte de concreto para a estrada de ferro, para transporte de minérios, e a rodovia privativa para uso exclusivo da empresa Bahia Mineração, que a comunidade é proibida de acessar.

Consideramos, portanto, essas figuras como evidências das Tensões A e B nas Tensões Psíquicas-Socioterritoriais. É possível identificarmos as afetações a partir da apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, bem como a tensão entre as dimensões do rural e o urbano, o urbano e a natureza (Tensão A). A principal evidência da Tensão Psíquica-Socioterritorial B está expressa na subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas, na medida em que a população rural de Aritaguá é proibida de

utilizar as estruturas urbanas construídas no distrito de Aritaguá como a ponte sob o Rio Almada e as vias asfaltadas para acesso ao Terminal Portuário em operação nesta localidade. Transformações permanentes nos modos de vida dessas comunidades nos levam mais uma vez às Tensões Psíquicas-Socioterritoriais A e B, que se evidenciam empiricamente nas disputas das dimensões econômica e não econômica e na subalternização da população local frente à proibição do uso das únicas estruturas urbanas construídas em Aritaguá. Já a Tensão Psíquica-Socioterritorial C traduz os impactos dessa afetação sob a dimensão psicossocioafetiva desses grupos sociais em contexto de des-territorialização.

Compreende-se a afetação psicológica e socioafetiva provocada na população local diante da construção de estruturas urbanas e industriais de grande porte, num lugar historicamente com padrão de vida pautado na ruralidade e, sobretudo, a partir da proibição desses grupos sociais representados pelos agricultores familiares e pescadores artesanais de utilizar as únicas estruturas urbanas disponíveis.

A síntese desse diagnóstico preliminar é baseada no conceito de percepção ambiental (Corrêa; Lobato; Siqueira, 2022) e tem amparo na vivência no território afetado, uma produção que leva em conta os impactos socioeconômicos, ambientais e culturais mais visíveis a partir da análise locacional das estruturas da FIOL em Aritaguá. A proximidade das estruturas ferroviárias da FIOL (Estrada de Ferro e ponte sob o Rio Almada) com a vida social comunitária de Aritaguá suscita preocupações quanto aos impactos relacionados à emissão de material particulado. Preocupações que se estendem também, por exemplo, ao povoado Banco do Pedro, tratada pela tese de doutorado da pesquisadora Ângela West Pedrão (2025), que encontrou uma comunidade que não está listada, nem nomeada, no Estudo de Impacto Ambiental da FIOL, mas está afetada segundo previsão do projeto da ferrovia para a construção de uma ponte sobre o Rio Mocambo, lá está situado o povoado Banco do Pedro (Pedrão, 2025, p. 128-129).

Para Pedrão (2025), o lugar específico do povoado Banco do Pedro não consta nos relatórios ambientais, mas “aparece graficamente se olhar detidamente em mapas e plantas do projeto, mas não nominalmente” (Pedrão, 2025, p.129). A ferrovia passará, portanto, acima deste povoado que está situado entre a FIOL e a margem do Rio Almada. Um dado que suscita indagações quanto aos motivos que levaram o referido estudo a não listar, nem nomear essa comunidade que se encontra tão próxima às instalações ferroviárias previstas no projeto. Preocupações que vão além na medida em que se analisa o perfil poluidor da atividade industrial de transporte de minério de ferro no Brasil, o que nos leva a prospectar um cenário grave de afetação por parte das emissões de material particulado de minério de ferro com potencial de

contaminação do Rio Mocambo, do Rio Almada, além dos impactos na saúde humana por conta da proximidade das operações ferroviárias com a vida comunitária do povoado Banco do Pedro.

Quanto à realidade específica encontrada em Aritaguá, as áreas restritas às operações ferroviárias próximas ao Pátio de Operações Portuárias de Aritaguá também provocam reflexões, uma vez que a comunidade local é proibida de usar as estruturas urbano-industriais construídas pela Bahia Mineração. Situação que obriga a comunidade local a usar apenas as estradas de terra, o que aumenta a distância para contornar o rio, se considerando a possibilidade do uso da ponte, pavimentada, construída pela empresa. Ou seja, uma afetação nos modos de vida, na relação que a comunidade estabelece de forma direta com a natureza e no desenvolvimento da territorialidade associada às atividades econômicas de pesca artesanal e cultivo do cacau.

Quanto à entrevista realizada nesta comunidade, pode-se dizer que narrou uma história permeada de muito sofrimento, cujos impactos marcam a entrevistada até hoje. A Sra. Aritaguá de 77 anos, viúva há 13 anos, acompanha como representante comunitária todo o processo de instalação do Porto Sul em Aritaguá, desde o início. Processo este que, coincidentemente, também tem 13 anos. A primeira pergunta que fizemos, ainda como argumento preliminar antes de iniciar o roteiro da entrevista semiestruturada, foi sobre a população de Aritaguá, pois me chamou atenção o aspecto de abandono da comunidade. Ela respondeu que a comunidade tem aproximadamente 1.000 habitantes, distribuídos em 214 residências, os mais jovens evadiram na última década, devido ao processo de desapropriação conduzido pela Bahia Mineração e pelo Governo do Estado da Bahia. Segundo a Sra. Aritaguá: “só ficaram os idosos e as mulheres” (Sra. Aritaguá, informação verbal, 2025). Essa é uma comunidade que, apesar de conviver diretamente com os processos de desapropriação, continuou no mesmo espaço, lidando continuamente com as afetações.

Esse estudo considera, portanto, a migração como um processo de des-territorialização induzida, tendo em vista a impossibilidade de refazer a organização produtiva devido a insuficiência da indenização para aquisição de novos meios de produção ou impossibilidade de manutenção das formas antigas de se viver no território. O que ocorre é a inviabilização de modos de vida e da relação com o trabalho, produção material e social da vida, provocados pela chegada da FIOLE e do Porto Sul. Segundo Sra. Aritaguá:

Eles enganaram todo mundo, disseram que iam revitalizar a antiga estação e que todo mundo ia passar sobre a ponte construída, mas só passam eles [...] A BAMIN [Bahia Mineração] acabou com todas as roças e cultivos de Aritaguá com as desapropriações. Hoje o povo vive da pesca e dos benefícios sociais do governo” (Sra. Aritaguá, informação verbal, 2025).

Sra. Aritaguá relata o falecimento do seu esposo, mas culpabiliza diretamente à chegada do Porto Sul e da FIOL. Segundo ela:

A BAMIN chegou aqui há 13 anos e disse que ia desapropriar todas as roças, isso fez meu marido que era agricultor deprimir... ele não saía mais de casa, deixou de cuidar da saúde, a diabetes descontrolou e ele infartou pela tristeza de perder a sua roça que era fonte de vida e seu único sustento durante toda a vida...” (Sra. Aritaguá, informação verbal, 2025).

A Sra. Aritaguá continua de forma contundente

A BAMIN acabou com Aritaguá... as famílias que continuam aqui é porque não têm coragem de sair [...] Eu achava que Aritaguá ia crescer e gerar empregos com a chegada do porto e em 10 anos eles acabaram com Aritaguá (Sra. Aritaguá, informação verbal, 2025).

Neste momento, como psicólogo e utilizando minha experiência terapêutica, interrompi a entrevista para oferecer um espaço seguro de acolhimento e escuta ao desabafo que chegava a mim com uma carga de remorso e sofrimento por parte da entrevistada. Convidei a Sra. Aritaguá para caminharmos pela comunidade, para ela me mostrar pontos importantes da localidade. Utilizei desse recurso terapêutico usado na Terapia Cognitivo Comportamental e muito eficaz nos serviços de Acompanhamento Terapêutico (Marco; Calais, 2013; Londero; Pacheco, 2010).

Durante a caminhada, ela falou de como era Aritaguá antes da chegada da Bahia Mineração, me mostrou onde os filhos dela moravam, me contou curiosidades e piadas sobre o lugar e revisitou a história de vida familiar dela com plenitude e resignação. Pude perceber a resiliência daquela senhora e a superação do sofrimento vivido. Depois, voltamos à varanda dela e continuamos a entrevista.

Segundo a Sra. Aritaguá, quando a Bahia Mineração chegou, houve contratação de motoristas, montadores de andaimes, isso suscitou esperança na comunidade. Mas, quando

começaram as desapropriações, tudo mudou. O marido de Sra. Aritaguá, como muitos outros comunitários, não aceitou “perder a roça”, mas não havia o que fazer diante do processo compulsório de desapropriações, com o aval do governo do Estado da Bahia. “Meu marido se trancou em casa e nunca mais voltou na roça... o trator entrou, desmatou o cacau e tudo mais... Ele não quis nem ver depois como ficou de tão triste...” (Sra. Aritaguá, informação verbal, 2025). Nesse ponto, levando em conta a fidedignidade das memórias comunitárias e de acordo com a oralidade da representante comunitária de Aritaguá, a depressão, segundo a entrevistada, foi causada pelo conflito deflagrado pelo processo de desapropriação.

Situação equivalente acometeu outras famílias que também adoeceram em Aritaguá após a perda do território e da função social e econômica que exerciam na localidade:

Morreram Alberto e Avani Pessoa porque também ficaram tristes, foram desapropriados para dar lugar ao canteiro de obras da BAMIN. Eles deprimiram e, ao longo do conflito contra a desapropriação, um infarto levou Alberto. Logo depois, entristecida, a morte levou também Avani [...] “Outro morador antigo, Peninha, enlouqueceu de tristeza, muitos moradores antigos adoeceram com a desapropriação... quem pôde ir embora se salvou (Sra. Aritaguá, informação verbal, 2025).

Segundo diversos autores, dentre eles, Altman e Rogoff (1987), Proshansky (1978), Pol (2006), Albrecht (2005), Bronfenbrenner (1996), Sawaia (1999), Almeida & Fernandes (2021) e Urquiza (2009), o rompimento continuado com o território, especialmente em contextos de des-territorialização forçada, como as desapropriações que foram praticadas em Aritaguá, evidenciadas nessa entrevista, pode desencadear ou agravar quadros de sofrimento psíquico, incluindo a depressão. O território não é apenas um espaço físico, mas um componente simbólico e identitário fundamental para os sujeitos e comunidades. A perda ou ruptura com esse espaço compromete a sensação de pertencimento, segurança e continuidade existencial, o que pode resultar em desorganização subjetiva, desamparo e luto territorial. Segundo Urquiza (2009), “o deslocamento territorial compulsório gera uma ruptura traumática nos vínculos simbólicos com o espaço vivido”, afetando diretamente a saúde mental dos sujeitos atingidos.

Diversos estudos evidenciam que os impactos psíquicos decorrentes da des-territorialização incluem transtornos depressivos, ansiedade, síndrome de pânico e desestruturação dos laços sociais. Esses efeitos são intensificados quando não há mediações institucionais adequadas para garantir o restabelecimento dos vínculos socioterritoriais. Porto-

Gonçalves (2006) destaca que o território é constitutivo das formas de vida e de subjetivação, sua violação pode representar um processo de epistemicídio e sofrimento coletivo. Assim, lança-se luz nas repercussões psicossociais acerca do rompimento com o território, que precisa ser compreendido como um importante aspecto da saúde mental, exigindo abordagens interdisciplinares e políticas públicas sensíveis à dimensão psicossocial do deslocamento.

Este trabalho aponta, portanto, o sofrimento psicossocial como uma característica inerente ao desenvolvimento, onde as comunidades vizinhas aos empreendimentos industriais de grande porte são vistas como externalidades do ponto de vista econômico. Há uma invisibilidade crônica quanto ao reconhecimento do sofrimento psicossocial desses grupos que são expostos e forçados a conviver com transformações disruptivas dos seus modos de vida e perda dos seus territórios afetivos relacionados às suas identidades decorrente dos processos de des-territorialização promovidos por esses projetos de desenvolvimento.

Sra. Aritaguá exemplifica como se deu o processo de desapropriação: “Ofereceram ao meu filho R\$ 1.100,00 por 2 hectares de roça em 2023, sendo que há 20 anos atrás a terra dele foi comprada por R\$ 5.000,00. Meu filho rasgou o documento e tomou pavor do povo da BAMIN... Um desrespeito com a nossa história” (Sra. Aritaguá, informação verbal, 2025). Após esses contundentes relatos, podemos perceber de forma bastante emblemática a evidência do sofrimento psicossocial atrelado aos processos de des-territorialização. É possível percebermos a presença de quase todas as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais (A, B e C) no discurso analisado. A Tensão A pela apropriação da natureza – apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, diferentes usos econômicos, o rural e o urbano, o urbano e a natureza está evidenciada na proibição de tráfego dos comunitários nos equipamentos urbanos construídos (vias asfaltadas e ponte sob o Rio Almada) como também nos processos de desapropriações relatados pela entrevistada, situação que inclui excessiva desproporção a menor entre a indenização e o dano causado. Essas evidências são corroboradas pelas pesquisas de Mourad, L. N., Teixeira, a. N., pinheiro, f. D., & rocha, n. M. (2022).

Constatamos a Tensão B por subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas, incluindo os eventos de desposseção, remoção compulsória e de luta por moradia digna. A Tensão C, sobre os efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais, incluindo aqui sofrimentos psicossociais por des-territorialização também é constatada a partir da entrevista.

Nos relatos da Sra. Aritaguá, conseguimos visualizar elementos cruciais que dão contorno às duas tensões aqui sinalizadas, sobretudo, nos processos de desapropriação realizados em Aritaguá, que trouxeram consequências trágicas no que diz respeito ao sofrimento e aos impactos psicossociais nos comunitários. São contextos de sofrimento e desestabilização socioemocional por perda dos seus territórios que culminaram na agudização de quadros de saúde, evolução de doenças crônicas que, por sua vez, causaram os óbitos relatados ao longo da entrevista realizada.

Ainda quanto aos relatos da nossa entrevistada, mais uma vez, encontramos evidências das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais discutidas nesta tese que evidenciam de forma empírica os contextos de sofrimento presentes nesses processos de perda territorial. Em especial a Tensão B, ao percebermos a subalternização da população local às diretrizes do capital e a imposição de transformações negativas no dia a dia de Aritaguá que tem interface direta com as operações ferroviárias e portuárias. Evidencia-se também a Tensão D, que corresponde aos usos geradores de riscos ambientais para a população local, na medida em que analisamos o potencial poluidor das águas do Rio Almada, tão importante cultural e economicamente para essa comunidade, por parte do Terminal Portuário de Aritaguá e da Estrada de Ferro da FIOLE. O potencial poluidor se estende também aos ecossistemas costeiros e marinhos representando, assim, risco significativo de poluição do solo, do ar e das águas fluviais e marinhas. É uma constatação qualitativa da poluição baseada na oralidade e na sabedoria popular, ancorada na vivência no território, recurso metodológico referendado pela interdisciplinaridade e pelo pensamento complexo, que assumimos também apoiado em Porciúncula (2017), para legitimar o reconhecimento do comprometimento ambiental por observação e declaração do atingido, sem testes laboratoriais.

#### **4.5. Comunidade Vila Juerana – Ilhéus (Bahia):**

Vila Juerana tem interface direta com o Pátio de Operações Portuárias do Porto Sul. Trata-se de uma comunidade rural que vive à base do cultivo do cacau e da pesca no Rio Almada. A Vila Juerana é cercada pelo rio e convive com os impactos socioambientais da operação do canteiro de obras da Bahia Mineração (BAMIN) há mais de uma década. Também foi uma das comunidades que mais se mobilizou junto aos movimentos de resistência contra a instalação do Porto Sul, que faz parte do Movimento Socioambientalista Sul da Bahia Viva e

que é alvo das ações de compensação socioambiental da Bahia Mineração, numa imposição da prefeitura municipal de Ilhéus em parceria com a referida companhia.

Vila Juerana é também uma das localidades mais afetadas pelas obras e processos de desmatamento e aterros que a Bahia Mineração produziu para ativação do canteiro de obras e para instalação da via de acesso ao Pátio de Operações do Terminal Portuário, que fica situado a aproximadamente quinhentos metros da entrada da Vila Juerana. Vale dizer que esta comunidade fica a pouco mais de quatro quilômetros de distância do Pátio de Operações Portuárias da BAMIN.

Figura 17 - Registro da Mata Atlântica no acesso ao Terminal Portuário Porto Sul



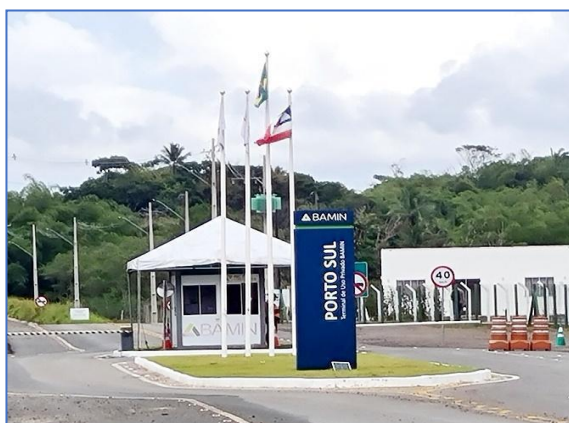
Fonte: elaboração própria, 2025.

Figura 18 - Acesso ao Terminal Portuário Porto Sul.



Fonte: elaboração própria, 2025.

Figura 19 - Pátio de operações portuárias Porto Sul



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 20 - Placa do Pátio de operações portuárias do Porto do Sul



Fonte: elaboração própria, 2025.

As imagens das Figuras 18 e 19 registram o Pátio de Operações Portuárias da Bahia Mineração, localizado na rotatória que dá acesso à comunidade rural da Vila Juerana. Esse local (cujas coordenadas geográficas são - Latitude 14°40' S e Longitude 39°05' W) representa exatamente o território onde se encontram os ramais ferroviários da FIOLE e as estruturas de operações portuárias do Porto Sul (Bahia, 2013). Justamente ali que os ramais ferroviários da FIOLE chegarão e que acontecerá o processo permanente de deslocamento das cargas de minério para a esteira rolante do terminal portuário. Os minérios chegam de ferrovia e são transportados para essa esteira que possuirá 10 quilômetros de extensão sob o mar para levar os minérios de ferro até o terminal portuário do Porto Sul, que será construído em alto mar (offshore).

O relato de pesquisa de campo na Vila Juerana seguiu os mesmos protocolos metodológicos das outras localidades, com ênfase nas técnicas de produção do Diagnóstico de Percepção Ambiental.

A Vila Juerana se apresenta como uma vila rural à beira mar com intensa atividade comunitária, socioeconômica e cultural, onde todos se conhecem e possuem laços fortes de integração familiar e comunitária. A Vila tem como principal atividade econômica a pesca artesanal de rio: pesca de balaio, de tarrafa ou pesca de cambaio (de lama). Os principais pescados comercializados localmente são os peixes robalo e carapeba, além do guaiamum, camarão e o aratu.

Outra atividade econômica praticada pelos comunitários historicamente é o cultivo de cacau, caju e da própria juerana, nome do fruto e da madeira da árvore Juerana. Há uma relação forte entre os moradores da Vila e a Lagoa Encantada, que é a foz do Rio Almada, uma vez que a maior parte dos pescadores e marisqueiras da Vila Juerana exercem a sua atividade pesqueira nas áreas próximas à essa lagoa. Por isso, há uma grande preocupação quanto à poluição do Rio Almada, da própria Lagoa Encantada e, também, sobre a extensão dos impactos ambientais provenientes da futura operação do Porto Sul.

Figura 21 - Pesca de Lama no Rio Almada, na vila Juerana, Ilhéus, BA



Fonte: elaboração própria, 2025.

Esta pesquisa constatou que a preocupação da comunidade se fundamenta na proximidade de Vila Juerana da rotatória que dá acesso ao terminal portuário do Porto Sul, aproximadamente quinhentos metros separam a vila da rotatória. Essa comunidade vem sendo forçada a conviver com as operações ferroviárias, com as operações do Pátio de Operações Portuárias e com o futuro Terminal Marítimo do Porto Sul, com a esteira rolante de minérios de ferro.

Atualmente há 1.600 moradores que residem na Vila Juerana e que vivem economicamente da pesca de subsistência e do cultivo de caju e cacau. A comercialização dos pescados ocorre localmente, para abastecimento de barracas de praia, pequenos comércios na beira do Rio Almada e restaurantes locais. É uma vila com atividade turística, mas também existem alguns restaurantes que atendem a força de trabalho do terminal de operações do Porto Sul. Desse modo, o rural produtivo pesqueiro de Vila Juerana está integrado ao segmento de comércio de alimentos e serviços turísticos.

Em um passado recente, existia um forte comércio de caju e dendê, com fluxo sistemático de caminhões de carga que saíam carregados da comunidade. As castanhas de caju se tornaram a principal fonte de renda da comunidade. Eram vendidas em Vitória da Conquista, Feira de Santana e até em Salvador. Entretanto, essa atividade, como também o comércio da madeira da Juerana, foi desestruturada e posteriormente desativada há uma década tendo como

causa o processo de desapropriação ou mesmo a venda compulsória das terras para a Bahia Mineração.

Esse longo processo de des-territorialização gera desânimo, de acordo com Sra. Juerana, professora, a entrevistada desta comunidade. De acordo com a professora, a Vila Juerana resiste e tenta manter suas relações de territorialidade e seus modos de vida enfrentando há mais de dez anos os impactos da convivência com o processo de construção e início das operações do Porto Sul. Em termos de qualificação do rural, trata-se de uma expressão dessa identidade social, as festas e outros elementos culturais como a religião popular, lendas e representações de diferentes segmentos e classes sociais que, segundo a entrevistada, contam a história da comunidade:

temos personagens históricos e com figurinos e máscaras como “caiçara do rio” que saiam das águas à noite para amedrontar as crianças, temos as garças que dançam representando as moças da época (meninas moças, as preguiçosas que viviam na beira do rio e as trabalhadeiras). E tinha também o Boi Fazendeiro representando as famílias pioneiras que trabalhavam na fazenda” (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

Percebe-se uma comunidade com forte ligação com o território, com suas raízes e memórias e com identidade pautada por ruralidade, mas que vê sua história padecendo frente às transformações do presente, o que suscita preocupações e medos de um futuro próximo a ser marcado pelo padrão urbano-industrial atravessando seus modos de vida. Podemos identificar aqui a evidência da Tensão Psíquica-Socioterritorial C, que se relaciona com os efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais. Há, no discurso da Sra. Juerana, indícios de preocupações e receios que podem provocar sofrimento psicossocial por perda territorial na medida que a comunidade está em risco de apagamento de materialidades das memórias territoriais.

A professora muda o tom quando eu pergunto acerca das maiores preocupações por conta da chegada da ferrovia e do porto. Ela aponta as problemáticas sociais como situações tão emergentes quanto as preocupações ambientais com o Rio Almada e a Lagoa Encantada. Segundo a professora, o problema relacionado ao tráfico de drogas é uma realidade na Vila Juerana. Ela relata com espanto o surgimento da primeira casa de prostituição na comunidade (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

De acordo com a entrevistada, o movimento comercial produzido com as operações do terminal do Porto Sul, tão próximo da comunidade, já vem provocando aliciamento de crianças,

adolescentes e os primeiros casos de prostituição infantil. Nesse ponto, podemos identificar elementos da Tensão Psíquica-Socioterritorial A, onde os graves problemas sociais relatados acima são frutos dessa disputa do econômico com o não-econômico, o rural e o urbano, além da Tensão B, que aponta a subalternização das populações locais às diretrizes do capitalismo.

Essa situação, evidenciada em Juerana quanto aos primeiros problemas relacionados à prostituição infantil e consumo de drogas, é identificada também em várias pesquisas sobre a chegada de empreendimentos capitalistas onde há vida comunitária. Por exemplo, no processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Pará, Brasil), a construção da hidrelétrica gerou aumento populacional rápido, na cidade de Altamira, o que levou ao aumento do consumo de drogas (Oliveira, 2017). Oliveira afirma também que há uma ligação entre tráfico de drogas e exploração sexual. Situação presente também nos cenários que incluem comunidades pesqueiras/tradicionais, onde também existem evidências que apontam especificamente a proliferação do uso de drogas e álcool e a disseminação da prostituição em comunidades de pescadores no Ceará, associada à inserção de empreendimentos urbano-industriais (Barreiro, 2022).

Do ponto de vista da justiça ambiental, no contexto do agronegócio, um estudo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná discute os impactos do agronegócio em comunidades locais, também lista entre os impactos socioeconômicos os problemas sociais como alcoolismo e prostituição. A pesquisadora Andressa Zanco (Zanco, 2024) investiga as lutas dos movimentos por justiça ambiental contra a potência do agronegócio no Brasil. Em um dos quadros de impactos, a autora organiza os impactos na saúde com os problemas relacionados ao alcoolismo e prostituição. Zanco (2024) aprofunda os impactos socioeconômicos e inclui os problemas sociais como alcoolismo, e prostituição, dentre outros, como efeito associado à expansão de empreendimentos industriais ligados ao agronegócio e projetos correlatos em territórios rurais. Outro estudo também evidencia a relação entre o neoliberalismo, o aumento dos quadros de alcoolismo, prostituição, relacionando-os diretamente com o contexto de racismo ambiental. Um artigo da *Latin American Research Review* analisa uma comunidade pesqueira quilombola no Recôncavo Baiano, mostrando como a expansão do capitalismo global - neste caso indústrias transnacionais, refinarias de óleo e gás natural - afeta essas comunidades marginalizadas. Trata-se da pesquisadora Suzana Maia (2021), ela relaciona o neoliberalismo global, utilizando a concepção capitalismo racial numa investigação que focaliza a organização política de mulheres numa comunidade pesqueira quilombola do Recôncavo da Bahia. Ela discute a perda de coesão social, racismo ambiental e

os impactos nas formas de sociabilidade tradicional, apontando o aumento da prostituição e do consumo de álcool como consequências da expansão industrial em comunidades em áreas de influência dos empreendimentos.

No contexto da comunidade da Vila Juerana, investigada nesta tese, pode-se, a partir dos estudos supracitados, confirmar a necessidade de atenção dos entes estaduais, autarquias municipais e do próprio empreendedor da FIOLE e do Porto Sul quanto a essas primeiras evidências de prostituição e aumento no consumo de drogas. São preocupações sociais pertinentes e que demandam pesquisas mais aprofundadas, políticas públicas eficazes, ações preventivas e de fiscalização.

Sob o prisma da questão ambiental, segundo a comunitária entrevistada, a Sra. Juerana, há muitos relatos de invasão de animais silvestres nas residências, devido ao desmatamento e o ao aterro que a Bahia Mineração provocou num ‘braço de rio’ chamado de ‘Barrinha’, que, no passado, era utilizado pela comunidade, sobretudo com atividade pesqueira na época da Semana Santa. Segundo ela, “os animais silvestres fogem da área que foi desmatada e aterrada e invadem as casas, temos até morte de idoso registrada por picada de cobra dentro da sua própria casa, coisa que nunca aconteceu aqui” (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

A Tensão Psíquica-Socioterritorial D, relacionada à geração de riscos ambientais, é facilmente detectada nesse contexto por conta do perfil poluidor das atividades de instalação do Terminal Portuário. Especificamente, a referida tensão se relaciona com os impactos ambientais do aterro do braço de mar citado, do desmatamento e da exposição dos comunitários às ocorrências de animais silvestres e peçonhentos invadindo os ambientes domiciliares. Uma afetação que vai além, podendo relacionar aqui nesta análise, os impactos das obras de instalação de toda a estrutura portuária, os equipamentos previstos como esteira rolante para transporte de minério, o entroncamento dos ramais ferroviários com os terminais de carga e descarga e demais estruturas urbanas e industriais previstas. Para além das obras, podemos acrescentar as evidências da Tensão Psíquica-Socioterritorial D ao focar os impactos permanentes das operações ferroviárias e portuárias, em regime contínuo, diário e noturno, no Terminal Portuário de Aritaguá.

Sobre os movimentos de resistência e histórico de luta comunitária contra a construção do Porto Sul, a entrevistada narra a partir das próprias vivências. Ela é uma líder comunitária “nativa” com perfil mobilizador, também é educadora e apresentou – na entrevista – o seu histórico de luta, demonstrando muita resiliência. Segundo a entrevistada:

Há mais de 10 anos quando o Porto Sul chegou na Ponta da Tulha as comunidades todas brigaram juntas. Tinha reuniões com todas as comunidades litorâneas, tinha estudos, mobilização, a gente parava a pista com manifestações, panfletagens... O grupo ambientalista descobriu um coral endêmico lá da Ponta da Tulha, por isso o Porto Sul não foi construído lá e eles já tinham indenizado os moradores de lá. Aí o Porto Sul foi transferido de lá pra cá e sem aviso prévio começou a construção do Pátio do Terminal Portuário aqui pertinho de Aritaguá e da Juerana (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

Ainda de acordo com a professora entrevistada, com essa mudança locacional do Porto Sul, as comunidades da Ponta da Tulha que já tinham sido indenizadas saíram da luta. Pouco a pouco, outras comunidades mais distantes de Aritaguá e da Vila Juerana também foram saindo. Hoje, só tem a Associação de Moradores da Vila Juerana (AMOVJU) como entidade que tenta resistir. A partir daí, na visão da professora:

A BAMIN começou a contratar gente da comunidade, pagavam muito bem quem era da associação, mas proibiam que esses funcionários participassem de manifestações e isso foi uma estratégia para enfraquecimento da nossa luta (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

A professora destacou ainda a importância da Campanha “*Porto Sujo Não*” que desenvolveu camisetas, mobilizações e atividades de comunicação. Mas, com desânimo, afirma que “Hoje só tem um pequeno grupo contra. A maior parte dos jovens da comunidade trabalha no Porto Sul e não podem participar de manifestações” (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

A entrevistada demonstra conhecimento técnico sobre o processo de instalação do Porto Sul ao afirmar que os impactos maiores da FIOOL serão em Aritaguá:

que é onde a ferrovia deságua em cima da ponte de Aritaguá, a estrada de ferro... e o maior impacto do Porto Sul é aqui na Vila Juerana por causa do trevo / rotatória do Pátio de Operações Portuárias, onde vai começar a esteira rolante de minérios”. E a professora aprofunda esses impactos que poderão contaminar o rio e os mares: “usarão água do Rio Almada para molhar a tulha de minérios por que aqui venta muito e, se não molhar a tulha, vai ter pó de minério em todo canto. Se as caçambas que carregam os minérios forem abertas e, se a esteira rolante de 10 quilômetros também for aberta, vai ser pó de minério no rio, no mar e aqui na comunidade (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

Do ponto de vista dos riscos e ameaças de poluição da água fluvial e marinha, da extensão dos impactos ambientais nos ecossistemas costeiros e marinho, além da poluição

atmosférica por conta das emissões de material particulado de minério de ferro, podemos enxergar a Tensão Psíquica-Socioterritorial D como inerente ao processo de produção e operação do complexo minerário: não se trata, portanto, de externalidades, mas sim de produção de ruptura metabólica. “Uma ruptura no relacionamento metabólico entre a humanidade e a natureza que é irreparável dentro da sociedade capitalista” (Foster; Clark; York, 2010, p. 5).

Sobre o futuro da comunidade diante da chegada do Porto Sul, tendo em vista as futuras operações permanentes tanto da FIOLE quanto do porto, a professora afirma com lucidez e desânimo que:

muita gente está vendendo os terrenos para ir embora... a comunidade vai morrer... quem ficar vai perder a saúde, vai adoecer por problemas respiratórios. Quem puder ir embora, vai. Quem não puder, vai adoecer. E ainda serão afetados pelo tráfico e pela prostituição que tão chegando (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

Do ponto de vista da saúde dos comunitários frente às transformações nos seus modos de vida, a professora relata que:

Muita gente adoecendo psicologicamente, muita gente abandonando suas histórias, suas raízes e indo embora para fugir da Bahia Mineração. A professora Mariza pediu aposentadoria antecipada por que não aguentou a pressão... É difícil para nós, professoras... eles chegam na escola para fazer atividade de educação ambiental com nossos alunos... eles querem ensinar nossos alunos a plantar sendo que são eles que estão desmatando e muito! (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

As respostas trazidas pela Sra. Juerana nos remetem a todas as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais (A, B, C e D). Fica evidente que a afetação da chegada e do início das operações do Porto Sul e da FIOLE na Vila Juerana é sistêmica e com perspectiva de permanência. São 10 anos de uma convivência que faz perdurar o sofrimento, os medos e preocupações quanto ao futuro comum de quem vive historicamente nesse território, mesmo que os equipamentos logísticos ainda não estejam em operação.

Destaco alguns relatos da comunitária entrevistada que apontam diretamente para um contexto de sofrimento psicossocial atrelado ao desenvolvimento, fruto de um processo de des-territorialização que afeta permanentemente as memórias coletivas do território e provoca a interrupção abrupta da territorialidade construída na comunidade de forma sócio histórica. Para ela:

Eles estão afetando nosso jeito de viver e vão descaracterizar nosso futuro [...] Estão destruindo nossa comunidade e nos obrigam a aceitar palestras para nos ensinar a plantar árvores! Como assim... A prefeitura solicita que a escola atenda as ações socioambientais da BAMIN e somos obrigados a aceitar [...] A gente se sente triste, enfraquecida, derrotada... Sinceramente, não vejo que o Porto Sul vai trazer nada de positivo pra gente da Vila Juerana (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

Neste relato da Sra. Juerana existem pontos que precisam ser discutidos. Sobretudo quanto ao processo de licenciamento ambiental e a eficácia das compensações socioambientais. Ao analisarmos os EIA/RIMA destacados neste estudo, percebe-se uma lógica generalista para mitigação de impactos ambientais, que possuem condicionantes e diretrizes questionáveis quanto às suas efetividades. A imposição feita à BAMIN para que a empresa execute ações de educação ambiental, plantio de mudas, dentre outras atividades ecológicas contrasta com a profundidade dos impactos ambientais provocados pela chegada da FIOL e do Porto Sul. Condicionantes que podem ser compreendidos a partir de uma leitura que traz a escola municipal da Juerana e a própria comunidade da Vila Juerana como comunitários deseducados, vitimados, vulneráveis e/ou com contextos subalternos de vida social. Nessa linha, precisam aprender educação ambiental. Precisam aprender justamente com os técnicos da BAMIN, empresa que tanto provoca as afetações na vida social desta comunidade, responsáveis, à luz dos relatos dos próprios entrevistados, por danos ambientais severos nos ecossistemas ligados à Lagoa Encantada e ao Rio Almada. Um cenário de violência continuada legitimado pelo órgão ambiental do estado da Bahia, um cenário de negação da profundidade dos impactos causados pelo Porto Sul, evidenciando uma lógica instrumentalista e pouco efetiva dos processos de licenciamento ambiental e das compensações ambientais em curso neste território.

#### **4.6. Comunidade de Castelo Novo – Ilhéus (Bahia)**

Castelo Novo é uma comunidade distante do litoral e com a biodiversidade mais densa, com o bioma de mata atlântica mais preservado, como se pode ver na Figura 22 com o registro da cobertura vegetal com densidade, altura, vitalidade e a diversidade biológica que caracteriza a mata atlântica do Sul da Bahia. Percebe-se também na Figura 22 a ausência de redes de proteção e de passagem de fauna silvestre.

Figura 22 - Bioma de Mata Atlântica do Sul da Bahia, Ilhéus, BA



Fonte: elaboração própria, 2025.

A comunidade de Castelo Novo está localizada na contra costa do município de Ilhéus, com maior proximidade com a ponte da estrada de ferro sobre o rio Almada e, por isso, convive mais de perto com os impactos da ferrovia (FIOL), uma vez que está mais distante do litoral e das operações do Porto Sul. É uma comunidade com aproximadamente 2.500 moradores, com importância histórica para o município de Ilhéus e para o Estado da Bahia, por ser uma das primeiras áreas de colonização no sul da Bahia, é marcada pela presença de engenhos de cana-de-açúcar e pela cultura do cacau do século XIX. Preserva até hoje vestígios da arquitetura colonial e das dinâmicas socioeconômicas que moldaram Ilhéus como polo agrícola e cultural da região cacaeira baiana (Ribeiro, 2001; Pontes, 2015).

Figura 23 - Acesso à comunidade Castelo Novo, Estrada do Chocolate, Ilhéus



Fonte: elaboração própria, 2025.

Figura 24- Acesso à comunidade Castelo Novo, Estrada do Chocolate, Ilhéus



Fonte: elaboração própria, 2025

O acesso à comunidade se dá pela Estrada do Chocolate, que fica na rodovia estadual BA-262, que liga Ilhéus à BR-101, passando pelos municípios de Itacaré, Uruçuca e Canavieiras. A região é denominada Costa do Cacau para o planejamento turístico do governo da Bahia, situada no sul do Estado da Bahia, território que mais produz e beneficia cacau no estado, que é o maior produtor de cacau do Brasil (Ibge, 2024).

Castelo Novo tem grande importância histórica para Ilhéus e o estado da Bahia por dois motivos principais: primeiro, porque teve papel importante no escoamento do cacau, até meados de 1950, o povoado foi um dos principais distritos do município e funcionou como o mais importante centro comercial e porto fluvial do Rio Almada, escoando toda a produção de cacau da região — uma das mais produtivas de Ilhéus — e recebendo mercadorias de outras partes do mundo. Em segundo, porque representa a síntese do ciclo colonial da era do cacau: colonizado no início do século XIX por europeus, substituiu gradualmente cana-de-açúcar e café pelo cultivo intensivo de cacau, marcando assim a transição econômica e social que

moldou Ilhéus como polo regional (Pontes, 2015). Sua importância histórica é marcada também por uma usina que existia na localidade, foi importante vetor econômico no século passado, sendo responsável pelo processo de ocupação humana nessa localidade ao longo do tempo (Pontes, 2015).

Figura 25 - Centro de Castelo Novo



Fonte: elaboração própria, 2025.

Figura 26 - Centro de Castelo Novo



Fonte: elaboração própria, 2025.

A Figura 25 e 26, por sua vez, apresenta as ruas principais da comunidade de Castelo Novo, com calçamento de paralelepípedo e a simplicidade das habitações que marcam a identidade arquitetônica desta comunidade. Semelhante às demais localidades investigadas por essa tese, na pesquisa de campo utilizamos técnicas do diagnóstico de percepção ambiental já referenciadas ao longo deste capítulo, além da realização de entrevista semiestruturada e da análise dos indicadores e evidências de sofrimento psicossocial por meio das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais desenvolvidas por esta tese.

De um modo geral, a relação dos comunitários com o trabalho é representada por atividades econômicas que se conectam diretamente com a natureza, com pouca ou nenhuma mediação das estruturas urbanas presentes. São pescadores artesanais que exercem a pesca de

lama, pequenos agricultores de cacau que ainda sobrevivem na localidade, mesmo com o isolamento e com a qualidade ruim da estrada de acesso. Há a presença do extrativismo vegetal de subsistência e pequenos comércios.

Essa localidade convive com problemas crônicos de transporte, pela distância de Ilhéus e pelas más condições de acessibilidade. Esta compreensão de infraestrutura social é muito utilizada na abordagem do urbano, da competitividade e quase nunca para falar do ambiente rural, o que é mais um indicativo da assimetria entre o rural e o urbano. Sobre essa assimetria, a autora Maria Nazaré Baudel Wanderley destaca que, apesar do campo e da cidade estarem inter-relacionados, as áreas rurais enfrentam assimetrias significativas em termos de acesso à infraestrutura social (Wanderley, 2005, p. 73)

Wanderley afirma que nos espaços rurais “nem todos os serviços necessários se localizam na própria área rural” (Wanderley, 2005, p. 73). A autora esclarece que tais assimetrias, entre o urbano e o rural, longe de configurarem um simples desequilíbrio, expressam funções complementares, nas quais “as assimetrias e descontinuidades não significam necessariamente desequilíbrios, mas relações de complementaridade pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas” (Wanderley, 2005, p. 73), reconhecendo tanto os limites quanto as interdependências entre os espaços.

Esses fatores acentuam a estagnação econômica da comunidade, o que provoca o abandono do território. Muitas famílias migraram para outras regiões em busca de melhores condições de vida. De acordo ainda com a entrevistada Sra. Castelo Novo

a população local “vive da pesca e do cacau e a maioria sai para trabalhar em Ilhéus [...] muita gente foi desapropriada com a chegada da BAMIN e isso impactou o cacau, muitos foram embora com a chegada da BAMIN. Os que ficam é porque aqui ninguém paga imposto, o governo não cobra (Sra. Castelo Novo, informação verbal, 2025).

Ela relata que a Bahia Mineração chegou há aproximadamente dois anos em Castelo Novo. Segundo ela, “hoje tem muita gente desempregada aqui, minha maior preocupação com a chegada do porto e da ferrovia é com nosso rio e com a perda do cacau... O rio é pai e mãe do povo daqui!”. Nesse relato, Sra. Castelo Novo sintetiza as preocupações socioambientais que a população de Castelo Novo experiencia com a chegada do Porto Sul e da FIOLE. A perda do cacau está relacionada ao impacto das desapropriações que afetam diretamente a fonte de renda

principal da comunidade. A preocupação com o rio se justifica na medida em que se analisa a curta distância da comunidade para as estruturas da estrada de ferro.

Essa entrevista reflete as preocupações levantadas por essa pesquisa do ponto de vista técnico-científico diante da proximidade da comunidade com as instalações ferroviárias, o que faz desta localidade um dos territórios a serem mais afetados quando as operações ferroviárias se iniciarem.

Quando perguntada sobre as principais preocupações para a sociedade local e para o ambiente quanto à instalação da ferrovia e do Porto Sul, a Sra. Castelo Novo evidencia que haverá impactos importantes por vir a partir das operações futuras da estrada de ferro, pois

São apenas 1,8 quilômetros que separam Castelo Novo da ponte da estrada de ferro sobre o Rio Almada. O trem vai passar em cima de nós, onde nosso povo pesca, vai ser muito pó de minério no nosso rio e nas nossas matas... vai ter muito problema respiratório, muito adoecimento (Sra. Castelo Novo, informação verbal, 2025).

Quanto à percepção de futuro após as operações plenas da FIOLE e do Porto Sul, a Sra. Castelo Novo pondera que “vai vir coisas boas e ruins, a ‘bagagem’ toda”. “O sonho da comunidade era a ponte, aí eles fizeram e ficaram só pra eles, proibem que a comunidade use...”. A proibição de acesso e uso dos comunitários às áreas urbanas construídas por parte da Bahia Mineração, que também foi evidenciada na comunidade de Aritaguá, se repete aqui.

Figura 27 - Evidência de proibição do uso das estruturas urbanas construídas pela BAMIN



Fonte: elaboração própria, 2025.

Proibir o acesso da comunidade às únicas estruturas pavimentadas numa localidade com histórico de dificuldade de acesso, por conta da qualidade das estradas vicinais, se configura, para essa pesquisa, como evidência das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais A e B, com caráter de apartheid: é uma evidente segregação socioespacial que se repete em processos de dominação por ocupação territorial.

A comunitária entrevistada espera que a Bahia Mineração gere empregos para o povo de Castelo Novo, mas reconhece a dificuldade: “Tem muita falta de qualificação aqui, trouxeram muita gente de fora, eles têm que capacitar as pessoas daqui” (Sra. Castelo Novo, informação verbal, 2025). A Sra. Castelo Novo reconhece também que a Bahia Mineração melhorou a estrada de acesso à Castelo Novo e que dão manutenção constante por conta das chuvas que transformam a estrada de barro num lamaçal. Ela desconhece movimentos contrários à instalação do Porto Sul e da FIOB na comunidade. Outra preocupação da representante comunitária é sobre a quantidade de moradores que estão abandonando a comunidade, pois “o povo tá indo embora por que não tem emprego, sem o cacau muita gente foi embora e se tiver poluição do rio, mais gente vai embora” (Sra. Castelo Novo, informação verbal, 2025).

Do ponto de vista das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais podemos identificar aspectos relevantes no discurso da comunitária entrevistada. Argumentos que, a partir de análise que

privilegia a complexidade por meio das tensões identificadas e discutidas teoricamente por este trabalho, nos ajudam na sistematização que esta tese apresenta como IQSP – Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial. Nesse sentido, a narrativa da Sra. Castelo Novo trafega por todas as quatro Tensões Psíquicas-Socioterritoriais (A, B, C e D). É possível percebermos os elementos dessas tensões na medida em que visualizamos, também na realidade da comunidade de Castelo Novo, nas relações entre as dimensões econômica e não-econômicas, com repercussões também nas dimensões rural e urbana (Tensão A). Não é demais sublinhar que a ocorrência desta tensão expõe a existência ou a impossibilidade de produção material da vida a partir da apropriação da terra, da água, da biodiversidade, enfim, dos meios de produção material e social da vida dos que ali habitam.

Consequentemente, é possível percebermos o processo de subalternização da população local às diretrizes desse projeto de desenvolvimento urbano-industrial (Tensão B). Como também os efeitos psicossocioafetivos (Tensão C) associados aos elementos geradores de riscos ambientais (Tensão D) quando a Sra. Castelo Novo demonstra tanto as suas preocupações sobre a poluição do Rio Almada, quanto as suas indignações acerca dos impactos e proibições oriundas da Bahia Mineração.

Na seção seguinte apresentamos uma síntese dos resultados da pesquisa de campo, destacando os resultados prioritários do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial – IQSP em seu potencial interpretativo de dinâmicas de desenvolvimento socioambiental. Vale ressaltar mais uma vez que esta tese traz no seu Anexo C o Diário de Campo, com o valioso relato da experiência detalhada vivenciada nas quatro comunidades investigadas e as análises complementares de forma aplicada e problematizada.

O conteúdo da seção seguinte, portanto, foi apresentado, de forma global, esquemática e através de quadros analíticos que correlacionam estes resultados a partir do paradigma da complexidade, com sobreposição das dimensões identificadas nas Tensões Psíquicas-Socioterritoriais e levando em conta a dinamicidade socioterritorial que marca as realidades locais investigadas.

#### **4.7. Sofrimento psicossocial sob des-territorialização a partir do indicador qualitativo**

Por meio dos eixos norteadores e através das determinações concebidas no âmbito deste novo Indicador (IQSP), delimitou-se as categorias de grupos sociais impactados em termos psicossociais pelo desenvolvimento. Constata-se aqui, através da pesquisa documental e da pesquisa de campo, que os parâmetros adotados nesta tese para definir as comunidades diretamente afetadas não correspondem direta ou indiretamente aos parâmetros adotados pelos EIA/RIMA analisados para definir as comunidades afetadas.

Embora os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) investigados se proponham a identificar as comunidades impactadas pelos empreendimentos urbano-industriais, suas metodologias se restringem a critérios físicos, econômicos e espaciais, negligenciando os efeitos psicossociais do deslocamento forçado e da perda do território. Dessa negligência resulta a invisibilização do sofrimento psicossocial coletivo, que frequentemente emerge em contextos de ruptura abrupta dos vínculos sociais, simbólicos e territoriais. O conceito de Fatores de Impacto Psicossocial (FIP), desenvolvido por Urquiza (2012), ilustra bem essa questão na medida em que evidencia que esses empreendimentos afetam dimensões subjetivas da vida comunitária, como o sentimento de pertencimento, segurança e continuidade simbólica, aspectos raramente incorporados aos eixos analíticos dos EIA/RIMA. Essa abordagem limitada compromete a efetividade do licenciamento ambiental, ao excluir formas de sofrimento que não se traduzem em métricas tradicionais, mas que impactam profundamente a saúde mental e a coesão social dos grupos atingidos (Acsehrad, 2004).

De acordo com a especialista em saúde mental coletiva Gabriela Urquiza (2012):

Os Fatores de Impacto Psicossocial (FIP) são definidos como os efeitos de ordem subjetiva e coletiva, produzidos por grandes empreendimentos sobre os modos de vida, os vínculos sociais, a identidade e a saúde mental das populações atingidas, ainda que tais efeitos não sejam imediatamente quantificáveis ou reconhecidos pelas metodologias clássicas de avaliação de impacto ambiental (Urquiza, 2012, p. 27).

Nessa perspectiva, este estudo definiu as quatro categorias de afetação psicossocial em referência aos sujeitos e comunidades diretamente afetadas e, em diferentes níveis, por

processos de des-territorialização oriundos do projeto representado pela FIOLE e pelo Porto Sul. As categorias são:

a) Categoria I – Afetados Por Ameaça de Despossessão Territorial: grupos Sociais, camponesinos ou em meio urbanos, em condições de vulnerabilidade social que sofrem ameaças de perda dos seus territórios afetivos e das condições transgeracionais de transmissão das suas territorialidades. Consiste em comunidades que convivem com as tensões provocadas pelas ameaças e riscos de des-territorialização e pelo medo das mudanças abruptas que impactarão na interrupção dos modos de vida, traços culturais e vida social comunitária. Há prevalência de sentimentos de ansiedade e sofrimento psicossocial com as mudanças forçadas que ainda estão por vir.

b) Categoria II – Afetados por Impedimento de Transmissão Transgeracional de Territorialidades: grupos Sociais, camponesinos ou em meio urbanos, em condições de vulnerabilidade social que sofrem efetivamente a perda de territórios sensíveis e/ou afetivos, identitários e/ou comunitários, sejam estes territórios físicos ou simbólicos (Zhouri; Laschefski, 2010; Urquiza, 2012), presentes na vida cotidiana dessas comunidades, no âmbito das mudanças territoriais que impedem a transmissão transgeracional das territorialidades construídas ao longo do tempo e que serão ou já estão em contexto de interrupção por conta de processos de des-territorialização. Há prevalência de sofrimento e impactos psicossociais associados à perda real ou simbólica do território (Zhouri; Laschefski, 2010; Urquiza, 2012) e aos prejuízos relacionados aos impactos à identidade territorial, além dos processos de adoecimento psíquico e/ou psicossomáticos decorrentes dos processos de resistência nos movimentos socioambientais que lutam contra a perversidade do desenvolvimento nesses contextos.

c) Categoria III – Afetados Por Despossessão Territorial: grupos Sociais, camponesinos ou em meio urbanos, em condições de vulnerabilidade social que sofrem efetivamente a despossessão, com perda dos seus territórios imediatos de vida, como o ambiente domiciliar de moradia, que estão submetidos a contextos de remoção compulsória e que precisam se adaptar à vida em outros territórios durante ou após os processos de remoção. Nesses grupos prevalecem condições intensificadas de sofrimento e desdobramentos psicossociais decorrentes da submissão aos processos de des-territorialização que podem envolver o surgimento e/ou agudização de quadros clínicos de depressão, crises e/ou transtornos de ansiedade, dentre outras possibilidades de danos à saúde mental e somatização física. Nessa categoria podem ocorrer também os sentimentos de impotência, melancolia, agressividade e/ou não aceitação, além da

exposição em potencial deste grupo social à contextos de desamparo social e violência nos processos de resistência socioambiental e/ou de remoção compulsória.

As categorias de afetação psicossocial identificadas qualificam as configurações de sofrimento psicossocial que foram encontrados na coleta de dados empíricos, sobretudo nas entrevistas semiestruturadas, para tratar este sofrimento, bem como as suas respectivas repercussões psicossociais como evidência da dimensão psicossocial de afetação do desenvolvimento urbano-industrial.

Discutimos até aqui os resultados da pesquisa documental e da pesquisa de campo, qualificando o sofrimento psicossocial promovido pelo desenvolvimento urbano-industrial com a perspectiva de formulação de um indicador qualitativo. Portanto, esta seção reforça as reflexões críticas acerca da importância dos indicadores socioeconômicos qualitativos, que sejam capazes de reconhecer os aspectos dinâmicos de territórios afetados pelo desenvolvimento, desvelando aspectos sensíveis dos processos de des-territorialização. Esses indicadores evidenciam a necessidade de partir do princípio de que a realidade social e a vivência no território precisam ser analisadas com a lente da complexidade.

Compreendendo também as limitações dos indicadores de desenvolvimento diante da complexidade e da dinamicidade que marcam a realidade social investigada, essa pesquisa se propõe ao desafio de operacionalizar um indicador qualitativo. O IQSP revela, qualifica e categoriza o sofrimento psicossocial intrínseco ao desenvolvimento urbano-industrial imposto às comunidades rurais investigadas, na medida em que articula, em síntese, as determinações para explicação das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais formuladas nesta tese. A partir dessa leitura, os resultados desta pesquisa foram qualificados como evidências do sofrimento psicossocial inerente aos processos de perda do território promovidos pela FIOLE e pelo Porto Sul, nas comunidades de Aritaguá, Vila Juerana, Barra de Itaípe e Castelo Novo.

Neste sentido, esta etapa da pesquisa tem a função de revisitar os resultados já apresentados, extraíndo e, colocando numa análise dinâmica, as principais evidências das afetações deste empreendimento logístico nas dimensões psicossociais. Enquanto campo de conhecimento, o objetivo é consolidar o lugar dos estudos psicossociais no território, partindo do entendimento das comunidades investigadas como totalidades complexas e dinâmicas, portanto, produzindo uma narrativa sócio-histórica a partir dos afetados.

Nesta seção, sistematiza-se os resultados alcançados, evidenciando as determinações formuladas para explicar as tensões psíquicas-socioterritoriais categorizadas, suas respectivas

variáveis independentes e dependentes, numa análise que privilegia o diálogo entre as dimensões socioambientais, econômicas e culturais, com ênfase nas afetações psicossociais. Conhecimentos construídos com sínteses analíticas, visualmente apresentados em quadros analíticos, intercalados com a discussão dos principais resultados alcançados na pesquisa documental e na pesquisa de campo, é a forma como esta tese demonstra a existência de sofrimento psicossocial nas comunidades afetadas pelo projeto FIOL / Porto Sul, enquanto parte do modelo de desenvolvimento urbano industrial em vigor no planejamento governamental.

Em todas as quatro comunidades e em todos os discursos dos representantes comunitários entrevistados foi constatado que os contextos semelhantes envolvem sofrimento psicológico associado às preocupações socioambientais, que, por sua vez, se relacionam com a ligação afetiva dos grupos sociais pesquisados com a perda dos seus territórios. São sentimentos, percepções de risco e de ameaças à saúde humana e ambiental que se conectam diante das transformações nas condições de vida das populações locais decorrentes dos processos de des-territorialização provocados pela instalação da FIOL e do Porto Sul. Ou seja, a complexidade da realidade social e suas interconexões com dimensões subjetivas emergem nos discursos analisados em forma de sofrimento psicossocial diante das experiências vividas nos seus territórios.

Esta tese constata que as quatro comunidades investigadas apresentam evidências das Tensões Psíquicas Socioterritoriais nas quatro categorias – de A a D – conforme análise que segue.

Quadro 9 - Evidências da tensão psíquica socioterritorial (Tensão A)

Continua

<b>TENSÃO A</b>
Do ponto de vista da “Tensão pela apropriação da natureza – apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, diferentes usos econômicos, o rural e o urbano, o urbano e a natureza”.
Podemos constatar essa tensão em diferentes níveis, nas quatro comunidades investigadas, na medida em que a imposição público-privada da instalação do Porto Sul e da FIOL no município de Ilhéus afeta os públicos investigados.

## Conclusão

Para o público afetado de Pescadores e Marisqueiras	Essa apropriação da natureza tem respaldo na realidade local a partir da privatização de área marinha para operação do terminal portuário. Esse cenário impôs a proibição da única e exclusiva atividade econômica artesanal praticada pelos pescadores e marisqueiras em determinadas áreas marinhas e de rio que eram utilizadas há mais de um século por esse público. A instalação do Porto Sul e da FIOIOL impacta diretamente a atividade econômica da pesca artesanal, de mar e de rio, provocando o declínio e, possivelmente, a extinção dessa atividade econômica ao longo do tempo nas localidades investigadas;
Para o público afetado “Agricultores Familiares”	Essa apropriação da natureza é expressa na forma como suas terras produtivas foram desapropriadas para dar lugar às estruturas logísticas das operações ferroviárias e portuárias. Condição que afetou drasticamente a atividade econômica de subsistência do cultivo do cacau em todas as comunidades investigadas. Atividade econômica artesanal com origem sócio-histórica praticada pelas comunidades locais visitadas, atingida fortemente pelos processos de des-territorialização promovidos pela chegada do Porto Sul e que se encontra em declínio no território.

Fonte: elaboração própria, 2025

Quadro 10 - Evidências da tensão psíquica-socioterritorial (Tensão B)

<b>TENSÃO B</b>	
No âmbito da “Tensão por subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas - eventos de despossessão, remoção compulsória e de luta por moradia digna”	
Essa tensão é evidenciada a partir da identificação dos grupos sociais afetados por todo o processo de planejamento do empreendimento, incluindo o processo de licenciamento ambiental das obras, dos movimentos socioambientais de resistência, até a instalação das estruturas físicas, logísticas e operacionais dos terminais ferroviários e portuários. Uma ocupação em curso no território de Ilhéus há quase uma década e que provoca impactos psicossociais referentes às mudanças forçadas nas atividades econômicas locais, alterações dos padrões rurais de vida e de relacionamento com a natureza e também evidenciados nos dolorosos processos de desapropriação de terras / despossessão. Todos esses processos ocorreram à revelia e por imposição.	
Do ponto de vista da afetação às atividades econômicas e na relação dos comunitários com o trabalho	A chegada da FIOIOL e do Porto Sul impõe: i) restrições às atividades econômicas comunitárias ligadas diretamente à natureza (pesca artesanal, cultivo de cacau); ii) a necessidade de desenvolvimento de posturas resilientes e de luta nas populações locais em um longo movimento de defesa dos seus territórios e modos de vida, condição esta que acarreta em múltiplas perdas, desde a perda de saúde, as repercussões psicossociais, problemas de saúde mental, agravamento de doenças de base e até óbitos declarados como relacionados à tristeza pela perda da território e da atividade econômica devido aos processos de des-territorialização a que estes grupos sociais estão submetidos.
Do ponto de vista da afetação dos modos de vida e exposição dos comunitários a riscos de saúde e segurança	Submissão das populações locais nas vizinhanças das operações ferroviárias e portuárias à poluição do ar por conta da futura emissão frequente e contínua de materiais particulados dos minérios de ferro que configuram grave risco à saúde humana, animal e ecossistêmica;

Fonte: elaboração própria, 2025

Quadro 11 – Evidência da tensão psíquica-socioterritorial (Tensão C)

<b>TENSÃO C</b>	
Sob o prisma da Tensão “Efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais - sofrimentos psicossociais por des-territorialização; apagamento de materialidades das memórias territoriais”	
Foram identificados na pesquisa de campo evidências dos efeitos psicossocioafetivos em diferentes níveis	
Para o público afetado “Pescadores e Marisqueiras”	São muitos os relatos; desde o impacto macro na atividade econômica com a redução dos pesqueiros / áreas de pesca que passam a estar proibidas de acesso aos pescadores locais. Os entrevistados afirmam que os filhos e filhas dos pescadores e marisqueiras não têm, diante das mudanças, interesse nessa atividade econômica que atribui forte senso de identidade territorial nas comunidades. O pleito dos pescadores da Barra por uma aposentadoria vitalícia aos pescadores e marisqueiras mais velhas e o aproveitamento dos pescadores mais novos para trabalharem como força de trabalho no terminal portuário ilustram bem o processo de apagamento das materialidades das memórias territoriais;
	Pescadores e marisqueiras de Aritaguá e da Vila Juerana são impedidos de frequentar um “braço de mar” frequentado há mais de um século pelas populações locais onde exerciam a pesca de rio na época da Semana Santa. Agora o local está privatizado e há relatos nas comunidades de que a área foi desmatada e aterrada para a construção das estruturas do Terminal Portuário de Aritaguá;
Para o público afetado “Agricultores Familiares”	Processo evidenciado igualmente no público “Agricultor Familiar” que tem a transmissão de territorialidades transgeracionais interrompidas por conta da desapropriação das terras de produção do cacau e da imposição do modo urbano de vida nessas comunidades rurais. Cenário que pode ser considerado de ruptura e fragmentação das matrizes de territorialidade e topofilias desenvolvidas nesses territórios;
Para ambos os públicos acima (pescadores e agricultores familiares)	O rompimento com o território promovido pela des-territorialização afeta os vínculos identitários, compromete a organização social nesses territórios, provoca processos de silenciamento, desarticulação de redes de apoio, o que, por sua vez, promove a intensificação do sofrimento psicossocial. O espaço vivido se constitui como um eixo estruturante da identidade coletiva e da saúde mental dos sujeitos sociais nas quatro comunidades investigadas.

Fonte: elaboração própria, 2025

Quadro 12 - Quadro 13 - Evidências da tensão psíquica-socioterritorial (Tensão D)

<b>TENSÃO D</b>
Do ponto de vista da Tensão Psíquica-Socioterritorial “Usos geradores de riscos ambientais” – produção de riscos e eventos ambientais”
Podemos apresentar os seguintes elementos que configuram a presença dessa tensão nas realidades sociais investigadas
Poluição do solo a partir da contaminação da vegetação local com óleo das locomotivas e com os impactos ambientais da operação portuária
Desmatamento para construções – invasão de animais silvestres peçonhentos nas casas das comunidades
Poluição das águas a partir das operações portuárias e da emissão de material particulado que sedimentam no fundo do oceano, podendo provocar até mudanças morfológicas na geografia marinha.  Impactos ecossistêmicos agravados pela ocorrência das correntes marinhas que poderão estender por quilômetros esses impactos nos ambientes marinhos e costeiros da costa baiana.
Por fim, talvez, os impactos ambientais mais significativos oriundos das emissões atmosféricas de material particulado proveniente do transporte dos minérios de ferro, tanto ao longo dos ramais ferroviários (FIOL), quanto na operação da esteira rolante que levará os minérios de ferro até os navios numa extensão de mais de 10 quilômetros sob o mar (Porto Sul). A imposição da convivência das comunidades locais com níveis significativos de material particulado de minério de ferro em suspensão no ar vai provocar e/ou agravar graves e contínuos problemas de saúde (a exemplo de problemas respiratórios). Impacto este que estende à fauna e flora marinhas e costeiras.

Fonte: elaboração própria, 2025.

Os quadros 9 a 12 articulam as evidências das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais presentes nos resultados da pesquisa de campo. Vale dizer que a metodologia empregada é dialética, portanto, são levadas em conta também as contradições. Assim, consta os dados coletados diretamente a partir das narrativas dos(as) comunitários(as) entrevistados(as), mas consta também o que foi identificado nas reportagens e conteúdos jornalísticos, além dos conhecimentos construídos por meio da pesquisa bibliográfica e documental. São resultados especificamente do levantamento das publicações em meio digital sobre o projeto de desenvolvimento urbano-industrial estudado, como também das entrevistas semiestruturadas realizadas nas quatro comunidades: Barra de Itaípe, Aritaguá, Vila Juerana e Castelo Novo.

Assim, chegamos ao Quadro 14, que apresenta a análise discursiva das reportagens e dos conteúdos jornalísticos sobre a FIOL e o Porto Sul em Ilhéus, identificando a ocorrência das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais ao longo dos artigos jornalísticos investigados.

Quadro 13 - Evidências das tensões psíquicas-socioterritoriais nos conteúdos jornalísticos - período de 2014 a 2014

<b>TENSÕES</b>	<b>PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA</b>	<b>FONTE: JORNALÍSTICA OU MÍDIA INDEPENDENTE/SOCIEDADE CIVIL</b>
Tensão A	Vinte e seis (26) ocorrências/ Percentual de 100%	Presente em todas as fontes jornalísticas, das mídias independentes e da sociedade civil.
Tensão B	Oito (8) ocorrências / Percentual de 30,77%	Presente nas fontes apenas das mídias independentes e da sociedade civil
Tensão C	Nenhuma ocorrência (0) / Percentual de 0%	Ausência em todas as fontes jornalísticas, das mídias alternativas e da sociedade civil
Tensão D	Nove (9) ocorrências/ Percentual de 34,6%	Presente nas fontes apenas das mídias independentes e da sociedade civil
<b>TOTAL</b>	26 reportagens e conteúdos jornalísticos digitais analisados de fontes relacionadas à veículos de comunicação, periódicos informativos, mídias alternativas e da sociedade civil (100%)	

Fonte: elaboração própria, 2025.

Em seguida, o quadro analítico 14 demonstra a presença das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais nos resultados das entrevistas semiestruturadas, nas quatro comunidades investigadas. Uma abordagem qualitativa que aponta as evidências da dimensão psicossocial de afetação do desenvolvimento, levando em conta a subjetividade presente na oralidade dos comunitários entrevistados.

Quadro 14 - Evidências das tensões psíquicas-socioterritoriais nas entrevistas semiestruturadas realizadas nas quatro comunidades investigadas

(Continua)

TENSÕES/ TERRITÓRIOS	BARRA DE ITAÍPE	ARITAGUÁ	VILA JUERANA	CASTELO NOVO
<p>Tensão A</p> <p>Tensão pela apropriação da natureza: apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, diferentes usos econômicos, o rural e o urbano, o urbano e a natureza.</p>	<p>“A BAMIN quer pagar ‘merreca’ ao pescador”.</p> <p>“a atividade de pesca na Barra (de Itaípe) vai morrer!”; “os mais velhos precisam ser aposentados e os mais novos precisam ser preparados para trabalhar no porto e na ferrovia”.</p>	<p>“Acabaram com todas as roças e cultivos de Aritaguá com as desapropriações. Hoje o povo vive da pesca e dos benefícios sociais do governo”.</p> <p>“BAMIM não contrata mais ninguém de Aritaguá, só traz profissionais de fora, vai gerar muita riqueza, mas não é pra gente não, é pro povo de fora...”</p> <p>“Com o funcionamento do porto e da ferrovia eles terminam de acabar com Aritaguá”</p>	<p>“Há mais de 10 anos quando o Porto Sul chegou na Ponta da Tulha as comunidades todas brigaram juntas. Tinha reuniões com todas as comunidades litorâneas, tinha estudos, mobilização, a gente parava a pista com manifestações, panfletagens... O grupo ambientalista descobriu um coral endêmico lá da Ponta da Tulha por isso o Porto Sul não foi construído lá e eles já tinham indenizado os moradores de lá. Aí o Porto Sul foi transferido de lá pra cá e sem aviso prévio começou a construção do Pátio do Terminal Portuário aqui pertinho de Aritaguá e da Juerana”.</p> <p>“A BAMIM começou a contratar gente da comunidade, pagavam muito bem quem era da associação, mas proibiam que esses funcionários participassem de manifestações e isso foi uma estratégia para enfraquecimento da nossa luta”.</p>	<p>população local “vive da pesca e do cacau e a maioria sai para trabalhar em Ilhéus” (...) “Muita gente foi desapropriada com a chegada da BAMIN e isso impactou o cacau, muitos foram embora com a chegada da BAMIN. Os que ficam é porque aqui ninguém paga IPTU, a prefeitura não cobra”.</p>

(Continuação)

TENSÕES/ TERRITÓRIOS	BARRA DE ITAÍPE	ARITAGUÁ	VILA JUERANA	CASTELO NOVO
<p>Tensão B</p> <p>Tensão por subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas: eventos de despossessão, desapropriação, remoção compulsória e de luta por moradia digna.</p>	<p>“Nossos pescadores mais afetados com a proibição da pesca são Ponta do Ramo, Mamoã, Ponta da Tulha, Marinho, Vila Juerana, São Miguel, Malhado e Vila Olímpia”.</p> <p>“[...] para o desenvolvimento de Ilhéus é bom, mas para o pescador é a morte da nossa atividade, [...] a voz do pescador precisa ser ouvida por que somos os totais prejudicados”.</p> <p>“As desapropriações eles pagaram pouco”</p>	<p>“Eles enganaram todo mundo, disseram que iam revitalizar a antiga estação e que todo mundo ia passar sob a ponte construída, mas só passam eles”.</p> <p>“Ofereceram ao meu filho R\$ 1.100,00 por 2 hectares de roça em 2023 sendo que há 20 anos atrás a terra dele foi comprada por R\$ 5.000,00...”</p> <p>“No passado se comemorava a Festa de Santo Antônio e a Fuzarca de Carnaval, tinha grupo de bordadeiras, rendeiras, casa de farinha, duas casas de beneficiamento do dendê, mas o progresso e a mecanização ‘acabou’ com o artesanato”.</p>	<p>“Hoje só tem um pequeno grupo contra. A maior parte dos jovens da comunidade trabalha no Porto Sul e não podem participar de manifestações”.</p> <p>“Nos obrigam a aceitar palestras para nos ensinar a plantar árvores! Como assim... A prefeitura solicita que a escola atenda as ações socioambientais da BAMIM e somos obrigados a aceitar”</p>	<p>“São apenas 1,8 quilômetros que separam Castelo Novo da ponte da estrada de ferro sob o Rio Almada. O trem vai passar em cima de nós, onde nosso povo pesca, vai ser muito pó de minério no nosso rio e nas nossas matas... vai ter muito problema respiratório, muito adoecimento”.</p> <p>“vai vir coisas boas e ruins, a ‘bagagem’ toda”.</p> <p>“O sonho da comunidade era a ponte, aí eles fizeram e ficaram só pra eles, proibem que a comunidade use”.</p> <p>“Tem muita falta de qualificação aqui, trouxeram muita gente de fora, eles tem que capacitar as pessoas daqui”.</p>

(Continuação)

TENSÕES/ TERRITÓRIOS	BARRA DE ITAÍPE	ARITAGUÁ	VILA JUERANA	CASTELO NOVO
<p>Tensão C</p> <p>Efeitos psico-socio-afetivos nas vivências territoriais: sofrimentos psicossociais por desterritorialização, apagamento de materialidades das memórias territoriais</p>	<p>“o pescador vai deixar de existir, nossos netos não vão nem saber o que era ser pescador”.</p> <p>“a voz do pescador precisa ser ouvida por que somos os totais prejudicados”.</p> <p>“sem o nosso pesqueiro não tem como continuar...”</p>	<p>“só ficaram os idosos e as mulheres”.</p> <p>“A BAMIM chegou aqui há 13 anos e disse que ia desapropriar todas as roças, isso fez meu marido que era agricultor deprimir... ele não saía mais de casa, deixou de cuidar da saúde, a diabetes descontrolou e ele infartou pela tristeza de perder a sua roça que era fonte de vida e seu único sustento durante toda a vida.”.</p> <p>“A BAMIM acabou com Aritaguá..., as famílias que continuam aqui é porque não têm coragem de sair”. [...] “Eu achava que Aritaguá ia crescer e gerar empregos com a chegada do porto e em 10 anos eles acabaram com Aritaguá”.</p> <p>“Meu marido não aceitou perder a roça, mas não havia o que fazer... Meu marido se trancou em casa e nunca mais voltou na roça... o trator entrou, desmatou o cacau e tudo mais... Ele não quis nem ver depois como ficou de tão triste...”.</p> <p>Meu filho rasgou o documento da desapropriação e</p>	<p>“muita gente está vendendo os terrenos para ir embora... a comunidade vai morrer... quem ficar vai perder a saúde, vai adoecer por problemas respiratórios. Quem puder ir embora, vai. Quem não puder, vai adoecer. E ainda serão afetados pelo tráfico e pela prostituição que tão chegando”.</p> <p>“Muita gente adoecendo psicologicamente, muita gente abandonando suas histórias, suas raízes e indo embora para fugir da Bahia Mineração. A professora Mariza pediu aposentadoria antecipada por que não aguentou a pressão... É difícil para nós, professoras... eles chegam na escola para fazer atividade de educação ambiental com nossos alunos... eles querem ensinar nossos alunos a plantar sendo que são eles que estão desmatando e muito!”.</p> <p>“Eles estão afetando nosso jeito de viver e vão descaracterizar nosso futuro”</p> <p>“Estão destruindo nossa comunidade...”</p> <p>“A gente se sente triste, enfraquecida, derrotada... Sinceramente, não vejo que o Porto Sul vai trazer nada de positivo pra gente da Vila Juerana”.</p> <p>“Somos apenas umas 15 pessoas de nível superior na comunidade, estamos à margem da sociedade de Ilhéus e das contratações do porto sul, a perspectiva é que seremos uma comunidade afetada socialmente pela violência, pela prostituição infantil, pelo fluxo das obras e pelo adoecimento pelo pó do minério... A resistência de quase 10 anos foi jogada fora por empregos temporários que</p>	<p>“Hoje tem muita gente desempregada aqui, minha maior preocupação com a chegada do porto e da ferrovia é com nosso rio e com a perda do cacau... O rio é pai e mãe do povo daqui!”.</p> <p>“São apenas 1,8 quilômetros que separam Castelo Novo da ponte da estrada de ferro sob o Rio Almada. O trem vai passar em cima de nós, onde nosso povo pesca, vai ser muito pó de minério no nosso rio e nas nossas matas... vai ter muito problema respiratório, muito adoecimento...”.</p>

		<p>tomou pavor do povo da BAMIM... Um desrespeito com a nossa história”.</p> <p>“Morreram Alberto e Avani Pessoa por que também ficaram tristes, foram desapropriados para dar lugar ao canteiro de obras da BAMIM. Eles deprimiram e, ao longo do conflito contra a desapropriação, um infarto levou Alberto. Logo depois, entristecida, a morte levou também Avani...”.          (...) “Outro morador antigo, Peninha, enlouqueceu de tristeza, muitos moradores antigos adoeceram com a desapropriação... quem pôde ir embora se salvou”.</p> <p>“As agonias é que sobrarão pra gente, as doenças dos minérios...”.</p>	<p>as vezes não duram nem 10 meses... Desânimo.”</p>	
--	--	--	--	--

(Conclusão)

TENSÕES/ TERRITÓRIOS	BARRA DE ITAÍPE	ARITAGUÁ	VILA JUERANA	CASTELO NOVO
<p>Tensão D</p> <p>Usos geradores de riscos ambientais – produção de riscos e eventos ambientais;</p>	<p>“tá tendo invasão de bichos silvestres por conta do desmatamento”</p> <p>“...o assoreamento vai acabar com o rio (Almada)”.</p>	<p>“vai matar o rio e os manguezais com a sujeira dos minérios... quando a maré subir, vai levar tudo...”.</p>	<p>“A Bahia Mineração provocou desmatamento e aterro num “braço de rio” chamado de “Barrinha” que a comunidade pescava na época da Semana Santa, os animais silvestres fogem da área que foi desmatada e aterrada e invadem as casas, temos até morte de idoso registrada por picada de cobra dentro da sua própria casa, coisa que nunca aconteceu aqui”.</p> <p>“O maior impacto é aqui em Aritaguá que é onde a ferrovia desagua em cima da ponte de Aritaguá, a estrada de ferro... e o maior impacto do Porto Sul é aqui na Vila Juerana por causa do trevo / rotatória do Pátio de Operações Portuárias, onde vai começar a esteira rolante de minérios”.</p> <p>“usarão água do Rio Almada para molhar a tulha de minérios por que aqui venta muito e, se não molhar a tulha, vai ter pó de minério em todo canto. Se as caçambas que carregam os minérios forem abertas e, se a esteira rolante de 10 quilômetros também for aberta, vai ser pó de minério no rio, no mar e aqui na comunidade”.</p>	<p>“povo tá indo embora por que não tem emprego, sem o cacau muita gente foi embora e se tiver poluição do rio, mais gente vai embora”.</p>

Fonte: elaboração própria, 2025

O que denominamos aqui como operacionalização do IQSP corresponde ao cumprimento do protocolo metodológico de IQ (a partir do IQRM) para delineamento preliminar de nosso indicador, levando em conta as adaptações teórico-metodológicas necessárias, tendo em vista a especificidade do objeto desta pesquisa: o sofrimento psicossocial associado à perda do território. Este estudo pode ser considerado o início do processo de operacionalização, num esforço que contempla, como próximos passos, a vivência mais aprofundada na metodologia dos IQ, necessária para ajustes na operacionalização das variáveis independentes e, sobretudo, das variáveis dependentes em fase de formulação, que são apresentadas a seguir.

Dito isso, as tensões apresentadas configuram os resultados que são discutidos a partir das explicações formuladas dialeticamente como determinações que se interconectam em sínteses ou representações científicas da realidade social pesquisada, portanto, um concreto pensado. As Tensões Psíquicas-Socioterritoriais, evidenciadas nos quadros 13 e 14 são compreendidas, como já vimos na seção anterior, como totalidades dinâmicas. Teoricamente, foram caracterizadas neste estudo a partir da interlocução das quatro dimensões articuladas: (1) afetivo-identitária; (2) relacional-comunitária; (3) simbólico-epistêmica; e, (4) ecológico-metabólica. Essas dimensões levam em conta tanto aspectos que se aproximam ou corroboram, quanto os que se opõe, como par dialético formando unidades de contrários, em condições que permitem possibilidades de múltiplas interpretações, bem como o desenvolvimento de novas sínteses.

Nesta perspectiva, sob o prisma do IQRM, segundo Alencar:

A tensão não representará necessariamente algo negativo; como unidade dialética, poderá expressar elementos positivos e capazes apenas de serem assimilados quando a questão se torna uma evidência da realidade impossível de ser ignorada. Além disto, esses elementos positivos podem também expressar um dado completamente novo da realidade que pode não ter sido compreendido anteriormente (Alencar, 2008, p. 117).

As tensões, portanto, foram concebidas a partir de uma construção teórica para fundamentar discursivamente uma apreensão da realidade que se expressa através dos modos rurais de vida atravessados pelo desenvolvimento urbano-industrial no território delimitado. Uma realidade que, essencialmente, se explica no município baiano de Ilhéus através da tensão representada pela relação rural-urbana, tida por Alencar (2006) como “realidades que evidenciam modos de vida em interação e complementariedade, num mesmo espaço, o metropolitano”. Alencar revela, com isso, a presença de uma ruralidade qualificada como metropolitana, portanto, compreende a expansão metropolitana de Ilhéus para além das fronteiras geográficas.

Essa tensão reflete a disputa pelo território, é utilizada para inspirar as demais tensões que nos ajudam a revelar as evidências do sofrimento psicossocial para as comunidades rurais que precisam lidar com experiências de perda dos seus territórios promovidas pelo empreendimento urbano-industrial em foco. Assim, alcançamos um entendimento mais complexo sobre as experiências vividas nas quatro comunidades investigadas no município de Ilhéus. Ruralidades afetadas de forma disruptiva pelo projeto urbano-industrial do terminal

portuário e da ferrovia. Afetações que alcançam as dimensões psíquicas e psicossociais. Este trabalho se propõe metodologicamente a reconhecer essas tensões e discutir acerca delas, de maneira crítica, contra hegemônica, à luz da complexidade. Para chegar aos resultados em pauta, esse estudo categorizou as evidências de acordo com o conteúdo de cada tensão psíquica-socioterritorial desenvolvida. Na sequência, o objetivo foi qualificar esse conteúdo a partir das três determinações específicas já apresentadas neste estudo e que explicam os fenômenos estudados.

Sendo o IQ uma metodologia para operacionalizar o pensamento complexo, a totalidade do fenômeno pode conter partes explicáveis por determinações específicas, mas o todo é necessariamente, explicado por múltiplas determinações que elucidam, sob a ótica do IQSP, o sofrimento psicossocial inerente ao padrão de desenvolvimento dominante, como formulado nas evidências geradoras das tensões psíquicas-socioterritoriais. A interpretação explicativa do que foi apreendido é resultado de um processo sócio-histórico, dinâmico e complexo, da realidade social investigada, onde o sofrimento psicossocial atrelado aos processos de perda dos seus territórios constitui como elemento central uma disputa velada, dolorosa, na ruralidade metropolitana.

Como o objeto desse estudo apresenta contornos subjetivos específicos, na medida em que o IQSP se debruçou qualitativamente sobre o sofrimento e suas repercussões psicossociais, foi necessário a realização de ajustes e adaptações para adequar a metodologia ao objeto de estudo e ao problema de pesquisa. Trata-se, assim, de uma metodologia condicionada pelo objeto e que requer imersão empírica para os ajustes contextuais e para ser validada.

Nas palavras de Alencar:

As dimensões econômicas, culturais, de sociabilidade, políticas, de subjetividade, da natureza e ambiental, derivam da realidade social predominante nas variáveis, estando presentes em todas elas, como resultado da interrelação entre as múltiplas determinações da ruralidade metropolitana (Alencar, 2008, p.119).

Importante a ressalva de que a utilização do termo “predominância”, ao se referir às dimensões, decorre, como explicou Alencar, de um “recurso metodológico indicativo do quadro de possibilidades a serem consideradas hierarquicamente quando da concertação política para intervir no espaço como território” (2007, p. 122). Na perspectiva desta autora, as dimensões

predominantes devem representar os campos de interesse que precisarão ser contemplados na proposição de políticas, programas ou projetos de intervenção (Alencar, 2007, p. 122).

Nessa leitura, os Quadros 15 a 18, apresentados em seguida, articulam as determinações e suas variáveis dependentes e independentes que baseiam as explicações das evidências das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais nos resultados deste trabalho. As determinações desenvolvidas estão relacionadas às dimensões que predominam em cada uma das variáveis. A presença de uma ou mais dimensões relacionadas à sua respectiva variável representa um indicativo do que pode estar gerando ou contribuindo para a existência das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais.

Foram organizadas, nos quadros a seguir, as três determinações desenvolvidas para explicar as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais reveladoras do sofrimento psicossocial atrelado ao desenvolvimento, bem como suas variáveis independentes e dependentes, além das dimensões que a elas se conectam. Porém, antes, é necessário fazer uma breve discussão sobre o papel das variáveis, atribuído pela Metodologia do IQRM. O que levou essa pesquisa a definir, preliminarmente, as variáveis independentes e dependentes que condicionam as determinações desenvolvidas.

A metodologia do IQRM enfatiza a tensão como a coexistência dialética de dimensões distintas, como dinâmica das contradições e não dicotomias. De acordo com Macêdo-Filha (2018, p.46), no caso do IQSC, a coexistência está na noção interpretativa da Segurança Cidadã “enquanto síntese”, onde “podemos considerá-la, portanto, como um conjunto enquanto expressão etnomatemática do problema (não aritmética) que é dado pelas relações entre determinações”. Já as determinações são condicionadas pela realidade expressa por variáveis independentes que, por sua vez, possibilitam a existência de variáveis dependentes. No caso do IQSP, a escala pesquisada em termos das dinâmicas socioespaciais é local, ou seja, comunitária. Quanto mais proximidade com os fenômenos sociais analisados, maior o nível de detalhamento dessa realidade em termos das dinâmicas sociais investigadas. Isso significa que, quanto mais perto estamos das dinâmicas socioespaciais, mais variáveis são identificadas (Macêdo-Filha, 2018).

As variáveis são descritivas da realidade e, ao serem colocadas em foco, sintetizam determinações e expressam as diversas dimensões que as relacionam com a escala regional, como as dimensões econômica, política e ambiental. No âmbito do IQSP, como o enfoque está na qualificação do sofrimento psicossocial intrínseco aos processos de perda e/ou rompimento

das relações com os territórios analisados, essa construção permite reconhecermos os contextos de ocorrência do fenômeno social analisado em interação com todas as dimensões atravessadas. Segundo Alencar (2007; 2008) e Macêdo-Filha (2018), as variáveis independentes representam os elementos que condicionam as determinações. As variáveis dependentes estão relacionadas aos elementos condicionados que decorrem das variáveis independentes. Ou seja, é possível identificar múltiplas alternativas de intervenção ao planejamento a partir das expressões das variáveis analisadas.

Diante disso, na linha da construção do IQ de Segurança Cidadã (Macêdo-Filha, 2018), a condição humana de existência é reconhecida também por esta tese como uma variável independente. Para dar conta do IQSP, foi articulada também a dimensão do pertencimento, pois entendemos que o sentimento de pertença é desenvolvido na relação direta e transgeracional com o território. Portanto a Variável Independente 1 (VI 1) – Condição Humana e Pertencimento – é apresentada aqui como uma variável integradora. Uma variável que aponta a importância da relação saudável com o território para se desenvolver a vida humana com qualidade, saúde e segurança. Por conta da sua relação com os direitos humanos, com as premissas da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2014) em referência à saúde coletiva e com os direitos previstos pela Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988).

A Variável Independente 2 (VI 2) é expressa na Fragmentação e Rompimento da relação sócio-histórica com o Território. A interrupção e a descontinuidade das relações físicas, sociais, subjetivas e afetivas com o território se relacionam com a perda de saúde e com a emergência de repercussões psicossociais invisibilizadas pela sociedade e pelos processos de licenciamento ambiental.

A terceira variável independente é o que norteia este trabalho de investigação: a Imposição do Desenvolvimento Urbano-Industrial como Projeto Civilizatório (VI 3). O desenvolvimento urbano-industrial que atravessa as comunidades rurais ignorando e/ou subalternizando territorialidades, bem como promovendo transformações radicais e permanentes nos modos de vida de grupos sociais que vivem e trabalham em relação direta com a natureza. Nesta variável (VI 3) está a escolha do projeto civilizatório, no caso do Brasil, alinhado ao capitalismo e o neoliberalismo econômico.

Todas as determinações desenvolvidas para proposição do IQSP foram concebidas a partir dessas três variáveis. Abaixo o Quadro 15 com a apresentação das Variáveis Independentes do IQSP:

Quadro 15 - Variáveis independentes do IQSP

<p><u>VI 1 – Condição Humana e Pertencimento para Qualidade de Vida:</u></p> <p>A condição de pertencer à espécie humana, de estar vivo e a importância do pertencimento para exercício dos direitos humanos e para o fortalecimento da saúde pública</p>
<p><u>VI 2 – Fragmentação e Rompimento da relação sócio-histórica com o Território:</u></p> <p>A interrupção e a descontinuidade das relações físicas, sociais, subjetivas e afetivas com o território se relacionam com a perda de saúde e com a emergência de repercussões psicossociais invisibilizadas pela sociedade e pelos processos de licenciamento ambiental</p>
<p><u>VI 3- Imposição do Desenvolvimento Urbano-Industrial como Projeto Civilizatório:</u></p> <p>O desenvolvimento urbano-industrial que atravessa comunidades rurais ignorando e/ou subalternizando territorialidades e promovendo transformações radicais e permanentes nos modos de vida de grupos sociais que vivem e trabalham em relação direta com a natureza</p>

Fonte: elaboração própria, adaptação do IQSC (Macêdo-Filha, 2018)

A condição humana e suas relações de solidariedade, reciprocidade e cooperações, características da vida em sociedade, e, em menor escala, para o exercício da vida social comunitária, levam ao que consideramos como fator constituinte de territorialidade, enquanto manifestação de uma identidade socioterritorial. Condições necessárias para o desenvolvimento do pertencimento, tendo em vista o ideal de uma relação saudável com o território e, da resiliência, diante do protagonismo social que é preciso diante do sofrimento psicossocial subalternizado pelos processos de perda territorial provocados pelo desenvolvimento.

A partir dessas três variáveis independentes, é possível analisar as variáveis dependentes, que se apresentam como construções civilizatórias. No IQRM (Alencar, 2007) a condição econômica expressa a escolha do projeto civilizatório capitalista, que provoca, através das mediações, a condição de urbanidade alcançada entre a natureza e os sujeitos. As variáveis dependentes aparecem também como consequência do projeto civilizatório e expressão do sofrimento psicossocial alcançado, como concretude ou materialização do próprio projeto de desenvolvimento, expressando as dimensões da realidade em contextos de afetação, quais sejam: Dimensão 1 – econômica (E); Dimensão 2 – cultural (C); Dimensão 3 – política (P); Dimensão 4 – coesão social (Cs); Dimensão 5 – ambiental (A); Dimensão 6 – subjetiva (Sj); Dimensão 7 – de sociabilidade (S).

Este processo de ajuste contextual do IQRM e do IQSC à perspectiva do Sofrimento Psicossocial demandou idas e vindas da realidade concreta ao abstrato, já como concreto pensado e, novamente, à realidade levando em conta o seu perfil dinâmico e diversificado, exigindo seguidas reavaliações por analogia às classificações formuladas pelo IQRM.

O levantamento jornalístico e os conteúdos digitais retrataram as realidades investigadas, bem como a importância das notícias sobre o projeto de desenvolvimento urbano-industrial aqui analisado. O mesmo pode ser atribuído às demais evidências destes contextos de sofrimento psicossocial descobertos durante a pesquisa documental, bibliográfica e ao longo da pesquisa de campo.

Entretanto, o amadurecimento da realidade com a implementação da FIOCRUZ/ PORTO ALEGRE, dado que é um projeto ainda incompleto, requer aprofundamentos da análise de modo a referendar ou não a hipótese. Isso permitirá, levando em conta a metodologia do IQRM, uma análise mais profunda a partir de uma amostra maior e ao longo de um período mais significativo, no sentido de termos resultados mais representativos para a consolidação do IQSP.

Para o planejamento da operacionalização inicial do IQSP, esta tese apresenta, abaixo, uma contribuição a partir de Macêdo-Filha (2018), na forma de uma analogia classificatória através de um quadro comparativo entre os aspectos relevantes do IQRM e do IQSP (Quadro 16). Assim, o quadro a seguir, que foi adaptado de Macêdo-Filha (2018), facilita a compreensão acerca da apropriação metodológica aqui proposta:

Quadro 16 - Quadro comparativo entre IQRM e IQSP

(Continua)

<b>IQRM – INDICADOR QUALITATIVO DE RURALIDADE METROPOLITANA</b>	<b>IQSP – INDICADOR QUALITATIVO DE SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL</b>
<p><b>Natureza:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- locus primário de vida ou do espaço natural;</li> <li>- considera o rural como categoria interpretativa.</li> </ul>	<p><b>Sufrimento Psicossocial:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- condição primária diante da perda e/ou da fragmentação das relações com o território;</li> <li>- considera as repercussões psicossociais das experiências comunitárias com os processos de des-territorialização como categoria interpretativa.</li> </ul>
<p>Eixo organizador das expressões das TENSÕES em relação à natureza:</p> <p>Coexistência Rural – Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A ruralidade como modo de vida em relação com o modo de vida urbano (tensões decorrentes da coexistência dos modos de vida rural e urbano em região metropolitana)</li> </ul>	<p>Eixo organizador das expressões das TENSÕES em relação ao Sofrimento Psicossocial no contexto da Des-territorialização:</p> <p>Repercussões Psicossociais na Des-territorialização</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O sofrimento psicossocial no contexto da des-territorialização (tensões decorrentes da imposição do desenvolvimento urbano-industrial em comunidades rurais levando em conta os efeitos psicossocioafetivos da perda do território)</li> </ul>

(Continuação)

<b>Escala – Regional (Município - Região Metropolitana de Salvador)</b>	<b>Escala – Local Comunitária (Barra de Itaipe, Aritaguá, Vila Juerana e Castelo Novo)</b>
<p><b>Dimensões das variáveis</b></p> <p>D1 – econômica (E)</p> <p>D2 – cultural (C)</p> <p>D3 – política(P)</p> <p>D4 – natural (N)</p> <p>D5 – ambiental (A)</p> <p>D6 – subjetiva (Sj)</p> <p>D7 – de sociabilidade (S)</p>	<p><b>Dimensões das variáveis</b></p> <p>D1 – econômica (E)</p> <p>D2 – cultural (C)</p> <p>D3 – política (P)</p> <p>D4 – ambiental (A)</p> <p>D5 – subjetiva (Sj) (com enfoque nos efeitos psicossocioafetivos da des-territorialização)</p> <p>D6 – de sociabilidade (S) (com enfoque nas relações comunitárias no território)</p> <p>D7 – saúde coletiva (com enfoque no adoecimento e nas repercussões psicossociais)</p>
<p><b>Classificação dos usos da natureza que compõem o perfil econômico (município da RMS)</b></p> <p><b>Classificação de atividades quanto aos elementos da natureza utilizados:</b></p> <p>- Expressões do uso direto ou indireto da natureza: mais ou menos mediação, mais ou menos manufaturada / industrializada (rurais, urbanas, rurais-urbanas)</p>	<p><b>Classificação das expressões das repercussões psicossociais no enfrentamento aos processos de des-territorialização (comunidades rurais impactadas pelo desenvolvimento no município de Ilhéus – BA)</b></p> <p><b>Classificação dos efeitos psicossocioafetivos das múltiplas perdas do território:</b></p> <p>- Expressão das tensões psíquicas-socioterritoriais nas comunidades rurais nas suas dimensões intrínsecas:</p> <p>I) afetivo-identitária,</p> <p>II) relacional-comunitária,</p> <p>III) simbólico-epistêmica e,</p> <p>IV) ecológico-metabólica; enfoque na qualificação e categorização dos níveis de afetação psicossocial</p>

(Continuação)

<b>Tipos de uso da natureza:</b>	<b>Tipos de repercussões psicossociais no contexto da des-territorialização:</b>
<p>1. Uso direto (D) predominantemente rurais</p> <p>a) água para consumo humano, animal ou vegetal (plantio);</p> <p>b) produtos in natura;</p> <p>c) matérias primas sem processamento industrial.</p> <p>2. Uso mediado (M) (predominantemente urbanas)</p> <p>a) energia elétrica;</p> <p>b) produtos beneficiados ou industrializados;</p> <p>c) matérias-primas industrializadas.</p> <p>3. Uso duplo (Ud) (rurais – urbanas) – quando as duas condições de uso D e M estão associados.</p>	<p>1. Para o público afetado “Pescadores e Marisqueiras”</p> <p>Essa apropriação da natureza tem respaldo na realidade local a partir da privatização de área marinha para operação do terminal portuário. Cenário que impôs a proibição da única e exclusiva atividade econômica artesanal praticada pelos pescadores e marisqueiras em determinadas áreas marinhas e de rio que eram utilizadas há mais de um século por esse público. A instalação do Porto Sul e da FIOLE impacta diretamente a atividade econômica da pesca artesanal, de mar e de rio, provocando o declínio e contribuindo até a possível extinção dessa atividade econômica ao longo do tempo nas localidades investigadas;</p> <p>2. Para o público afetado “Agricultores Familiares”</p> <p>Essa apropriação da natureza é expressa na forma como suas terras produtivas foram desapropriadas para dar lugar às estruturas logísticas das operações ferroviárias e portuárias. Condição que afetou drasticamente a atividade econômica de subsistência do cultivo do cacau em todas as comunidades investigadas. Atividade econômica artesanal com origem sócio-histórica praticada pelas comunidades locais visitadas, atingida fortemente pelos processos de des-territorialização promovidos pela chegada do Porto Sul e que se encontra em declínio no território.</p> <p>3. Para ambos os públicos acima (pescadores e agricultores familiares)</p> <p>O rompimento com o território promovido pela des-territorialização afeta os vínculos identitários, compromete a organização social nesses territórios, provoca processos de silenciamento, desarticulação de redes de apoio, o que, por sua vez, promove a intensificação do sofrimento psicossocial. O espaço vivido se constitui como um eixo estruturante da identidade coletiva e da saúde mental dos sujeitos sociais nas quatro comunidades investigadas.</p>

(Conclusão)

<p><b>Tensões da Coexistência rural -urbana na disputa pelo Uso rural-urbano da Natureza</b></p> <p>T1 – Pela apropriação da natureza – apropriação da natureza por disputas entre o econômico e o não-econômico, diferentes usos econômicos, o rural e o urbano, o urbano e a natureza;</p> <p>T2 – Pelos usos geradores de risco ambientais – produção de riscos e eventos ambientais;</p> <p>T3 – Pelos usos da natureza em atividades culturais – uso cultural como recursos naturais (transformação em produto, a exemplo artesanal) e como natureza (pela relação simbólica ou em atividade-fim, a exemplo de esportes)</p>	<p><b>Tensões Psíquicas-Socioterritoriais no contexto da Des-territorialização</b></p> <p>Dimensões da Afetação Psicossocial constitutivas das Tensões:</p> <p>Afetivo-Identitária: Articula, a partir da Psicologia Ambiental, o vínculo pessoa-lugar, a continuidade biográfica e o sentimento de pertencimento. Sua ruptura provoca luto de lugar e a desorganização do self;</p> <p>Relacional-Comunitária: Expressa a desintegração das redes de solidariedade e a atomização social, se associando também ao conceito de trauma coletivo do desenraizamento;</p> <p>Simbólico-Epistêmica: Relaciona-se à deslegitimação e/ou subalternização dos saberes e cosmologias locais diante da racionalidade técnico-econômica dominante;</p> <p>Ecológico-Metabólica: Expressa a ruptura do metabolismo socioambiental e a perda das condições materiais de reprodução da vida.</p> <p>Expressões das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais:</p> <p>Tensão A: Tensão pela apropriação da natureza</p> <p>Tensão B: Tensão por subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas</p> <p>Tensão C: Efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais</p> <p>Tensão D: Usos geradores de riscos ambientais para as comunidades</p>
<p><b>DETERMINAÇÕES</b></p> <p><b>Sínteses de relações entre atributos de ruralidade.</b></p> <p>D1-geoambiental</p> <p>D2-rural</p> <p>D3-urbana</p> <p>D4- do modo de ocupação</p> <p>D5-do conhecimento científico</p>	<p><b>DETERMINAÇÕES - Sínteses de relações entre atributos da afetação psíquica e repercussões psicossociais em grupos sociais no contexto da des-territorialização:</b></p> <p>D1 – Determinação I – Dinâmica do Sofrimento entre o Rural e o Urbano no contexto do Desenvolvimento: caracterizada por modos de vida pautados pela condição de ruralidade que são atravessadas por projetos de desenvolvimento urbano-industriais</p> <p>D2 – Determinação II – Resiliência na Coexistência Rural-Urbana diante da Des-territorialização: enfoque na resiliência e no protagonismo na coexistência rural-urbana diante da des-territorialização</p> <p>D3 - Determinação III – A Des-territorialização como a Fragmentação e o Rompimento dos Vínculos com o Território que invisibilizam Subjetividades, provocam Apagamento de Identidades causando Adoecimento e Repercussões Psicossociais: caracterizada a partir da Fragmentação e do Rompimento dos Vínculos com o Território e suas repercussões psicossociais</p>

Fonte: adaptado de Macêdo Filha (2018).

A formulação de categorias de tensão se deu a partir das evidências empíricas dos contextos de sofrimento psicossocial, presentes nas lidas comunitárias diante dos processos de perda territorial investigados, tanto pela análise dos conteúdos jornalísticos levantados, quanto dos dados coletados diretamente em campo. A intensidade empírica da relação entre des-territorialização e sofrimento psicossocial foi traduzida em termos de variáveis dependentes e independentes, tendo sido de forte complexidade também abstrata, como demonstrado no item sobre o método desta tese.

Neste capítulo foi demonstrado, portanto, o potencial interpretativo da perspectiva das repercussões psicossociais e da possibilidade do IQSP apreender a realidade de maneira minuciosa. Se considerado como um norteador de políticas públicas, dá possibilidades alternativas para os processos de licenciamento ambiental no Brasil, como também contribui para prevenção e/ou mitigação dos impactos psicossociais nas comunidades rurais em interface com as operações industriais de grandes empreendimentos.

Para a análise de nexos explicativos dessa dinâmica de tensões entre sofrimento psicossocial em comunidades rurais, atravessadas pelo desenvolvimento urbano-industrial, recorreremos aos quadros analíticos baseados no IQRM, considerando o comportamento das Tensões identificadas nas evidências, agrupadas por similaridade de combinações e qualificando as Determinações que as explicam. A elaboração dos quadros analíticos foi a opção que possibilitou expressar esquematicamente o movimento psíquico-socioterritorial das interseções entre as evidências dos impactos psicossociais desvelados e das tensões identificadas, em torno das quais orbitam as determinações. Explicações complexas desenvolvidas neste estudo, cujas sínteses traduzem concretamente condições de abordagem pelo reconhecimento e qualificação dos impactos psicossociais tornando-os visíveis diante das experiências de perda territorial vividas nas quatro comunidades investigadas.

Os resultados até aqui analisados, por reconhecimento de tensões nas evidências são explicados pela discussão da presença, da interação ou mesmo da ausência de determinações, às quais, longe de terem a pretensão de estabelecer relações de causalidade entre evidências e tensões, buscam sínteses explicativas mais próximas da multicausalidade (Macêdo-Filha, 2018).

Enquanto possibilidade, uma evidência de sofrimento psicossocial pode ser interpretada com o reconhecimento das quatro tensões propostas por este trabalho (A, B, C e D), o que pode

ser indicativo de alta intensidade de dinâmica psíquica-socioterritorial, e, explicadas pela síntese das três determinações desenvolvidas por esta tese, o que consiste em indicativo de alta complexidade de perspectivas em relação àquela evidência.

Chega o momento, portanto, de retomar sinteticamente o que foi demonstrado ao longo dos capítulos desta tese a partir das articulações construídas entre teoria e empiria, indivíduo e sociedade, apontando os caminhos que se desdobram em termos de novas análises e novas investigações. Desse modo, segue o quadro 17:

Quadro 17 - Caracterização das determinações das tensões psíquicas-socioterritoriais com enfoque nas variáveis dependentes

(Continua)

<b>Determinações das Tensões</b>	<b>Variáveis Dependentes (se referem aos elementos condicionados ou decorrem das variáveis independentes)</b>	<b>Dimensões e Tensões predominantes</b>
<p>Determinação I – Dinâmica do Sofrimento entre o Rural e o Urbano no contexto do Desenvolvimento caracterizada por modos de vida pautados pela condição de ruralidade que são atravessadas por projetos de desenvolvimento urbano-industriais</p>	<p>Perda do território simbólico ligado ao modo de vida tradicional (pesca, agricultura familiar)</p> <p>Desenraizamento e sentimento de perda do "lugar vivido"</p>	<p>Dimensões:</p> <p>Perda percebida de território</p> <p>Alteração nas rotinas de subsistência</p> <p>Tensão A: Tensão pela apropriação da natureza</p> <p>Tensão B: Tensão por subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas</p>
<p>Determinação II – Resiliência na Coexistência Rural-Urbana diante da Des-territorialização</p> <p>Enfoque na resiliência e no protagonismo na coexistência rural-urbana diante da des-territorialização</p>	<p>Adoecimento psicossocial associado às posturas de resiliência no enfrentamento à perda territorial</p> <p>Fragmentação de redes de solidariedade; conflitos internos diante das compensações financeiras desiguais</p>	<p>Dimensões:</p> <p>Ruptura de laços intergeracionais;</p> <p>Percepção de justiça / legitimidade do processo de licenciamento ambiental;</p> <p>Tensão C: efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais</p> <p>Tensão D: Usos geradores de riscos ambientais</p>

(Conclusão)

<b>Determinações das Tensões</b>	<b>Variáveis Dependentes (se referem aos elementos condicionados ou decorrem das variáveis independentes)</b>	<b>Dimensões e Tensões predominantes</b>
<p>Determinação III – A Des-territorialização como Fragmentação e Rompimento dos Vínculos com o Território que invisibilizam Subjetividades, provocam Apagamento de Identidades causando e Doecimento e Repercussões Psicossociais.</p> <p>Caracterizada a partir da Fragmentação e do Rompimento dos Vínculos com o Território e suas repercussões psicossociais</p>	<p>Aumento de ansiedade, depressão e estresse decorrentes da desapropriação forçada; ruptura de vínculos comunitários</p> <p>Perda do território simbólico ligado ao modo de vida tradicional (pesca, agricultura familiar)</p> <p>Fragmentação de redes de solidariedade; conflitos internos diante das compensações financeiras desiguais</p> <p>Aumento da vulnerabilidade a doenças ligadas ao estresse e deslocamento; insegurança alimentar pela perda de território agrícola</p> <p>Desenraizamento e sentimento de perda do "lugar vivido"</p>	<p>Dimensões:</p> <p>Perda percebida de território;</p> <p>Alteração nas rotinas de subsistência;</p> <p>Ruptura de laços intergeracionais;</p> <p>Sintomas psicossomáticos e emocionais;</p> <p>Percepção de justiça / legitimidade do processo de licenciamento ambiental;</p> <p>Tensão A:</p> <p>Tensão pela apropriação da natureza</p> <p>Tensão B:</p> <p>Tensão por subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas</p> <p>Tensão C:</p> <p>Efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais</p> <p>Tensão D:</p> <p>Usos geradores de riscos ambientais</p>

Fonte: elaboração própria, 2025

O quadro 17 apresenta as três Determinações das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais produzidas por esse estudo, evidenciando as suas variáveis dependentes e articulando a ocorrência dessas tensões e dimensões atravessadas.

A Determinação I compreende a ruralidade como categoria teórica que representa relações do ser humano com a natureza, com predominância de usos direto ou mediado da natureza, de modo que expressa uma postura política com importância substancial para a formulação de políticas públicas. Desse modo, a condição urbana é apresentada aqui como o ambiente construído, no qual a relação com a natureza não humana é indireta, artificial, e a torna invisível como base material. A condição urbana é politicamente impositiva, produzindo ruptura na relação do ser humano com a natureza. O urbano, apropriado pelo desenvolvimento industrial, aparece aqui, especificamente para a Determinação I, como a imposição de um jeito

de viver atrelado ao desenvolvimento, que o retroalimenta, que ignora ou supera as condições de ruralidade, provoca danos à natureza, promovendo a des-territorialização e que, sob a ótica desta pesquisa, acarreta sofrimento e impactos psicossociais aos grupos sociais afetados.

A Determinação II qualifica a resiliência como condição natural e estratégia dos povos tradicionais e/ou em contextos de ruralidade metropolitana que se encontram oprimidos pelo desenvolvimento. Por conseguinte, por necessidade e sobrevivência, precisam assumir posturas críticas de proteção, enfrentamento e/ou confrontação frente aos processos de des-territorialização. A resiliência aqui pode ser associada tanto à perda de saúde por conta dos desgastes físicos e emocionais frente aos processos de luta contra à perda e ou fragmentação dos seus territórios, quanto ao protagonismo dos sujeitos afetados nos movimentos por cidadania e pela preservação das suas territorialidades.

Já a Dimensão III é integradora do ponto de vista da afetação psíquica, incluindo os impactos psicossociais, qualificados aqui como consequência dos processos de des-territorialização promovidos pelo desenvolvimento. Essa determinação específica associa o adoecimento psicossocial diretamente ao desenvolvimento urbano-industrial como uma característica intrínseca e invisível dentro dos processos de licenciamento ambiental. O sofrimento, para as comunidades que vivenciam processos de perda dos seus territórios, como característica inerente ao desenvolvimento. Uma determinação que explica e se relaciona com todas as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais levantadas por esta pesquisa.

O quadro 18, a seguir, ilustra a relação das Determinações desenvolvidas por esse estudo nas quatro Tensões Psíquicas-Socioterritoriais que, por sua vez, evidenciam o sofrimento psicossocial frente aos processos de perda dos seus territórios.

Quadro 18 - Síntese das Determinações das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais de A à D

<b>Determinações/ Tensões Psíquicas- Socioterritoriais</b>	<b>Determinação I</b>	<b>Determinação II</b>	<b>Determinação III</b>
	Dinâmica do Sofrimento entre o Rural e o Urbano no contexto do Desenvolvimento	Resiliência na Coexistência Rural-Urbana diante da Des-territorialização	A Des-territorialização como a Fragmentação e o Rompimento dos Vínculos com o Território que invisibilizam Subjetividades, provocam Apagamento de Identidades causando Adoecimento e Repercussões Psicossociais
<b>Tensão A:</b> Tensão pela apropriação da natureza	X	X	X
<b>Tensão B:</b> Tensão por subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas	X	X	X
<b>Tensão C:</b> Efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais	X	X	X
<b>Tensão D:</b> Usos geradores de riscos ambientais	X	X	X

Fonte: elaboração própria, 2025

O quadro 18 apresenta, como resultado ilustrativo, todas as tensões que dão contorno ao IQSP. Uma síntese que emergiu da análise complexa e dinâmica dos processos de perda territorial investigados. Numa visão mais ampliada dos quadros analíticos apresentados, podemos constatar a pertinência e funcionalidade das Determinações desenvolvidas para explicar as Tensões Psíquicas-Socioterritoriais que permeiam a vida cotidiana dos grupos sociais estudados. Determinações que consistem em importantes resultados desta tese na medida em que enxergam, qualificam e explicam os fenômenos sociais pesquisados de forma sistêmica e como totalidades dinâmicas.

A caracterização que resulta dos impactos psicossociais vivenciados nas quatro comunidades pesquisadas revelou níveis de afetação e de impactos psicossociais nesses grupos, que, como vimos, estão invisíveis nos processos de planejamento territorial e de licenciamento ambiental do porto e da ferrovia. Condições psicossociais específicas, interdependentes às suas relações de afeto e identidade com o território, decorrentes dos processos de perda territorial vivenciados e que apontam para um potencial Transtorno Psíquico-Socioterritorial. Segue o

Quadro 19 com a confirmação da categorização dos três diferentes níveis de afetação psíquica e psicossocial nos grupos sociais estudados.

Quadro 19 - Categorias de afetação psicossocial dos grupos sociais nos diferentes contextos de des-territorialização investigados

CATEGORIAS DE AFETAÇÃO	PERFIL PSICOSSOCIAL
<p>Categoria I - Por Ameaça de Desposseção Territorial – Grupos Sociais, campestinos ou em meio urbanos, em condições de vulnerabilidade social que sofrem ameaças de perda dos seus territórios afetivos e de condições transgeracionais de territorialidade</p>	<p>Comunidades que convivem com as tensões provocadas pelas ameaças e riscos de des-territorialização e pelo medo das mudanças abruptas que impactarão na interrupção dos modos de vida, traços culturais e vida social comunitária: prevalência de sentimentos de ansiedade e sofrimento psíquico com as mudanças forçadas que ainda estão por vir</p>
<p>Categoria II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional – Grupos Sociais, campestinos ou em meio urbanos, em condições de vulnerabilidade social que sofrem efetivamente a perda de territórios sensíveis e/ou afetivos, identitários e/ou comunitários, sejam estes territórios físicos ou simbólicos, presentes na vida cotidiana dessas populações, no âmbito das mudanças territoriais que impedem a transmissão transgeracional das territorialidades construídas ao longo do tempo e que serão ou já estão em contexto de interrupção por conta de processos de des-territorialização</p>	<p>Prevalência de sofrimento psíquico e repercussões psicossociais associadas à danos topofílicos e aos prejuízos relacionados aos impactos à identidade territorial, além dos processos de adoecimento psíquico e/ou psicossomáticos decorrentes dos processos de resistência nos movimentos socioambientais que lutam contra a perversidade do desenvolvimento nesses contextos</p>
<p>Categoria III – Por Desposseção Territorial – Grupos Sociais, campestinos ou em meio urbanos, em condições de vulnerabilidade social que sofrem efetivamente a desposseção, com perda dos seus territórios imediatos de vida, como o ambiente domiciliar de moradia, que estão submetidos à contextos de remoção compulsória e que precisam se adaptar à vida em outros territórios durante ou após os processos de remoção:</p>	<p>Aqui prevalecem condições intensificadas de sofrimento psíquico e desdobramentos psicossociais decorrentes da imposição e da perversidade do processo de des-territorialização que podem envolver o surgimento e/ou agudização de quadros clínicos de depressão, crises e/ou transtornos de ansiedade, dentre outras possibilidades de danos à saúde mental e somatização física. Nessa categoria podem ocorrer também os sentimentos de impotência, melancolia, agressividade e/ou não aceitação, além da exposição em potencial deste grupo social à contextos de violência nos processos de resistência socioambiental e/ou de remoção compulsória</p>

Fonte: elaboração própria, 2025

A partir da definição das categorias de afetação psicossocial desenvolvidas, chegamos, enfim, ao quadro de síntese do IQSP. Um quadro base que articula as notícias jornalísticas levantadas com as categorias de afetação que foram classificadas como Tensões Psíquicas-Socioterritoriais e explicadas pelas Determinações construídas por este estudo. Uma construção teórico-metodológica que cria as bases para o aprofundamento do processo de

operacionalização deste indicador, visando a sua consolidação. Desse modo, apresentamos o quadro sintético do IQSP:

Quadro 20 - quadro sintético do indicador qualitativo de sofrimento psicossocial – IQSP

(Continua)

<b>Determinações / Tensões Psíquicas-socioterritoriais / Categorias de Afetação Psicossocial</b>	<b>Determinação I Dinâmica do Sofrimento entre o Rural e o Urbano no contexto do Desenvolvimento</b>	<b>Determinação II Resiliência na Coexistência Rural-Urbana diante da Des-territorialização</b>	<b>Determinação III A des-territorialização como a Fragmentação e o Rompimento dos Vínculos com o Território que invisibilizam Subjetividades, provocam Apagamento de Identidades causando Adoecimento e Repercussões Psicossociais</b>
<b>Tensão A:</b>  <b>Tensão pela apropriação da natureza</b>	Categoria de Afetação Psicossocial I - Por Ameaça de Desposseção Territorial	Categoria de Afetação Psicossocial I - Por Ameaça de Desposseção Territorial  Categoria de Afetação Psicossocial II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional	Categoria de Afetação Psicossocial I - Por Ameaça de Desposseção Territorial  Categoria de Afetação Psicossocial II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional  Categoria de Afetação Psicossocial III – Por Desposseção Territorial
<b>Tensão B:</b>  <b>Tensão por subalternização da população local às diretrizes capitalistas exógenas</b>	Categoria de Afetação Psicossocial II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional	Categoria de Afetação Psicossocial I - Por Ameaça de Desposseção Territorial;  Categoria de Afetação Psicossocial II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional	Categoria de Afetação Psicossocial I - Por Ameaça de Desposseção Territorial  Categoria de Afetação Psicossocial II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional  Categoria de Afetação Psicossocial III – Por Desposseção Territorial

(Conclusão)

<b>Determinações / Tensões Psíquicas-socioterritoriais / Categorias de Afetação Psicossocial</b>	<b>Determinação I</b> <b>Dinâmica do Sofrimento entre o Rural e o Urbano no contexto do Desenvolvimento</b>	<b>Determinação II</b> <b>Resiliência na Coexistência Rural-Urbana diante da Des-territorialização</b>	<b>Determinação III</b> <b>A des-territorialização como a Fragmentação e o Rompimento dos Vínculos com o Território que invisibilizam Subjetividades, provocam Apagamento de Identidades causando Adoecimento e Repercussões Psicossociais</b>
<b>Tensão C: efeitos psicossocioafetivos nas vivências territoriais</b>	Categoria de Afetação Psicossocial I - Por Ameaça de Despossessão Territorial  Categoria de Afetação Psicossocial II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional  Categoria de Afetação Psicossocial III – Por Despossessão Territorial	Categoria de Afetação Psicossocial I - Por Ameaça de Despossessão Territorial  Categoria de Afetação Psicossocial II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional  Categoria de Afetação Psicossocial III – Por Despossessão Territorial	Categoria de Afetação Psicossocial I - Por Ameaça de Despossessão Territorial  Categoria de Afetação Psicossocial II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional  Categoria de Afetação Psicossocial III – Por Despossessão Territorial
<b>Tensão D: Usos geradores de riscos ambientais</b>	Categoria de Afetação Psicossocial III – Por Despossessão Territorial	Categoria de Afetação Psicossocial II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional  Categoria de Afetação Psicossocial III – Por Despossessão Territorial	Categoria de Afetação Psicossocial I - Por Ameaça de Despossessão Territorial  Categoria de Afetação Psíquica II – Por Impedimento de Transmissão Territorial Transgeracional  Categoria de Afetação Psicossocial III – Por Despossessão Territorial

Fonte: elaboração própria, 2025

O Quadro 21 faz a síntese dos resultados articulando as determinações explicativas das tensões, demonstrando as categorias de afetação psicossocial diante dos níveis de des-territorialização a que os grupos sociais pesquisados estão submetidos. Uma síntese que lança luz sobre o sofrimento e as repercussões psicossociais destes sujeitos, denunciando as condições de sofrimento intrínsecas ao padrão de desenvolvimento urbano-industrial para essas comunidades rurais pesquisadas.

Para finalizar as discussões sobre os resultados alcançados por esse estudo, é preciso destacar aqui que, mais do que apresentar mais uma criação diagnóstica ou apontar um novo tipo de adoecimento psíquico, este trabalho se posiciona como uma alternativa capaz de revelar

os contextos políticos, socioeconômicos e ambientais que são fonte de sofrimento psicossocial, oriundos da perda do território em diferentes níveis. Um estudo que deu visibilidade e fez a tipificação deste sofrimento psicossocial, que é especificamente causado pela afetação psíquica-socioterritorial e que ganha destaque neste trabalho marcando o lugar dos estudos psicossociais no território.

Portanto, a operacionalização do IQSP, a partir das determinações das tensões acima evidenciadas e apresentadas neste capítulo, pode comprovar a necessidade de aprofundamento dos estudos quanto à magnitude dos impactos psicossociais presentes na dimensão dos impactos socioambientais do Porto Sul e da FIOLE, de modo a torná-las visíveis, bem como qualitativamente mensuráveis em termos de ocorrências e magnitude.

Essa construção traça até aqui as bases teórico-metodológicas com a comprovação das evidências encontradas, apresentando este indicador (IQSP), portanto, como um instrumento capaz de revelar níveis diferentes de afetação psicossocial dentro dos processos de desterritorialização promovidos pelos projetos de desenvolvimento. Um indicador qualitativo que pode ser um recurso importante para influenciar os processos de licenciamento ambiental e orientar planejadores urbanos e territoriais, bem como os patrocinadores públicos e privados dos grandes empreendimentos urbano-industriais.

O IQSP tem potencial, portanto, de se transformar num recurso capaz de evidenciar a perversidade do desenvolvimento para os grupos sociais que têm os seus modos de vida alterados e são obrigados a conviver permanentemente com os riscos e ameaças dessas operações industriais e, na medida em que, paradoxalmente, são alijados de se beneficiar dos impactos positivos que esses empreendimentos provocam para a sociedade.

Defendemos aqui que a apresentação e discussão dos resultados alcançados foram capazes de articular os conhecimentos construídos a partir do protocolo metodológico do IQRM e do processo de modelagem inicial do IQSP, chamando atenção para as evidências de sofrimento psicossocial provocadas pelo desenvolvimento e encontradas na pesquisa de campo e na pesquisa documental. Até aqui, conseguimos avaliar essa dimensão – invisibilizada dentro dos processos de licenciamento ambiental e na proposição de políticas públicas – representada pelos impactos e repercussões psicossociais decorrentes dos processos de perda de territórios vividos pelas comunidades estudadas. Foi possível, assim, enxergar os fenômenos sociais de forma dinâmica, sistêmica e pautada na complexidade, delimitar as tensões psíquicas-socioterritoriais, qualificar esse sofrimento psicossocial, encontrar suas determinações e

categorizar os níveis de afetação diante dos processos de des-territorialização. Uma lógica que nos permite enxergar o projeto de desenvolvimento urbano-industrial da FIOLE e do Porto Sul, a contrapelo, portanto, sob a perspectiva das comunidades impactadas.

Este é o momento em que esta tese encaminha discussões em torno do impacto do sofrimento psicossocial, fazendo uma síntese dos debates teóricos desenvolvidos, da metodologia implementada bem como dos resultados obtidos a partir dela, e da dimensão propositiva deste trabalho, a partir da crítica à invisibilidade dos impactos psicossociais decorrentes dos processos de des-territorialização.

## **5 DISCUSSÕES EM TORNO DO IMPACTO DO SOFRIMENTO PSICOSSOCIAL NO IQSP EM SÍNTESE DE DETERMINAÇÕES**

Ao longo do capítulo anterior, este estudo fez uso da referência ‘a contrapelo’ no sentido de apresentar os resultados alcançados à luz da metodologia dialética, no sentido de expor a contradição como elemento constitutivo da realidade investigada. Isto é, buscamos a representação de uma atitude crítica, baseada na desconfiança da narrativa dos vencedores, na não aceitação passiva da versão oficial dos fatos, do questionamento de quem está contando a história e dos seus motivos. Esse movimento tem potencial de alcançar vozes silenciadas, de buscar na história os fragmentos e os testemunhos dos oprimidos, dos derrotados, dos esquecidos. Ao utilizarmos essa referência, em outras palavras, esta pesquisa se posiciona em oposição à ideia de progresso inevitável, bem como atribui voz ativa às comunidades que estão sendo forçadas a conviver com uma ferrovia e com o terminal portuário.

A expressão "a contrapelo da história" foi cunhada pelo filósofo Walter Benjamin na sua obra "Sobre o Conceito de História", de 1940, traduzida para o português, em 1987, por Sérgio Paulo Rouanet. "A contrapelo" significa, literalmente, passar a mão no sentido contrário ao crescimento do pelo. No contexto desta tese, que se dedicou aos impactos psicossociais do desenvolvimento urbano-industrial em comunidades rurais, tal expressão pode ser entendida aqui como um esforço em busca da alteridade, um gesto que causa desconforto, que revela a textura verdadeira da pele, que desarruma e desorganiza o discurso oficial e o caráter sustentável desse padrão de desenvolvimento.

De acordo com Benjamin (1987), a história tradicional era como uma narrativa construída pelos vencedores, como uma sucessão linear de fatos, eventos e conquistas que celebra o progresso, os heróis e as civilizações dominantes. Essa narrativa, no entanto, apaga sistematicamente o sofrimento dos vencidos, as culturas destruídas, as resistências e o custo humano deste progresso. Portanto, "ler a história a contrapelo" é a perspectiva proposta por Benjamin. Essa perspectiva, apropriada aqui, dá início às conclusões desta tese, que desvela as tensões existentes nessa convivência (forçada) entre o rural-urbano no município de Ilhéus. Uma pesquisa que privilegiou a noção de complexidade na medida em que abandona uma visão linear sobre os fenômenos estudados, bem como dá voz a grupos sociais silenciados, que se encontram subalternizados, cujo sofrimento tem sido subdimensionado e até invisibilizado, no que diz respeito às perdas dos seus territórios.

Benjamin rejeitava a ideia de que a história é uma marcha contínua e inevitável rumo ao progresso. Para ele, essa crença é perigosa, pois nos faz aceitar os horrores do presente como um mal necessário para um futuro melhor. Ler a contrapelo, portanto, é mostrar que o progresso frequentemente anda de mãos dadas com a catástrofe. Esse estudo assumiu a justificativa epistemológica da busca de fissuras, os silêncios e as derrotas na narrativa histórica através da metodologia do IQRM, trata-se de uma crítica à ideologia do progresso, que justifica a opressão no presente em nome de um futuro ideal, e considerado sustentável. Representa, esse estudo, também, um ato de libertação, dando aos "vencidos" um lugar na memória e, assim, evidenciado a possibilidade de um futuro verdadeiramente diferente, com base nos aprendizados do passado.

Dito isso, a tese aqui defendida é de que a des-territorialização provocada pelo projeto FIOLE/ PORTO SUL tem repercussões psicossociais e a fundamentação do IQSP consiste no recurso metodológico de demonstração desta afetação. Além da sistematização e consolidação dos resultados, do alicerce conceitual utilizado para a modelagem do IQSP, este estudo oferece um aprofundamento teórico-metodológico, visando a construção de conhecimento aplicado. Uma discussão transdisciplinar e problematizada, temperada com a experiência vivida na pesquisa de campo, com os saberes construídos na inter-relação com os modos de vida afetados das comunidades rurais pesquisadas.

Escolhemos, nesta tese, autores e obras relevantes do campo das ciências humanas, sociais, econômicas e dos estudos territoriais, que resultaram numa base teórica que privilegia o fazer ciência com alteridade, sob o prisma da complexidade e com perfil propositivo. Esse arcabouço teórico-metodológico, conectado ao fenômeno social investigado, marca o

reconhecimento de aspectos psicossocioafetivos como contribuição deste trabalho, que desvela a perversidade no desenvolvimento e denuncia o sofrimento psicossocial decorrente dos processos de perda territorial.

Também discutimos alternativas econômicas integrativas, pautadas na alteridade e na reciprocidade, visando superar os limites e contradições deste desenvolvimento urbano-industrial. Neste sentido, realizou-se uma análise sistêmica sobre o sofrimento e os impactos psicossociais experienciadas por comunidades rurais submetidas à perda dos seus territórios de forma permanente e compulsória em virtude de projetos urbano-industriais. A partir dos aportes teóricos da Psicologia Social, da Psicanálise, da Psicologia Ambiental e dos Estudos Territoriais discutiu-se como o rompimento com o território – enquanto espaço simbólico, identitário e afetivo – se articula com os processos de des-territorialização e seus efeitos socioambientais, sobretudo, psicossocioafetivos.

Foram mobilizados aqui autores como Deleuze e Guattari (1995), Safatle (2008), Birman (2005), Haesbaert (2004), Freud (1919 / 2011), Morin (2005), Sawaia (1999), Ingold (2011), Pol (2006) e Altman & Rogoff (1987), D`Ambrosio (1999), dentre outros, para compreender os complexos efeitos subjetivos e coletivos da imposição de projetos de desenvolvimento que produzem exclusão, desamparo e silenciamento.

A expansão de projetos urbano-industriais em áreas rurais, frequentemente amparada pelos discursos oficiais de progresso e desenvolvimento, tem provocado, como vimos até aqui, profundas transformações socioambientais e subjetivas nos modos de vida pautados na ruralidade. Os processos compulsórios de perda de territórios impostos às comunidades tradicionais, ribeirinhas, camponesas e indígenas se tornam um fenômeno recorrente, marcado por processos de silenciamento, desarticulação de redes locais de apoio e reciprocidade. Isso, por sua vez, promove a intensificação do sofrimento psicossocial.

Nesse ponto, podemos revisitar os resultados da pesquisa de campo realizada com referência à situação dos pescadores da Barra de Itaípe, ou mesmo o contexto dos agricultores familiares de Aritaguá. Em ambos os casos, há relatos, nas entrevistas semiestruturadas, que expressam especificamente níveis de sofrimento psicossocial relacionados à perda dos seus territórios e das suas territorialidades.

Os quadros analíticos apresentados classificam as evidências com as tensões psíquicas-socioterritoriais desenvolvidas nesse estudo, propiciando uma análise que não fragmenta a realidade social investigada. Levando em conta o olhar complexo dos autores aqui discutidos e

as contribuições teóricas e metodológicas que transitamos, as determinações desenvolvidas se apresentam como concreto pensado fazendo a síntese de múltiplas determinações com objetivo de operacionalizar a dialética e a complexidade, levando em conta as relações sociais no território. Trata-se de uma abordagem qualitativa que, a contrapelo, rompe com a linearidade do empirismo vulgar, focando nas dimensões interdependentes que explicam a materialidade vivida no território e no tempo. O concreto pensado como a síntese das explicações através das determinações desenvolvidas. Ou seja, o concreto só é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações. (Marx, 2011 e 2013).

Podemos constatar: o sofrimento psicossocial, portanto, não é externalidade, e sim característica intrínseca do desenvolvimento urbano-industrial, no contexto da des-territorialização, levando em conta a experiência vivida nas quatro comunidades investigadas.

Um resultado concreto produzido por esta pesquisa chama atenção, denuncia os contextos de sofrimento, suas repercussões psicossociais e corrobora com a afirmação acima: trata-se da ausência da Tensão C – que foca nos efeitos psicossocioafetivos dos processos de des-territorialização – no Quadro 08, representando a ausência dessa tensão nas reportagens e conteúdos jornalísticos que comunicam o projeto da FIOL e do Porto Sul à sociedade. É uma dimensão invisível no discurso macroeconômico, neoliberal e desenvolvimentista. Esse resultado contrasta com a forte presença da Tensão C nos quadros 11, 13 e 14, que analisam a presença das tensões psíquicas-socioterritoriais nos discursos investigados durante a realização das entrevistas semiestruturadas. A mesma tensão psíquica-socioterritorial que está invisível nas narrativas desenvolvimentistas e nos discursos jornalísticos que comunicam à sociedade o projeto de desenvolvimento urbano-industrial aqui em discussão, se encontra com significativa evidência na oralidade dos entrevistados. Em outras palavras, os efeitos psicossocioafetivos causados pela perda do território estão visíveis e presentes na experiência vivida dessas comunidades, forçadas a conviver com a ferrovia e com o porto.

Como uma verdade inconveniente, esse trabalho descortina a dimensão psicossocial afetada dentro do chamamos de impactos socioambientais do desenvolvimento. Um desvelar da perversidade no desenvolvimento a partir da percepção de quem é considerado de forma subalterna, classificando os níveis de afetação psicossocial dos grupos sociais que estão submetidos aos processos de perda dos seus territórios, como os contextos de desapropriação. É evidente a invisibilidade do sofrimento e dos impactos na dimensão psicossocial nos conteúdos jornalísticos e reportagens selecionadas, refletido também no processo de licenciamento ambiental da FIOL e do Porto Sul. Esta é uma afirmação categórica porque, ao

longo da pesquisa documental, esse estudo analisou diversos documentos oficiais e não foram encontradas quaisquer evidências da Tensão C no âmbito do processo de licenciamento investigado. Essa invisibilidade pauta a justificativa deste trabalho: reconhecer os impactos psicossociais dos processos de des-territorialização em Ilhéus.

O objetivo deste estudo consistiu em compreender de forma complexa e crítica as dinâmicas territoriais atravessadas pelas tensões psíquicas-socioterritoriais, no sentido de fundamentar a tomada de decisões que atenuem ou mitiguem os impactos deste empreendimento para as comunidades afetadas. Os resultados apontam também o indicador qualitativo aqui formulado – o IQSP – como recurso em potencial para o planejamento territorial. A realidade discutida e os fenômenos sociais aqui investigados, portanto, justificam o desenvolvimento do IQSP.

Outro fator que impulsionou esta pesquisa foi a experiência vivida deste autor, como psicólogo e consultor ambiental. Esta tese, portanto, tem aderência à formação do autor como psicólogo, sobretudo, com alinhamento científico em referência aos campos da psicologia social, psicologia ambiental, dentre outras áreas das ciências humanas e sociais que compõem o arcabouço teórico e metodológico que marcam a identidade deste pesquisador. Todavia, para além disso, há também uma convergência técnico-científica dos estudos realizados nessa tese com as minhas referências profissionais acumuladas ao longo da trajetória enquanto especialista em monitoramento social, gestão socioambiental e educação ambiental junto aos empreendimentos industriais relacionados aos campos da mineração, da siderurgia, da logística ferroviária e portuária e da produção energética. São quase vinte anos de prestação de serviços socioambientais nos principais terminais ferroviários e portuários do Brasil. Desde 2006, atendo a Ferrovia Centro Atlântica, Ferrovia Norte Sul, os terminais portuários em Santos (São Paulo) e do Pecém (no Ceará). O trabalho continuado de mapeamento de comunidades afetadas pelos impactos ambientais desses empreendimentos de grande porte, em diversos estados brasileiros, gerou conhecimento aplicado e experiência diversificada no tocante à extensão dos impactos ambientais e suas dimensões de afetação, bem como a vivência a partir do acompanhamento de diferentes processos de licenciamento ambiental.

Assim, essa tese promove, em âmbito pessoal-profissional, o encontro da psicologia enquanto ciência humana com os estudos territoriais, iniciados durante o mestrado (em planejamento territorial e desenvolvimento social na UCSAL), e com a consultoria voltada para o atendimento às comunidades impactadas pelo desenvolvimento urbano-industrial. Desse encontro nasce a ideia do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP). Na

consultoria, pudemos reconhecer e dar contornos iniciais a análise sobre a dimensão psíquica e psicossocial afetada, em comunidades rurais que convivem com processos de perda dos seus territórios afetivos, identitários e de vida social comunitária. Dimensão que, como vimos neste estudo, está invisibilizada nos processos de licenciamento ambiental estudados.

Como consultor, o trabalho realizado na Amazônia Paraense, mais precisamente no território da Volta Grande do Rio Xingu, no município de Altamira (PA), também mobilizou e deu ensejo a essa tese. Trata-se do maior serviço de monitoramento social do Brasil, voltado para o acompanhamento de mais de quatro mil (4.000) famílias que convivem em interface com as operações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, da Norte Energia. Parte dessas famílias continua nos seus territórios de origem, outras foram removidas para outros territórios, algumas ainda convivem com as ameaças e com a espera da remoção compulsória. Nesta experiência, o autor desta tese coordena uma equipe de 23 profissionais de pesquisa que executa o trabalho de monitoramento socioeconômico das alterações dos modos de vida dessas famílias, de ribeirinhos e de pescadores, com base em dois indicadores: o IDF, que é o Indicador de Desenvolvimento Familiar, com os cálculos específicos para identificação de vulnerabilidade socioeconômica e contextos de pobreza extrema (Carvalho; Franco, 2003) e o ISSA, Indicador de Sustentabilidade Socioambiental (Brasil, 2024).

Embora os indicadores citados, como o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) e o Indicador de Sustentabilidade Socioambiental (ISSA), representem avanços na tentativa de mensurar vulnerabilidades e condições de vida, suas estruturas quantitativas permanecem ancoradas em paradigmas tecnocráticos que ignoram dinâmicas subjetivas essenciais, sobretudo em comunidades rurais impactadas por processos de des-territorialização (Barros; Franco, 2025; Brasil, 2025). Ao reduzirem o desenvolvimento à métrica de acesso a serviços e infraestrutura, tais indicadores desconsideram o enraizamento territorial, os vínculos afetivos e identitários que constituem a base da reprodução social de povos e comunidades tradicionais. Em áreas afetadas por grandes empreendimentos – como barragens, mineração e monoculturas – “os deslocamentos forçados não geram apenas perdas materiais, mas profundas rupturas psicossociais, que são sistematicamente silenciadas nos instrumentos de avaliação institucional” (Urquiza, 2012, p.127).

A hegemonia de um modelo desenvolvimentista urbano-industrial, sustentado por indicadores que fragmentam a realidade complexa, reforça a produção de zonas de sacrifício ao desconsiderar as afetações psíquicas, socioemocionais e coletivas dos sujeitos atingidos. Esta invisibilização compromete não apenas a eficácia de políticas públicas reparatórias, mas

também a legitimidade dos processos de licenciamento ambiental, que seguem pautados por uma racionalidade instrumental (Altman; Rogoff, 1987).

Não incluir essas dimensões simbólicas e psicossociais nos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) analisados reforça a necessidade de criação de indicadores qualitativos ancorados em metodologias participativas (Urquiza, 2012). Tais ferramentas, segundo Urquiza, poderiam potencializar uma justiça ambiental enraizada nos territórios e nos modos de vida ameaçados. Por tudo isso, o delineamento preliminar do IQSP proposto por esta tese, bem como o seu futuro aprofundamento, podem contribuir com o aperfeiçoamento das políticas e práticas territoriais, bem como dos processos de licenciamento ambiental no Brasil.

Como conclusão, esta investigação científica traz o olhar crítico e sistêmico para denunciar o sofrimento psicossocial presente nas experiências territoriais investigadas, reconhecendo a normose (Crema, 2021) e imaginando alternativas ao nosso modelo de desenvolvimento. Ao longo desta reflexão, buscamos desvelar os mecanismos perversos que sustentam o paradigma de desenvolvimento urbano-industrial e suas reverberações sobre o sofrimento psicossocial e as configurações subjetivas de comunidades rurais que são desterritorializadas.

Essa análise nos conduz à constatação de que não se trata apenas de um problema técnico, logístico ou administrativo. O que está em jogo é a manutenção de uma racionalidade destrutiva e normalizada — uma normose civilizatória — que aniquila vínculos, destrói mundos e adoce coletividades inteiras (Crema, 2021). Roberto Crema (2021), com contundência, denuncia a “patologia do consenso”, a aceitação “acrítica” de valores e práticas que, embora danosos à vida, tornaram-se socialmente legitimados. Segundo ele, “Vivemos sob a ditadura da normalidade perversa, onde ser adaptado é estar doente e resistir é um ato de saúde” (Crema, 2021, p. 67). A normose, portanto, “coloniza os imaginários e anestesia a percepção do sofrimento socialmente produzido, transformando a dor coletiva em ruído, e a destruição em progresso” (Crema, 2021, p. 67).

De uma maneira geral, o que se observa nas comunidades rurais impactadas por grandes empreendimentos e complexos agroindustriais, projetos de mineração e de infraestrutura logística, como no caso das comunidades rurais de Ilhéus, é a devastação dos territórios existenciais, a perda de referências simbólicas e afetivas, a desconfiguração dos sentidos de pertencimento, além da fragmentação das redes locais de solidariedade. Como denuncia, o pesquisador português Pedro Hespanha (2021), quando afirma que esse desenvolvimento

“produz territórios mutilados e sujeitos esvaziados de futuro”, porque impõe uma lógica da acumulação que exclui, destrói e desumaniza (p. 113).

Hespanha propõe uma virada paradigmática: a superação do produtivismo por uma economia dos bens comuns, baseada na reciprocidade, na economia solidária e no reconhecimento dos saberes territoriais. Trata-se de “reverter a lógica do sacrifício em nome de um progresso que nunca chega, para construir alternativas econômicas que não signifiquem a morte lenta das comunidades” (Hespanha, 2021, p.118). Ele também afirma que “o desafio é criar uma economia que sirva à regeneração da vida, não à sua depredação” (Hespanha, 2021, p. 118). Essa reconstrução ética e política exige um novo “marco epistemológico”, o que nos leva mais uma vez aos argumentos de Ubiratan D’Ambrosio (2019), ao insistir na “centralidade da ética da diversidade e da complexidade”, afirmando que a paz — “entendida como harmonia nas relações sociais, ambientais e culturais — depende de reconhecermos a legitimidade de múltiplas racionalidades, saberes e modos de viver” (D’ambrosio, 2019, p. 42).

Marcelo Lopes de Souza (2020) também contribui com as conclusões deste estudo chamando atenção para a “exclusão epistêmica como um ato de violência, pois marginaliza formas de conhecimento capazes de sustentar modos de vida sustentáveis e solidários” (Lopes de Souza, p.88). Este autor advoga ainda por uma “epistemologia insurgente e um planejamento comprometido com a justiça territorial”. Ele sustenta que os grandes projetos de desenvolvimento — sob o manto da racionalidade técnica — “operam com uma racionalidade cínica, que oculta as assimetrias de poder, silencia os atingidos e impõe uma violência simbólica ao declarar certos saberes e formas de vida como obsoletos ou “irracionais” (Souza, p.88).

Esses são argumentos contundentes que reforçam os resultados apresentados por essa pesquisa, na medida em que convergem com as evidências de sofrimento psicossocial identificadas na pesquisa documental e na pesquisa de campo. Frente a essas constatações é preciso propor, com radicalidade, uma outra “ontologia política do desenvolvimento” (Souza, 2020, p. 88). Uma ontologia que integre o paradigma da complexidade (Morin, 2008), da Ecologia Profunda (Naess, 1989), da justiça cognitiva e da convivência intercultural (Santos, 2007). Na visão de Lopes de Souza (2020), a complexidade nos obriga a abandonar visões lineares e reducionistas do progresso, reconhecendo que o tecido da vida social é composto por múltiplas dimensões — afetivas, simbólicas, espirituais, territoriais — que não podem ser reduzidas meramente a indicadores econômicos.

Crema (2021) nos informa uma “ecologia integral da saúde”, que inclui o “cuidado com os vínculos, com o sentido, com o território e com a alma coletiva”. Esse conceito reflete o propósito desta tese, qual seja, delimitar o lugar dos estudos psicossociais no território. Da mesma forma, D’ambrosio (2019) nos convoca para uma “pedagogia da transdisciplinaridade, que una ciência, arte, espiritualidade e ética na busca por um novo contrato civilizatório”, tendo como principal desafio o de “desenvolver a capacidade de cuidar, em todos os níveis — pessoal, social e planetário” (D’ambrosio, 2019, p. 57). Nesse sentido, a proposição do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) traduz bem essa convocação ao propor uma base teórico-metodológica como referencial para o fazer ciência com alteridade e sob o prisma da complexidade.

Assim, diante da discussão teórica aqui estabelecida, este trabalho se posiciona afirmando que a crítica aos contextos de sofrimento psicossocial relacionados ao paradigma de desenvolvimento urbano-industrial aqui investigado não pode se limitar à denúncia: ela deve abrir caminho para a invenção; para a invenção de outros mundos possíveis, de outras formas de habitar, de produzir, de decidir e de significar. A Ecologia Profunda (Naess, 1989, p. 144) oferece uma inspiração potente ao sustentar que “todos os seres têm um valor intrínseco, independentemente de sua utilidade para os humanos”, e que uma sociedade verdadeiramente sustentável “requer uma mudança profunda na consciência, nos valores e nas estruturas de poder” (Naess, 1989, p.144).

O sofrimento psicossocial das comunidades rurais não é um efeito colateral do progresso: é o sintoma de um mundo doente. Um mundo que precisa ser repensado desde suas fundações, como aponta Lopes de Souza (2020). Este autor arremata ainda que “não basta humanizar o desenvolvimento — é preciso descolonizá-lo” (p. 103). Já Hespanha (2021, p.120) afirma que “é tempo de reinventar o futuro a partir do comum, do cuidado e da complexidade”.

É importante recordarmos que toda a produção desta tese, a partir do IQ (Indicador Qualitativo), se estrutura na realidade concreta e não na discussão de significados. Essa pesquisa mostra, como tese, que o desenvolvimento, para as comunidades rurais estudadas, é ameaça, não utopia, nem mito. Fizemos isto com dados da empiria. Encerrar este trabalho é, portanto, convocar a continuidade de um movimento contra hegemônico que é intelectual, ético e político. Contra a normose, a complexidade. Contra o sofrimento atrelado ao desenvolvimento, o cuidado e a reciprocidade. Contra o desenvolvimento destrutivo e crescimento ilimitado, o florescimento dos mundos com mais solidariedade e com a valorização

das bases locais, ecológicas e culturais (Saquet, 2018). Que a dor das comunidades expulsas de seus territórios se converta em chama de denúncia e em semente de resistência e reexistência.

Entretanto, antes do fim é preciso deixar bem claro o ponto de vista das atuais críticas das ciências humanas e da saúde, às quais corroboramos, a partir de especialistas que criticam a crescente psicologização irracional e a patologização da vida e do cotidiano. A busca desenfreada pela categorização de doenças, novos transtornos e a realização de diagnósticos imprecisos que estagnam os sujeitos, paralisando a dinâmica da vida e aprisionando o portador de determinadas condições psicopatológicas ao diagnóstico em potencial. São diagnósticos que enclausuram seres humanos em sofrimento, departamentalizando o sofrimento psíquico no sentido de reduzir, estagnar ou produzir aceitação e/ou conformação dos sintomas vividos. Há uma subjetividade no sofrimento psíquico e nas dinâmicas socioemocionais dos sujeitos expostos à perversidade dos processos de des-territorialização. Nem por isso, precisam ser diagnosticadas ou serem tratadas de maneira linear ou individualizante, seja como uma nova tipologia psicossomática, ou puramente de maneira medicamentosa e/ou descontextualizada dos condicionantes socioeconômicos, culturais ou ecológicos, que são as causas dos sofrimentos provocados (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Por isso, essa pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa que privilegia a complexidade nas análises e proposições compreendendo os níveis de sofrimento psicossociais decorrentes dos processos de des-territorialização, sem interesse em enquadrar os resultados encontrados em alguma nova categoria psicopatológica. Não interessa a este trabalho criar mais uma categoria patológica dentro dos descritores de saúde, mas, sim, reconhecer as condições de sofrimento psicossocial invisibilizadas diante do padrão hegemônico de desenvolvimento. Importa mais chamar a atenção às dimensões psíquicas e os impactos psicossociais como extensão dos impactos socioambientais que não estão sendo contemplados dentro dos processos de licenciamento ambiental no Brasil, nem nos processos de compensação ambiental previstos na instalação do Porto Sul e da FIOLE. Tão pouco estão sendo levados em conta na fundamentação de políticas públicas no Estado da Bahia.

Diante dessa constatação, para superar essa lacuna, e, com isso, favorecer uma contribuição ao processo de licenciamento ambiental da FIOLE e do Porto Sul, esta tese recomenda:

1. Incluir Avaliação de Impacto Psicossocial (AIP) como condicionante obrigatória nos processos de licenciamentos ambientais que envolvem comunidades rurais afetadas por

empreendimentos urbano-industriais; com indicadores objetivos baseados na prevalência de transtornos emocionais, ruptura de redes comunitárias e desagregação cultural;

2. Estabelecer monitoramento participativo longitudinal após a instalação, com relatórios independentes, pois a afetação psicossocial tem caráter duradouro, com danos e processos de adoecimento psicossociais que podem afetar os sujeitos e comunidades por anos. Levando em conta que os processos de superação desses transtornos, quando possuem êxito, podem levar tempo (Nogueira, et al, 2011; BRASIL Ministério da Saúde, 2011);

3. Garantir medidas de reparação territorial e cultural, preservando territórios tradicionais de pesca e agricultura e criando mecanismos de apoio psicossocial comunitário como medidas mitigadoras no âmbito psicossocial (Escas, 2023; Nogueira, et al, 2011);

4. Reverter a lógica eminentemente compensatória monetária, priorizando de forma integrada, políticas de cuidado coletivo (Brasil, 2011) e memória cultural (Escas, 2023; Nogueira et al, 2011) como parte do processo de licenciamento.

Esta tese recomenda, ainda, que os processos de licenciamento ambiental exijam, como condicionante, a inclusão de uma Avaliação de Impacto Psicossocial (AIP) integrada ao EIA, realizada antes da Licença Prévia e atualizada antes da Licença de Instalação, com monitoramento obrigatório por pelo menos 5 anos pós-operação. O período de 5 anos se justifica aqui a partir do entendimento desta afetação ter caráter longitudinal, conforme literatura disponível (Escas, 2023; Nogueira et al., 2011; BRASIL Ministério da Saúde, 2011).

Deste modo, caminhamos para as considerações finais, após uma abordagem teórico-conceitual, metodológica, transdisciplinar que, em vista de evidenciar os objetivos e a dimensão propositiva desta tese, evidenciam o uso da transdisciplinaridade, a promoção do encontro entre as Ciências Humanas, Sociais e Econômicas no Território. Na prática, uma tradução psicológica e socioterritorial do sofrimento qualificado para atribuir ancoramento teórico-conceitual aos resultados e os contornos finais deste estudo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos este estudo constatando, portanto, a limitação das análises que norteiam os EIA/RIMA, que estabelecem os condicionantes para obtenção de licenças ambientais no nosso país, trazendo uma abordagem prática e propositiva, sob o prisma da complexidade, que amplifica o entendimento das afetações do desenvolvimento urbano-industrial em grupos sociais em contexto rural de vida.

O IQSP formulado por essa tese cumpriu com seu objetivo de fornecer bases teóricas, conceituais e metodológicas para os ajustes contextuais e delineamento deste indicador. Seguindo as premissas teóricas aqui fundamentadas, poderá, no futuro, observar o grau de disfunção dessas dimensões afetadas em cada contexto empírico, constituindo uma linha de pesquisa qualitativa transdisciplinar no campo da interação entre território, ambiente e sociedade mediada pela saúde coletiva.

Como considerações finais, este estudo constata: não há saúde mental sem pertencimento. Não há pertencimento sem uma relação saudável com o território. Importa estabelecer interrelação com nossos territórios afetivos e identitários. São relações que, quando saudáveis, provocam estruturação emocional e pertencimento, condições necessárias para assumirmos posturas de enfrentamento frente às desigualdades e injustiças. Levando em conta a desconexão humano-ambiental provocada pelo desenvolvimento urbano-industrial, onde, em tempos de globalização, velocidade e hipermodernidade, se perdem todas as nossas referências e memórias dos territórios, essa tese de doutorado reafirma o seu propósito e função social. A relação com o território é estruturante do ponto de vista psicossocial e, conseqüentemente, para o alcance do sentimento de pertença. A consciência de lugar na perspectiva de Saquet (2018) e as contribuições de Hespanha (2021) nos convocam a repensarmos o desenvolvimento, ampliando o alcance da percepção dos impactos socioambientais intrínsecos a esse padrão hegemônico.

A experiência brasileira em grandes projetos de infraestrutura evidencia, que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os Relatórios de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) tendem a reduzir a análise dos efeitos sociais a aspectos compensatórios de ordem econômica, sem levar em conta a substituição das fontes de renda impactadas e sem abarcar de forma sistemática os impactos psicossociais, subjetivos e comunitários. Em contextos de des-territorialização forçada, como ocorre em Ilhéus com o Porto Sul e a FIOOL, torna-se urgente reconhecer as repercussões na saúde coletiva, na identidade cultural e no tecido comunitário de pescadores

artesanais, agricultores familiares e comunidades rurais afetadas. Por isso, este estudo chama atenção para que as políticas públicas e os próprios processos de licenciamento ambiental no Brasil reconheçam esses efeitos – psicossocioafetivos – e promovam formas de reparação simbólica e material que incluam escuta, memória e participação efetiva dos grupos sociais afetados. A psicologia comprometida com a justiça social pode também assumir um papel ativo na construção de estratégias coletivas de resistência e cuidado.

Neste sentido, esse estudo desvelou, qualificou e categorizou a dimensão psicossocial de afetação em comunidades rurais atravessadas por projetos de desenvolvimento urbano-industrial que, paradoxalmente, se apresentam como sustentáveis. Impactos que estão subdimensionados e até invisibilizados no contexto dos grupos sociais que convivem na proximidade das operações industriais e, de forma perversa, tão longe de poderem usufruir das benesses do desenvolvimento.

Esta tese se amparou nas realidades sociais investigadas no município de Ilhéus para, a partir dos dados empíricos, encontrarmos as evidências dos múltiplos níveis de sofrimento psicossocial decorrente da vivência das comunidades estudadas com os processos de perda dos territórios provocados pelo Porto Sul e pela FIOL. A hipótese demonstrada nesta tese, portanto, está representada na afirmação de que as intervenções de desenvolvimento urbano-industrial nas localidades de Aritaguá, Barra de Itaípe, Vila Juerana e Castelo Novo para implantação da interseção logística composta pela FIOL e pelo Porto Sul sintetizam sofrimento psicossocial invisibilizado dentro dos processos de licenciamento ambiental e de instalação industrial em curso.

O trabalho que aqui se encerra questionou os condicionantes ambientais dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impactos no Meio Ambiente (EIA / RIMA) do Porto Sul e da FIOL, demonstrando a completa ausência da dimensão psicossocial de afetação deste empreendimento de grande porte. Foi além, ao – a partir das técnicas de Avaliação de Impacto Psicossocial, AIP (Nogueira, 2011) – formular sugestões de condicionantes psicossocioambientais, visando influenciar os processos de licenciamento ambiental da FIOL, do Porto Sul e outros no sentido da incorporação dos impactos psicossociais frente às experiências de des-territorialização promovidas pelos empreendimentos industriais de grande porte.

Através da pesquisa documental, da pesquisa de campo e, sobretudo, por meio da utilização do protocolo metodológico do IQRM, com as valiosas contribuições de Alencar (2004, 2007), o Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) constitui o modo de

representação do concreto pensado no campo das novas ruralidades contemporâneas – com enfoque nas perspectivas das ruralidades metropolitanas e das dinâmicas sociais em prol da revalorização do rural – com os desafios enfrentados pelas comunidades rurais de Ilhéus (BA) com a implantação e operação da FIOL e do Porto Sul. Este cenário exige esforços técnicos, científicos, de planejamento territorial por parte da iniciativa privada e do governo do Estado da Bahia, no sentido de melhor compreender a extensão dos impactos socioambientais, culturais e econômicos nessas localidades que sofrem com os processos de des-territorialização.

A discussão proposta oferece uma percepção epistêmica sobre os fenômenos sociais aqui estudados para, metodologicamente, abarcar a complexidade na análise das realidades que constituem o objeto empírico desta pesquisa. A resiliência presente na tensão com o desenvolvimento urbano-industrial possibilita identificar e qualificar níveis de sofrimento psicossocial diante dos diferentes processos de des-territorialização identificados. Um esforço que foca na importante perda de saúde em grupos sociais que convivem com processos de perda dos seus territórios e que pode interferir negativamente também na qualidade da participação popular nas políticas públicas em comunidades afetadas por projetos de desenvolvimento urbano-industriais. Há que se dizer que a condição de ruralidade destacada nos procedimentos metodológicos utilizados pressupõe uma característica de resiliência que, por sua vez, pode subsidiar importante postura política na formulação e/ou adequação de políticas públicas. A ruralidade e a resiliência se movem de uma condição de quase extinção diante do progresso, do lugar associado ao atraso, à uma ressignificação teórica diante da complexidade da realidade atual.

Diante de tudo que foi exposto, apresentado e discutido, podemos, enfim, juntos e numa perspectiva poética e provocativa, encerrar esse estudo cantando, refletindo sobre a poesia do compositor baiano, Raul Seixas, na sua composição que está em destaque no início desta tese: a música “Trem das Sete”, que pode ser associada simbolicamente à chegada da infraestrutura ferroviária da FIOL, representando bem toda essa locomotiva de mudanças em curso no território baiano de Ilhéus.

O projeto de desenvolvimento que ameaça as comunidades rurais de Ilhéus é o verdadeiro “Trem das Sete”, é a ferrovia que se encontra com o Porto Sul na foz da FIOL, deixando seus rastros nos afetos e nas memórias deste território. “Trem das Sete” de Raul Seixas e uma interpretação possível, parcial e crítica do autor desta tese.

“Ói, ói o trem, vem surgindo de trás das montanhas azuis, olha o trem”. Sim, aqui a inferência é sobre o espanto das comunidades rurais pela chegada da infraestrutura ferroviária da FIOLE e portuária do Porto Sul no município de Ilhéus. As montanhas azuis fazendo alusão à exuberância da mata atlântica do Sul da Bahia.

“Ói, ói o trem, vem trazendo de longe as cinzas do velho éon”. O que Raul Seixas chama de cinzas do velho éon podem ser percebidas pelas comunidades rurais afetadas como as cinzas do material particulado de minério de ferro que, ao ser transportado pelos ramais ferroviários da FIOLE para exportação via Porto Sul, vai contaminar rios, matas, solos, oceano e a saúde humana de quem será obrigado a conviver como esses símbolos controversos de progresso e modernização.

“Ói, já é vem, fumegando, apitando, chamando os que sabem do trem”. Aqui, o desenvolvimento se faz sedutor, pede para ser visto como algo atraente, mas é, na verdade, uma locomotiva em alta velocidade, um rolo compressor de afetos e memórias do território fumegando e apitando... É como se quisesse nos dizer: estou chegando com tudo! Quem puder, saia do caminho porque o trem “já é vem!”.

“Ói, é o trem, não precisa passagem nem mesmo bagagem no trem”. Mais uma vez a locomotiva do desenvolvimento nos deixando claro que, não importa quem está no caminho. O desenvolvimento está chegando, ele é inevitável, inegociável e vem trazendo benefícios apenas para alguns e impactando a vida de muitas coletividades.

“Quem vai chorar, quem vai sorrir?”. A referência que este trabalho faz nesse momento é direta e clara, uma provocação para refletirmos sobre quem está sendo prejudicado e quem vai ser beneficiado.

“Quem vai ficar, quem vai partir?”. Neste ponto, há uma triste alusão aos processos de des-territorialização vividos pelas comunidades de Aritaguá, da Barra de Itaípe, da Vila Juerana e Castelo Novo. “Quem vai ficar” como os sujeitos que ainda resistem e “quem vai partir” em referência aos que já sucumbiram aos processos de desapropriação e despossessão.

“Pois o trem está chegando, 'tá chegando na estação”. Mais uma vez, quase como uma ameaça ou como vilão de um conto de terror, na perspectiva das comunidades rurais estudadas, o desenvolvimento os amedronta: estou chegando!

“É o trem das sete horas, é o último do sertão, do sertão”. Em mais uma referência ao desenvolvimento, esbanjando perversidade, o projeto urbano-industrial dá o seu ultimato às

comunidades rurais: é o último do sertão.... depois, a ruralidade representada pelo “sertão” acaba, é ultrapassada ou superada.

“Ói, olhe o céu, já não é o mesmo céu que você conheceu, não é mais..., Vê, ói que céu, é um céu carregado e rajado, suspenso no ar”. Mais uma vez, trazemos à tona o que poderá ser compreendido como um dos maiores impactos da FIOLE e do Porto Sul. A poluição a partir da emissão dos materiais particulados dos minérios de ferro. O pó e a poeira dos minérios extraídos das terras baianas que vão afetar pessoas, vegetações, animais na natureza, rios, lagos, lagoas, mares e oceano.

“Vê, é o sinal, é o sinal das trombetas, dos anjos e dos guardiões”. É a última chamada e com ares de discurso oficial anunciando o progresso e a modernidade, mas não para as comunidades vizinhas ao trem e aos navios. Para essas é a perversidade do desenvolvimento institucionalizada, é a perversidade como discurso oficial.

“Ói, lá vem Deus, deslizando no céu entre brumas de mil megatons”. A espiritualidade surge de forma desesperada, como apelo e como único apego possível. No desamparo, como não se tem a quem recorrer, as comunidades se apegam à fé.

“Ói, olhe o mal, vem de braços e abraços com o bem num romance astral”. Aqui é como se Raul Seixas tivesse feito essa parte da letra para destacar exatamente a união composta entre os interesses do governo do Estado da Bahia e os interesses privados da FIOLE e do Porto Sul. O bem e o mal de braços dados num romance astral. Sem mais.

“Amém...”. Para finalizar essa jornada, Raul Seixas encerra assim sua composição. Nós nos apropriamos do “amém” para fazer apelo à nossa própria espiritualidade, seja como crença na tomada de decisões políticas e econômicas no sentido da alteridade e da solidariedade, ou, para fortalecer os movimentos de resistência à chegada desse trem; para enaltecer de forma crítica a resiliência de quem vai precisar conviver com a ferrovia e com o terminal portuário. Ou ainda, para aqueles que não suportaram as ameaças e a tristeza e decidiram ir embora, abandonando as suas territorialidades. Que essa saudação de fé chegue aos comunitários *in memoriam*, das localidades estudadas, que contribuíram no passado para a construção cultural e identitária desse povo que sempre viveu em relação direta com a natureza exuberante do sul da Bahia, mas que, não estão mais entre nós. Por fim, para os que ainda estão por vir e serão obrigados a nascer e viver nesse território transformado, adoecido e cada vez mais poluído. Para todos esses e para todos nós: amém para quem for de amém e axé para quem é de axé.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 25-54, nov. 2007
- ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. São Paulo: Cortez, 2004.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais. *In*: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009. p. 33-45.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. *In*: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p. 64.
- ALBRECHT, G. Solastalgia: a new concept in health and identity. **PAN: Philosophy, Activism, Nature**, v. 3, p. 41-56, 2005.
- ALENCAR, C. M. de M. Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 109-126, maio/ago. 2007a.
- ALENCAR, C. M. M. Potencial interpretativo e instrumental da noção de ruralidade metropolitana. *In*: PEDRÃO, F.; SEPÚLVEDA, O. G. (org.). **Reflexões de economistas baianos**. Salvador: CORECON-BA, 2007b.
- ALENCAR, C. M. de M.; SCHWEIZER, P. J. (org.). **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- ALENCAR, C. M. M. de; MOREIRA, R. J. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. *In*: MOREIRA, R. J. (org.). **Identidades sociais – ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ALMEIDA, R. F.; FERNANDES, B. M. **Território e luta pela terra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- ALTMAN, I.; ROGOFF, B. World Views in Psychology: Trait, Interactional, Organismic and Transactional Perspectives. *In*: STOKOLS, D.; ALTMAN, I. (org.). **Handbook of Environmental Psychology**. New York: Wiley, 1987. v. 1, p. 17-29.
- AMARO, R. R. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. n. 4, p. 35-75, jul. 2003.

ASSMANN, H. **Crítica à lógica da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1994.

ASSUNÇÃO, L. (coord.). **Despejo Zero: Relatório Nacional**. São Paulo: Campanha Despejo Zero, 2021.

AZEVEDO, A. P. S. **A urbanização como estratégia do biopoder e a resistência dos movimentos sociais urbanos: entre Movimento #Ocupe Estelita e novos Recifes**. 2017. Dissertação - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

BARRERO, F. M. C. **Justiça energética e licenciamento ambiental de complexos eólicos nas serras do sertão da Bahia**. 2022. Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2022.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BORDA, F. O. **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla: por una sociología de la liberación**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1983.

BORDA, F. O. **Investigación acción participativa: inicios y desarrollos**. Bogotá: Editorial Universitaria de Colombia, 1987.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 2548, seção 1, 17 fev. 1986.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 9 mar. 2026.

BRASIL. [Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991]. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1991.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Indicadores de Sustentabilidade Socioambiental**. Brasília, DF: MGI, 2024.

BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development: experiments by nature and design**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

BRUNACCI, A.; PHILIPPI, A. A dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. U. (orgs.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005.

BURNS, G. W. **Gross national happiness: A gift from bhutan to the world**. New York: Springer, 2011.

CAVALCANTE, F. G. L. Origens históricas da Eurasian Natural Resources Corporation. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Miami, v. 14, n. 6, p.1-17, jun. 2025.

CHIVALLON, A. **La géographie à l'épreuve du concept d'espace: épistémologie et théorie**. Paris: Anthropos, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: [site.cfp.org.br](http://site.cfp.org.br).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

CORRÊA, A. C. S.; LOBATO, A. A. C.; SIQUEIRA, C. P. Psicologia Ambiental. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Catálogo de Práticas em Psicologia Ambiental**. Brasília: CFP, 2022. p. 11-18. Disponível em: [site.cfp.org.br](http://site.cfp.org.br). Acesso em: 10 mar. 2026.

CREMA, R. **Normose: a patologia da normalidade**. Brasília, DF: UNIPAZ, 2003.

D'AMBROSIO, U. A transdisciplinaridade como uma resposta à sustentabilidade. **Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 1-13, Jun. 2011.

D'AMBROSIO, U. **Educação para a Paz**: ética, diversidade e transdisciplinaridade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Educação Matemática**: da teoria à prática. 22. ed. Campinas: Papyrus, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DRUCKER, P. **As novas realidades**: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão de mundo. São Paulo: Pioneira, 1989.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015a.

DUNKER, C. I. L. **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica**: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. São Paulo: Annablume, 2015b.

DE PAULA, S. G. **O campo na cidade**: esportes country e ruralidade estetizada. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ESCAS. **Potenciais externalidades do Porto Sul**. São Paulo: ESCAS, 2023.

ESCOBAR, A. **Encountering development**: the making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2000.

FREUD, S. O estranho (Das Unheimliche). *In*: FREUD, S. **Obras completas – Vol. XVII (1917-1919)**: uma neurose demoníaca no século XVII, além do princípio do prazer e outros textos (1917-1919). Rio de Janeiro: Imago, 2011. p. 219-238.

FOSTER, J. B.; CLARK, B.; YORK, R. **The ecological rift: capitalism's war on the earth.** New York: Monthly Review Press, 2010.

FULLILOVE, M. T. Root shock: the consequences of African American dispossession. **Journal of Urban Health**, New York, v. 78, n. 1, p. 72-80, 2001.

FULLILOVE, M. T. **Root shock: how tearing up city neighborhoods hurts America, and what we can do about it.** New York: One World/Ballantine, 2004.

GAGO, V. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo.** São Paulo: Elefante, 2020.

GODOI, E. P. Territorialidade: trajetória e uso dos conceitos. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 34, n. 2, p. 8-16, jul./dez. 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2003.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **The new imperialism.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

HYDROS / ORIENTA. **Relatório de Impacto Ambiental – Porto Sul (EIA/RIMA).** Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2010.

HIRSCHMAN, A. **A economia como ciência moral e política.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

INGOLD, T. **Being alive: essays on movement, knowledge and description.** London: Routledge, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aglomerados subnormais 2019**: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JAGUARIBE, H. A nova ordem mundial. **Política Externa**, São Paulo, v. 1, n. 1, jun. 1992.

JAGUARIBE, H. **Um estudo crítico da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JÉZÉQUEL, A. **Memórias de território**: uma leitura biológico-cerebral das patologias. Lisboa: Climepsi, 2004.

KEHL, M. R. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (org.). **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.

KORPELA, K. M. Place-identity as a product of environmental self-regulation. **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 9, n. 3, p. 241-256, 1989.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. [Entrevista concedida à] Mídia Ninja. YouTube, 31 jul. 2018.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACERDA, L. G. *et al.* Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 24, n. 1, 2022.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. São Paulo: Cortez, 2006.

LÉLÉ, S. M. Sustainable development: a critical review. **World Development**, Oxford, v. 19, n. 6, p. 607-621, jun. 1991.

LISBOA, A. de M. **Moção sobre o conceito de desenvolvimento**: apresentada à Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Florianópolis: [s. n.], 1994.

LITTLE, P. **Políticas ambientais no Brasil**: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.

LONDERO, I.; PACHECO, J. T. B. **Acompanhamento terapêutico**: teoria e técnica na terapia comportamental e cognitivo comportamental. São Paulo: Santos, 2010.

MACÊDO-FILHA, J. **A ira fértil**: a resiliência na resistência ao medo em Itinga - Lauro de Freitas. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018.

MAIA, Suzana. Neoliberalismo global, capitalismo racial e organização política de mulheres numa comunidade pesqueira quilombola do Recôncavo da Bahia. **Latin American Research Review**, Cambridge, v. 56, n. 2, p. 433-447, 2021.

MARCO, M. N. da C.; CALAIS, S. L. Acompanhante terapêutico: caracterização da prática profissional na perspectiva da análise do comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 4-33, jul./dez. 2013.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicologia social da guerra**: trauma e terapia. São Paulo: Loyola, 1986.

MARTÍN-BARÓ, I. Hacia una psicología de la liberación. In: BLANCO, A. (ed.). **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. v. 1. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATURANA, H. **Desde la biología a la psicología**. Buenos Aires: Paperback, 2004.

MATURANA, H.; VARELA, F. J. **El árbol del conocimiento**: las bases biológicas del entendimiento humano. Buenos Aires: Lumen, 1984.

MOREIRA, R. J. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 248-271, abr. 2012.

MOREIRA, R. J. Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. *In*: SILVA, F. C. da; SANTOS, R.; COSTA, F. F. C. (org.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MOURAD, L. N.; TEIXEIRA, A. N.; PINHEIRO, F. D.; ROCHA, N. M. Remoção forçada e reparação justa e integral em territórios populares: a experiência da construção da matriz de danos. *urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, [s. l.], v. 14, e20210287, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210287>. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 10 mar. 2026.

NAESS, A. **Ecology, community and lifestyle**: outline of an ecosophy. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NEDER, R. **Crise socioambiental**: Estado e sociedade civil no Brasil. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília, DF: IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, A. Belo Monte: boom populacional, desemprego, tráfico e exploração sexual. [Entrevista concedida a] Patricia Fachin. **IHU On-Line**, São Leopoldo, 8 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Ecosystem approach to health**: perspectivas para sua adoção no Brasil e países latino-americanos. Brasília, DF: OPAS: OMS, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Social determinants of mental health**. Geneva: WHO, 2014.

PAIN, R.; KINDON, S.; KESBY, M. (ed.). **Abordagens e métodos da pesquisa-ação participativa**: conectando pessoas, participação e lugar. London: Routledge, 2007.

PEDRÃO, Â. W. **Paisagens**: o projeto da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) na APA da Lagoa Encantada e Rio Almada. Salvador: EDUFBA, 2025.

PINHEIRO, J. Comprometimento ambiental: perspectiva temporal e sustentabilidade. *In*: GUEVARA, J.; MERCADO, S. (coord.). **Temas selectos de psicología ambiental**. México: UNAM: Fundación UNILIBRE, 2002. p. 463-483.

POL, E. Psicologia ambiental e desenvolvimento sustentável: o que a psicologia tem a dizer? *In*: KAISER, F. G.; FUJII, S. (ed.). **Psychology of sustainable development**. New York: Springer, 2006.

PONTES, K. V. **O binômio porto-ferrovia**: o escoamento da produção cacaeira no sul da Bahia (1920–1947). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PORCIÚNCULA, D. C. L. da. **O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana do Salvador**: usos, alterações e abandono. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira: estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **GeoTextos**, Salvador, v. 3, n. 1-2, p. 139-169, 2007.

PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, K.; KAMINOFF, R. Place-identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 3, p. 57-83, mar. 1983.

PROSHANSKY, H. M. Place-identity: physical world socialization of the self. **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 3, n. 2, p. 147-155, 1978.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, R. **O distrito de Castelo Novo**: entreposto comercial e pivô do escoamento cacauero. Bahia Agrícola, Salvador, p. 37-39, nov. 2001.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROLNIK, S. “Informal, ilegal, ambíguo”: a construção da transitoriedade permanente. *In*: ROLNIK, R. (org.). **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 169-194.

RUSCHEINSKY, A. (org.). **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, J.; SIQUEIRA, M.; SILVA, R. Território, identidade e territorialidade. *In*: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2009. p. 37-52.

SAFATLE, V. **A paixão do negativo**: Lacan e a dialética. São Paulo: Unesp, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 479-505, set./dez. 2018.

SAQUET, M. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SAQUET, M. A. Modelo de desenvolvimento de base local ecológica e cultural. In: SAQUET, M. A. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. Rio de Janeiro: Consecutio, 2018. p. 11-38.

SAULLE, H. **La folie devant les tribunaux**. Paris: Savy, 1864.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. Defining place attachment: a tripartite organizing framework. **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 30, n. 1, p. 1-10, mar. 2010.

SILVA, S. B. de M.; SILVA, B. C. N.; COELHO, A. S. **Desequilíbrios e desigualdades sociais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa, PB: Grafset, 2008.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SOUZA, M. L. de. **Ambiente e libertação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STAHEL, A. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Economia da sustentabilidade: princípios, desafios, aplicações**. Recife: sudene, 1994. p. 41-55.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TWIGGER-ROSS, C. L.; UZZELL, D. L. Place and identity processes. **Journal of Environmental Psychology**, London, v. 16, n. 3, p. 205-220, set. 1996.

URQUIZA, G. **Subjetividade e território**: impactos psicossociais do reassentamento. São Paulo: Annablume, 2009.

URQUIZA, G. **Avaliação de fatores de impacto psicossocial (FIP)**: subsídios para o licenciamento ambiental e a saúde mental coletiva. Rio de Janeiro: ENSP: FIOCRUZ, 2012.

URQUIZA, G. Psicologia social e grandes empreendimentos: a escuta dos atingidos como ferramenta de resistência. *In*: JACOBI, P. *et al.* (org.). **Justiça ambiental e psicologia social**: diálogos e reflexões. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. p. 113-132.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *IN*: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O mundo rural contemporâneo**: uma análise das transformações e tendências. Brasília: CONDRAF; NEAD, 2005, p. 79-103.

ZANCO, A. **Resistir para institucionalizar**: as lutas dos movimentos de justiça ambiental contra a potência do agronegócio no Brasil. 2024. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2024.

ZIBECHI, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural. *IN*: Zhouri, Andréa; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 81-105.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflito ambiental**: uma introdução crítica ao estudo de conflitos socioambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 33-58.

## ANEXO A – TERMO DE APROVAÇÃO E CONSENTIMENTO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (GOVERNO FEDERAL DO BRASIL)

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO

**Pesquisador:** THIAGO GUIMARAES SIQUEIRA DE ARAUJO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 86373125.2.0000.5628

**Instituição Proponente:** Universidade Católica do Salvador

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.614.381

#### **Apresentação do Projeto:**

Essa tese se debruça sobre grupos sociais em condição de sofrimento psíquico decorrente de transformações territoriais, especialmente, os que estão convivendo com as ameaças e riscos de remoção compulsória e com os transtornos causados pelos processos de desterritorialização no Sul da Bahia. Mais especificamente no município de Ilhéus, no território onde se encontra o trecho final da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) com o Porto Sul. Mais precisamente no entorno da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada, nas proximidades do Rio Almada. Exatamente nas comunidades rurais e urbanas que serão mais afetadas pela operação da FIOL com a interligação prevista dos ramais ferroviários com as estruturas operacionais do Porto Sul. O delineamento metodológico baseia-se tanto no levantamento das transformações físicas e socioambientais mais significativas dos territórios a serem impactados pela FIOL e Porto Sul, quanto na análise dos impactos psíquicos e repercussões psicossociais nos sujeitos que mais sofrerão interferências, riscos de saúde/segurança, ameaças e remoções compulsórias por conta dos processos de desterritorialização. A pesquisa de campo será realizada com um turno de 4 horas em cada uma das localidades a serem contempladas para investigação perfazendo um período total de 2 dias de campo na cidade de Ilhéus. O escopo metodológico privilegia a oralidade e a representação imagética para melhor traduzir a tensão da coexistência rural e urbana nestes territórios, como também o desvelamento das condições de sofrimento psíquico nesses grupos sociais afetados pelos

**Endereço:** Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituaçu, Comitê de Ética, Prédio  
**Bairro:** PITUAÇU **CEP:** 41.740-090  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.614.381

processos de desterritorialização.

Informações transcritas do arquivo Informações Básicas do Projeto submetido em 07/02/2025 às 22:39:21

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Compreender os mecanismos geradores de afetos e identidade territorial em grupos sociais afetados pelos processos de desterritorialização a serem provocados pela instalação e operação da FIOL e do Porto Sul para reconhecer e categorizar, de forma qualitativa, o sofrimento psíquico e as repercussões psicossociais frente às ameaças, riscos e à perda dos seus territórios afetivos, identitários, comunitários e/ou de moradia.

Objetivo Secundário:

1 - Desenvolver uma análise teórica sobre o Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana (IQRM) e suas variações metodológicas à luz das realidades rurais a serem afetadas pelo projeto urbano-industrial em questão com vistas a delinear uma variação deste indicador que abarque os níveis de sofrimento psíquico decorrentes dos processos de desterritorialização encontrados na delimitação do objeto empírico;

2 - Investigar aspectos afetivos, cognitivos e identitários na relação com o território com o objetivo de interrelacioná-los com as mudanças territoriais na área de influência das operações da FIOL e do Porto Sul, reconhecendo as diferentes perspectivas e experiências vividas ligadas ao passado, presente e futuro nas territorialidades afetadas;

3 - Complementar a análise teórica do IQRM com os resultados da pesquisa de campo nas territorialidades afetadas para modelar, como produto desta pesquisa, um Indicador Qualitativo para desvelar os contextos da perversidade do desenvolvimento, reconhecendo e categorizando os níveis de sofrimento psíquico diante dos processos de desterritorialização.

Informações transcritas do arquivo Informações Básicas do Projeto submetido em 07/02/2025 às 22:39:21

**Endereço:** Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador.Campus Pituacu,Comitê de Ética,Prédio  
**Bairro:** PITUAÇU **CEP:** 41.740-090  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.614.381

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

O processo metodológico desta pesquisa não oferece riscos aos participantes selecionados para serem entrevistados uma vez que o processo de coleta de dados se dará através de entrevistas presenciais nas próprias comunidades onde os comunitários a serem entrevistados residem. São entrevistas com duração de 40 minutos a 1 hora, por localidade. São perguntas sobre a convivência com os projetos de desenvolvimento representados pela ferrovia e terminal portuário que estão se instalando na vizinhança das comunidades selecionadas.

Benefícios:

Apresentaremos como produto final desta pesquisa a modelagem de um indicador qualitativo que explique de maneira analítica essa tensão vivida pelas comunidades rurais investigadas que envolve a coexistência rural e urbana, contextos de ruralidade metropolitana e os danos à saúde mental, repercussões psicossomáticas e psicossociais decorrentes das múltiplas perdas dos seus territórios. O propósito é contribuir com a construção de conhecimentos que possam lançar luz na extensão e categorização dos impactos socioambientais e, especificamente, no sofrimento psíquico dos grupos sociais afetados pelos processos de desterritorialização referentes à construção e operações ferroviárias e portuárias nas comunidades rurais de Ilhéus. Uma tentativa de ajudar planejadores territoriais públicos e privados na atenuação das consequências negativas da chegada da ferrovia e do porto nas localidades mais afetadas com uma produção científica que possa auxiliar na redução e/ou mitigação dos impactos da cadeia logística que se instala.

Informações transcritas do arquivo Informações Básicas do Projeto submetido em 07/02/2025 às 22:39:21

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Vide seção "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termos e documentos apresentados.

**Recomendações:**

Não há.

**Endereço:** Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador.Campus Pituacu,Comitê de Ética,Prédio  
**Bairro:** PITUAÇU **CEP:** 41.740-090  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.614.381

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pendência 1: O pesquisador, ao apresentar o termo de compromisso para suporte psicológico, avalia a importância dessa natureza de suporte para as pessoas envolvidas em sua pesquisa. Nesse contexto, o pesquisador se apresenta como o profissional de psicologia responsável pelo suporte aos participantes. No entanto, tal decisão estabelece um risco aos participantes. Nas situações em que as pessoas avaliarem que a pesquisa produziu danos de natureza psicológica, é possível que evitem buscar auxílio com a pessoa responsável pela pesquisa que teria produzido tal sensação de ou dano, ainda, efetivo dano. Desse modo, solicita-se a apresentação de outro profissional não envolvido na pesquisa como responsável pelo suporte. Caso seja um/a profissional de psicologia, é indispensável a apresentação do termo assinado pela/o profissional, com o nome completo da pessoa e a identificação de seu registro no Conselho Regional.

Resposta do pesquisador: Foi apresentado novo Termo de Compromisso de profissional.

Análise do CEP: Pendência solucionada.

Pendência 2: No arquivo do Projeto de Pesquisa, o nome do Prof. José Rodrigues de Souza é indicado como professor coorientador da tese. Desse modo, o professor compõe a equipe de pesquisa e deve figurar entre os nomes e assinaturas presentes no termo de Confidencialidade. Além disso, o Termo de Confidencialidade apresentado não foi datado no espaço reservado ao final do documento. Solicita-se o ajuste do documento com o acréscimo dessas informações.

Resposta do pesquisador: Apresentado termo devidamente assinado.

Análise do CEP: Pendência solucionada.

Pendência 3: Apesar de o pesquisador informar que a pesquisa "não oferece riscos aos participantes", todo processo de pesquisa apresenta riscos aos participantes, mesmo que tais riscos não sejam distintos aos da vida cotidiana. Desse modo, solicita-se a reformulação das informações sobre riscos e a respectiva apresentação das estratégias de minimização de riscos.

**Endereço:** Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio  
**Bairro:** PITUAÇU **CEP:** 41.740-090  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.614.381

Resposta do pesquisador: Esta pesquisa reconhece, portanto, os riscos aos participantes. Nesse sentido, o processo de coleta de dados se dará através de entrevistas presenciais nas próprias comunidades onde os comunitários a serem entrevistados residem. São entrevistas com duração de 40 minutos a 1 hora, por localidade. São perguntas sobre a convivência com os projetos de desenvolvimento representados pela ferrovia e terminal portuário que estão se instalando na vizinhança das comunidades selecionadas.

O risco mais significativo identificado diz respeito aos impactos psicológicos ou emocionais decorrentes dos processos metodológicos de coleta de dados. Apesar de serem riscos reduzidos, essa pesquisa organizou um protocolo de cuidado para ofertar suporte psicológico em caso de necessidade.

Nesse sentido, o coordenador da pesquisa que também é psicólogo, Thiago Guimarães Siqueira, fica responsável pelo suporte psicológico aos participantes em caso de necessidade, ofertando serviço de escuta e psicoterapia na medida da necessidade. E nas situações em que as pessoas avaliarem que a pesquisa produziu danos de natureza psicológica, é possível que evitem buscar auxílio com a pessoa responsável pela pesquisa que teria produzido a sensação de ou dano, ainda, efetivo dano. Desse modo, essa pesquisa apresenta outro profissional não envolvido na pesquisa como responsável pelo suporte. Trata-se da experiente psicóloga clínica Inaê Miranda, que estará disponível para suporte psicológico caso seja necessário.

Análise do CEP: Pendência solucionada.

Pendência 4: Faltam no TCLE: (a) Informações sobre endereço, contato e função do CEP, (b) o texto do TCLE deve estar em linguagem acessível e com formato de convite direcionado ao participante, (c) informar sobre o direito dos participantes à indenização nos casos previstos em Lei. Solicita-se que as informações sejam acrescentadas no TCLE.

Resposta do pesquisador: TCLE ajustado.

Análise do CEP: Pendência solucionada.

**Endereço:** Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio  
**Bairro:** PITUAÇU **CEP:** 41.740-090  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL**



Continuação do Parecer: 7.614.381

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Colegiado acata o parecer do relator e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2483748.pdf	28/02/2025 10:27:52		Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	Carta_Resposta_ao_Parecer_do_CEP_Pesquisa_Thiago_Siqueira.pdf	28/02/2025 10:25:47	THIAGO GUIMARAES SIQUEIRA DE ARAUJO	Aceito
Outros	Pendencia_5_Termo_de_Suporte_Psicológico.pdf	07/02/2025 22:38:51	THIAGO GUIMARAES SIQUEIRA DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Pendencia_4_TCLE.pdf	07/02/2025 22:36:18	THIAGO GUIMARAES SIQUEIRA DE ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Pendencia_3_termo_de_confidencialidade_pesquisadorassinados.pdf	07/02/2025 22:30:19	THIAGO GUIMARAES SIQUEIRA DE ARAUJO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_detalhado.pdf	09/01/2025 13:39:42	THIAGO GUIMARAES SIQUEIRA DE ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	09/01/2025 13:39:23	THIAGO GUIMARAES SIQUEIRA DE ARAUJO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador. Campus Pituáçu, Comitê de Ética, Prédio  
**Bairro:** PITUAÇU **CEP:** 41.740-090  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 7.614.381

SALVADOR, 03 de Junho de 2025

---

**Assinado por:**  
**Verena Loureiro Galvão**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador.Campus Pituacu,Comitê de Ética,Prédio  
**Bairro:** PITUAÇU **CEP:** 41.740-090  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br

**ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE****Título do projeto:**

O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO

**Pesquisador responsável:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

**Instituição/Departamento:**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação  
Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS / UCSAL)

**Local da coleta de dados:**

Município de Ilhéus, Estado da Bahia

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um convite para participação na pesquisa aqui referenciada, um projeto que garante a autonomia dos participantes da pesquisa nas informações disponibilizadas. Este convite deixa claro também que concederá o tempo adequado para que o(a) convidado(a) a participar da pesquisa possa refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida;

O projeto de pesquisa “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” tem como objetivo compreender os mecanismos geradores de afetos e identidade territorial em grupos sociais afetados pelos processos de desterritorialização a serem provocados pela instalação e operação da FIOLE e do Porto Sul para reconhecer e categorizar, de forma qualitativa, o sofrimento psíquico e as repercussões psicossociais frente às ameaças, riscos e à perda dos seus territórios afetivos, identitários, comunitários e/ou de moradia;

A coleta de dados será realizada mediante a realização de entrevistas semi estruturadas com tempo estimado de uma hora para cada entrevista. As entrevistas não serão gravadas;

Esse documento informa que não haverá ônus por participar da pesquisa na qualidade de informante uma vez que a coleta de dados se dará na própria comunidade onde o(a) entrevistado(a) reside. Este documento informa também que não haverá bônus por participar da pesquisa na qualidade de informante;

Este documento informa o comprometimento da garantia do sigilo das informações e do anonimato para os participantes da pesquisa. Portanto, o pesquisador do projeto intitulado “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” se compromete a garantir a

*A* 31/07/25



privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados através de pesquisa de campo através de entrevistas nas próprias comunidades onde residem os entrevistados;

Em caso de dúvidas ou denúncia, seguem os contatos do pesquisador e o endereço do CEP: [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br), telefone 71 9 9965 9308. O pesquisador informa que a divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido mantidas na residência do pesquisador localizada na rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA), com CEP 41.620.320 por um período de 5 anos sob a responsabilidade do próprio coordenador desta pesquisa. Após este período, os dados serão destruídos.

Os participantes desta pesquisa que subscrevem este documento estão cientes e concordam com a utilização dos conteúdos gerados no âmbito dessa pesquisa para os fins mencionados, com a autorização do uso de imagem para fotografias que serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e seus produtos (relatório científico, artigo científico e tese de doutorado).

Ilhéus, de de .

Nome do Pesquisador Coordenador	Assinatura
Participante da Pesquisa como Entrevistado	Assinatura
Ston José Silveira V. Boas	

**Pesquisador coordenador:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo  
 Contatos: 71 9 9965 9308 / [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br)  
 Endereço: rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA)  
 CEP 41.620.320



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

**Título do projeto:**

O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO

**Pesquisador responsável:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

**Instituição/Departamento:**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação  
Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS / UCSAL)

**Local da coleta de dados:**

Município de Ilhéus, Estado da Bahia

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um convite para participação na pesquisa aqui referenciada, um projeto que garante a autonomia dos participantes da pesquisa nas informações disponibilizadas. Este convite deixa claro também que concederá o tempo adequado para que o(a) convidado(a) a participar da pesquisa possa refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida;

O projeto de pesquisa “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” tem como objetivo compreender os mecanismos geradores de afetos e identidade territorial em grupos sociais afetados pelos processos de desterritorialização a serem provocados pela instalação e operação da FIOL e do Porto Sul para reconhecer e categorizar, de forma qualitativa, o sofrimento psíquico e as repercussões psicossociais frente às ameaças, riscos e à perda dos seus territórios afetivos, identitários, comunitários e/ou de moradia;

A coleta de dados será realizada mediante a realização de entrevistas semi estruturadas com tempo estimado de uma hora para cada entrevista. As entrevistas não serão gravadas;

Esse documento informa que não haverá ônus por participar da pesquisa na qualidade de informante uma vez que a coleta de dados se dará na própria comunidade onde o(a) entrevistado(a) reside. Este documento informa também que não haverá bônus por participar da pesquisa na qualidade de informante;

Este documento informa o comprometimento da garantia do sigilo das informações e do anonimato para os participantes da pesquisa. Portanto, o pesquisador do projeto intitulado “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” se compromete a garantir a

31-07-2025



privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados através de pesquisa de campo através de entrevistas nas próprias comunidades onde residem os entrevistados;

Em caso de dúvidas ou denúncia, seguem os contatos do pesquisador e o endereço do CEP: [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br), telefone 71 9 9965 9308. O pesquisador informa que a divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido mantidas na residência do pesquisador localizada na rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA), com CEP 41.620.320 por um período de 5 anos sob a responsabilidade do próprio coordenador desta pesquisa. Após este período, os dados serão destruídos.

Os participantes desta pesquisa que subscrevem este documento estão cientes e concordam com a utilização dos conteúdos gerados no âmbito dessa pesquisa para os fins mencionados, com a autorização do uso de imagem para fotografias que serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e seus produtos (relatório científico, artigo científico e tese de doutorado).

Ilhéus, de de .

Nome do Pesquisador Coordenador	Assinatura
Participante da Pesquisa como Entrevistado	Assinatura
FELISBERTO SANTOS SANTOS	<i>Felipe Santos</i>

**Pesquisador coordenador:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

Contatos: 71 9 9965 9308 / [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br)

Endereço: rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA)

CEP 41.620.320



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

**Título do projeto:**

O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO

**Pesquisador responsável:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

**Instituição/Departamento:**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação  
Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS / UCSAL)

**Local da coleta de dados:**

Município de Ilhéus, Estado da Bahia

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um convite para participação na pesquisa aqui referenciada, um projeto que garante a autonomia dos participantes da pesquisa nas informações disponibilizadas. Este convite deixa claro também que concederá o tempo adequado para que o(a) convidado(a) a participar da pesquisa possa refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida;

O projeto de pesquisa “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” tem como objetivo compreender os mecanismos geradores de afetos e identidade territorial em grupos sociais afetados pelos processos de desterritorialização a serem provocados pela instalação e operação da FIOL e do Porto Sul para reconhecer e categorizar, de forma qualitativa, o sofrimento psíquico e as repercussões psicossociais frente às ameaças, riscos e à perda dos seus territórios afetivos, identitários, comunitários e/ou de moradia;

A coleta de dados será realizada mediante a realização de entrevistas semi estruturadas com tempo estimado de uma hora para cada entrevista. As entrevistas não serão gravadas;

Esse documento informa que não haverá ônus por participar da pesquisa na qualidade de informante uma vez que a coleta de dados se dará na própria comunidade onde o(a) entrevistado(a) reside. Este documento informa também que não haverá bônus por participar da pesquisa na qualidade de informante;

Este documento informa o comprometimento da garantia do sigilo das informações e do anonimato para os participantes da pesquisa. Portanto, o pesquisador do projeto intitulado “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” se compromete a garantir a

*Vera Leulia Ribeiro 31/07/2025*



privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados através de pesquisa de campo através de entrevistas nas próprias comunidades onde residem os entrevistados;

Em caso de dúvidas ou denúncia, seguem os contatos do pesquisador e o endereço do CEP: [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br), telefone 71 9 9965 9308. O pesquisador informa que a divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido mantidas na residência do pesquisador localizada na rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA), com CEP 41.620.320 por um período de 5 anos sob a responsabilidade do próprio coordenador desta pesquisa. Após este período, os dados serão destruídos.

Os participantes desta pesquisa que subscrevem este documento estão cientes e concordam com a utilização dos conteúdos gerados no âmbito dessa pesquisa para os fins mencionados, com a autorização do uso de imagem para fotografias que serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e seus produtos (relatório científico, artigo científico e tese de doutorado).

Ilhéus, de de .

Nome do Pesquisador Coordenador	Assinatura
Participante da Pesquisa como Entrevistado	Assinatura
Vera Leucia Ribeiro	Vera Leucia Ribeiro

**Pesquisador coordenador:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo  
 Contatos: 71 9 9965 9308 / [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br)  
 Endereço: rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA)  
 CEP 41.620.320



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

**Título do projeto:**

O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO

**Pesquisador responsável:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

**Instituição/Departamento:**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação  
Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS / UCSAL)

**Local da coleta de dados:**

Município de Ilhéus, Estado da Bahia

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um convite para participação na pesquisa aqui referenciada, um projeto que garante a autonomia dos participantes da pesquisa nas informações disponibilizadas. Este convite deixa claro também que concederá o tempo adequado para que o(a) convidado(a) a participar da pesquisa possa refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida;

O projeto de pesquisa “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” tem como objetivo compreender os mecanismos geradores de afetos e identidade territorial em grupos sociais afetados pelos processos de desterritorialização a serem provocados pela instalação e operação da FIOLE e do Porto Sul para reconhecer e categorizar, de forma qualitativa, o sofrimento psíquico e as repercussões psicossociais frente às ameaças, riscos e à perda dos seus territórios afetivos, identitários, comunitários e/ou de moradia;

A coleta de dados será realizada mediante a realização de entrevistas semi estruturadas com tempo estimado de uma hora para cada entrevista. As entrevistas não serão gravadas;

Esse documento informa que não haverá ônus por participar da pesquisa na qualidade de informante uma vez que a coleta de dados se dará na própria comunidade onde o(a) entrevistado(a) reside. Este documento informa também que não haverá bônus por participar da pesquisa na qualidade de informante;

Este documento informa o comprometimento da garantia do sigilo das informações e do anonimato para os participantes da pesquisa. Portanto, o pesquisador do projeto intitulado “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” se compromete a garantir a

31/7/2025 geane



privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados através de pesquisa de campo através de entrevistas nas próprias comunidades onde residem os entrevistados;

Em caso de dúvidas ou denúncia, seguem os contatos do pesquisador e o endereço do CEP: [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br), telefone 71 9 9965 9308. O pesquisador informa que a divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido mantidas na residência do pesquisador localizada na rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA), com CEP 41.620.320 por um período de 5 anos sob a responsabilidade do próprio coordenador desta pesquisa. Após este período, os dados serão destruídos.

Os participantes desta pesquisa que subscrevem este documento estão cientes e concordam com a utilização dos conteúdos gerados no âmbito dessa pesquisa para os fins mencionados, com a autorização do uso de imagem para fotografias que serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e seus produtos (relatório científico, artigo científico e tese de doutorado).

Ilhéus, de de .

<b>Nome do Pesquisador Coordenador</b>	<b>Assinatura</b>
<b>Participante da Pesquisa como Entrevistado</b>	<b>Assinatura</b>
<i>Geane Vieira de Saub</i>	<i>geane</i>

**Pesquisador coordenador:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo  
 Contatos: 71 9 9965 9308 / [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br)  
 Endereço: rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA)  
 CEP 41.620.320



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

**Título do projeto:**

O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO

**Pesquisador responsável:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

**Instituição/Departamento:**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação  
Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS / UCSAL)

**Local da coleta de dados:**

Município de Ilhéus, Estado da Bahia

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um convite para participação na pesquisa aqui referenciada, um projeto que garante a autonomia dos participantes da pesquisa nas informações disponibilizadas. Este convite deixa claro também que concederá o tempo adequado para que o(a) convidado(a) a participar da pesquisa possa refletir, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida;

O projeto de pesquisa “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” tem como objetivo compreender os mecanismos geradores de afetos e identidade territorial em grupos sociais afetados pelos processos de desterritorialização a serem provocados pela instalação e operação da FIOL e do Porto Sul para reconhecer e categorizar, de forma qualitativa, o sofrimento psíquico e as repercussões psicossociais frente às ameaças, riscos e à perda dos seus territórios afetivos, identitários, comunitários e/ou de moradia;

A coleta de dados será realizada mediante a realização de entrevistas semi estruturadas com tempo estimado de uma hora para cada entrevista. As entrevistas não serão gravadas;

Esse documento informa que não haverá ônus por participar da pesquisa na qualidade de informante uma vez que a coleta de dados se dará na própria comunidade onde o(a) entrevistado(a) reside. Este documento informa também que não haverá bônus por participar da pesquisa na qualidade de informante;

Este documento informa o comprometimento da garantia do sigilo das informações e do anonimato para os participantes da pesquisa. Portanto, o pesquisador do projeto intitulado “O LUGAR DOS ESTUDOS PSÍQUICOS NO TERRITÓRIO” se compromete a garantir a

*Thiago*

30/07/2025



privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados através de pesquisa de campo através de entrevistas nas próprias comunidades onde residem os entrevistados;

Em caso de dúvidas ou denúncia, seguem os contatos do pesquisador e o endereço do CEP: [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br), telefone 71 9 9965 9308. O pesquisador informa que a divulgação das informações só será realizada de forma anônima e sendo os dados coletados bem como os termos de consentimento livre e esclarecido mantidas na residência do pesquisador localizada na rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA), com CEP 41.620.320 por um período de 5 anos sob a responsabilidade do próprio coordenador desta pesquisa. Após este período, os dados serão destruídos.

Os participantes desta pesquisa que subscrevem este documento estão cientes e concordam com a utilização dos conteúdos gerados no âmbito dessa pesquisa para os fins mencionados, com a autorização do uso de imagem para fotografias que serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e seus produtos (relatório científico, artigo científico e tese de doutorado).

Ilhéus, de de .

<b>Nome do Pesquisador Coordenador</b>	<b>Assinatura</b>
<b>Participante da Pesquisa como Entrevistado</b>	<b>Assinatura</b>
Mônica Silva Santos	M. Santos

**Pesquisador coordenador:**

Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

Contatos: 71 9 9965 9308 / [thiago.araujo@ucsal.edu.br](mailto:thiago.araujo@ucsal.edu.br)

Endereço: rua Gato Arisco, N. 59, Lot. Pedra do Sal, Itapuã, Salvador (BA)

CEP 41.620.320

### **Anexo C - Diário de Campo de experiência vivida nas comunidades de Itaípe, Aritaguá, Vila Juerana e Castelo Novo**

Relato de experiência e análise complementar das metodologias empregadas: Observação Participante e entrevistas semiestruturadas (apresentação dos resultados da pesquisa de campo articulados à discussão teórica sobre as tensões psíquicas-socioterritoriais evidenciadas nas comunidades investigadas).

#### **Relato de Barra de Itaípe**

Quadro 21 - Identificação da entrevista semiestruturada em Barra de Itaípe

Dia 26/09 – turno matutino
Primeiro dia de pesquisa de campo no município de Ilhéus
Comunidade visitada: Barra de Itaípe
Comunidade representada por pescadores e marisqueiras que serão afetados pelas operações portuárias do Porto Sul
Representantes comunitários entrevistados: Sr. Itaípe 1 e itaípe 2
Representantes da Colônia de Pesca Z-34 da Barra de Itaípe.

Fonte: elaboração própria, 2025.

Figura 28 - Registro da Assembleia Geral da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe



Fonte: elaboração própria, 2025.

As atividades relatadas aqui são fruto da entrevista semiestruturada realizada na comunidade de Barra de Itaípe e, para garantir o sigilo e a confidencialidade dos informantes, essa tese se refere aos respectivos entrevistados da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe como os Srs. Itaípe 1 e Itaípe 2.

Agendei a entrevista com o presidente da Colônia de Pesca Z-34, o pioneiro “Zé Neguinho”, que não pôde me atender, pois foi afastado das funções da Colônia uma vez que estava em campanha eleitoral como candidato a vereador. “Zé Neguinho” estava em compromisso de campanha, numa carreata, só fui informado por ele minutos antes de sair ao seu encontro. Como não podia perder tempo, nem a oportunidade de conhecer a realidade dos pescadores e marisqueiras da Barra de Itaípe, visitei a Colônia de Pesca Z-34.

Cheguei logo cedo à Colônia e fui recebido com desconfiança pelo diretor da Colônia e por duas marisqueiras que também estavam em campanha. O clima de campanha eleitoral tomava conta da cidade e atrapalhou um pouco meu trabalho de campo. Aos poucos fui me apresentando, explicando o objetivo da minha pesquisa e convencendo os comunitários de que eu não fazia parte de nenhuma campanha eleitoral. Desconfiança que foi diluída apenas quando eu disse que era morador da comunidade de Itapuã, parceiro dos pescadores e amigo de “Pai Vêi”, saudoso presidente da Colônia de Pesca Z-6 de Itapuã (Salvador – BA). A partir daí fui recebido como amigo dos pescadores. Me convidaram à sala da Presidência da Colônia, ligaram para o presidente em exercício e em poucos minutos nossa entrevista semiestruturada começou.

Durante essa manhã conheci a luta dos mais de dois mil pescadores e marisqueiras da Colônia da Barra de Itaípe (Z-34) no litoral de Ilhéus. No município, eles se somam aos quase dez mil pescadores artesanais cadastrados pela Confederação Brasileira de Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA) que terão sua única atividade profissional prejudicada pela construção e operação do terminal portuário do Porto Sul.

Do ponto de vista da Pesquisa Participante e do planejamento da Entrevista Semiestruturada em Barra de Itaípe, esse trabalho se propôs a vivenciar os territórios antes mesmo de abordar os informantes e comunitários para iniciar as entrevistas semiestruturadas. Percorri as localidades, andei pelas ruas, observei a relação com a territorialidade, fotografei e anotei as minhas impressões, reflexões, dúvidas e as características mais gerais de cada localidade.

Figura 29 - Histórico da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 30 - Registro da estrutura física da sede da Colônia de Pesca de Barra de Itaípe



Fonte: elaboração própria

Figura 31 - Registro da estrutura física da sede da Colônia de Pesca de Barra do Itaípe (B)



Fonte: elaboração própria

Ao início da entrevista, os pescadores começaram a apontar as afetações que suas atividades econômicas serão submetidas com a construção do Porto Sul. Relataram a privatização da área marítima de pesca, restringindo e proibindo a atividade pesqueira nas proximidades das estruturas operacionais do terminal portuário. Segundo os pescadores, é exatamente onde fica o pesqueiro (área de pesca) utilizado há mais de um século por esses trabalhadores do mar.

Figura 32 - Registro da Visita à Associação e Histórico da Colônia de Pesca de Barra do Itaípe



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 33 - Registro do histórico da Colônia de Pesca de Barra do Itaípe



Fonte: Arquivo da colônia de Pesca de Barra do Itaípe, sem data.

Segundo os entrevistados, os locais de pesca impactados têm extensão de três mil metros (3 mil metros) por causa do calado que os navios de grande porte necessitam para a ancoragem. Devido a isso, nenhum barco de pesca pode estar nas proximidades. A redução do pescado devido às movimentações de cargas das operações portuárias é também apontada como afetação relevante, mesmo quando a pesca é realizada em outro pesqueiro.

Também haverá afetação a partir da emissão de material particulado, proveniente da esteira rolante de minérios a ser instalada no Porto Sul. A emissão desse material particulado, propriamente conhecido como pó de minério de ferro, será um dos maiores aspectos ambientais a ser gerenciado pelo terminal portuário. A probabilidade é que esse material particulado seja carregado pelos ventos e termine acumulado no fundo do mar, sob a lama, afetando inclusive o relevo do solo oceânico, semelhante à situação identificada mediante avaliação técnica no Terminal Portuário do Pecém, no Ceará.<sup>3</sup> O material particulado de minério de ferro acumulado no fundo do mar é reconhecido como um dos principais impactos ambientais da operação portuária da empresa VLI, onde trabalhei como consultor ambiental por mais de oito anos. Levando em conta a atividade pesqueira, esse acúmulo de material particulado no fundo do solo oceânico vai prejudicar e/ou até inviabilizar a pesca de arrasto (de calão e baloeira), além dos danos ecossistêmicos à toda a biodiversidade marinha nesse local.

No primeiro relato dos pescadores entrevistados, fica evidente que todos os tipos de pesca artesanal praticados pela Colônia de Pesca Z-34 serão afetados de forma significativa. O que leva os pescadores a aumentarem o tom de voz na cobrança de indenizações e compensações socioambientais como população atingida. Sr. Itaípe 1, integrante da Colônia de Pesca Z-34, ainda retruca dizendo “que a BAMIN quer pagar ‘merreca’ ao pescador”. Segundo ele, existe um boato de que a compensação socioambiental planejada pela empresa Bahia Mineração (BAMIN) seja de R\$1.500,00 por mês para cada pescador. O período em que esse suposto pagamento ocorrerá também não se sabe ainda. Considerando os contextos e vulnerabilidades socioambientais, os comunitários relatam que a área aterrada pelo terminal portuário na localidade do “Estuário da Barra” provocou graves impactos ambientais, como a morte de muitas espécies de peixes (ictiofauna).

Com relação às áreas de pesca artesanal diretamente impactadas, os pescadores informam todas localidades e pesqueiros utilizados há mais de um século, pelos pioneiros da Barra do Itaípe. De acordo com esse relato, as localidades litorâneas e pesqueiros mais afetados serão: “Ponta do Ramo, Mamoã, Ponta da Tulha, Marinho, Vila Juerama, São Miguel, Malhado e Vila Olímpia”. Além das áreas de litoral, as áreas da contra costa, onde ocorre a pesca de rio, também serão afetadas de forma mais extensa nas localidades de “Sambaiatuba, Uruçutuca,

---

<sup>3</sup> A avaliação aqui referida é parte dos trabalhos realizados por este autor, como especialista em gestão ambiental de terminais portuários, e encontra-se registrado em [www.e-consbrasil.com.br](http://www.e-consbrasil.com.br)

Aritaguá e Castelo Novo. São populações ribeirinhas que sobrevivem da pesca de lama: pesca do aratu, de guaiamuns e de camarão, que, com o assoreamento, vão deixar de existir”.

Diante desse relato, os pescadores entrevistados argumentam que também precisam participar dos processos de compensação socioambiental da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL). Isso porque os pescadores e marisqueiras que vivem e trabalham na contra costa terão suas atividades econômicas (pesca de lama) prejudicadas e/ou interrompidas.

Vale ressaltar que os pescadores e marisqueiras da Colônia de Pesca Z-34 não possuem outras atividades econômicas que possam garantir a sobrevivência e a qualidade de vida dessa população. Esses trabalhadores não podem possuir outras relações de trabalho para além da pesca porque correm o risco de sair do enquadramento da categoria “pescador”, o que pode acarretar na perda de benefícios sociais garantidos por lei: o seguro-desemprego relativo aos períodos do defeso do camarão e do robalo, além da aposentadoria. Esses pescadores e marisqueiras convivem com a ameaça de perderem suas únicas atividades profissionais.

Não há relatos, entre os entrevistados, sobre a existência de grupos artísticos ou manifestações culturais na localidade que representem os pescadores e as marisqueiras. Não há iniciativa cultural na Barra de Itaípe que resgate a cultura, a história, tradições e memórias do território. Com a chegada do Porto Sul e com a imposição do padrão urbano-industrial de convivência e de trabalho, há risco de interrupção e da perda das referências histórico-culturais na localidade, o que implica em apagamento de memória.

Como encerramento da entrevista, o Sr. Itaípe 2 enfatiza que “a voz do pescador precisa ser ouvida porque somos os totais prejudicados”. Ao falar isso, ele me presenteou com o livro “Viver de tudo que tem na maré: tradições, memórias de trabalho e vivências de marisqueiras em Ilhéus – BA, 1960 – 2008”, de Luiz Henrique dos Santos Blume, (Editora UEFS, Feira de Santana, 2020). fruto de um trabalho de pesquisa sobre os pescadores e marisqueiras da Colônia Z-34. Ao me entregar o livro ele me disse “aqui está a voz do pescador e as nossas memórias”. Um livro com abordagem antropológica e linguagem poética, cuja proposta era de ouvir os pescadores e marisqueiras e produziu relatos sobre os modos de vida, as percepções e um pouco da história dos pescadores e marisqueiras do município de Ilhéus, memórias desse território em conflito, que denominamos aqui como a Foz da FIOL com o Porto Sul.

## Resultados da Pesquisa de Campo em Aritaguá

Quadro 22 - Identificação da Entrevista Semiestruturada em Aritaguá

Dia 26/09 - turno vespertino
Primeiro dia de pesquisa de campo no município de Ilhéus
Comunidade visitada: Aritaguá
Comunidade rural de pescadores, marisqueiras e agricultores familiares afetados pelas operações ferroviárias da FIOL
Representante comunitária entrevistada: Sra. Aritaguá.
Representante da Associação de Moradores de Aritaguá – AMART

Fonte: elaboração própria, 2025.

Figura 34 - Rua principal do distrito Rural de Aritaguá - Ilhéus (BA)



Fonte: elaboração própria

No turno vespertino foi o momento de visitar o distrito rural de Aritaguá, na contra costa do município de Ilhéus. Um povoado rural que, apesar de estar muito próximo ao terminal portuário do Porto Sul, já é afetado pelas obras de instalação das estruturas da FIOL, com previsão de mais afetação a partir das futuras operações ferroviárias da FIOL.

Há participação direta do governo do Estado da Bahia, com uso ativo das suas autarquias, para dar suporte e celeridade à instalação do Porto Sul e da FIOL. Do mesmo modo, o Governo do Estado da Bahia apoiou, politicamente, os processos de des-territorialização vivenciados pelas comunidades pesquisadas neste estudo. Afirmções que denotam uma postura pública alinhada aos interesses macroeconômicos, com o entendimento em comum da necessidade do desenvolvimento urbano-industrial, independente das dimensões

socioambientais afetadas e, sobretudo, ignorando as tensões psíquicas-socioterritoriais vivenciadas pelas comunidades rurais reconhecidas por essa pesquisa.

O alinhamento público-privado identificado em Aritaguá fica evidente no decorrer da vivência no território visitado. Foi o momento, portanto, de conhecer os impactos da ferrovia na contra costa, no distrito rural de Ilhéus. Visitei Aritaguá, que tem sua identidade territorial pautada na ruralidade, na exploração de subsistência do cacau às margens do Rio Almada. Logo ao chegar, a impressão é de uma comunidade esvaziada, com população envelhecida, pouca atividade econômica e quase nenhuma vida social comunitária. Essa impressão inicial é confirmada diante dos relatos que seguem ancorados, inclusive, no conteúdo da entrevista semiestruturada realizada nesta localidade.

A compreensão de desenvolvimento que fundamenta teoricamente a abordagem desta tese compreende os benefícios e os malefícios como inerentes ao processo de desenvolvimento próprio da construção histórica da humanidade, entretanto, é preciso refletir sobre o fato de que se distribuem de modo desigual nas diferentes classes e categorias sociais.

Figura 35 - Via de acesso de Aritaguá



Fonte: elaboração própria, 2025.

No registro fotográfico acima – Figura 35 – a fica evidente o perfil rural das estradas vicinais, todas de barro. Já os registros fotográficos abaixo – Figura 36 – aprofundam o destaque dos acessos em estrada de barro e o perfil campesino da comunidade de Aritaguá com suas características rurais contrastando com o padrão urbano privado evidenciado nas fotografias ligadas ao projeto urbano-industrial.

Figura 36 - ruas sem pavimentação em Aritaguá



Fonte: elaboração própria

O acesso à Aritaguá fica situado às margens do Rio Almada, que também contorna toda a comunidade, influenciando diretamente o modo de vida da população local. Uma comunidade rural, margeada pelo rio, com perfil econômico ligado ao cultivo de cacau e à pesca artesanal, hoje forçada a conviver com as estruturas industriais de grande porte das operações ferroviárias e portuárias.

Dando sequência, esse relato de campo apresenta conhecimentos mais aprofundados das realidades locais, construídos através das técnicas de observação participante (Corrêa; Lobato; Siqueira, 2022) em Aritaguá. Assim, esse trabalho chama atenção para alguns resultados da pesquisa de campo que podem ser úteis no desvelamento dos contextos de sofrimento psicossocial nessa localidade, decorrentes dos processos de des-territorialização vividos em Aritaguá.

Aritaguá fica situada há aproximadamente 50 quilômetros do centro de Ilhéus e carrega um forte senso de identidade territorial associada à ruralidade. Os acessos não têm pavimentação de asfalto, a maior parte da comunidade convive com estradas de barro e apenas a rua central é calçada com paralelepípedo. Não há estrutura de saneamento ambiental em Aritaguá. Os efluentes líquidos domésticos são lançados no Rio Almada que acompanha toda a extensão da comunidade.

Não que a pavimentação e o serviço público de saneamento por si só possam representar a ruralidade enquanto categoria. Esta é uma das classificações que produzem equívocos quanto ao rural, quando é considerada suficiente para dizer se é rural ou urbana. É preciso ter cuidado para não desembocar nos estereótipos de que o rural é sinônimo de precariedade. De acordo com Alencar (2025) a precariedade, no Brasil, vem do padrão de desenvolvimento desigual e, civilizatoriamente, pautado no urbano industrial. O modo de vida se diferencia na relação com

a natureza e nas relações sociais de produção, por isso, o rural como compreendido nesta tese é aquele definido como trabalho e vida, não aquele do agronegócio, do capitalismo agrário.

Figura 37 - Proximidade do povoado de Aritagua com o rio Almada - Ilhéus (BA)



Fonte: elaboração própria, 2025

Aritaguá fica localizada a aproximadamente quatrocentos metros (400m) da estrada de ferro (ferrovia) e da ponte construída pela empresa Bahia Mineração sob o Rio Almada. É uma comunidade que já convive há pelo menos dez anos com os impactos de vizinhança com as obras da FIOLE e do Porto Sul. A estagnação socioeconômica dessa comunidade se evidencia com parte significativa da população jovem migrando para outros territórios em busca de condições melhores de vida.

Não há relatos de expressões artístico-culturais e a relação com o trabalho se dá de forma direta com a natureza. Paradoxalmente, o Rio Almada é a fonte de alimentos e ao mesmo tempo o destino dos esgotos domiciliares dos comunitários, que sobrevivem da pesca artesanal de rio, na contra costa do litoral de Ilhéus. Em muitos trechos, o Rio Almada apresenta sinais de poluição, como a proliferação de algas marinhas invasoras e as evidências do despejo dos esgotos domiciliares no leito do rio, uma vez que não há esgotamento sanitário em Aritaguá. A síntese desse diagnóstico preliminar é baseada no conceito de percepção ambiental (Corrêa; Lobato; Siqueira, 2022).

A Entrevista Semiestruturada nessa localidade foi realizada junto à Associação de Moradores de Aritaguá (AMART). Uma representante da referida associação será denominada aqui como a Sra. Aritaguá, para mantermos a confidencialidade sobre os participantes dessa pesquisa. A Sra. Aritaguá me recebeu de forma muito gentil em sua residência. Iniciamos nossa entrevista semiestruturada na sua varanda, à margem do Rio Almada e, ao longo de mais de uma hora, relatou o histórico da chegada da Bahia Mineração em Aritaguá.

A comunitária entrevistada conta que o processo de ocupação da comunidade se deu há mais de um século atrás e teve as antigas estações ferroviárias para transporte do cacau como principal vetor de ocupação e desenvolvimento no passado. De acordo com ela, os navios saíam carregados de cacau e a economia local sobrevivia da pesca artesanal e do cultivo de quiabo, laranja, cajá e jenipapo. Hoje a estação está em ruínas.

Figura 38 - Ruralidade de Aritaguá e a estrada de ferro da BAMIM



Fonte: elaboração própria, 2025

A figura 38 traz o contraste, mas não entre ruralidade e estrutura urbana. Sim entre infraestrutura para atender necessidades da comunidade rural e infraestrutura para atender à territorialização do capital minerário. Do ponto de vista histórico-cultural, Aritaguá não possui nenhuma expressão artística que faça conexão com a sua história, um povoado sem memórias do passado. De acordo com a entrevistada “no passado se comemorava a Festa de Santo Antônio e a Fuzarca de Carnaval, tinha grupo de bordadeiras, rendeiras, casa de farinha, duas casas de beneficiamento do dendê, mas o progresso e a mecanização ‘acabou’ com o artesão” (Senhora Aritaguá, informação verbal, 2025).

Quando perguntei sobre as perspectivas de futuro que ela via para a comunidade, a Sra. Aritaguá afirmou que não se tem percepção de melhoria para a comunidade, que a BAMIM não contrata mais ninguém de Aritaguá, só traz profissionais de fora. Segundo a representante da Associação de Moradores de Aritaguá

vai gerar muita riqueza, mas não é pra gente não, é pro povo de fora... as agonias é que sobrarão pra gente, as doenças dos minérios [...] com o funcionamento do porto e da ferrovia eles terminam de acabar com Aritaguá... vai matar o rio e os manguezais

com a sujeira dos minérios... quando a maré subir, vai levar tudo(Senhora Aritaguá, informação verbal, 2025).

A Sra. Aritaguá demonstra muita sabedoria e vivência territorial o que nos impõe aqui a tarefa de destacar elementos cruciais que reforçam o propósito dessa tese. Primeiramente, essa relação apontada pela entrevistada consiste num dos principais argumentos de convencimento e naturalização dos impactos socioambientais provocados por empreendimentos industriais. Mais precisamente, no que se refere ao discurso de criação de novos empregos, como também quanto à ilusão de que a empregabilidade dos períodos iniciais das obras seria algo permanente. Outro ponto que chama atenção, no discurso da comunitária, é a reflexão sobre a perda dos meios de produção e as alterações nas relações sociais com o trabalho. Por fim, os danos socioambientais mais visíveis como a poluição das águas do Rio Almada e seus afluentes, do solo e, sobretudo, os impactos oriundos da emissão de material particulado de minério de ferro, que representa grave risco ecossistêmico e à saúde humana, são também reconhecidos pela entrevistada.

### **Resultados da Pesquisa de Campo na Vila Juerana**

Quadro 23 -Identificação da Entrevista Semiestruturada na comunidade Vila Juerana

Dia 27/09 - turno matutino
Segundo dia de pesquisa de campo no município de Ilhéus
Comunidade visitada: vila Juerana
Comunidade rural de pescadores, marisqueiras e agricultores familiares afetados pelas operações do Terminal Portuário do Porto Sul
Representante comunitária entrevistada: Sra. Juerana
Representante da Associação de Moradores da Vila Juerana (AMORVIJU) e Professora da Comunidade Escolar da Juerana

Fonte: elaboração própria

Mais uma vez pude observar a exuberância da mata atlântica do sul da Bahia. Ao longo dos 53 quilômetros percorridos do centro de Ilhéus até a Vila Juerana, pude vivenciar mais uma vez a magnitude do Rio Almada e a presença marcante da biodiversidade da mata atlântica em todo o trecho de litoral do município de Ilhéus.

Figura 39 - Ponte sobre o rio Almada



Fonte: elaboração própria, 2025

A pesquisa de campo na Vila Juerana proporcionou uma compreensão profunda sobre o histórico e contexto cultural do desenvolvimento da comunidade, a interface e os impactos socioambientais da instalação do pátio de operações do Porto Sul. Ao longo da entrevista semiestruturada, fui convidado pela professora para facilitação de uma atividade de educação ambiental num evento literário que a escola municipal da Vila Juerana estava desenvolvendo. Nesse ponto, foi importante a utilização da metodologia participante quanto à interrelação do pesquisador com o objeto empírico, em busca da coleta de dados e da construção de conhecimentos socioambientais úteis à comunidade da Escola Municipal da Juerana.

Figura 40 - Participação em facilitação de educação ambiental em Escola Municipal de Juerana



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 41 - Contação de história na Atividade Literária da Escola Municipal de Juerana



Fonte: elaboração própria, 2025

Cheguei na comunidade bem cedo e fui em busca da professora a ser entrevistada, que chamaremos aqui de Sra. Juerana, para mantermos a confidencialidade dos participantes desta pesquisa. Agendamos de nos encontrar na Escola Municipal da Juerana. Cheguei antes do horário, fui conhecer a comunidade caminhando pelas ruas de terra, para vivenciar o território. No horário agendado, enfim, visitei a comunidade escolar, encontrei a Sra. Juerana e fui convidado para participar de uma manhã literária na biblioteca da comunidade escolar. Me dispus a fazer uma atividade de “contação de histórias” para os alunos, que foi aceita com alegria por parte da professora. Desse modo, como educador ambiental, desenvolvi uma atividade literária com enfoque ecológico.

Um dos pressupostos da Pesquisa Participante, modelo de investigação científica que baseia esta pesquisa de campo, é abandonar a noção de neutralidade científica e desenvolver interações pesquisador-objeto no sentido de ajudar a construir conhecimentos que possam ser úteis para o público-alvo e para a territorialidade investigada (Borda, 1983). Nas palavras deste autor:

“O relacionamento entre o pesquisador e pesquisado não se dá como mera observação do primeiro pelo segundo, mas ambos ‘acabam se identificando, sobretudo quando os objetos são sujeitos sociais também, o que permite desfazer a ideia de objeto que caberia somente em ciências naturais’” (Fals Borda, 1983, p.15).

Essa contribuição teórica do autor Orlando Fals Borda expressa com clareza o princípio central da pesquisa participante, utilizado como alicerce metodológico nesta tese: o pesquisador

não permanece distante, mas se integra ao grupo, reconhecendo os sujeitos sociais como co-atores do conhecimento, promovendo uma relação dialógica e horizontal com o objeto empírico estudado.

Figura 42 - Comunidade Escolar da Vila Juerana, Ilhéus



Fonte: elaboração própria

Figura 43 - Comunidade Escolar da Vila Juerana, Ilhéus (B)



Fonte: elaboração própria, 2025.

Toda a extensão da comunidade é coberta com estradas de terra, as relações dos comunitários com o trabalho e com a natureza são conexões diretas, com pouca ou nenhuma mediação das estruturas físicas da vila, o que denota presença marcante de ruralidade nos modos de vida dos moradores da Vila Juerana. Seguindo os pressupostos metodológicos da Terapia Cognitivo Comportamental e os recursos utilizados pelos serviços de Acompanhamento Terapêutico (Marco; Calais, 2013; Londero; Pacheco, 2010), acompanhei a Sra. Juerana numa

caminhada pela comunidade, às margens do Rio Almada, no deslocamento até a biblioteca da comunidade. A professora cumprimentou todos os moradores que cruzaram nosso caminho. Foi possível ver pescadores artesanais trazendo os pescados em carrinhos de mão para comercialização na própria comunidade (pesca de rio ou pesca de lama, como eles mesmos chamam, com baixa ou nenhuma tecnologia envolvida).

Figura 44 - Registros da ruralidade na Vila Juerana - Ilhéus (BA)



Fonte: elaboração própria, 2025

A Escola Municipal da Juerana é um ambiente educacional acolhedor, conta com aproximadamente 80 alunos e um corpo docente com 12 funcionários. Uma escola que atende o ensino fundamental e infantil. Todos os alunos da escola são residentes da própria comunidade e adjacências. Em sua maioria, são filhos de pescadores, marisqueiras, agricultores familiares e comerciantes locais.

A entrevista com a Sra. Juerana aconteceu antes da atividade literária com os alunos, transcorreu à margem do Rio Almada. A informante comunitária entrevistada possui muito conhecimento histórico e de interesse específico desta tese, o que proporcionou uma coleta qualificada de dados, com muita profundidade.

Portanto, este trabalho agora apresenta os resultados da entrevista semiestruturada realizada na Vila Juerana já fazendo, como nas localidades anteriores, o cruzamento analítico com as evidências das Tensões Psíquicas-Socioterritoriais identificadas a partir da oralidade da comunitária entrevistada.

Segundo a comunitária, o processo de ocupação humana na Vila Juerana tem origem na Fazenda Juerana, onde se produzia a colheita dos frutos e a comercialização da madeira da árvore Juerana, para fazer móveis. Por isso o nome da Vila Juerana. No relato da Sra. Juerana, ela se refere à uma antiga fábrica de móveis, que faliu há mais de um século, de acordo com a

nossa entrevistada. Na decadência dessa atividade econômica, com a falência, a fazenda foi dividida em lotes, para pagamento de indenização às famílias dos trabalhadores da fábrica e da própria fazenda. Assim, duas famílias que trabalhavam na Fazenda Juerana foram os pioneiros da Vila Juerana, numa ocupação territorial que tem mais de 100 anos de história.

Figura 45 - Atividade de pesca artesanal na Vila Juerana, Ilhéus (BA)



Fonte: elaboração própria

A comunidade possui uma ligação significativa com os seus aspectos históricos, artísticos e culturais, a atuação da Escola Municipal da Juerana reforça essa valorização do patrimônio cultural. A professora relatou com orgulho a Festa do Bumba Meu Boi, que acontece desde a época da sua bisavó “Tem Festa de Reis no dia 06 de janeiro, Festa de São Sebastião no dia 20 de janeiro e apresentações o ano inteiro” (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

A Sra. Juerana relatou ainda a presença de antigas rezadeiras da comunidade, que carregam a memória viva do território, como a Rezadeira Dona Dená da Vila Juerana. “Eram oito rezadeiras, hoje só tem uma viva que faz rezas antigas quando alguém adoce, reza do vento caído, do olhado, dentre outras das memórias dos antigos” (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

Segundo relato da Sra. Juerana, os empregos gerados na comunidade, ligados ao projeto urbano-industrial, são para captura e monitoramento de animais silvestres, monitoramento social de famílias assistidas, monitoramento de atividades pesqueiras, serviços gerais e faxineiras dos dormitórios para os profissionais que vem de fora (engenheiros e arquitetos para as construções). Além do apoio que a Bahia Mineração fornece aos três restaurantes da Vila

Juerana, que servem refeições aos funcionários das obras que chegam e saem de ônibus da própria empresa.

A professora, ao final da entrevista, lamentou:

“Somos apenas umas 15 pessoas de nível superior na comunidade, estamos à margem da sociedade de Ilhéus e das contratações do porto sul, a perspectiva é que seremos uma comunidade afetada socialmente pela violência, pela prostituição infantil, pelo fluxo das obras e pelo adoecimento pelo pó do minério... A resistência de quase 10 anos foi jogada fora por empregos temporários, que às vezes não duram nem 10 meses... Desânimo.” (Sra. Juerana, informação verbal, 2025).

Nesse momento da entrevista, já ao final, os alunos foram chegando à biblioteca comunitária para a atividade literária.

As crianças, felizes, sorridentes e curiosas com a minha presença, foram chegando na biblioteca, trazendo a leveza necessária para amenizar o clima sério e triste criado pela dureza das palavras finais da Sra. Juerana, que encerrou nossa entrevista dizendo “bora trabalhar com essas crianças pra tentar dar um futuro melhor pra elas!” (Sra. Juerana, informação verbal, 2025). Conduzidos pelas professoras, os alunos foram se sentando em círculo. Eram crianças de 4 anos até pré-adolescentes com 12 à 13 anos. Muito afetivos, educados e receptivos à minha presença.

Como o encerramento da atividade literária, os alunos fizeram uma apresentação musical de culminância da atividade, com coreografia de temática ambiental, simulando o nascimento de uma semente, onde cada criança fazia o papel dos elementos da natureza (sol, chuva, terra, flor e semente).

A oficina de literatura aconteceu na margem do Rio Almada com o tema “Mistério no Mar de Itapuã<sup>4</sup>”, nome do livro do autor desta tese. Transformei em livro infantil uma experiência vivida quando, aos 16 anos, fundei o Movimento Jogue limpo Com Nossas Praias, projeto de limpeza de praias, com atuação marcante no litoral soteropolitano e baiano, que reuniu mais de 9.000 voluntários e retirou das praias mais de 42 toneladas de lixo.

Uma história madura, com perfil lúdico e tom misterioso, que aborda de forma leve e coletiva a importância da educação ambiental para conservação dos ecossistemas costeiros e

---

<sup>4</sup> Livro infantil de autoria do autor desta tese, que se encontra em fase de pré-lançamento pela Editora Solisluna.

marinhos. Foi um momento rico de troca de experiências e de entender como essas crianças e professores da comunidade lidam com a instalação do porto há poucos metros da comunidade, levando em conta os impactos socioambientais no ambiente costeiro vivido pelos alunos no município de Ilhéus. Seguindo mais uma vez as premissas metodológicas da Pesquisa Participante, utilizei a história do meu primeiro livro infantil paradidático para propor uma discussão contextualizada sobre como as crianças percebem a presença do lixo nas praias e no Rio Almada, que margeiam a Vila Juerana. Essa discussão foi marcada por muita participação dos alunos. Foi marcada por perguntas variadas de crianças de todas as idades e relatos sobre as experiências delas com a temática ambiental. Ouvei muitos relatos sobre o perfil do lixo encontrado pelas crianças nas praias, em sua grande maioria formado por material plástico. Percebi que as crianças reconhecem os impactos do lixo no ambiente costeiro e marinho, sobretudo, para os animais marinhos.

Foi uma atividade de educação ambiental que utilizou a história do “Mar de Itapuã” para provocar ampliação de consciência e o desenvolvimento de atitudes ambientais no “Mar da Vila Juerana”. Pude questionar ainda sobre a percepção dos alunos quanto à instalação do porto e constatar que elas não fazem ideia dos impactos socioambientais provocados e os ainda previstos.

### **Resultados da Pesquisa de Campo no povoado de Castelo Novo**

Quadro 24 - Identificação da entrevista semiestruturada em Castelo Novo

Dia 27/09 - turno vespertino
Segundo dia de pesquisa de campo no município de Ilhéus
Comunidade visitada: castelo novo
Comunidade rural de pescadores, marisqueiras e agricultores familiares afetados pelas operações do Terminal Portuário do Porto Sul
Representante comunitária entrevistada: Sra. Castelo Novo
Representante Comunitária da Vila de Castelo Novo

Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 46 - evidência da ruralidade no acesso principal a Castelo Novo



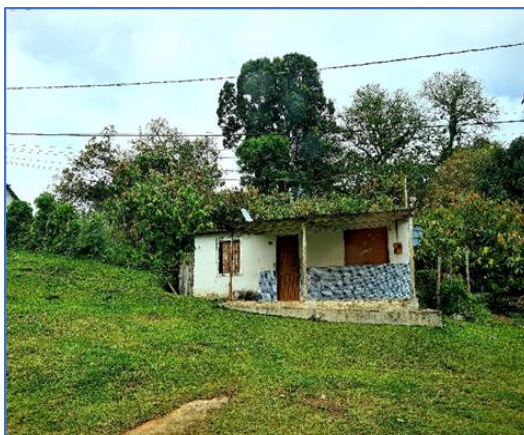
Fonte: elaboração própria, 2025

De volta à estrada, mais uma vez a mata atlântica caracteriza essa região sul do litoral baiano. Esse foi o trajeto mais longo que percorri entre as quatro comunidades pesquisadas. Ao longo do deslocamento de Ilhéus a Castelo Novo é visível a presença ostensiva do cultivo de cacau, cultura consorciada com a mata atlântica, no melhor estado de vitalidade ecológica.

A localidade possui uma população que atualmente vive da pesca artesanal no Rio Almada, do cultivo do cacau de subsistência, fica situada a 53 quilômetros de Ilhéus, com uma hora de deslocamento, aproximadamente. É a comunidade mais próxima da estrada de ferro e da ponte sobre o Rio Almada. Rio este que contorna toda a comunidade.

Castelo Novo é uma comunidade histórica cercada de mata atlântica preservada, árvores de grande porte, relevo montanhoso e a imponência do Rio Almada. Uma vila bucólica, com casinhas simples e padrão arquitetônico harmônico, com estilo antigo, guardando as memórias dessa importante territorialidade para a fundação de Ilhéus, um povoado que respira história e natureza.

Figura 47 - Ruralidade e presença da natureza no povoado de Castelo Novo



Fonte: elaboração própria, 2025

Minha chegada à Castelo Novo deixou evidente um dos maiores problemas vividos por esta população: a dificuldade de acesso. São quase dez quilômetros de estrada de terra, depois de quase uma hora de deslocamento de Ilhéus. Um acesso ruim que piora nos períodos chuvosos. Como estava chovendo, quando fui visitar a comunidade, tive muita dificuldade com a lama na pista.

Figura 48 - Únicas vias pavimentadas no povoado de Castelo Novo, Ilhéus A



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 49 - Únicas vias pavimentadas no povoado de Castelo Novo, Ilhéus



Fonte: elaboração própria, 2025

Castelo Novo é uma comunidade que vive estritamente em condição de ruralidade, em um modo de ocupação com habitações simples, espalhadas ao longo da margem do Rio Almada. Ruas estreitas, quase todas de barro, exceto o centro da comunidade, que tem calçamento de pedra (com paralelepípedo). Castelo Novo foi palco da gravação da primeira versão da novela televisiva *Renacer*, da Rede Globo. Hoje, é palco novamente da regravação da mesma novela, em exibição na emissora supracitada.

A arte, a cultura e a valorização histórica de Castelo Novo são promovidas pela escola local e pelas igrejas, que celebram datas comemorativas como carnaval e São João, além da Festa da padroeira do povoado, Nossa Senhora da Conceição.

Figura 50 - centro do povoado de Castelo Novo



Fonte: elaboração própria, 2025

Figura 51 - centro do povoado de Castelo Novo (B)



Fonte: elaboração própria, 2025

A comunidade conta com unidade básica de saúde e não há rede de esgotamento sanitário, fazendo com que os esgotos domésticos sejam lançados no Rio Almada, que é também a fonte de renda da maior parte da comunidade, que atua como pescador ou marisqueira. A entrevista semiestruturada foi realizada em Castelo Novo, em um dia chuvoso, nos trouxe resultados importantes para os objetivos desta pesquisa. A entrevista foi realizada com a representante comunitária de Castelo Novo, que também é comerciante, dona de um bar que funciona como mercearia para atender a população local. A Sra. Castelo Novo me atendeu de forma solícita e muita gentil. Comecei a entrevista checando algumas percepções que tive na chegada à comunidade e caminhando pelas ruas de Castelo Novo. A sra. Castelo Novo, que será apresentada por esta tese dessa forma para manter em sigilo a sua identidade, cita a importância histórica de Castelo Novo, dizendo: “A fundação de Ilhéus é em Castelo Novo. Tinha usina, mercado, delegacia, aí, em 1948 teve uma grande enchente e levou tudo... daí em diante o desenvolvimento foi pro lado de onde hoje é Ilhéus” (Sra, Castelo Novo, Informação Verbal, 2025).

A enchente se deu por conta da proximidade do povoado com o Rio Almada, devido a geografia que cerca a comunidade com montanhas e vegetação de mata atlântica, em significativo estado de conservação. É um povoado rural cercado com vegetação nativa de grande porte e uma geografia acidentada, o que provoca os problemas relacionados ao transporte público. A sra. Castelo Novo complementa que, no ano de 2019, teve outra enchente que a população local comparou com a enchente histórica de 1948. Essas memórias relatadas

pela comunitária entrevistada têm amparo na realidade e esta pesquisa encontrou referências bibliográficas que confirmam essas informações (Pontes, 2025; Ribeiro, 2001).



Figura 47: Ruralidade do Vilarejo de Castelo Novo, Ilhéus -BA (Fonte: própria, 2025)

Do ponto de vista artístico-cultural, as principais manifestações da comunidade estão relacionadas à Festa da Padroeira do Vilarejo, Nossa Senhora da Conceição. “Tinha também escola de samba e grupo folclórico, mas o rapaz morreu e acabou” (Sra, Castelo Novo, Informação Verbal, 2025). A Sra. Castelo Novo também cita com orgulho as gravações da novela “Renascer”, da Rede Globo.

Figura 52 - Extrativismo vegetal na Mata Atlântica de Castelo Novo



Fonte: elaboração própria.

Para encerramento da entrevista, a comunitária manifesta esperança de que haja a tão sonhada geração de emprego na localidade e lamenta a possibilidade real de poluição do rio e os impactos aos moradores com relação aos possíveis problemas respiratórios decorrentes da emissão de material particulado dos minérios de ferro a serem transportados.

## **ANEXO D - PRERROGATIVAS E DIRETRIZES PSICOSSOCIAIS PARA ARTICULAÇÃO JUNTO AO PROTOCOLO METODOLÓGICO DO IQRM COMO APROFUNDAMENTO VISANDO A FORMULAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO IQSP**

O conteúdo abaixo consiste numa produção complementar desta tese para nortear o processo de continuidade desta pesquisa após a conclusão do doutorado. Um conjunto de referências técnicas, fruto da experiência prática deste autor como consultor ambiental, como psicólogo ambiental e levando em conta as pesquisas complementares em busca do lugar dos estudos psicossociais na abordagem territorial. Este anexo, portanto, traz de forma resumida orientações, encaminhamentos e princípios norteadores para serem aprofundadas com a metodologia do IQRM no sentido da modelagem do IQSP. São recomendações práticas, direcionamentos técnicos e orientações dos campos das Ciências Humanas, sobretudo da Psicologia Ambiental, da Psicologia Social e dos Cuidados Ecológicos em Saúde Coletiva baseados nas contribuições de Minayo (2014); Nogueira, et al (2011); Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2005), BRASIL Ministério da Saúde (2011); WHO (2014); e Morina, et al (2018).

Esse arquivo sistematiza de forma sintética diretrizes, indicadores e métodos como encaminhamentos futuros que podem auxiliar na modelagem e consolidação do IQSP como instrumento de diagnóstico com enfoque psíquico-socioterritorial para comunidades que convivem com os contextos de des-territorialização. São prerrogativas e diretrizes que podem ser aproveitadas de forma prática, pelos órgãos ambientais municipais, estaduais ou federais como subsídios para elaboração de Termos de Referência, de Condicionantes para processos de Licenciamento Ambiental ou como instrumento de uso para pesquisadores em geral.

Abaixo, de forma topificada e agrupada por dimensões, seguem os itens marcados com (Q) que são qualitativos, essenciais para o Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial. Já os itens com (N) admitem mensuração numérica.

A. Diagnóstico / Linha de Base (para as fases de instalação de empreendimentos urbano-industriais caracterizados como pré-obra) (CFP, 2005):

1. Levantamento sociodemográfico detalhado (idade, gênero, etnia, ocupação, renda, escolaridade). (N) — amostragem por censo total ou cobertura mínima das famílias diretamente afetadas a depender do tamanho da comunidade afetada;

2. Inventário de usos e dependência territorial (mapa participativo de territórios de pesca, roças, marés, trilhas religiosas com a possibilidade de uso alternativo das técnicas de cartografia social e cartografia afetiva). (Q) — mapeamento em oficinas e georreferenciamento;

3. Entrevistas em profundidade e histórias de vida (por grupo social majoritário: pescadores, agricultores, etc). (Q) — coleta de material para análise temática sobre identidade e pertencimento.

4. Estudo, filtragem e aplicação de instrumentos padronizados de sintomas psicológicos: HSCL-25 (depressão/ansiedade), PCL-5 (PTSD) ou versões culturalmente adaptadas; AUDIT para consumo de álcool. (N) — notas sobre necessidade de adaptação caso à caso e validação cultural (CFP, 2005; WHO, 2011).

5. Levantamento de capital social: número de redes/associações, frequência de trocas e apoio percebido (escala Likert). (N/Q).

B. Indicadores e referências para serem incorporadas na concepção do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (a ser integrado ao índice do IQSP) (Nogueira et al, 2011; Minayo, 2014, CFP, 2005)

Abaixo uma lista de itens que podem alimentar diretamente o indicador qualitativo e podem ser transformados em códigos/atributos para aprofundar o IQSP:

Perda percebida de território — relato qualitativo codificado (0 = nenhuma perda percebida; 1 = perda econômica; 2 = perda de práticas culturais; 3 = perda completa de referência territorial). (Q).

Alteração nas rotinas de subsistência — descrita por entrevistas e validação documental (declínio de pesca / produção agrícola). (Q/N).

Ruptura de laços intergeracionais — evidências em histórias de vida (descontinuidade de saberes). (Q).

Sintomas psicossomáticos e emocionais — itens selecionados do HSCL-25/HTQ (que precisarão ser traduzidos e adaptados). (N).

Percepção de justiça / legitimidade do processo de licenciamento ambiental — escala de confiança nas instituições e no processo de licenciamento ambiental (0–10). (N).

### C. Monitoramento (pós-obra / durante obras e operação)

Aplicação da mesma sequência de coleta de dados acima descrita com a mesma bateria do baseline aplicada anualmente (com amostras semestrais nos dois primeiros anos) e o desenvolvimento de painéis comunitários de relato (diários de bordo comunitários com relatos mais subjetivos). (N/Q);

Desenvolvimento de Indicadores “gatilho” (quando acionam medidas): aumento maior do que 30% em sintomas clínicos médios, queda de mais de 40% na renda média das famílias, perda comprovada de acesso a recursos de subsistência. Esses acionadores podem disparar alerta e ações público-privadas para planos de resposta. (N) (Minayo, 2014).

### D. Métodos de análise e governança dos dados

Aqui este estudo recomenda uma combinação de análise qualitativa (análise temática, codificação e triangulação de informações) e análise quantitativa (modelos de tendência, testes de diferença-diferença entre grupo social afetado e grupo social comparador). (Q/N);

Elaboração de relatórios públicos e auditáveis, com dados agregados e indicadores sensíveis protegidos (com garantia de privacidade para os participantes) e criação de um comitê paritário para analisar resultados e recomendar ações emergenciais quando necessário. (Q/N).

Recomendações operacionais para empresas que precisem promover processos de des-territorialização (visando a prevenção e mitigação de impactos psicossociais):

1. Incorporação de estratégias de Avaliação de Impacto Psicossocial (AIP) no orçamento do projeto desde a etapa de planejamento: aproximação com prestadores de serviços especializadas em AIP;

2. Estabelecimento de Política de não-transferência de custo: as medidas de mitigação psicossocial não podem ser substituídas por compensações monetárias estanques —

devem contemplar (i) serviços de saúde mental comunitária; (ii) programas de manutenção de identidades produtivas (ex.: acesso protegido a áreas de pesca); (iii) mecanismos de geração de renda sustentada;

3. Capacitação e fortalecimento do SUS local: apoio para equipe de atenção psicossocial em atenção primária e ações de vigilância à saúde (AIP vinculada aos serviços locais);

4. Planos de recuperação de meios de subsistência co-criados: desenvolvimento de cooperativas, transferência de tecnologia apropriada e garantia de uso de terras alternativas quando não houver possibilidade de manter os usos tradicionais;

5. Transparência para grupos tradicionais; consulta e consentimento fundados em processos culturalmente adequados com ações de valorização da sabedoria popular e dos modos de vida de comunidades rurais;

Recomendações operacionais para Órgãos Ambientais quanto à utilização do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial dentro dos processos de licenciamento ambiental – Exemplos de cláusulas com linguagem sugerida para condicionantes de Licença Ambiental:

“O titular do empreendimento deverá apresentar, no prazo de X meses, relatório de Avaliação de Impacto Psicossocial (AIP) elaborado por equipe independente, com metodologia participativa, linha de base e plano de monitoramento longitudinal. A execução das medidas previstas na AIP estará condicionada à constituição de fundo financeiro garantidor, cujo montante e regras deverão constar no Plano de Gestão Socioambiental.”

Observações Gerais para aprofundamento do IQSP:

Os itens desse checklist foram pensados para produzir evidências codificáveis (códigos e subcódigos) que podem ser transformados em atributos do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial.

Sugestão operacional: cada domínio (território simbólico, subsistência, laços sociais, sintomatologia emocional, percepção de justiça dos processos de licenciamento) recebe um escore 0–3 com definição de critérios (ex.: 0 = inalterado; 1 = impacto moderado; 2 = impacto severo; 3 = colapso). A soma ponderada gera o escore final — podendo ser calibrada por pesos definidos com possibilidade de participação de pesquisadores, especialistas e representantes comunitários.

O Modelo de Riscos e Reconstrução (CERNEA — Risks and Reconstruction) demonstra que a desapropriação e a perda de terra produzem múltiplos riscos de empobrecimento — incluindo desarticulação social e perda de capital humano e social — fatores que se relacionam a piora de saúde mental e afetam coesão comunitária;

A literatura sobre Avaliação de Impacto Social – AIS (Vanclay) e as orientações internacionais destacam que impactos sociais e psicológicos devem ser integrados nas avaliações e que a AIS e a AIP são ferramentas essenciais para evitar injustiças e conflito social nas comunidades que sofrem por des-territorialização decorrente de projetos de desenvolvimento urbano-industriais (Nogueira et al, 2011);

Evidências em deslocamentos (como os deslocamentos por desenvolvimento) mostram aumento de prevalência de Transtorno de Estresse Pós Traumático, depressão e ansiedade após deslocamentos forçados; portanto, mensurar e mitigar efeitos psicossociais é uma necessidade de saúde pública;

No Brasil, métodos de Avaliação de Impacto à Saúde (AIS) já oferecem procedimento técnico para integrar saúde (incluindo saúde mental) aos processos de licenciamento ambiental — e a Avaliação de Impacto Psicossocial (AIP) pode ser articulada como componente específico da AIS para empreendimentos industriais de grande porte (rodovias, ferrovias, portos);

Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 214), o território não é apenas suporte físico, mas lugar de identidades e de práticas sociais, e sua ruptura implica sofrimento psicossocial invisibilizado nos documentos oficiais. O desafio, portanto, é criar instrumentos que auxiliem no reconhecimento técnico-científico desses impactos, entre os quais se propõe aqui essas recomendações técnicas e operacionais que, serão incorporadas à modelagem do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial em desenvolvimento.

Abaixo, o quadro com a Matriz de Análise Técnica para ser articulada ao Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial construída a partir da Pesquisa Documental desenvolvida nesta tese:

Quadro 25 - Matriz de Análise Técnica para ser articulada ao Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial

<b>Dimensão</b>	<b>Impactos Potenciais Identificados</b>	<b>Lacunas no EIA/RIMA</b>	<b>Recomendações Técnicas</b>
Saúde Mental e Sofrimento Psicossocial	Aumento de ansiedade, depressão e estresse decorrentes da desapropriação forçada; ruptura de vínculos comunitários	O EIA/RIMA aborda saúde apenas em termos de infraestrutura hospitalar, omitindo a dimensão psicossocial (Hidros/Oriente, 2010, p. 145)	Inclusão de protocolos de atenção psicossocial preventiva; equipes multidisciplinares de saúde coletiva para acompanhamento das famílias
Identidade Cultural e Pertencimento	Perda do território simbólico ligado ao modo de vida tradicional (pesca, agricultura familiar)	Invisibilidade dos vínculos culturais e espirituais com a terra (Zhouri; Laschefski, 2010, p. 34)	Reconhecimento da territorialidade como categoria analítica obrigatória no licenciamento; indicadores qualitativos de identidade e pertencimento
Relações Comunitárias	Fragmentação de redes de solidariedade; conflitos internos diante das compensações financeiras desiguais	O licenciamento trata comunidades como unidades homogêneas, desconsiderando dinâmicas internas (Zhouri; Oliveira, 2013, p. 87)	Avaliações de impacto psicossocial participativas; metodologias qualitativas de escuta comunitária
Saúde Coletiva	Aumento da vulnerabilidade a doenças ligadas ao estresse e deslocamento; insegurança alimentar pela perda de território agrícola	Foco restrito em riscos ambientais objetivos (poluição, ruído) (Hidros/Oriente, 2010, p. 203)	Monitoramento contínuo de indicadores de saúde coletiva; inclusão da segurança alimentar como condicionante ambiental
Processos de Des-territorialização	Desenraizamento e sentimento de perda do "lugar vivido"	EIA/RIMA reconhece apenas desapropriações físicas, não simbólicas (Zhouri; Laschefski, 2010, p. 42)	Incorporar avaliação de des-territorialização simbólica e cultural; vincular condicionantes à preservação de práticas sociais tradicionais

Fonte: própria, 2025

**Síntese das Prerrogativas e Diretrizes Psicossociais apresentadas como Recomendações Propositivas para posterior checagem, ajustes e aprofundamento:**

1. Incorporação obrigatória de diagnósticos psicossociais nos EIA/RIMA, com metodologias qualitativas (entrevistas, histórias de vida, observação participante);
2. Criação de condicionantes ambientais específicas para saúde mental e bem-estar psicossocial das comunidades afetadas;
3. Inclusão do Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) após à sua modelagem final, no processo de licenciamento ambiental, permitindo mensurar impactos não econômicos;
4. Planos de mitigação preventiva envolvendo universidades públicas, movimentos sociais e serviços de saúde locais;
5. Protocolos de reparação simbólica, como preservação de espaços culturais, memória coletiva e práticas tradicionais de pesca e agricultura;

**Sugestão de Estrutura Geral baseada na Avaliação de Impactos Psicossociais (AIP), Avaliação de Impactos Sociais (AIS) para articulação com o Indicador Qualitativo de Sofrimento Psicossocial (IQSP) em fase de modelagem:**

O IQSP pode abarcar uma estrutura complementar de análise psicossocial organizada em 5 dimensões analíticas, cada uma com critérios observáveis. Com base na experiência profissional deste autor, pode-se atribuir uma pontuação 0 a 3 para cada critério:

0 = impacto não identificado

1 = impacto baixo (atinge poucos indivíduos, reversível a curto prazo)

2 = impacto médio (atinge parte significativa da comunidade, com repercussões contínuas)

3 = impacto alto (atinge toda a comunidade, repercussões profundas, irreversíveis ou de longo prazo)

A soma dos escores gera um índice que pode variar de 0 a 45 pontos, classificando o sofrimento psicossocial como:

0–9 = Baixo

10–21 = Moderado

22–33 = Alto

34–45 = Crítico

**Dimensões, Critérios e Recomendações baseados nos estudos sobre Cuidados Ecológicos em Saúde Coletiva (Nogueira, et al, 2011); (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2005); (BRASIL Ministério da Saúde, 2011); (WHO, 2014):**

### **1. Saúde Mental e Sofrimento Psicossocial**

Frequência de relatos de ansiedade, depressão ou estresse (0–3)

Presença de ideação suicida ou agravamento de transtornos preexistentes (0–3)

Acesso a suporte psicológico comunitário (inexistente = 3; parcial = 2; presente = 1; pleno = 0)

### **2. Identidade Cultural e Pertencimento**

Perda de práticas culturais associadas ao território (pesca, agricultura, rituais, festas) (0–3)

Rompimento do vínculo simbólico com a terra e o mar (0–3)

Desvalorização institucional das territorialidades tradicionais nos relatórios oficiais (0–3)

### **3. Relações Comunitárias**

Fragmentação de redes de solidariedade (0–3)

Conflitos internos por compensações financeiras/desigualdades (0–3)

Redução da confiança nas instituições públicas e privadas (0–3)

### **4. Saúde Coletiva**

Insegurança alimentar derivada da perda de territórios produtivos (0–3)

Aumento de doenças ligadas ao estresse e ao deslocamento (hipertensão, alcoolismo, etc.) (0–3)

Acesso deficitário a serviços de saúde durante e após as desapropriações (0–3)

## **5. Processos de Des-territorialização**

Número de famílias diretamente desapropriadas (pontuação proporcional, 0–3)

Intensidade do desenraizamento e sentimento de perda de “lugar vivido” (0–3)

Invisibilidade da des-territorialização simbólica nos estudos oficiais (0–3)